

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**

**Programa de Pós-Graduação em Ciência Política**



**Tese de Doutorado**

**Governar pelo medo? Ascensão e manutenção do poder nas ditaduras ibéricas  
do século XX**

**Bruno Gazalle Cavichioli**

Pelotas, 2025

**BRUNO GAZALLE CAVICHIOLI**

**Governar pelo medo? Ascensão e manutenção do poder nas ditaduras ibéricas  
do século XX**

Tese de Doutorado a ser avaliada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Artur Gallo

Linha de Pesquisa: Dinâmicas Políticas e Conflitos Sociais

Pelotas, 2025

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação da Publicação

C382g Cavichioli, Bruno Gazalle

Governar pelo medo? [recurso eletrônico] : ascensão e manutenção do poder nas ditaduras ibéricas do século XX / Bruno Gazalle Cavichioli ; Carlos Artur Gallo, orientador. — Pelotas, 2025.

276 f. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2025.

1. Salazar. 2. Franco. 3. Políticas do medo. 4. Portugal. 5. Espanha. I. Gallo, Carlos Artur, orient. II. Título.

CDD 321.9

Elaborada por Dafne Silva de Freitas CRB: 10/2175

**Bruno Gazalle Cavichioli**

**Governar pelo medo? Ascensão e manutenção do poder nas ditaduras ibéricas  
do século XX**

Tese aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Doutor em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, da Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 15/09/2025

Banca examinadora:

Prof. Dr. Carlos Artur Gallo, Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)  
(orientador)

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alessandra Gasparotto, Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Filipa Raimundo, Doutora em Ciências Políticas e Sociais pelo *European University Institute* (EUI/Florença)

---

Prof. Dr. Cláudio Roberto Cogo Leivas, Doutor em Filosofia Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

*À memória de Miguelito Miguel Gazalle, o maior exemplo de amor e retidão de caráter que qualquer ser humano poderia ter tido a honra de ter como modelo a seguir. Te levarei na memória e na pele.*

*À memória de William Peres, que sobreviveu, em tenra idade, a vários horrores análogos aos aqui relatados e manteve a mente afiada, o riso fácil e o coração generoso.*

*À memória de todas e todos que pereceram e/ou sofreram as agruras de regimes autoritários de extrema-direita, do passado e do presente. Que saibamos lutar para que não tenhamos que lamentar as vítimas do futuro.*

## Agradecimentos

Listar as pessoas a quem agradecemos pelo auxílio na conclusão de uma pesquisa – ainda mais uma pesquisa de fôlego, tal qual uma tese de doutorado – muitas vezes é mais difícil que analisar os dados coletados durante a pesquisa. O risco de esquecer alguém cuja contribuição foi além da trivialidade é um *faux pas* que todos tentam evitar, razão pela qual inicio essa sessão já desculpando-me por qualquer eventual esquecimento. Minha trajetória de doutorado iniciou ainda no período da pandemia do COVID-19, quando as incertezas ainda eram grandes e os motivos para comemorar eram escassos. Graças à ciência, primariamente produzida com recursos públicos, as vacinas foram disponibilizadas e, diferentemente de meu período de mestrado, pude realizar minha pesquisa *in loco*, residindo na Espanha e conhecendo não apenas as autoras e autores que utilizei nessa tese, mas também os lugares em que aconteceram os fatos que narro. Listo, sem qualquer privilégio de ordem ou importância, as pessoas a quem agradeço pelo impagável e inestimável apoio:

- À Lia Gazalle – minha mãe e possivelmente a pessoa que melhor me conhece nessa vida – pelo amor e apoio irrestrito e incondicional em todos os momentos, principalmente na ocasião da minha decisão de abandonar a advocacia para dedicar-me à pesquisa. Reconheço, desde já, o privilégio que tenho por razão dessa relação mútua de amor, amizade e troca de conselhos de vida que tenho com a minha mãe.
- À Graça Gazalle, minha avó e razão primeira do meu interesse por Portugal como objeto de pesquisa. Portuguesa por nascimento e brasileira por coração, nunca mediou seus esforços para que eu tivesse o melhor possível nessa vida. Deixou Portugal, então governado por Salazar, aos 11 anos de idade para embarcar em direção ao desconhecido em uma terra distante. Ela é e sempre será dos meus maiores exemplos de coragem frente aos desafios e oportunidades que a vida oferece. Orgulha-me muito poder carregar, em minha própria pele, a imagem do navio que te trouxe a esse continente e onde tu, superando todos os desafios, construíste uma vida exemplar.

- À minha família, consanguínea e estendida, brasileira e portuguesa, pelo apoio em todos os momentos. Especial ênfase, nesses agradecimentos, ao Leonardo Gazalle, cujo inestimável esforço em substituir-me em tarefas compartilhadas necessárias durante meu período no exterior permitiu minha concentração nas investigações que empreendi.
- À Gabriela Saldanha de Lima, pelo amor, pela parceria, por ser refúgio em meio ao caos e pela compreensão nos momentos em que minha ausência se fez marcada em prol do tempo de pesquisa e escrita.
- Ao Professor Carlos Artur Gallo, um professor e orientador que, para além de tais atribuições, tornou-se também um amigo, um mentor e um exemplo a seguir. Quando poderia eu imaginar que uma pessoa desconhecida sentada à mesa ao lado em uma cafeteria tornar-se-ia um grande parceiro de publicações, eventos, pesquisas e passeios por Madrid? Dessa amizade adveio também a admiração, pessoal e profissional, pelo homem cujo enorme sucesso acadêmico, ética irrepreensível e reconhecimento de seus alunos e pares não foi capaz de sobrepujar sua humanidade e seu caráter em um meio acadêmico em que tantos (frequentemente menos qualificados que o próprio Carlos) sucumbem à vaidade e ao ego.
- À Sibele Valadão Rossales, a outra extremidade do neurônio único que dividimos e, para além de uma amiga fantástica, uma parceira de pesquisa de qualidade inquestionável. Representante dos encontros fortuitos que a vida oferece, a Sibele tornou-se a irmã mais nova que nunca tive e uma *protégé* (que dificilmente precisa ser protegida em qualquer aspecto) com quem espero dividir uma longa carreira acadêmica.
- A Felipe Botelho Soares Dutra Fernandes e Rafael Alexandre Silveira, camaradas no NUPPOME e parceiros de pesquisas, conversas aleatórias e de viagens internacionais.
- Ao Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória (NUPPOME) – agradecimento estendido a todas e todos seus integrantes, passados, presentes e futuros –, pelo espaço e estrutura necessários para desenvolver minhas pesquisas em um ambiente acolhedor, seguro e academicamente irrepreensível.

- Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCPol) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), pelo acolhimento, formação e apoio durante esses últimos seis anos.
- À Professora Carme Molinero, Catedrática e coorientadora na Universitat Autònoma de Barcelona (UAB), cujo currículo acadêmico – ao mesmo tempo intimidador e inspirador – contrasta radicalmente com a personalidade amável e a inestimável disponibilidade e atenção para solucionar todas as dúvidas que tive durante meu período de estágio doutoral.
- Ao *Centre d'Estudis sobre Dictadures i Democràcies* (CEDID), vinculado à UAB, pela acolhida durante o período do PDSE. Especial agradecimento ao Professor Steven Forti pela constante disponibilidade.
- A Alexandra Elbakyan, Aaron Schwartz (*in memoriam*) e tantos outros, por democratizarem o acesso ao conhecimento em detrimento dos riscos pessoais a que foram submetidos pela ganância corporativa. O conhecimento é, indubitavelmente, o maior dom que pode ser transmitido de um ser humano para outro, um conjunto de ferramentas que muda vidas e, intencionalmente, não é disponibilizado para o grande conjunto da população para benefício daqueles que, injustamente, lucram com o trabalho intelectual de tantos cientistas. A investigação científica é praticamente um sacerdócio, uma estrada quase sempre solitária que priva aqueles que a trilham de inúmeros pequenos prazeres da experiência humana, inclusive a proximidade com aqueles que amamos. O trabalho científico, usualmente financiado pelos cofres públicos, é fruto dessas diversas privações e não pode ser tomado pelas grandes editoras – que pouco ou nada fazem em sentido de auxiliar sua criação – para obtenção de lucros tão desproporcionais que impeçam o objetivo final dessa produção: o benefício da humanidade. Longa vida ao Sci-Hub, longa vida ao acesso livre!
- À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro que permitiu a conclusão dessa pesquisa em território brasileiro e em território estrangeiro.

## **Grândola, Vila Morena**

*Grândola, Vila Morena*

*Terra da fraternidade*

*O povo é quem mais ordena*

*Dentro de ti, ó cidade*

*Dentro de ti, ó cidade*

*O povo é quem mais ordena*

*Terra da fraternidade*

*Grândola, Vila Morena*

*Em cada esquina um amigo*

*Em cada rosto igualdade*

*Grândola, Vila Morena*

*Terra da fraternidade*

*Terra da fraternidade*

*Grândola, Vila Morena*

*Em cada rosto igualdade*

*O povo é quem mais ordena*

*À sombra duma azinheira*

*Que já não sabia a idade*

*Jurei ter por companheira*

*Grândola a tua vontade*

*Grândola a tua vontade*

*Jurei ter por companheira*

*À sombra duma azinheira*

*Que já não sabia a idade*

*José Afonso (1971)*

## **Ahir (Diguem no)**

*Ara que som junts*

*Diré el que tu i jo sabem*

*I que sovint oblidem*

*Hem vist la por*

*Ser llei per a tots*

*Hem vist la sang*

*- Que sols fa sang -*

*Ser llei del món*

*No*

*Jo dic no*

*Diguem no*

*Nosaltres no som d'eixe món*

*Hem vist la fam*

*Ser pa*

*Dels treballadors*

*Hem vist tancats*

*A la presó*

*Homes plens de raó*

*No*

*Jo dic no*

*Diguem no*

*Nosaltres no som d'eixe món*

*No*

*Diguem no*

*Nosaltres no som d'eixe món*

Raimon (1963)

## Resumo

CAVICHIOLI, Bruno Gazalle. **Governar pelo medo? Ascensão e manutenção do poder nas ditaduras ibéricas do século XX.** 2025. 274f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Instituto de Filosofia, Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2025.

Esta pesquisa tem como objetivo compreender por que os regimes autoritários de António de Oliveira Salazar, em Portugal, e Francisco Franco, na Espanha, apresentaram uma longevidade notável em comparação a outras ditaduras contemporâneas. Adotando uma abordagem qualitativa, a investigação realizou uma análise comparativa das conjunturas internas e externas que moldaram esses regimes. Como referencial teórico, propôs-se uma teoria sobre as políticas do medo e suas formas de estruturação. A aplicação desse modelo teórico aos casos empíricos demonstrou sua viabilidade explicativa. As hipóteses formuladas permitiram abranger múltiplas variáveis interpretativas, destacando, entre elas, o uso sistemático de políticas do medo como um dos principais mecanismos de ascensão e manutenção do poder. Por meio da repressão em múltiplas formas, esses regimes dificultaram a organização e coesão das dissidências. Além disso, a capacidade de adaptação dos líderes e o contexto internacional contribuíram para a resistência a pressões externas que poderiam ter interrompido sua continuidade. Conclui-se que a instrumentalização de medos sociais — pré-existentes ou fomentados a partir de contextos bélicos — serviu de base retórica e prática para a construção de inimigos internos, a criação ou reestruturação de agências repressivas e sua aplicação sistemática em prejuízo das populações de ambos os países.

**Palavras-chave:** Salazar; Franco; Políticas do medo; Portugal; Espanha.

## **Abstract**

CAVICHIOLI, Bruno Gazalle. **Governar pelo medo? Ascensão e manutenção do poder nas ditaduras ibéricas do século XX.** 2025. 274f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Instituto de Filosofia, Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2025.

This study aims to understand why the authoritarian regimes of António de Oliveira Salazar in Portugal and Francisco Franco in Spain achieved such remarkable longevity compared to other contemporary dictatorships. Employing a qualitative approach, the research conducted a comparative analysis of the internal and external contexts that shaped these regimes. As a theoretical foundation, it proposed a model centered on the politics of fear and its mechanisms of structuration. The application of this model to the empirical cases demonstrated its explanatory potential. The formulated hypotheses encompassed multiple interpretative variables, highlighting, among them, the systematic use of fear as a central strategy for both the rise and maintenance of power. Through diverse forms of repression, these regimes effectively hindered the organization and cohesion of dissenting forces. Furthermore, the political adaptability of their leaders and the international context contributed to their resilience against external interventions that might have disrupted their continuity. The study concludes that the instrumentalization of societal fears—whether pre-existing or generated through wartime dynamics—served as a rhetorical and practical foundation for the identification of internal enemies, the creation or restructuring of repressive agencies, and their systematic deployment to the detriment of both nations' populations.

**Keywords:** Salazar; Franco; Politics of fear; Portugal; Spain.

## **Lista de figuras**

Figura 1: Fluxograma das políticas do medo .....	44
Figura 2: Colônias portuguesas na África e na Ásia .....	132

## **Lista de anexos**

Anexo 1: Lista de nomes citados no caso português .....	257
Anexo 2: Lista de nomes citados no caso espanhol .....	265

## **Lista de siglas**

**ACNdP** – *Asociación Católica Nacional de Propagandistas*

**ANP** – *Ação Nacional Popular*

**AP** – *Alianza Popular*

**BNU** – *Banco Nacional Ultramarino*

**BPS** – *Brigada Político-Social*

**CACD** – *Centro Académico da Democracia Cristã*

**CCP** – *Centro Católico Português*

**CEDA** – *Confederación Española de Derechas Autónomas*

**CGP** – *Cuerpo General de Policía*

**CNT** (Espanha) – *Confederación Nacional del Trabajo*

**CNT** (Portugal) – *Confederação Nacional do Trabalho*

**CR** – *Conselho da Revolução*

**DGS** (Espanha) - *Dirección General de Seguridad*

**DGS** (Portugal) – *Direção-Geral de Segurança*

**ETA** – *Euskadi Ta Askatasuna*

**EUA** – *Estados Unidos da América*

**FET y de las JONS** – *Falange Española Tradicionalista de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista*

**FRAP** – *Frente Revolucionario Antifascista y Patriota*

**JDN** – *Junta de Defensa Nacional*

**JSN** – *Junta de Salvação Nacional*

**LE** – *Legión Española*

**MFA** – *Movimento das Forças Armadas*

**MNS** – *Movimento Nacional-Sindicalista*

**ONU** – *Organização das Nações Unidas*

**OTAN** – Organização do Tratado do Atlântico Norte

**PCE** – *Partido Comunista de España*

**PCP** – Partido Comunista Português

**PIDE** – Polícia Internacional e de Defesa do Estado

**PREC** – Processo Revolucionário em Curso

**PSOE** – *Partido Socialista Obrero Español*

**PVDE** – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado

**SEIT** - Secretaria de Estado da Informação e Turismo

**SN** – Sociedade das Nações

**SNI** – Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo

**SPN** – Secretariado de Propaganda Nacional

**TOP** – *Tribunal(es) de Orden Público*

**UCD** – *Unión de Centro Democrático*

**UME** – *Unión Militar Española*

**UMD** – *Unión Militar Democrática*

**UN** – União Nacional

**URSS** – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## Sumário

<b>1. Introdução .....</b>	<b>19</b>
<b>2. Elementos para uma teoria das políticas do medo: conceito, estrutura e apontamentos metodológicos .....</b>	<b>28</b>
2.1. Palavras preliminares .....	28
2.2. O medo como fator político .....	31
2.3. Políticas do medo: definição provisória, estruturação e características principais .....	40
2.4. Pressupostos de aplicabilidade de usos contemporâneos .....	44
2.5. Conclusões parciais .....	48
<b>3. O <i>Ditador das Finanças</i>: análise da conjuntura portuguesa (1900-1933) e o processo de ascensão política de Salazar .....</b>	<b>50</b>
3.1. Portugal nas primeiras décadas do século XX: da Monarquia à República, do golpe à ditadura .....	50
3.2. “Um certo doutor de Coimbra” .....	55
3.3. O altar e as armas: A Igreja Católica e as Forças Armadas como sustentáculos do Estado Novo .....	69
3.3.1. A Igreja Católica: entre Deus e o Estado .....	69
3.3.2. As Forças Armadas: a política feita à força .....	72
<b>4. O <i>Generalíssimo</i>: análise da conjuntura espanhola (1900-1939) e a tomada do poder por Franco .....</b>	<b>76</b>
4.1. A Espanha nas primeiras décadas do século XX: da Monarquia à República, do golpe à ditadura .....	76

4.2. “ <i>El Caudillo de España por la gracia de Dios</i> ” .....	82
4.3. O altar e as armas: A Igreja Católica e as Forças Armadas como sustentáculos do Estado Espanhol .....	105
4.3.1. A “cruzada pelo catolicismo” .....	105
4.3.2. As tropas de Franco: a tensão militar com o poder civil como uma constante histórica espanhola e o apoio à causa nacionalista .....	110
<b>5. A Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria: histórias em fronteira (1939-1970)</b>	
.....	114
5.1. A conjuntura europeia na “era dos extremos” .....	114
5.2. Salazar e Franco na encruzilhada .....	116
5.3. A consolidação ideológica dos regimes: flutuações antes e depois do conflito .....	122
5.4. Aliados ou tolerados? O anticomunismo como diplomacia durante a Guerra Fria .....	126
5.5. Portugal: do colonialismo transcontinental às guerras coloniais, do confronto com a ONU ao isolamento diplomático .....	132
5.6. Espanha: a Guerra Fria e a reabilitação internacional .....	135
<b>6. <i>In articulo mortis</i>: a longa agonia das ditaduras ibéricas e seus momentos finais (1970-1975) .....</b>	<b>142</b>
6.1. A dupla queda de Salazar declínio do Estado Novo .....	142
6.2. <i>Grândola, Vila Morena</i> .....	145
6.3. O <i>tardofranquismo</i> e o declínio do Estado Espanhol .....	151
6.4. <i>La Transición Española</i> .....	158
<b>7. Governar pelo medo? Análise do papel do medo nos casos estudados .....</b>	<b>168</b>
7.1. Discursos e desterrados: o caso português .....	169

7.1.1. Dimensão discursiva em Salazar .....	170
7.1.2. Dimensão operativa em Salazar: o âmbito preventivo-preparatório .....	174
7.1.3. Dimensão operativa em Salazar: o âmbito repressivo .....	180
7.1.4. Ponderações acerca do caso português .....	184
7.2. Uma violência poliédrica: o caso espanhol .....	187
7.2.1. Dimensão discursiva em Franco .....	188
7.2.2. Dimensão operativa em Franco: o âmbito preventivo-preparatório .....	191
7.2.3. Dimensão operativa em franco: o âmbito repressivo .....	198
7.2.4. Ponderações acerca do caso espanhol .....	204
<b>8. Considerações finais .....</b>	<b>207</b>
<b>9. Referências .....</b>	<b>214</b>
<b>10. Anexos .....</b>	<b>256</b>
Anexo 1: Lista de nomes citados no caso português .....	257
Anexo 2: Lista de nomes citados no caso espanhol .....	265

## 1. Introdução

A Península Ibérica<sup>1</sup>, constituída por Portugal e Espanha, vivenciou experiências autoritárias que se estenderam por décadas do século XX e alteraram substancialmente o curso de sua história. O Estado Novo (1933-1974) coexistiu, em quase a totalidade de sua vigência, com a Espanha franquista (1939-1975<sup>2</sup>).

Portugal<sup>3</sup> e a Espanha<sup>4</sup>, governados em ditadura durante quase quatro décadas cada, formaram uma aliança estratégica que permitiu a ambos a manutenção como as duas mais longevas ditaduras europeias do século XX, sorte que não assistiu àquelas congêneres capitaneadas por Adolf Hitler e Benito Mussolini.

A despeito dos antecedentes conjunturais comparáveis de Portugal e Espanha no período imediatamente anterior aos seus governos – consubstanciados nas massivas desorganizações sociopolíticas e econômico-financeiras que assolavam ambas as nações –, Salazar e Franco possuíam origens biográficas e conduções políticas diferenciadas entre si.

Salazar, nascido em uma família voltada à produção rural e de parcos recursos financeiros, ascendeu social e politicamente por meio da reputação adquirida como acadêmico da Universidade de Coimbra. Austero e reservado em sua imagem pública, Salazar abandonou a carreira eclesiástica que almejava para cursar Direito em Coimbra. Já conhecido por seus artigos de opinião e análise política publicados na imprensa católica portuguesa, doutorou-se em Direito na Universidade de Coimbra, em 1918, e lá assegurou o cargo de Professor Titular pouco tempo depois.

<sup>1</sup> Também são presentes no território peninsular, embora em proporção geograficamente desprezível e alheios ao objeto analisado no presente trabalho, Andorra, Gibraltar e parcas frações do território da França.

<sup>2</sup> Tal como será analisado na continuidade, a transição espanhola para a democracia, todavia, foi finalizada apenas em 1982, após a promulgação da Constituição de 1978 e as eleições em que Felipe González (1942-atualmente), Secretário-Geral do PSOE, saiu vitorioso.

<sup>3</sup> Salazar já governava Portugal, *de facto*, desde que assumiu o Ministério das Finanças em 1928 dado o seu amplo controle sobre as receitas e despesas do governo e seu poder de veto sobre outros ministérios. Passou a governar, *de jure*, a partir de sua posse como Presidente do Conselho de Ministros em 1932. O Estado Novo, inaugurado em 1933, apenas seria derrubado em 1974 como consequência da Revolução dos Cravos, tendo sido governado por Salazar até 1968 e por Marcello Caetano entre a saída de Salazar e o fim do regime. Considerando todo o período de efetiva permanência e controle de Salazar sobre o governo português, tem-se o total de quase quarenta anos.

<sup>4</sup> Franco foi proclamado Chefe de Estado (*Caudillo*) das partes do território controlado pelos nacionalistas na Espanha ainda em 1936, durante a Guerra Civil. Foi tornado *Caudillo* de toda a Espanha ao fim do conflito, em 1939. Permaneceu no poder até sua morte, em 1975. Considerando todo o período de controle (ainda que parcial) de Franco sobre o governo espanhol, tem-se o total de quase quarenta anos.

Exerceu alguns cargos políticos, apontados e eleitos, até assumir, em 1928, o Ministério das Finanças, sendo um dos poucos civis em um gabinete majoritariamente militar. Pouco afeito às aparições públicas, Salazar delegava tais funções para o Presidente da República, Óscar Carmona, e outros membros do Conselho de Ministros.

O apelo de Salazar à política do medo era focado, principalmente, na indispensabilidade de seus serviços à nação na superação da crise financeira, econômica e social que assolara o país durante décadas e na manutenção dos novos patamares atingidos, sendo brindado com importante apoio do Exército, da Igreja e das elites econômicas. Não obstante, ainda que em menor intensidade que ocorreu na Espanha, a repressão de todos os dissensos também seria utilizada de forma plena.

Franco, por sua vez, nasceu em uma família com forte tradição militar e maior estabilidade financeira. Moldou sua reputação como militar nas guerras coloniais do Marrocos espanhol, sendo promovido a General de Brigada – em fevereiro de 1926 – aos 33 anos de idade. Seus estudos, desde os 14 anos de idade, foram voltados ao militarismo, cursando a Academia de Infantaria de Toledo entre 1907 e 1910.

Diferentemente de Salazar, Franco sempre foi afeito às aparições públicas. Ostentou publicamente títulos de grandeza e ergueu monumentos faraônicos que atestavam a prepotência que era de direito dos vencedores das guerras em detrimento dos perdedores.

Franco apostava na retórica de perseguição aos ‘inimigos internos’, exercendo sua política do medo em uma perspectiva de repressão propriamente dita. Desde a Guerra Civil Espanhola (1936-1939) até o fim de seu governo, estima-se que os mortos diretamente pela violência amontem a cerca de 150 mil a 200 mil, além das incontáveis vítimas indiretas. Os números são discrepantes em relação às vítimas fatais do regime vizinho, bastante menores.

Salazar entrou no governo já em uma ditadura iniciada pela derrubada da Primeira República Portuguesa em 1926. Civil profundamente católico em meio à militares que dele desconfiavam, precisou criar espaço para a execução de seu ideal político. Franco, um militar monarquista católico, comandou uma longa e sangrenta guerra civil para implantar sua ditadura, que liderou com punho de ferro.

A trajetória desses dirigentes seria entrecruzada em diversas oportunidades. Tão logo foi deflagrada a Guerra Civil Espanhola, Salazar ofereceu apoio à luta de

Franco, fornecendo desde auxílio logístico para obtenção de armamentos até um corpo voluntário de combatentes para fortalecer as tropas franquistas.

Ainda no curso do confronto espanhol, Salazar cortou relações com o governo republicano, negando ainda participar de tratativas de não-intervenção no conflito. Salazar enviou, antes mesmo da vitória franquista, um emissário especial para acompanhar o deslinde da guerra ao lado de Franco. O futuro *Generalíssimo*, em resposta, enviou seu próprio irmão, Nicolás Franco, para atuar, *de facto*, como representante das forças nacionalistas em Portugal.

Apesar das cortesias entre Salazar e Franco, o primeiro desconfiava da suscetibilidade do segundo à barbárie e de sua possível sedução pelo galopante fenômeno do nazifascismo que se avizinhava na Itália e na Alemanha. Ambos possuíam admiração por Mussolini e respeito por Hitler, muito embora Salazar fosse particularmente crítico das origens socialistas do dirigente do Estado italiano e do ‘cesarismo pagão’ alemão.

Essas admirações de Franco foram correspondidas pelos ditadores da Itália e da Alemanha, que enviaram apoio militar ao exército nacionalista, sendo um dos mais conhecidos episódios desse apoio o bombardeio da *Luftwaffe* e da *Aviazione Legionaria* à cidade basca de Guernica, em 1937, e os subsequentes bombardeios dessa última às cidades de Barcelona e Alicante, em 1938.

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945), iniciada poucos meses após o fim da Guerra Civil Espanhola, trouxe novas preocupações a Salazar. Acostumado a ter a Espanha como um escudo natural que separava Portugal do resto do continente, Salazar viu-se sob ameaça de que as simpatias franquistas levassem o governo espanhol a entrar no confronto. A situação trazia riscos em qualquer dos cenários possíveis, desde a escolha da aliança por parte da Espanha até os resultados finais do confronto. Salazar, desejoso de manter a guerra longe de suas fronteiras e de prevenir as emergentes demonstrações de intenção de invasão militar de Portugal por alguns setores espanhóis, acabou por travar pactos de não-agressão e amizade com o vizinho. Os anos finais do conflito, com a evidente decadência do nazifascismo, e as estratégias diplomáticas a nível peninsular e global acabaram permitindo a “neutralidade” da Península Ibérica na guerra.

Ao fim da grande guerra, a Itália e a Alemanha haviam sido derrotadas, mas Portugal e Espanha permaneceriam por praticamente três décadas cada com seus governos autoritários. Reputa-se que parte dessa permanência se deu, além do clima

da Guerra Fria, por conta do mútuo apoio entre as nações, remanescentes e resistentes às ondas de democratização que iniciavam na Europa.

A pesquisa político-histórica do autoritarismo em Portugal e na Espanha apresenta pouco aprofundamento no que tange às estratégias e formas da instrumentalização das políticas de medo na ascensão desses governos e em sua manutenção por períodos tão prolongados em relação às mais bem documentadas congêneres alemã e italiana. Essas estratégias e formas, diferentes até mesmo por conta das personalidades daqueles que as planejaram e institucionalizaram, merecem especial ênfase no estudo pela Ciência Política em prol da ampliação da compreensão das políticas do medo como instrumento hábil a promover e sustentar regimes durante longos períodos de tempo independentemente do cenário externo favorável ou não em que se encontrem.

As políticas do medo – em uma breve tentativa de conceituação que foi posteriormente aprofundada em capítulo específico – são o conjunto de mecanismos utilizados pelos atores políticos para o controle dos medos presentes no corpo social para atingir determinados objetivos. Esses objetivos se estendem desde a capitalização de preferências políticas até a manutenção da ordem social, podendo ser observados em suas diversas facetas: produção de discursos de medo, atividade legislativa de controle social, aplicação de medidas de repressão voltadas a suprimir dissidências, entre outros.

Entender como o medo foi explorado no passado para sustentar o autoritarismo ibérico por décadas após a queda dos maiores expoentes ditoriais europeus é, mais que revisitar o passado sombrio das ditaduras, erguer pontes para a compreensão do funcionamento deste fenômeno cada vez mais noticiado no cenário político atual.

A nova realidade do pós-guerra, com a consequente criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945 e proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, pouco alterou a lógica política vigente na Península Ibérica em seus primeiros anos. O mundo assistiu à continuidade do poder de dois ditadores com possessões coloniais que recusavam ceder à nova ordem que vinha sendo estabelecida. Somente as mortes de Salazar e Franco, anos depois, possibilitariam a abertura necessária para o início dos processos de transição à democracia, demonstrando o sucesso que atingiram na manutenção de seus poderes políticos.

Consoante à exposição introdutória, a pesquisa visou responder: Por qual

razão as ditaduras na Península Ibérica conseguiram sobreviver à derrota dos fascismos na Segunda Guerra Mundial? O que explica sua longevidade? A exploração das políticas do medo influenciou suas durações?

Como *continuum* de investigação anterior<sup>5</sup>, já se havia descrito o papel da exploração do medo na população portuguesa como ferramenta para a ascensão política de Salazar. Competiu então, em expansão analítica, aprofundar essa descoberta não apenas para o caso português, mas também para o espanhol, além de entender como essa estratégia auxiliou na manutenção do poder nas duas ditaduras europeias mais longevas do século XX.

A hipótese primária proposta, portanto, foi que a instrumentalização das políticas do medo permitiu não apenas a ascensão política, como também a manutenção do poder por parte de António Salazar e Francisco Franco.

Como hipótese secundária, complementar da primária, tem-se que também é possível explicar a longevidade dos regimes ibéricos por meio de suas próprias capacidades de renovação institucional e adaptação às mudanças conjunturais ocorridas durante seus períodos.

Foi apresentado como objetivo geral da pesquisa identificar como e quais políticas do medo foram instrumentalizadas por António Salazar e Francisco Franco em seus processos de ascensão política e manutenção do poder. Como objetivos específicos tem-se: a) definir, com maior precisão teórica, o conceito de políticas do medo; b) analisar as conjunturas históricas, políticas, econômicas e sociais de Portugal e Espanha entre os anos de 1900 e 1975 que contribuíram para o surgimento e continuidade das ditaduras ibéricas e; c) descrever as formas de utilização das políticas do medo nos períodos temporais analisados.

A investigação seguiu, metodologicamente, uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva (Oliveira, 2011), utilizando-se de fontes bibliográfico-documentais (Köche, 2011) primárias e secundárias.

Para tanto, foram investigados os períodos de ascensão política de Salazar e Franco (1926-1933 e 1936-1939, respectivamente), o período de duração dos regimes ditoriais ibéricos sob comando deles (1933-1974 em Portugal e 1936(9)-1975 na Espanha) e as instrumentalizações das políticas do medo nesses períodos.

O modelo analítico adotado foi o da política comparada, definido por Badie e

---

<sup>5</sup> O processo de ascensão de Salazar foi estudado durante o período de mestrado do autor. Para aprofundamento, v. Cavichioli (2021a).

Hermet (1993) como “um modo de investigar o conjunto dos fenômenos políticos, uma maneira da aprofundar na análise empírica e na teoria política em todos os setores do conhecimento” (p. 7). A investigação propôs efetuar, especificamente, um estudo de política comparada (Barberia, 2019).

Justifica-se a escolha do método comparativo por suas características de permitir uma percepção aprimorada das especificidades de cada objeto político e de captar a multiplicidade e ambiguidade dos sentidos do político (Badie; Hermet, 1993).

Inicialmente, pretendeu-se aprofundar as definições existentes de política do medo, propondo um debate mais aprofundado acerca da teoria e seus limites. Esse exame inicial revelou-se imprescindível para a derradeira operacionalização do termo e sua consequente utilização como categoria de análise no presente trabalho.

A análise de conjuntura deu-se através da análise de fontes bibliográfico-documentais que narram os procedimentos e estratégias utilizados por Salazar e Franco em seus processos de ascensão política e manutenção do poder. Partiu-se de uma análise já efetuada do processo de ascensão política de Salazar em Portugal (Cavichioli, 2021a), atestado por meio da investigação da conjuntura portuguesa interna e externa, dos grupos de apoio e de oposição, dos discursos públicos de mais acentuada relevância e de outros traços pessoais e políticos, estendendo-a a Franco. Para além dos processos de ascensão, estudou-se, também, a instrumentalização das políticas do medo na manutenção do poder de ambos os casos, o que foi feito através da análise bibliográfica de autores que estudam o referido período em recortes histórico-políticos e socioeconômicos.

O presente trabalho utilizou fontes primárias – majoritariamente legislações e outros atos governamentais disponíveis em sítios oficiais dos governos de Portugal (Diário do Governo) e da Espanha (*Boletín Oficial del Estado*) – e secundárias, constituídas principalmente de literatura especializada (livros e artigos científicos publicados em revistas sob procedimento de revisão em duplo-cego), dividindo-as em fontes específicas do caso português, fontes relativas ao caso espanhol e fontes conglobantes de ambos os casos e, até mesmo, de seus congêneres.

Os estudos de casos específicos, segundo Rezende (2011), possibilitam uma ampliação do escopo de produção de conhecimentos na área da ciência política comparada, desafiando os limites tradicionais das análises puramente teóricas, fomentando a construção de explicações causais e representando formas validadas dessa produção de conhecimento.

A exposição dos resultados investigativos – considerando o *state of art* do campo a explorar –, para fins de melhor organização, foi dividida em dois eixos. A tese, ao todo, é constituída de oito capítulos e dois anexos.

O primeiro eixo tratou da análise dos elementos que permitam a construção de uma definição – com maior precisão e rigor – das políticas do medo. Partindo-se das descobertas do estudo anterior sobre o medo como fator biopsicossocial, político e econômico, buscou-se a ampliação e aprofundamento desses conceitos, permitindo sua análise sob as lentes da ciência política e sua ulterior operacionalização para os fins do presente trabalho.

A relação entre medo e política é farta e bem documentada, a despeito da pouca precisão acerca da definição de políticas do medo *per se*. Maquiavel (2001 [1532]) destacava o papel do medo como forma de sustentação do poder pelo governante. Hobbes (1894), pai da teoria da importância do medo como fator de criação do Estado moderno, explana sobre o papel do medo na coesão social necessária para ultrapassar o estado de natureza e atingir a estabilidade política. Sobre Hobbes, Robin (2008) aduz que “o medo político não era simplesmente uma questão vertical, uma imposição violenta de cima, mas uma negociação complexa de paixão e intelecto entre os vários níveis da sociedade e da política” (p. 8).

Buscou-se nesse eixo, portanto, colher elementos que possibilitem definir as políticas do medo e, em continuidade, operacionalizar esses conceitos para utilização como unidade de análise nos casos empíricos estudados.

O segundo eixo, havendo sido satisfatoriamente operacionalizado o primeiro, trata da análise individualizada, comparada e pormenorizada das ditaduras ibéricas no período temporal proposto (1900-1975). Esse período é justificado, em consonância com trabalho anterior que analisou a ascensão política de Salazar, por apresentar maior veracidade na análise conjuntural dos antecedentes imediatos de ambas as ditaduras, fornecendo um panorama mais aprofundado das condições que levaram Salazar e Franco ao poder em seus respectivos países, além de cobrir toda a duração das respectivas ditaduras.

O governo de Salazar em Portugal, iniciado em 1932 e finalizado em 1968 (o Estado Novo sobreviveria até 1974, governado por Marcello Caetano), foi originado em meio à ditadura militar que sepultou a Primeira República Portuguesa em 1926. Portugal, há décadas afogado em caos socioeconômico e político, assistiu, em menos de duas décadas, ao fim de uma monarquia e ao início e ocaso de uma

República de matriz liberal e profundamente anticlerical (Matos, 2010). A resposta dos militares conservadores foi um golpe de Estado que, todavia, não logrou controlar a desordem financeira, econômica, social e política generalizadas que assolavam o país. O Exército, foi, assim, forçado a se render às condições exigidas por Salazar para assumir o Ministério das Finanças em 1928. Quatro anos depois, ele assumiria a Presidência do Conselho de Ministros e, ato contínuo, fundaria o Estado Novo, governando até 1968. Salazar apostou em parte no medo do retorno às condições caóticas que Portugal se encontrava antes de sua posse, colocando-se como alguém imprescindível para a continuidade do saneamento dos problemas do país (Meneses, 2011)

O governo de Franco na Espanha, iniciado em 1939 ao fim da Guerra Civil Espanhola – a despeito de ser possível observar a governação gradual de territórios conquistados desde 1936 – e finalizado em 1975 com sua morte (ainda que seguido por outros posteriormente), possuiu conjuntura similar. A abdicação do Rei Afonso XIII em meio a um cenário já caótico de lutas pelo poder entre conservadores e anarquistas promoveu o surgimento da Segunda República Espanhola. Esse novo governo, bastante anticlerical (tal como seu congênere português) igualmente não logrou apaziguar as forças que lutavam pelo poder. As eleições de 1936 e a vitória da esquerda espanhola acabaram por levar os militares a deflagrarem o golpe. Sobreveio uma Guerra Civil que duraria três anos e, ao fim, Francisco Franco assumiria o governo (Seidman, 2002).

Salazar e Franco, personalidades diversas em conjunturas similares, governaram em regimes autoritários por quase quatro décadas cada, ultrapassando os regimes totalitários congêneres e resistindo às ondas de democratização do pós-guerra. O material disponível, ainda que espalhado em fontes com enfoques diversos, permitiu a compreensão das formas que instrumentalizaram as políticas do medo tanto em seus processos de ascensão política quanto durante seus governos.

A investigação, mormente no caso espanhol, encontrou alguns obstáculos à sua concretização no que concerne às fontes. Embora mais numerosas que aquelas disponíveis acerca do caso português, alguns dos autores do caso espanhol possuem, em suas carreiras, denúncias de revisionismo pró-franquista, levantando dúvidas acerca da seriedade de suas análises. Os casos dos autores Ricardo de la

Cierva<sup>6</sup> e Pío Moa<sup>7</sup>, que não foram utilizados no processo de escrita desta tese, são bastante emblemáticos.

Dois autores, no entanto, tiveram utilizados seus trabalhos e compete, portanto, efetuar aqui um *disclaimer* com algumas ponderações. O autor Stanley G. Payne, nos últimos anos, esteve envolvido em uma série de polêmicas, chegando a participar de uma obra revisionista em parceria com o Vox, partido espanhol de extrema-direita. Seu coautor em uma das obras<sup>8</sup>, Jesús Palacios, foi membro de um grupo neonazista – o *Círculo Español de Amigos de Europa* (CEDADE) – durante sua juventude, também sendo considerado um revisionista por outros autores utilizados na escrita deste trabalho.

O livro de Payne e Palacios, em especial, foi alvo de uma publicação conjunta<sup>9</sup> de vários autores espanhóis, que acusaram a obra de ser uma peça de propaganda pró-franquista. A escolha pela manutenção dessa obra entre as referências da tese, em detrimento de sua imediata remoção deu-se pelo fato que as citações e passagens utilizadas puderam ser identificadas, também, em outras obras, atestando sua veracidade no tocante aos fatos, não necessariamente às interpretações em sua dimensão subjetiva. Outra razão que deve ser citada é que Payne, de qualquer maneira, continua sendo um autor importantíssimo entre os estudiosos da história e da política espanholas, figurando seus livros entre os frequentemente citados até mesmo por aqueles que, com méritos e razão, o criticam. As obras de autoria exclusiva de Palacios, no entanto, não foram utilizadas na escrita desta tese, ainda que também apareçam nas referências de outros autores de reconhecida importância.

Esse episódio demonstra a complexidade da escolha de fontes. Ao fim e ao cabo, as fontes são sempre pessoas e suas visões, a depender de diversas circunstâncias, estarão sempre contaminadas de uma ou outra vertente de pensamento.

---

<sup>6</sup> Casanova (2015) refere-se a Ricardo de la Cierva como o hagiógrafo oficial do regime.

<sup>7</sup> O caso do revisionismo histórico de Pío Moa é tratado especificamente por outros autores. Para aprofundamento, v. Ampudia de Haro (2010).

<sup>8</sup> v. Payne e Palacios (2014).

<sup>9</sup> Para aprofundamento, v. Viñas (2015).

## 2. Elementos para uma teoria das políticas do medo: conceito, estrutura e apontamentos metodológicos<sup>10</sup>

“Like liquid cash ready for any kind of investment, the capital of fear can be turned to any kind of profit – commercial or political. And it is”.

*Zygmunt Bauman<sup>11</sup>*

### 2.1. Palavras preliminares

O medo, em uma acepção ampla, é um mecanismo de resposta a estímulos que causam incertezas e ansiedades<sup>12</sup>. Sua característica inherentemente responsiva torna-o um fenômeno politicamente aproveitável e, portanto, permite que seja objeto de interesse investigativo para a ciência política.

Contudo, como será apresentado, a despeito de sua ocorrência ser conhecida – e sentida, a nível pessoal e coletivo – por todos os indivíduos em diversos momentos de suas trajetórias de vida, esse sentimento tem sido rejeitado como objeto de estudo da ciência política pelas mesmas razões que, no passado, o levaram a ser afastado como possível lente analítica por outras áreas do conhecimento.

Kapust (2008) atesta para a presença do medo no discurso político desde a Grécia e a Roma antigas<sup>13</sup>. Platão e Aristóteles indicavam a importância da exploração dos medos ‘certos’ para gerar coragem, obediência e unidade política.

<sup>10</sup> As conclusões deste capítulo foram apresentadas, como trabalho autônomo, no 27º Congresso Mundial de Ciência Política da Associação Internacional de Ciência Política, em 19 de julho de 2023, sob o título de “Towards a Theory of the Politics of Fear: Mapping a Developing Field”. Para aprofundamento, v. Cavichioli (2023).

<sup>11</sup> v. Bauman (2006).

<sup>12</sup> Embora Adolphs (2013) alerte para a existência de diferenciações em níveis neurobiológicos entre o medo e a ansiedade – denotando que o medo é um estado transitório de confrontação frente a um estímulo ameaçador, que a ansiedade é um estado tônico de preparação e que estudos sugerem que a percepção desses estímulos toma diferentes caminhos na estrutura cerebral –, esses termos serão utilizados como sinônimos para os fins do presente trabalho, ou seja, para sua categorização em um referencial voltado à ciência política. O próprio autor assume, ainda, que “a densa interconectividade dessas duas estruturas [cerebrais] torna difícil responsabilizar unicamente qualquer uma delas em sua participação em apenas um desses processos [medo e ansiedade]” (Adolphs, 2013, p. 81). Outros autores, como Wagner & Morisi (2019), igualmente utilizam esses conceitos como sinônimos.

<sup>13</sup> A listagem de pensadores apontados como havendo considerado o medo um fator político também relevante inclui Tito Lívio, Plutarco, Salústio e Tácito. Para aprofundamento, v. Kapust (2008).

Tucídides apontou a ausência de medo de punição em Atenas como a causa de ausência de manutenção da moralidade e o medo dos estrangeiros como fator que proporcionou ação política. Políbio igualmente atesta para a “dupla função do medo como fonte de unidade e energia moral” (Kapust, 2008, p. 361) necessárias para promover a estabilidade de Roma. Cícero acreditava que o medo poderia ser provocado pelo discurso de um orador persuasivo e convertido nas ações necessárias.

Segundo Kapust (2008):

[...] eu sugiro que o status do medo no pensamento antigo dependeu de três fatores. Primeiro, o status do medo é parcialmente uma função do número e qualidades daqueles que o experimentam. Enquanto o medo pode servir em função positiva em seu papel persuasivo enquanto lidando com grupos, o medo pode ser enervador em seus efeitos nos indivíduos, como visto em minha discussão de Tácito. Segundo, a utilidade política do medo no pensamento antigo é parcialmente uma função de sua fonte. Medo de estrangeiros pode fomentar unidade e energia moral; medo de indivíduos dentro de sua própria formação política, entretanto, pode promover desunião e enfraquecimento moral. Terceiro, a utilidade do medo é parcialmente uma função dos fins para os quais serve. O medo pode ser utilizado retoricamente para encorajar grupos a perseguir fins moralmente desejáveis; mas o medo também pode implementado para impedir indivíduos de agir no todo. Os múltiplos e variados efeitos do medo no pensamento político antigo indicam que a questão crítica envolvida no estudo do medo são seus usos particulares (p. 372-373)<sup>14</sup>.

A ponderação acerca do papel do medo na estruturação sociopolítica foi aventada, já durante a Idade Moderna, por Nicolau Maquiavel em 1532. Ao endereçar aspectos relativos à constituição da imagem e da atuação d'O Príncipe, Maquiavel (2001 [1532]) apontou para a necessidade da manutenção do temor<sup>15</sup> através do medo que os subalternos sentiam do castigo que poderia vir a ser-lhes imposto e, para contextualizar essa premência, dedicou um capítulo inteiro de sua obra magna a indagar se o soberano deve ser amado ou temido.

<sup>14</sup> No original: “[...] I suggest that fear's status in ancient thought depended on three factors. First, fear's status is partially a function of the number and qualities of those who experience it. While fear might serve a positive function in its persuasive role when dealing with groups, fear could be enervating in its effects on individuals, as seen in my discussion of Tacitus. Second, fear's political utility in ancient thought is partially a function of its source. Fear of foreigners might foster unity and moral energy; fear of powerful individuals within one's own polity, however, might promote disunity and moral weakness. Third, fear's utility is partially a function of the ends that it serves. Fear might be deployed rhetorically to encourage groups to pursue morally desirable ends; but fear could also be deployed to prevent individuals from acting at all. Fear's multiple and varied effects in ancient political thought indicate that the crucial issue involved in the study of fear is its particular uses” (Kapust, 2008, p. 372-373). Tradução minha.

<sup>15</sup> Por razões de limitação de espaço não será apresentada aqui a discussão acerca das diferenças entre ‘medo’ e ‘temor’ em Maquiavel. Para aprofundamento, v. Panichi (2023).

O ápice da consideração do medo como um fator politicamente relevante é encontrado, com especial ênfase, na obra de Thomas Hobbes (1894), que o aponta como o fator catalisador da passagem dos indivíduos do estado de natureza – em que não possuíam qualquer segurança da manutenção de suas vidas frente a outros indivíduos, vivendo um permanente estado de guerra de todos contra todos – para a sociedade civil por meio do estabelecimento de um contrato social que pudesse garantir que não estivessem constantemente sob ameaça, ou seja, em que o medo que sentiam uns frente aos outros pudesse ser aplacado por meio de um pacto de submissão a um soberano que concentrasse as forças de todos e impedissem que as utilizassem livremente (Hobbes, 1894; Leivas, 2011).

Houve, posteriormente a esse ápice de protagonismo, uma redução da intensidade das agendas de pesquisa que versam sobre o medo como fator político, ocorrendo um deslocamento do domínio da temática para áreas como a sociologia e a criminologia. Esse deslocamento dificultou o florescimento de um novo ferramental teórico de valor para a ciência política, justificando a necessidade do presente trabalho.

Outros campos científicos, ultrapassando suas reservas próprias à análise do medo como fator relevante em suas investigações, acabariam por incluir o conceito em suas análises de sociologia das emoções, de políticas criminais e políticas do medo e, no caso da economia, da economia comportamental<sup>16</sup>. Em todas essas áreas o medo passou a ser operacionalizado para permitir o estudo dos fenômenos empíricos por meio de teorias nas quais é incluso como lente investigativa.

Esse afastamento do medo como objeto de investigação das agendas de pesquisa da ciência política gera, ademais, a necessidade de uma tentativa de melhor conceituação do que são as políticas do medo e da busca de sua estruturação como teoria sob a qual os acontecimentos podem ser analisados pelos cientistas políticos. Compete que a ciência política, como área que detém os maiores ferramentais teóricos para definir as características qualificadoras de uma teoria política, proporcione uma conceituação do fenômeno e de suas categorias internas, subsidiando não apenas as próprias pesquisas acerca do medo, mas também qualificando outros campos que, atualmente, tomam essa conceituação de forma ainda não satisfatória.

---

<sup>16</sup> Seaton (2001) detalha, sob esse viés econômico, o conceito de ‘comodificação do medo’, ou seja, a transformação do medo em uma *commodity* de mercado.

## 2.2. O medo como fator político

O medo, em seu âmago, é descrito como “uma variável interveniente entre conjuntos de estímulos dependentes do contexto e conjuntos de respostas comportamentais”<sup>17</sup> (Adolphs, 2013, p. 79), sendo tais estímulos, majoritariamente, percebidos como aversivos (Crawford, 2014). É considerado, portanto, como “uma emoção de antecipação que é desencadeada quando uma situação que é um risco para nossa segurança e/ou a segurança alheia é percebida”<sup>18</sup> (Garcia, 2017, p. 462).

Em sua natureza de ameaça à segurança individual e coletiva, o medo é ativado como mecanismo de resposta às incertezas, às inseguranças às instabilidades e às ansiedades que permeiam todas as sociedades. Essa ativação, quando dada por meio da legitimação das plataformas eleitorais que prometem combater esses próprios medos, permite uma grande conivência com manobras políticas que visam combater essas crises, muitas vezes atuando de forma completamente desproporcional ao risco percebido (Schrecker, 2004). A relação política formada entre os atores que utilizam o medo em suas plataformas e as sociedades que os elegem é diretamente proporcional: quanto maior e mais amplo o medo, mais ampla é a *carte blanche* dada para combate-lo.

Segundo Mansano e Nalli (2018) o medo deve ser percebido como um dispositivo biopolítico. Inicialmente um mecanismo de defesa voltado para a autopreservação e com objetos certos, na atualidade o medo está liberado da necessidade de estar atrelado a esses objetos, funcionando por si próprio e tendo sido internacionalizado pelo capitalismo global. Essa expansão, conforme os autores, possibilita que o medo se autolegitime e possa influenciar em processos sociais (Mansano; Nalli, 2018).

Essas conceituações, advindas da biologia e da psicologia, foram posteriormente estendidas às ciências sociais, dada sua relevância para as análises da área. De acordo com Huddy (2004):

[...] destaca a facilidade com que o medo pode ser associado a novos eventos e objetos, demonstra que isso pode ocorrer fora da consciência consciente e ilustra a dificuldade envolvida na extinção dessas reações de medo, uma vez

<sup>17</sup> No original: “[...] an intervening variable between sets of context-dependent stimuli and suites of behavioral response” (Adolphs, 2013, p. 79). Tradução minha.

<sup>18</sup> No original: “[...] an emotion of anticipation that is triggered when a situation that is at risk for our safety and/or the safety of others is perceived [...] (Garcia, 2017, p. 462)”. Tradução minha.

formadas. O impacto do trabalho de LeDoux não se limita à neurociência, mas tem implicações mais amplas para a ciéncia social de forma mais generalizada. Ajuda a explicar o desenvolvimento das reações de medo condicionado a estímulos inicialmente neutros, como uma figura política ou um grupo étnico ou racial específico, e tem amplas implicações para o estudo das relações raciais, medo do crime, reações a desastres ambientais, respostas públicas ao terrorismo e outras questões sociais e políticas (p. 802)<sup>19</sup>.

A sociologia não tardou a abarcar o medo em suas linhas de pesquisa, gerando a agenda de investigação relativa ao medo líquido, a partir da obra de Zygmunt Bauman, à sociedade do risco, a partir das obras de Ulrich Beck e Anthony Giddens, e à cultura do medo, a partir dos trabalhos de Frank Furedi e Barry Glassner.

De acordo com Bauman (2006):

Os medos nos induzem a tomar ações defensivas, e tomar ações defensivas dá imediatismo, tangibilidade e credibilidade às ameaças genuínas ou putativas das quais os medos presumidamente emanam. É nossa resposta à ansiedade que reformula a premonição sombria como realidade cotidiana, corporificando a um espectro. O medo se enraíza em nossos motivos e propósitos, se instala em nossas ações e satura nossas rotinas diárias; se quase não precisa de mais estímulos externos, é porque as ações que ela provoca dia após dia fornecem toda a motivação, toda a justificação e toda a energia necessárias para mantê-la viva, se ramificando e florescendo. Entre os mecanismos que pretendem seguir o sonho do movimento perpétuo, a autorreprodução do emaranhado do medo e das ações inspiradas pelo medo parece ocupar um lugar de destaque ..." (p. 132-133)<sup>20</sup>.

A sociedade do risco, termo cunhado por Beck (1998) em meados da década de 1980 e aprofundado por Giddens (1999), define uma sociedade cujas preocupações intensas e crescentes com o futuro – tendo essas preocupações e

<sup>19</sup> No original: "[...] highlights the ease with which fear can be associated with novel events and objects, demonstrates that this can occur outside conscious awareness, and illustrates the difficulty involved in extinguishing these fear reactions once formed. The impact of LeDoux's work is not confined to neuroscience but has broad implications for social science more generally. It helps to explain the development of conditioned fear reactions to initially neutral stimuli such as a political figure or a specific ethnic or racial group, and has broad implications for the study of race relations, fear of crime, reactions to environmental disasters, public responses to terrorism, and other social and political matters" (Huddy, 2004, p. 802). Tradução minha.

<sup>20</sup> No original: "Fears prompt us to take defensive action, and taking defensive action gives immediacy, tangibility and credibility to the genuine or putative threats from which the fears are presumed to emanate. It is our response to anxiety that recasts sombre premonition as daily reality, giving a flesh-and-blood body to a spectre. Fear takes root in our motives and purposes, settles in our actions and saturates our daily routines; if it hardly needs any further stimuli from outside, it is because the actions it prompts day in, day out supply all the motivation, all the justification and all the energy required to keep it alive, branching out and blossoming. Among the mechanisms that claim to follow the dream of perpetual motion, the self-reproduction of the tangle of fear and fear-inspired actions seems to hold pride of place..." (Bauman, 2006, p. 132-133). Tradução minha.

perigos surgido por conta da modernização, na visão de Beck – geram a noção de um risco onipresente. Ambos os autores, nesse sentido, denotam a gestão política desses riscos, apontando para sua inclusão nas agendas políticas (Beck, 1998; Giddens, 1999).

A cultura do medo, conceito estrutural sociológico desenvolvido por Furedi (1997), busca explicar as razões pelas quais o medo permeia as sociedades de forma tão profunda que possibilita uma relação inversamente proporcional entre o medo de ser vitimizado e o risco efetivo de que isso ocorra. Glassner (1999), aprofundando o tema, aponta para a preponderância do papel da mídia como uma das maiores responsáveis pela criação, sustentação e propagação desses medos perante as sociedades que consomem seus produtos.

Os medos contemporâneos, segundo Bauman (2006), se estendem para além dos medos originais que são compartilhados por humanos e animais. Os seres humanos também são vitimados pelos chamados medos derivativos ou secundários, ou seja, medos que são oriundos das experiências passadas e que “[...] sobrevive[m] ao encontro [com a ameaça] e se torna[m] um importante fator em moldar a conduta humana mesmo que não haja mais uma ameaça direta à vida ou integridade”<sup>21</sup> (p. 3). Em outros termos, experiências passadas podem retroalimentar medos presentes.

Entre os tópicos de destaque na cultura do medo, um dos mais prevalentes é o medo do crime. A criminologia, nessa esteira, incluiu o medo em sua dimensão de análise, trabalhando o fenômeno sob uma perspectiva que busca entender a relação entre o medo coletivamente sentido em uma sociedade e as repercussões legislativas e sociopolíticas acarretadas.

Garland (2001) atesta para o fato que o medo do crime, transformado em tema cultural de grande proeminência desde o fim da década de 1970, impõe aos agentes políticos a necessidade de efetuar mudanças legislativas que vão de encontro a esses temores sentidos pelas populações. Independentemente dos reais índices de crime experimentados por uma sociedade, o sentimento difuso e coletivo de medo de ser vitimizado e a desconfiança na capacidade das instituições públicas para solucionar o problema permanece.

Um considerável medo do crime em uma população – diretamente relacionado

---

<sup>21</sup> No original: “[...] outlives the encounter and becomes an important factor in shaping human conduct even if there is no longer a direct threat to life or integrity” (Bauman, 2006, p. 3). Tradução minha.

com altos índices criminais ou não – permite o florescimento das plataformas políticas que exploram o medo ao crime, abrindo caminho para a abordagem do medo em uma perspectiva da ciência política.

Segundo Garland (2001):

Acompanhando essas imagens projetadas, e em resposta retórica a elas, o novo discurso das políticas criminais consistentemente invoca um público revoltado, cansado de viver com medo, exigindo medidas rígidas de punição e proteção. Esse *background* da política é agora mais frequentemente uma raiva coletiva e uma justa exigência de retribuição do que um compromisso com uma solução justa e socialmente projetada. A temperatura emocional da formulação de políticas mudou de fria para quente (p. 10-11)<sup>22</sup>.

Cohen (2002), ademais, cunhou o termo ‘pânico moral’, através do qual explica os processos pelos quais uma sociedade identifica um ‘inimigo’ responsável por toda a sorte de medos que sente. Segundo o autor, esse fenômeno pode ser descrito como “uma condição, episódio, pessoa ou grupo de pessoas [que] emerge para ser definido como uma ameaça a valores e interesses sociais”<sup>23</sup> (Cohen, 2002, p.1).

Kessler (2011), em estudo acerca do sentimento de insegurança, aponta para a dificuldade de remover os medos socialmente experimentados de uma dimensão política para o qual se alastrou por conta de sua já noticiada fixação em diversos meios:

Nos parece, entretanto, que é difícil que esse processo de instalação da suspeita e da presunção de periculosidade retroceda, pois está bem implantado no núcleo de práticas sociais, sensibilidades e mercados há anos, motivo pelo qual seu potencial negativo afetou fortemente na vida social e política (p. 270)<sup>24</sup>.

Nils Christie (2008) aponta para uma tendência crescente do interesse dos

<sup>22</sup> No original: “Accompanying these projected images, and in rhetorical response to them, the new discourse of crime policy consistently invokes an angry public, tired of living in fear, demanding strong measures of punishment and protection. The background effect of policy is now more frequently a collective anger and a righteous demand for retribution rather than a commitment to a just, socially engineered solution. The emotional temperature of policy-making has shifted from cool to hot” (Garland, 2001, p. 10-11).

<sup>23</sup> No original: “A condition, episode, person or group of persons emerge to become defined as a threat to societal values and interests [...]” (Cohen, 2002, p. 1). Tradução minha.

<sup>24</sup> No original: “Nos parece, sin embargo, que es difícil que este proceso de instalación de la sospecha y de presunción de peligrosidad retroceda, pues está planteado en el núcleo de prácticas sociales, sensibilidades y mercados desde hace años, motivo por el cual su potencial negativo ha estado haciendo mella en la vida social y política” (Kessler, 2011, p. 270). Tradução minha.

atores políticos pela agenda do controle do crime e, consequentemente, do medo do crime. Apresentando o controle do delito como uma vitrine política, o criminólogo norueguês explica a razão pela qual essa agenda desperta tamanho interesse, asseverando que “[...] restam poucos espaços livres, espaços de exposição pública, para os políticos como figuras políticas e para os partidos”<sup>25</sup> (Christie, 2008, p. 58).

Essa redução dos âmbitos possíveis de atuação, segundo o autor, possibilita que, quando os atores alcançam essa agenda securitária, possam se apresentar ao público como merecedores dos votos daqueles com quem compartilham valores em comum – como o próprio medo de ser vítima de um delito (Christie, 2008).

O delito, como um “produto cultural, social e mental”<sup>26</sup> (Christie, 2008, p. 19), é tido como um recurso natural ilimitado. Em complemento, Rodríguez Alzueta (2014) atesta:

Um dos insumos sociais da política contemporânea é o medo. O medo é um recurso ilimitado de que dispõem os atores políticos para ganharem o consentimento dos cidadãos. O medo pode adquirir formas muito distintas e amoldar-se às conjunturas cambiantes [...]. Há medo para todos os contextos, mas o medo do delito e da violência resultaram ser os melhores materiais para alimentar as políticas punitivas. Por trás do medo do delito não há que apressar-se a buscar o delito. O medo do delito é o resultado da luta contra o delito (p. 36)<sup>27</sup>.

Os termos ‘políticas do medo’, ‘gestão política do medo’, ‘o medo como recurso ilimitado’, entre outros, demonstram a intrínseca ligação – cristalina para diversas áreas do conhecimento científico – entre o medo e sua instrumentalização pelos atores políticos, a despeito dessas mesmas áreas deixaram de apresentar aprofundamentos conceituais acerca da definição das políticas do medo e de suas formas de desenvolvimento.

A baixa incidência investigativa a respeito do medo como fator político preponderante na atualidade, todavia, não encontra eco no passado. Cenário diferente ocorreu em dois clássicos do pensamento político: Nicolau Maquiavel e

<sup>25</sup> No original: “[...] quedan muy pocos espacios libres, espacios de exposición pública, para los políticos como figuras políticas y para los partidos” (Christie, 2008, p. 58). Tradução minha.

<sup>26</sup> No original: “[...] producto cultural, social y mental” (Christie, 2008, p. 19). Tradução minha.

<sup>27</sup> No original: “Uno de los insumos sociales de la política contemporánea es el miedo. El miedo es un recurso ilimitado del que disponen los actores políticos para ganarse el consentimiento de los ciudadanos. El miedo puede adquirir formas muy distintas y amoldarse a las cambiantes coyunturas con las que se miden los funcionarios. Hay miedo para todos los contextos, pero el miedo al delito y a la violencia resultaron ser los mejores materiales para alimentar las políticas punitivas. Detrás del miedo al delito no hay que apresurarse a buscar el delito. El miedo al delito es el resultado de la lucha contra el delito” (Rodríguez Alzueta, 2014, p. 36). Tradução minha.

Thomas Hobbes.

Maquiavel, a despeito de não colocar o medo como peça central de sua análise, é reputado como um dos autores que “identificaram o medo como uma motivação política”<sup>28</sup> (Robin, 2006, p. 31), juntamente com Tucídides. O medo em Maquiavel aparece mais como uma ferramenta do aparato disponível ao Príncipe do que como um fator político por si mesmo, decorrente do medo que os homens sentem da punição que podem vir a receber por seus atos (Machiavelli, 2001 [1532]).

Hobbes, por sua vez, “foi o primeiro teórico a enxergar o potencial galvanizador do medo, como ele poderia ajudar a estabelecer a linguagem moral e os códigos políticos de uma sociedade”<sup>29</sup> (Robin, 2006, p. 28). O medo, na teoria hobbesiana, opera como um catalisador da passagem do estado de natureza para a sociedade civil por conta de sua onipresença na ausência do Estado. A liberdade de que os homens gozavam, no estado de natureza, para atentar contra a vida e a propriedade dos outros homens gera a guerra de todos contra todos. O medo que sentiam acaba por forçar que estes homens entrem em acordo sobre concentrar suas forças unicamente na figura de um soberano, abrindo mão de sua liberdade de dispor livremente dela (Hobbes, 1894 [1651]).

Robin (2006) também cita, entre os autores clássicos que abordam a temática do medo, Charles de Montesquieu, Alexis de Tocqueville e Hannah Arendt.

Em Montesquieu, o terror é um produto da violência do déspota e de sua disposição pela destruição, não sendo o resultado de um cálculo político ou de um artifício moral (Montesquieu, 1989 [1748]). Esse terror, todavia, serve “como um catalisador do despertar político e moral”<sup>30</sup> (Robin, 2006, p. 29).

Em Tocqueville a origem do medo muda substancialmente, deixando de resultar do poder soberano/despótico e surgindo a partir da ausência de um poder (Tocqueville, 2000 [1838]). A ansiedade, reputada por Robin (2006) como sendo o equivalente na obra de Tocqueville do medo político, não “era produto das leis, elites, instituições ou educação; florescia em sua ausência”<sup>31</sup> (p. 29). O medo serviria, então, para gerar instrumentos políticos que não permitissem aos governantes agir

<sup>28</sup> No original: “[...] had identified fear as a political motivation [...]” (Robin, 2006, p. 31). Tradução minha.

<sup>29</sup> No original: “[...] was the first theorist to see political fear’s galvanizing potential, how it could help establish the moral language and political codes of a society [...]” (Robin, 2006, p. 28). Tradução minha.

<sup>30</sup> No original: “[...] as the catalyst of political and moral awakening.” (Robin, 2006, p. 29). Tradução minha.

<sup>31</sup> No original: “[...] was not the product of laws, elites, institutions, or education; it flourished in their absence” (Robin, 2006, p. 29). Tradução minha).

de forma repressiva frente a essa ansiedade (Robin, 2006).

Em Arendt (1973), já em uma conjuntura mais recente dos governos totalitários do século XX, o medo – também nomeado de terror ou terror total (Robin, 2006) – é apresentado em duas abordagens: de um lado como produto da tirania e sentido entre governados e governantes (Branco; Rocha, 2016) e, de outro lado, dentro das ideologias totalitárias, como um sistema antipolítico de inação por meio do abafamento das tentativas de oposição e da anulação das condições de ação (Branco; Rocha, 2016).

Segundo Robin (2006), todavia:

Todos esses diagnósticos do medo [...] partilham os mesmos déficits que seus predecessores – um descaso pelas dimensões políticas do medo, uma ofuscação ou elisão de suas funções repressivas e consequências desigualitárias e uma esperança que o medo possa servir como base para uma renovação política (p. 30)<sup>32</sup>.

Conceitos esparsos constituem, atualmente, o campo das políticas do medo, sem que haja necessariamente uma concordância entre eles ou consideráveis comunicações entre as características observadas ou, até mesmo, sobre a própria nomenclatura.

Robin (2006) define o ‘medo político’, como assim o denomina, como “a apreensão sentida por um povo de algum risco ao seu bem-estar coletivo [...] ou a intimidação exercida sobre homens e mulheres por seus governantes ou grupos”<sup>33</sup> (p. 2).

Enroth (2017), de forma sintética, descreve as políticas do medo como a “manipulação intencional do medo público”<sup>34</sup> (p. 58), apontando para a ligação desse fenômeno com os atentados de 11 de setembro de 2001. Esse evento, particularmente, é considerado como um *turning point* da popularização das políticas do medo por Enroth (2017) e outros (Altheide, 2003; Gardner, 2008; Cornelli, 2018).

Cornelli (2008) aduz para essa preponderância do papel do medo na política

<sup>32</sup> No original: “All of these recent diagnoses of fear [...] share the same deficits of their predecessors – a disregard for the political dimensions of fear, an obfuscation or elision of its repressive functions and inequalitarian consequences, and a hope that fear can serve as a ground for political renewal” (Robin, 2006, p. 30). Tradução minha.

<sup>33</sup> No original: “[...] a people's felt apprehension of some harm to their collective well-being [...] or the intimidation wielded over men and women by governments or groups” (Robin, 2006, p. 2). Tradução minha.

<sup>34</sup> No original: “[...] willful manipulation of public fear [...]” (Enroth, 2017, p. 58). Tradução minha.

moderna:

O medo hoje marca explicitamente o campo político: caracteriza mentalidades e sensibilidades coletivas e, assim, orienta os atos de tomada de decisão. *War on Crime*, *War on Drugs*, *War on Terror* são expressões de uma linguagem que, nas últimas décadas, assumiu o medo como uma característica marcante da relação entre instituições e cidadãos, prefigurando um cenário de tensão contínua (uma "guerra sem fim", de acordo com a definição do presidente dos Estados Unidos da América George W. Bush após 11 de setembro de 2001) entre civilização e barbárie (p. 1)<sup>35</sup>.

Outras características passíveis de análise são observadas nos trabalhos de Quadruppani (2001), que destaca a habilidade de infiltração do medo em diversos âmbitos da sociedade, inclusive a política, e de Pyszczynski (2004), que aponta para a dificuldade de entender as causas do medo como decorrência de sua exploração por parte dos governantes.

Altheide (2003), em complemento às pontuações anteriores, apresenta a conceituação de maior profundidade entre esses autores, definindo as políticas do medo como "[...] a promoção e o uso, pelos tomadores de decisões, das crenças e suposições da audiência sobre perigo, risco e medo para atingir certos objetivos"<sup>36</sup> (p. 43). O autor, mais recentemente, descreveu as políticas do medo como "[...] promoção e exploração pelos tomadores de decisões da raiva e medo dos cidadãos para suas próprias metas e objetivos [...]”<sup>37</sup> (Altheide; Merkowitz, 2022, p. 88). Essas conceituações, no entanto, ainda carecem de uma lapidação dentro das estruturas da ciência política.

A expansão da cultura do medo, entendida por Altheide e Michalowski (1999) como uma forma de enquadramento dos problemas sociais cujo impacto é sentido politicamente, deforma a percepção da realidade, tornando-se particularmente interessante como objeto de mobilização política. Em um mundo altamente conectado e com trocas rápidas de informações, o medo acaba por ser exportado na

<sup>35</sup> No original: "La paura contrassegna oggi in modo esplicito il campo politico: caratterizza le mentalità e sensibilità collettive e, in tal modo, orienta gli atti decisionali. War on Crime, War on Drugs, War on Terror sono espressioni di un linguaggio che, nel corso degli ultimi decenni, ha assunto la paura come tratto saliente della relazione tra istituzioni e cittadini, prefigurando uno scenario di continua tensione (una "guerra senza fine", secondo la definizione del Presidente degli Stati Uniti d'America George W. Bush all'indomani dell'11 settembre 2001) tra civiltà e barbarie" (Cornelli, 2008, p. 1). Tradução minha.

<sup>36</sup> No original: "[...] decision-makers' promotion and use of audience beliefs and assumptions about danger, risk and fear in order to achieve certain goals" (Altheide, 2003, p. 43). Tradução minha.

<sup>37</sup> No original: "[...] decision-makers promotion and exploitation of citizens' anger and fear for their own political goals and objectives [...]" (Altheide; Merkowitz, 2022, p. 88). Tradução minha.

mesma velocidade, passando a permear as pautas político-eleitorais em diversos países.

Wodak (2015) aponta para a tendência de que partidos populistas de direita e de extrema-direita possuem para o emprego das políticas do medo, deslocando o debate para a questão de radicalizações do cenário político-eleitoral por meio da instrumentação do medo. Esse cenário de especial atração pelas direitas e extremas-direitas globais é reforçado por Altheide e Merkowitz (2022).

Um maior empenho descritivo também é protagonizado por Castells (2018), que aduz:

O medo é a mais poderosa das emoções humanas. E sobre essa emoção atua o terrorismo indiscriminado, aquele que mata, mutila, fere, sequestra ou aliena em qualquer tempo e espaço para aninhar o medo na mente das pessoas. Seus efeitos sobre a política são profundos, porque onde há medo surge a política do medo. A saber, a utilização deliberada do óbvio desejo que as pessoas têm de proteção para estabelecer um estado de emergência permanente que corrói e por fim nega na prática as liberdades civis e as instituições democráticas (p. 29).

A resistência ao protagonismo do medo na agenda de pesquisa da história é descrita por Delumeau (2002) como oriunda da vergonha e fruto da associação do medo com a covardia, ressaltando para um componente ético-moral dessa negação. Essa inferiorização do sentimento de medo como algo indigno, a despeito de sua onipresença na experiência humana e de sua importância como mecanismo de autopreservação e defesa (Ferreira, 2010), todavia inicia um processo de tímida mudança<sup>38</sup>.

Outras áreas científicas, tal como gradualmente espera-se ocorrer na ciência política, venceram a barreira que impedia a análise do medo como um fator relevante para seus objetos de investigação. Da sociologia, originou-se a percepção de que o medo é não apenas é um fenômeno pertencente à cultura do medo contemporânea, como também é apresentado como um fato de estruturação social primária (Elias, 1993). Da criminologia, originou-se o entendimento do medo como um fator que molda as tomadas de decisão em matéria criminal e serve como plataforma política. Da economia, por sua vez, originou-se o campo de economia comportamental, permitindo que fossem ultrapassadas antigas resistências à análise que tinham o

---

<sup>38</sup> Essa mudança ocorre, de acordo com Yrdakul (2021), pois está em curso uma superação, no ponto de vista acadêmico, da crença que as emoções são irracionais e que não participam de um processo cognitivo de tomada de decisão. A colocação de Yrdakul é apoiada por Wagner & Morisi (2019).

medo como um sentimento indigno que, como outros sentimentos, não deveria ser considerado em um campo científico tradicionalmente dominado pelas ciências exatas (Cedrini; Novarese, 2016).

Justifica-se, uma vez mais, essa necessidade de estudar o medo como um fenômeno profundamente entrancheirado em todos os âmbitos da política através da interpelação de Freeden (2006):

Os teóricos políticos recentemente se concentraram em emoções específicas, principalmente negativas, como medo e raiva, mas precisam examinar mais a fundo o papel geral das emoções como transmissores do poder político (p. 20)<sup>39</sup>.

Os conceitos básicos necessários para estruturar as políticas do medo, como aqui explicitados, já existem, muito embora espalhados em campos científicos diversos e desertos de uma ligação mais rígida entre eles. Cumpre ao presente trabalho, portanto, a função de propor a reflexão sobre essa necessidade e o papel da ciência política em fazê-lo.

### 2.3. Políticas do medo: definição provisória, estruturação e características principais

Com efeito, decorridas as explicações acerca do medo como fator político, propõe-se uma definição – assumidamente provisória – de políticas do medo com a finalidade de possibilitar sua operacionalização.

As políticas do medo são dispositivos políticos consistentes do conjunto de ações e inações, por parte dos atores políticos, institucionais ou não, que objetivam mobilizar, manipular, criar e propagar os medos difusamente presentes em uma coletividade com a intenção de auferir quaisquer formas de capitalização político-eleitoral, dominância moral ou intimidações politicamente aproveitáveis, diretamente ligadas aos medos originários ou não, em suas audiências.

Esse intento de conceituação proposto representa um aprofundamento – direcionado ao uso pela ciência política – da concepção apresentada por Altheide (2003) nos marcos de sua análise sociológica. A inação, como prática de abstenção voluntária e motivada dos agentes políticos, foi adicionada ao conceito para abarcar

---

<sup>39</sup> No original: “Political theorists have recently focused on specific, mainly negative, emotions such as fear and anger, but need to examine further the general role of emotions as conveyors of political power” (Freeden, 2006, p. 20). Tradução minha.

a totalidade das possíveis ações. Esses atores políticos, ademais, foram nominados (como institucionais ou não) com vistas a situar a análise dentro da área de interesse da ciência política. Foram aprofundados, também, os meios pelos quais as políticas do medo podem ser aplicadas e seus objetivos, estes que restavam mais abstratos na concepção tomada como base. Com efeito, também foi abarcada, nessa nova proposta conceitual, a possibilidades de os medos serem originários – ou seja, já presente nas audiências – ou criados para surtir os efeitos desejados.

As políticas do medo desdobram-se, em seu cenário de aplicabilidade, em duas dimensões: a dimensão discursiva e a dimensão operativa.

A dimensão discursiva diz respeito à instrumentalização per se dos medos autóctones (ou, caso inexistentes, sua criação) em uma sociedade pelos agentes interessados no controle de sua narrativa de combate. Pode ser considerada uma fase preparatória para a dimensão operativa, embora não obrigatoriamente avance para uma essa operacionalização. Ainda, tem-se que a dimensão discursiva permanece ocorrente enquanto o medo for politicamente capitalizável, ocorrendo ou não uma atividade da dimensão operativa, como forma de tornar permanente a legitimação de eventuais medidas tomadas pelos atores políticos.

Nessa dimensão, fundadora por excelência das bases retóricas sobre as quais os atores políticos operarão suas plataformas político-eleitorais, tem-se a veiculação de discursos acerca dos medos que afigem as sociedades e a apresentação de propostas de solução para tais problemas. Apresenta-se como uma fase de legitimação, servindo tanto para atores políticos que já estão no poder e necessitam do consentimento do corpo eleitoral para a tomada de decisões quanto para agentes externos à máquina do Estado que aspiram chegar ao poder denunciando a incompetência dos incumbentes em agir face a esses medos.

A marca particular da dimensão discursiva é o estabelecimento de um vernáculo próprio que auxilia a categorizar as fontes do medo – ainda que usualmente de forma abstrata e intencionalmente ampliada para evitar uma redução do escopo – e, também, define a terminologia do enfrentamento. A linguagem própria trazida à cena política permite uma maior plasticidade na dimensão discurso, viabilizando o atingimento dos fins almejados pelos agentes políticos na dimensão operativa e um constante reforço mútuo no curso de ambas.

Essa linguagem própria não apenas é utilizada para definir o medo, suas fontes e suas propostas de enfrentamento, mas também para efetuar o

enquadramento medo personificado em ‘inimigo público’. Essa criação de um ‘inimigo’ consubstancia, ao olhar público, a imagem das causas do medo que é sentido pela sociedade. A gênese dessa figura do ‘outro’ possibilita aos atores políticos proponentes das políticas do medo que direcionem seus esforços de combate à figura difusa e convenientemente nebulosa de um ‘culpado’ pelos problemas enfrentados, reforçando a retórica presente na dimensão discursiva

A dimensão operativa, por sua vez, diz respeito às tomadas de decisões diretamente dependentes das autoridades públicas com competências para tanto, ou seja, a atuação (ou a inação) dos governos, já em controle da narrativa do combate ao medo. Pode ser dividida em dois âmbitos: o âmbito preventivo-preparatório e o âmbito repressivo.

No âmbito preventivo-preparatório são encontradas as produções legislativas, normalmente voltadas à criminalização de determinadas condutas que são reputadas como causas responsáveis pela própria existência dos medos a combater pelas autoridades públicas beneficiadas pela legitimidade obtida da dimensão discursiva.

Nesse âmbito são estruturadas as bases jurídicas necessárias em qualquer Estado para adequação constitucional e institucional das medidas legais a implementar, sendo um momento imprescindível para o aparelhamento das instituições incumbidas pelo Poder Público de agir frente aos medos.

Ultrapassada a estruturação do âmbito preventivo-preparatório, abrem-se as portas para o funcionamento do âmbito repressivo da dimensão operativa. O âmbito repressivo representa o pináculo da instrumentalização política do medo, compreendendo todas as medidas efetivamente tomadas pelas autoridades públicas constituídas para enfrentar as causas – embora, comumente, o ataque seja direcionado às consequências – do medo.

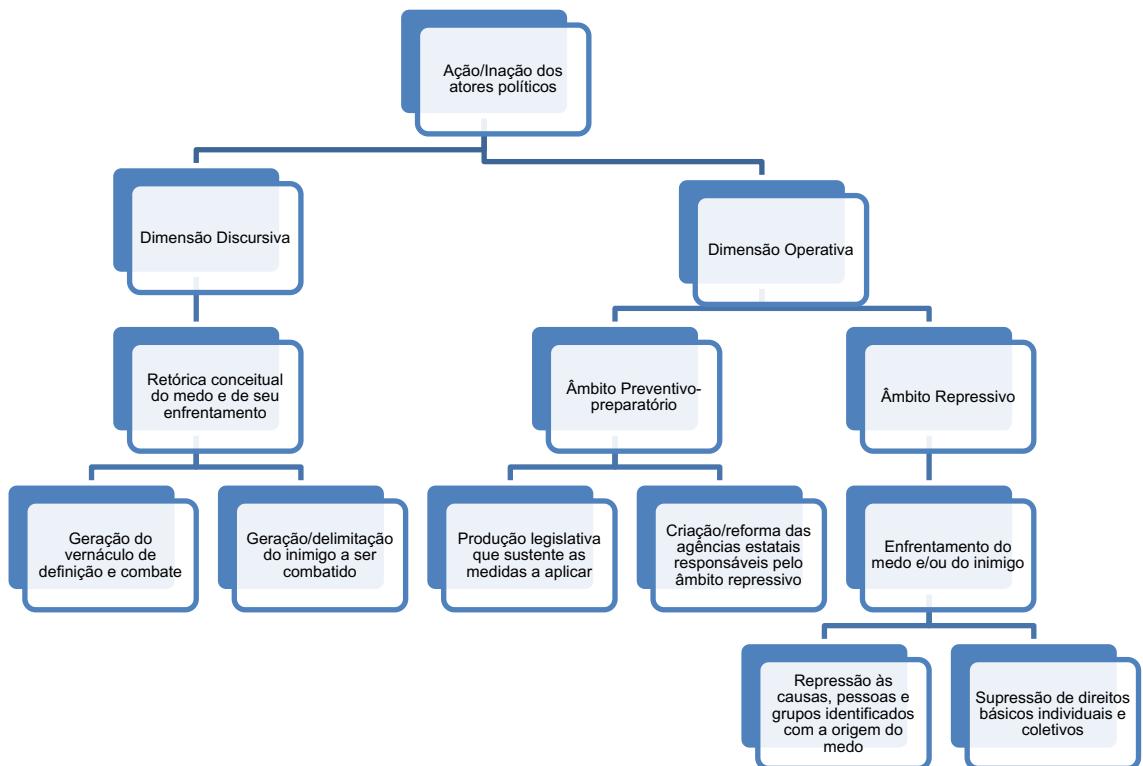
Nesse âmbito são observados os alargamentos do poder estatal para reprimir indivíduos e grupos apontados como responsáveis pelo medo experimentado por uma sociedade, utilizando-se dos mecanismos previamente disponibilizados pelas inovações legislativas para implementar medidas de vigilância e repressão dos ‘inimigos públicos’.

O respaldo jurídico-legal anteriormente auferido permite, nesse âmbito, que sejam tomadas medidas que, em uma conjuntura de normalidade institucional, possivelmente seriam vetadas ao Estado, aviltando prerrogativas individuais e coletivas nesse processo. Proibições de manifestações concernentes à liberdade de

expressão e de reunião, vigilância policial intensificada, prisões e detenções preventivas, violações de domicílio e/ou propriedade e quaisquer outras formas de constrangimentos outrora ilegais podem ser impostas como parte do arsenal de técnicas disponíveis às autoridades públicas.

Cumpre ressaltar que, dada a plasticidade e a mutabilidade dos medos, é possível que, ainda que sua exploração seja planejada por algum ator político interessado, a conjuntura imponha mudanças substanciais no processo, trazendo resultados diversos do esperado. Novos medos podem surgir, ligados ou não aos originais; medos instrumentalizados podem se extinguir ou ter sua relevância diminuída diante das mudanças de conjuntura e; até mesmo, o intento pode não ser frutífero por conta de uma baixa penetração não prevista pelos interessados.

Propõe-se, para melhor visualização das premissas apresentadas, o seguinte fluxograma:



**Figura 1.** Fluxograma das políticas do medo

Fonte: Elaboração própria.

#### 2.4. Pressupostos de aplicabilidade e usos contemporâneos

A despeito das consideráveis possibilidades de aplicação das políticas do medo até aqui apresentadas, cumpre recordar que essas possibilidades não refletem, necessariamente, uma utilização totalmente deserta de limites e efetuada de forma discricionária e extremada, mas sim uma aplicação ponderada que não acabe por prejudicar os intentos de seus utilizadores. Em outras palavras, diferentes limites são impostos à aplicabilidade das políticas do medo e ultrapassa-los pode significar sua inefetividade.

De acordo com Lupia e Menning (2006), contrariamente ao pensamento

popular, os atores políticos não conseguem utilizar fácil e prontamente o medo de forma livre para atingir seus objetivos perante seus públicos. Fatores como a possibilidade de superação dos medos por parte do público e dos incentivos que os atores políticos possuem para buscar mobilizar o apoio dos cidadãos são citados como determinantes para essa aplicação do medo.

O uso das emoções – entre elas o medo – pelos atores políticos para entender o público encontra explicação em Yrdakul (2021):

Enquanto a sociedade mudou de forma e se tornou mais complicada, foi ficando mais difícil estimar os comportamentos políticos dos cidadãos. Nesse sentido, as emoções têm sido usadas como uma diretriz confiável para olhar profundamente para os processos de tomada de decisão política dos cidadãos e seus comportamentos políticos (p. 256)<sup>40</sup>.

Com efeito, a complexidade e a estratificação sociais em permanente mudança e aprofundamento torna lógico que os atores políticos dediquem sua atenção aos pontos de convergência existentes entre a maioria das pessoas: os sentimentos. Entre esses sentimentos existe o medo e, assim, ele ganha o atributo de unidade de análise mensurável.

Wagner e Morisi (2019) atestam para o fato que o medo provoca a busca por informações por parte dos indivíduos, aumentando seu interesse em formas de lidar com esse medo. Ao mesmo tempo, os autores, igualmente apontam para o fato que o medo pode tanto afastar<sup>41</sup> quanto aproximar os cidadãos da vida política, dependendo do contexto (Wagner; Morisi, 2019). Assim, tem-se que a exploração e a instrumentalização do medo pelos atores políticos não podem ser feitas livremente, mas devem obedecer a limites impostos por cada conjuntura e circunstância.

Dá-se, para fins de contextualização contemporânea, o exemplo das políticas do medo oriundas dos atentados às Torres Gêmeas, nos Estados Unidos da América, em 11 de setembro de 2001. Esse evento, embora não tenha inaugurado historicamente as políticas do medo (Moïsi, 2009), é tido por vários dos autores que

<sup>40</sup> No original: “While society has changed form and got more complicated, it was getting difficult to estimate citizen’s political behaviors. In that sense, emotions have been used as a trustable guideline to look at deeply citizens’ political decision-making processes and their political behaviors” (Yrdakul, 2021, p. 256). Tradução minha.

<sup>41</sup> Embora Wagner & Morisi (2019), em sua pesquisa, se refiram a um contexto democrático, um exemplo satisfatório desse afastamento pode ser observado em de Young (2019). O medo gerado pela repressão política violenta ocasiona um aumento do custo da ação dos indivíduos que desejam uma mudança de regime. Esse aumento de custo, por sua vez, aumenta a possibilidade de inação e, portanto, explica, em parte, a continuidade de regimes autoritários.

investigam o fenômeno (Robin, 2006; Desimoni, 2009; Cornelli, 2018) como tendo especial relevância na agenda política que capitalizou com os temores latentes no pós-ocorrido.

Tão logo ocorrido o conjunto de atentados orquestrados pela organização Al-Qaeda, uma onda de medo se espalhou rapidamente pelo mundo. Qualquer país poderia ser um alvo em potencial – alguns países europeus efetivamente foram (Castells, 2018) – e seus atores políticos não tardaram em compreender a oportunidade de conversão desse medo difuso que fora televisionado ao vivo em preferências eleitorais dentro de suas plataformas políticas.

Esse aproveitamento encontra explicação em Castells (2018):

Nesse contexto, a desconfiança nos partidos e nas instituições, construídos em torno de valores e interesses de outra época, deriva em uma busca por novos atores políticos em que seja possível crer. Em todas as sociedades, os setores sociais mais vulneráveis são os que reagem, movidos pelo medo, a mais poderosa das emoções, e se mobilizam em torno daqueles que lhe dizem aquilo que o discurso das elites não lhes permite dizer (p. 37).

Debates públicos e institucionais foram amplamente difundidos, tendo o assunto dominado as pautas da mídia. Os atores políticos interessados em capitalizar a preferência do eleitorado encamparam a nova frente de combate proporcionada pelo medo gerado pelo episódio, propondo mudanças legislativas e institucionais na luta contra esse medo.

Jackson (2005) atesta para o fato que a retórica constante no discurso dos atores políticos acerca do enfrentamento do terrorismo não possuía um tom neutro, mas sim uma atividade intencionalmente construída de “[...] suposições, crenças, justificações e narrativas – é uma linguagem inteira ou discurso”<sup>42</sup> (p. 8). A linguagem, segundo Jackson (2005) é inexoravelmente ligada à prática: “[...] elas mutuamente reforçam uma à outra; juntas elas co-constituem a realidade social e política”<sup>43</sup> (p. 9).

Iniciou-se o período conhecido como ‘guerra contra o terror’, consubstanciado na implementação do *Patriot Act* (2001) pelo governo estadunidense (Desimoni, 2009). Essas mudanças propostas foram amplamente aceitas (Robin, 2006), gerando um ambiente repressivo nacional e internacionalmente. Além da legitimação

<sup>42</sup> No original: “[...] assumptions, beliefs, justifications and narratives – it is an entire language or discourse” (Jackson, 2005, p. 8). Tradução minha.

<sup>43</sup> No original: “[...] they mutually reinforce each other; together they co-constitute social and political reality” (Jackson, 2005, p. 9). Tradução minha.

da guerra no território afegão, diversas sortes de medidas foram tomadas em território nacional, amplificando os medos sentidos naquela conjuntura.

Esse medo do terrorismo, por conta de sua ampla difusão midiática (Nacos; Bloch-Elkon; Shapiro, 2007), contaminou – e continua contaminando – vários outros países, estes que passaram a promulgar leis antiterrorismo (Jackson, 2005) ainda que não tivessem histórico desse tipo de atividade delituosa.

Para fins comparativos, segundo a organização *Human Rights Watch* (2012), anteriormente aos atentados, cerca de 51 países possuíam leis antiterrorismo. Nos onze anos posteriores aos atentados, mais de 140 países promulgaram ou revisaram uma ou múltiplas leis antiterrorismo.

O sentimento de medo legitimou nesses casos, após sua exploração como plataforma político-eleitoral, criação legislativa e implementação de medidas de combate, a tomada de diversas formas de repressão que não eram anteriormente consideradas válidas em estados democráticos, consubstanciadas em uma “[...] ampla e perigosa expansão dos poderes governamentais de investigar, prender, deter e processar indivíduos às custas do devido processo legal, supervisão judiciária e transparência pública”<sup>44</sup> (*Human Rights Watch*, 2012, p. 4).

De acordo com Castells (2018):

Terrorismo, medo e política, embora sempre tenham formado um sinistro *ménage à trois*, foram ocupando nas últimas duas décadas o frontispício da vida cotidiana, de tal modo que, em muitos países, entramos em um mundo no qual as crianças crescem no medo. E no qual os cidadãos aceitam que os vigiem e os controlem eletronicamente, que os revistem em suas viagens, que os detenham preventivamente, que militarizem o espaço público. [...] Paulatinamente, o que constitui exceção por motivos de segurança vai se transformando na regra que rege nossas vidas (p. 29).

Os atores institucionais envolvidos nessa instrumentalização do medo funcionam, na lógica de Becker (1966) como empreendedores morais que legislam em favor de modificar diplomas legais que “[...] não os satisfaz[em] porque há um mal que profundamente o[s] perturba”<sup>45</sup> (p. 148). Esses empreendedores morais, na leitura de Cohen (2002), são, conjuntamente com a mídia, a cultura do controle social

<sup>44</sup> No original: “[...] broad and dangerous expansion of government powers to investigate, arrest, detain, and prosecute individuals at the expense of due process, judicial oversight, and public transparency” (*Human Rights Watch*, 2012, p. 4). Tradução minha.

<sup>45</sup> No original: “[...] do not satisfy him because there is some evil which profoundly disturbs him” (Becker, 1966, p. 148). Tradução minha.

e o público, responsáveis pelo pânico moral.

A legitimação pública auferida pelos atores políticos mediante a exploração do medo no pós-11 de setembro de 2001 não apenas possibilitou uma ausência de fortes reações frente às tomadas de medidas compreendidas no âmbito repressivo das políticas do medo, como também alçou vários desses atores políticos a altos níveis de aprovação frente à opinião pública.

De acordo com o estudo de Stimson (2004), os agentes políticos e as instituições envolvidas nas respostas aos atentados – entre eles Rudolph Giuliani, prefeito de Nova Iorque; George W. Bush, presidente dos Estados Unidos da América; George Pataki, governador de Nova Iorque; Hillary Clinton, senadora; e o Congresso dos Estados Unidos da América – tiveram suas taxas de aprovação aumentadas em largas margens, evidenciando uma mudança de paradigma do público que almejava respostas para o medo sentido.

São identificadas ambas as dimensões das políticas do medo e seus âmbitos internos. A dimensão discursiva é identificada na adoção, pelos atores políticos, de um discurso e um léxico próprios de combate ao medo do terrorismo. Através da exploração dos medos em forma de um discurso que promete uma batalha contra suas causas, os atores políticos recebem do eleitorado legitimidade para atuar.

A dimensão operativa também é igualmente identificada em seus dois âmbitos. No âmbito preventivo-preparatório são vistas as mudanças legislativas e institucionais – obtidas a partir da legitimidade auferida na dimensão discursiva – que possibilitam, a seguir, a implementação das medidas do âmbito repressivo que, até hoje, permanecem em vigor.

## 2.5. Conclusões parciais

A partir da demonstração das condições materiais do campo e das condições formais da estruturação teórica busca-se apresentar uma proposta de teoria que permita trazer as políticas do medo para os domínios analíticos da ciência política.

O conceito proposto de política do medo advém de estudos já efetuados em outras áreas das ciências sociais e humanas, possuindo o rigor necessário para embasar seu aprofundamento e lapidação pela ciência política. Esse aproveitamento de conceitos oriundos de outras áreas do conhecimento e já testados em seus respectivos campos permite uma abordagem interdisciplinar mais proveitosa,

adequando os elementos e suas conceituações de forma a contemplar sua análise na área política.

A estrutura de análise do fenômeno, no entanto, representa uma criação inovadora e, portanto, aberta a críticas que possam qualificar ainda mais seus instrumentos. A exposição das dimensões e âmbitos de funcionamento das políticas do medo, quando comparada com o exemplo empírico, demonstrou méritos na proposta de ser uma nova lente analítica para esses fenômenos.

O medo resta, como apontado desde os autores clássicos da filosofia política, como um fator politicamente relevante e que pode ser mobilizado por atores políticos para obter visibilidade e poder perante um corpo social convenientemente amedrontado que, em troca das promessas de soluções de seus problemas, cede a esses atores os espaços e prerrogativas necessárias para atuar, mesmo que essas medidas acabem trabalhando em desfavor dos direitos individuais e coletivos.

O medo é, desde Hobbes, uma das razões de existir da política e uma das bases estruturantes da sociedade. Essa análise não poderia ser diferente na atual cultura do medo que aflige todas as sociedades e é abertamente difundida pelos meios de comunicação.

São apresentadas como conclusões parciais que as políticas do medo, por suas características como lentes de análise, permitem sua construção como campo teórico apto a lastrear pesquisas empíricas utilizando seus conceitos e categorias. A transformação em uma teoria, mediante o cumprimento das premissas exigidas para tal, permite sua própria testagem frente aos fenômenos e acontecimentos reais usualmente investigados pela ciência política.

### 3. O *Ditador das Finanças*: análise da conjuntura portuguesa (1900-1933) e o processo de ascensão política de Salazar

*“Sei muito bem o que quero e para onde vou, mas não se me exija que chegue ao fim em poucos meses. No mais, que o País estude, represente, reclame, discuta, mas que obedeça quando se chegar à altura de mandar”.*

António de Oliveira Salazar, 1928<sup>46</sup>

#### 3.1. Portugal nas primeiras décadas do século XX: da Monarquia à República, do golpe à ditadura

As primeiras décadas do século XX foram um período de agitação política e instabilidade em Portugal e no resto da Europa<sup>47</sup>. A monarquia vigente desde 1139<sup>48</sup> estava completamente desgastada no início do século XX, culminando com o assassinato do Rei D. Carlos I e de seu sucessor direto, o Príncipe Real D. Luís Filipe de Bragança, em atentado<sup>49</sup> ocorrido no Terreiro do Paço (atual Praça do Comércio), em Lisboa, em 1 de fevereiro de 1908 (Samara; Tavares, 2008; Fraga, 2010).

---

<sup>46</sup> v. Salazar (1935).

<sup>47</sup> Uma onda de agitação política, em grande parte imbuída de violência política, ocorria desde o fim do século XIX, contribuindo para a constituição desse cenário. De acordo com Alves e Monico (2016): “Na viragem do século XIX para o século XX, vários chefes de Estado e cabeças coroadas são vítimas de atentados. Em junho de 1894, em Lyon, o Presidente francês Sadi Carnot é apunhalado pelo anarquista italiano Caserio; em Teerão, dois anos mais tarde, em maio, o Xá Nasseredin é morto a tiro de pistola por Mirza Reza Kermani, um fanático da seita babi; em agosto do ano seguinte, também com uma pistola, em Montevideo, é morto o Presidente Juan Idiarte Borda (este magnicídio, único na história do Uruguai, é tratado por Jorge Luís Borges no conto Avelino Arredonto, nome do assassino); em setembro de 1898, em Genebra, a imperatriz da Áustria-Hungria, Elisabete (Sissi), é vítima de outro anarquista italiano, Luigi Luccheni, que lhe espeta um estilete no coração; em julho de 1899, na cidade de Moca, uma conspiração de jovens revolucionários mata, a tiro, Ulises Heureaux (Lilís), o ditador dominicano que levou o país à bancarrota; exatamente um ano depois, em Monza, o rei da Itália Umberto I é assassinado com três tiros de pistola por Gaetano Bresci, anarquista que se quis vingar da feroz repressão efetuada pelo exército régio contra os revoltosos em Milão, dois anos antes; o Presidente americano, William McKinley, morre a 14 de setembro de 1901, oito dias depois de ter sido ferido com dois tiros no abdômen pelo anarquista Leon Czolgosz; em junho de 1903, em Belgrado, o Rei Alexandre e a Rainha Draga são selvaticamente assassinados” (p. 9).

<sup>48</sup> “A data se refere à fundação do Reino de Portugal (1139–1910) pelo conde que seria empossado Rei Afonso Henriques, o Conquistador (1106(?)–1185). A história monárquica de Portugal, todavia, data de séculos antes, quando o território era parte de outros condados ou reinos e essa condição de Reino seria alterada diversas vezes (nos casos do Império Português e da União Ibérica, por exemplo). Para Payne (1973) o governo de Afonso teria iniciado ainda antes da fundação do Reino de Portugal, já no ano de 1128” (Cavichioli, 2021a, p. 29).

<sup>49</sup> De acordo com Pires (2017), o atentado, que era originalmente destinado contra o Presidente do Conselho de Ministros e ditador *de facto*, João Franco, e foi planejado e executado por grupos republicanos e membros da Carbonária.

A queda da monarquia portuguesa veio na esteira de acontecimentos que datavam, ao menos, desde meados do século anterior. Desgastes políticos causados pela longa instabilidade institucional (Azevedo, 2005), pelo movimento do *setembrismo* (Azevedo, 2005) e pela Regeneração (a partir de 1851)<sup>50</sup>, gerando um rotativismo partidário que causou o colapso do sistema político português (Alves, 1998); o ultimato britânico de 1890<sup>51</sup>; a ditadura de João Franco<sup>52</sup>(1855-1929) entre 1907 e 1908, com apoio monárquico (Almeida, 2010); o excesso de poder da Igreja Católica (Pires, 2017); a questão dos *adiantamentos*<sup>53</sup> e; a greve acadêmica na Universidade de Coimbra em 1907 (Gonçalves, 2007).

Em conflito constante com a imprensa (Sardica, 2012) e com a elite intelectual lusa, esta que entendia a revolução como ligada à ciência (Pires, 2017), a queda da monarquia, em um cenário de surgimento de outras repúblicas, caminhava a largos passos. Segundo Pires (2017):

O contexto era propício a que se criticasse abertamente as opções seguidas pela Monarquia, votando-se ao descrédito a (in)ação do monarca, o rei D. Carlos [...]. O divórcio entre a Monarquia e a Nação era cada vez mais visível, tornando oportuna uma mudança de regime que os republicanos protagonizariam, entusiasmados com o exemplo recente da proclamação da República brasileira, a 15 de novembro de 1889 (p. 334).

<sup>50</sup> A Regeneração constituiu um movimento, dividido em três fases entre os anos de 1851 e 1910, surgido durante o período da Monarquia Constitucional e que, mediante uma tentativa de reforma do sistema político sem ruptura, buscou adaptar Portugal às necessidades do capitalismo liberal, contestando a política fiscal até então aplicada. Falhando em seu intento, no entanto, levou ao rotativismo partidário e, ao fim, à queda da monarquia (Alves, 1998). Para aprofundamento, v. Alves (1998).

<sup>51</sup> O ultimato britânico de 1890 se refere à imposição, pela Grã-Bretanha de que Portugal deixasse um território (atualmente parte do Zimbábue e da Zâmbia) que servia de ligação terrestre entre Angola e Moçambique. Denominado de “mapa cor-de-rosa”, esse território era clamado por Portugal com base no ‘direito histórico’ de ocupação e cortava a África em duas, permitindo uma ligação direta – sob domínio português – entre o litoral atlântico e o litoral índico da parte sul do continente. O território português, contudo, entrou em conflito com o projeto – nunca efetivado – inglês de criar uma ferrovia que atravessava o continente africano de norte a sul. Portugal, pressionado pela Grã-Bretanha, sua aliada e garante de sua contínua existência como nação independente, cedeu, causando uma onda nacionalista em desfavor ao Rei D. Carlos I e causando a queda do governo à época no poder (Barros, 2011). Para aprofundamento, v. Barros (2011).

<sup>52</sup> Muito embora a ditadura de João Franco também seja conhecida por *franquismo* em obras como as de Almeida (2010) e de Sardica (1994), ressalta-se que o único uso dado para o termo, no presente trabalho, é referente à ditadura de Francisco Franco.

<sup>53</sup> A questão dos adiantamentos, pagamentos antecipados feitos à Casa Real Portuguesa pelo governo, gerou polêmica na sociedade portuguesa, especialmente por conta dos jornais, com os quais o Rei D. Carlos I tinha conturbada relação. A literatura se divide entre a denúncia da prodigalidade do monarca e a ponderação de que os valores anualmente recebidos eram insuficientes, impondo a necessidade dos adiantamentos. Ainda assim, considerando a pobreza generalizada da qual padecia considerável parte da população portuguesa à época, os adiantamentos produziram grande descontentamento popular. Para aprofundamento, v. Samara e Tavares (2008) e Sardica (2012).

O Rei assassinado foi sucedido por seu filho mais novo, D. Manuel II, que falhou em controlar a instabilidade política e econômica portuguesa – mesmo com seis trocas de ministérios no período entre 1908 e 1910 (Saldanha, 2015) – e foi deposto por um movimento revolucionário de caráter republicano em 05 de outubro de 1910 (Samara; Tavares, 2008; Fraga; 2010; Meneses, 2011).

O processo revolucionário, ocorrido entre 2 e 5 de outubro de 1910, aboliu a monarquia e instaurou a Primeira República. O governo provisório, liderado por Joaquim Teófilo Fernandes Braga (1843-1924), conduziu os rumos do país até a aprovação da Constituição de 1911, em 24 de agosto daquele ano (Farinha, 2012).

Herdeira do caos da monarquia, a República foi igualmente incapaz de estabilizar a situação política e socioeconômica portuguesa. Aos problemas remanescentes da era monárquica somaram-se: o anticlericalismo extremado<sup>54</sup> (Almada, 1974; Wheeler, 1978; Meneses, 2011; Farinha, 2012; Pires, 2017), consubstanciado na Lei de Separação do Estado e da Igreja de 1911; a violência na repressão de greves convocadas por movimentos operários (Almada, 1974); a equivocada e dividida<sup>55</sup> decisão de entrar na Primeira Guerra Mundial<sup>56</sup> (1914-1918) e; a instabilidade republicana e constitucional, consubstanciada nas ditaduras<sup>57</sup> de Joaquim Pereira Pimenta de Castro (1846-1918) e Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais (1872-1918), ocorridas durante o período republicano (Matos, 2005; Farinha, 2012).

Almada (1974) corrobora com uma narrativa acerca da delicada situação vivida pela República e suas origens:

---

<sup>54</sup> Farinha (2012) aponta alguns aspectos desse anticlericalismo: “A liberdade religiosa, consagrada na Constituição (Título II, Artigo 3º) e levada à prática pelo Governo Provisório através de medidas jacobinas (como a expulsão dos jesuítas, a laicização social forçada, a secularização das instituições), de medidas secularizadoras como o Registo Civil, mas principalmente da célebre Lei da Separação de 20 de Abril de 1911, foi um sinal de modernidade indiscutível. No entanto, como estratégia política de combate aos contra-revolucionários e à Igreja, tornou-se num dos motivos de maior perturbação social no processo de implantação do novo regime” (p. 605).

<sup>55</sup> “A campanha militar em si já havia sido objeto de disputas: as esquerdas portuguesas possuíam preferência pelos esforços militares da Tríplice Entente (Império Britânico, França e Império Russo), enquanto as direitas possuíam preferência pela Tríplice Aliança (Império Alemão, Império Austro-Húngaro e Reino da Itália)” (Cavichioli, 2021a, p. 328).

<sup>56</sup> O governo português, em muito por esperança de receber espólios de guerra, decidiu por ingressar na Primeira Guerra Mundial. O resultado foi desastroso: as tropas portuguesas foram dizimadas durante a guerra, em especial na Batalha de La Lys (ocorrida entre 07 e 29 de abril de 1918), gerando um forte revanchismo militar que, poucos anos depois, teria papel considerável no golpe de 1926 (Matos, 2010; Meneses, 2011; Mota, 2019). No horizonte econômico, a entrada na guerra sepultou os dois únicos anos de superávit das contas públicas (1913 e 1914) obtidos em mais de um século em Portugal (Almada, 1974).

<sup>57</sup> Farinha (2012) indica uma terceira ditadura durante o período republicano: o governo de Manuel Maria Coelho (1857-1943).

Tendo herdado do regime monárquico um país em crise – crise econômica tanto quanto social e política – a república implantada a 5 de outubro de 1910 jamais conseguiu estabilizar-se. Esse estado de coisas vinha de trás, desde o início da expansão portuguesa no mundo, mas agravou-se com as invasões napoleônicas, com o traslado da corte para o Rio de Janeiro, que arrastou atrás de si 15 mil áulicos, aristocratas e funcionários com as respectivas riquezas e transferências de rendimentos e, finalmente, com a independência do Brasil, cujo ouro se perdeu juntamente com o exclusivo comércio a favor da Inglaterra. Além de ter que enfrentar o descalabro econômico, representado por uma dívida flutuante de 83 mil contos e uma dívida consolidada de 692 mil contos, a república viveu durante dezesseis anos sob o constante assédio de levantes monárquicos e pronunciamentos antirrevolucionários. Generosos na repressão, os dirigentes republicanos não tardavam a anistiar os insurretos, os quais por logo voltavam a conspirar contra o novo regime (Almada, 1974, p. 75).

Segundo Wheeler (1978), a instabilidade governamental gerou, “um total de quarenta e cinco governos, oito eleições gerais e oito presidentes em quinze anos e oito meses, a República Portuguesa foi o regime parlamentar mais instável da Europa ocidental” (p. 865).

O desgaste da Primeira República, agravado pelas frequentes revoltas e sublevações militares, monarquistas e anarquistas (Almada, 1974; Madureira, 2000), proporciona a conjuntura necessária para a queda do regime. Em 28 de maio de 1926 um golpe militar sepulta o período republicano. Após um curto período de governo provisório, denominado Junta de Salvação Nacional – em vigor entre 28 de maio e 17 de junho de 1926 –, é iniciada a Ditadura Militar (1926-1928) (Cruz, 1985).

Os militares revoltosos, muito embora tenham sucedido em estabelecer seu regime, também herdaram os fardos políticos e socioeconômicos dos dois regimes anteriores, para além de adicionar sua carga própria de problemas: Disputas internas de poder entre as facções militares que comandavam a ditadura geraram um caos político e militar (Almada, 1974; Madureira, 1997).

De acordo com Madureira (1997):

Durante dois anos, de Maio de 1926 a Abril de 1928, o País viu-se confrontado com sucessivas crises, que nada tinham a ver com a tão prometida calma e tranquilidade. Foram dois anos em que se sucederam as tentativas de o conduzir para uma solução democrática, ou para uma solução autoritária. Situação que não permitiu a reforma financeira que era um dos objectivos da Ditadura, nem obviamente a reforma económica. Pelo contrário, os défices atingiram valores bem superiores aos deixados pelos democráticos (p. 19).

Houve, por parte dos militares do 28 de maio, uma revogação *de facto* da

Constituição de 1911, tornando-se *práxis* a governação por decretos-leis até o ano de 1933, data de criação do Estado Novo (Cunha, 1987). Enfrentaram também, em fevereiro de 1927, uma revolta por parte de uma facção militar afiliada ao republicanismo cuja luta armada durante alguns dias daquele mês deixou um considerável saldo de mortos nas principais cidades do país (Madureira, 1997).

Os esforços da Ditadura Militar em prol do controle da economia foram consideravelmente infrutíferos, tal como os fracassos do Ministro das Finanças, João José Sinel de Cordes (1867-1930), em estabilizar a economia e em obter um empréstimo<sup>58</sup> frente à Sociedade das Nações (Matos, 2010; Silva, 2014).

A eleição de Óscar Carmona para a Presidência da República, no ano de 1928, inaugurou o período da Ditadura Nacional (1928-1933) (Matos, 2010). Carmona, necessitando solucionar os problemas que estavam na raiz da instabilidade nos últimos regimes – nomeadamente o problema econômico e o problema financeiro – convidou, pela segunda vez, Salazar para assumir o Ministério das Finanças<sup>59</sup> (Matos, 2010; Meneses, 2011).

Estabilizando a economia, por meio de políticas de austeridade, Salazar renova o fôlego do regime ditatorial, garantindo sua imprescindibilidade frente aos militares (Telo, 1994; Meneses, 2011). A construção do mito da imagem de Salazar (Cochicho, 2011) permitiu ao Ministro das Finanças, em 1932, assumir a Presidência do Conselho de Ministros e, um ano depois, em 1933, promulgar a nova Constituição portuguesa, inaugurando o Estado Novo (1933-1974) (Matos, 2010; Meneses, 2011).

O Estado Novo de Salazar estaria, em diversas ocasiões, ligado ao Estado Espanhol e Franco. Essa ligação se daria, no entanto, a partir do momento que o *Ditador das Finanças* já estava devidamente consolidado no poder e o *Caudillo* era um contestante pelo domínio da Espanha, envolta em uma longa Guerra Civil<sup>60</sup>.

<sup>58</sup> Câmara (2019) aponta para um histórico problema português com a utilização do “recurso desmesurado ao crédito, mais por força da prática contínua do défice orçamental do que por virtude da execução de uma política de investimento reprodutivo” (p. 49).

<sup>59</sup> As medidas tomadas por Salazar, enquanto Ministro das Finanças, serão aprofundadas adiante.

<sup>60</sup> De acordo com Serem (2015): “De facto, para Salazar, a Guerra de Espanha apresentou-se como uma oportunidade única para radicalizar o Estado Novo, nascido de uma ditadura militar cuja génesis foi o golpe de estado de 28 de Maio de 1926. Concomitantemente, o segundo (e não menos importante) objetivo do regime era substituir a jovem democracia espanhola, implantada em 1931, por um governo ideologicamente compatível com o Estado Novo. A vitória da autodenominada fação Nacionalista (uma nomenclatura que pressupunha que a República Espanhola era antipatriota), caudilhada pelo General Francisco Franco Bahamonde, foi fator determinante para a consolidação das ditaduras salazarista e franquista, que viriam a sobreviver ao colapso do fascismo europeu no pós-Segunda Guerra Mundial e perdurar até 1974, em Portugal, e 1975, em Espanha” (p. 205).

### 3.2. “Um certo doutor de Coimbra”<sup>61</sup>:

António de Oliveira Salazar nasceu na freguesia do Vimieiro, em Santa Comba Dão, em 28 de abril de 1889. Único filho homem de António de Oliveira e Maria do Resgate Salazar, juntamente com suas quatro irmãs (Meneses, 2011; Pinto, 2021), cresceu em uma família pobre voltada primariamente à produção rural e à prestação de serviços (Kay, 1970; Almada, 1974; Meneses, 2011).

Aos 10 anos de idade, ao completar o ensino primário, a família decidiu por seguir a sugestão do pároco local e enviá-lo ao Seminário Maior de Viseu<sup>62</sup> para continuar seus estudos. O envio de jovens pobres aos seminários, à época, era uma estratégia que não apenas possibilitava que cursassem o ensino secundário, como também possibilitava aos próprios seminários a chance de recrutar potenciais futuros sacerdotes (Almada, 1974; Meneses, 2011; Cavichioli; Gallo, 2022).

Segundo Figueiredo (1976):

A Igreja precisa de tantos padres quanto possa encontrar. O salário e as condições, contudo, apesar do incentivo complementar de recompensas celestiais, não são suficientes para atrair em número suficiente os estudantes da classe média que podem pagar, porque eles podem de qualquer modo ingressar na Igreja sem passarem pelos seminários menores. Por isso um número muito considerável de vagas gratuitas ou com subsídios privados são abertas todos os anos para os rapazes camponeses que tenham mostrado a correta “vocação” religiosa e comportamento cívico e que possam apresentar as recomendações apropriadas (p. 25).

O período de Salazar em Viseu foi marcado pela agitação política em Portugal. Em 1908 – último ano do curso de Teologia de Salazar no Seminário de Viseu (Almada, 1974) – o Rei D. Carlos I e o Príncipe-herdeiro, D. Luís Filipe de Bragança, foram assassinados a tiros por membros da Carbonária em plena Praça do Comércio, zona central de Lisboa (Samara; Tavares, 2008; Fraga, 2010).

Formou-se no curso como primeiro de sua turma e recebeu as ordens menores, forjando, nessa trajetória, vários contatos que se prolongariam ao longo de sua vida (Meneses, 2011). A despeito de não poder ser ordenado sacerdote por conta de sua idade, já era conhecido pelos conterrâneos de Santa Comba Dão como ‘Padre Salazar’ (Meneses, 2011).

Sendo a idade um impeditivo para tomar as ordens maiores (Pinto, 2021),

<sup>61</sup> Título de capítulo de livro, escrito por Paço (2008), no qual é exposta a biografia de Salazar.

<sup>62</sup> Segundo Meneses (2011) o envio do jovem Salazar ao seminário resolia dois problemas familiares: possibilitava a continuidade de seus estudos e agradava à sua religiosa mãe, Maria do Resgate.

Salazar, após finalizar seu curso, foi convidado pelo Cônego António Barreiros a assumir a função de prefeito e professor no Colégio Via Sacra (Pinto, 2021), em Viseu, ao tempo em que se preparava para os exames nacionais de admissão no ensino superior (Meneses, 2011).

O período de magistério na educação religiosa proporcionou um aprofundamento de Salazar nos estudos políticos, tendo como fontes principais autores conservadores e católicos, além das encíclicas do Papa Leão XIII (1878-1903) (Meneses, 2011).

A Igreja, à época, sofria repetidos ataques dos republicanos nos jornais portugueses por razão de sua histórica vinculação à decadente monarquia portuguesa. Salazar já possuía o hábito de escrever um o que Pinto (2021) denominou de “jornalismo de combate” (p. 13) face ao que entendia serem injustos ataques liberais e republicanos face à Igreja e à nação. Um dos jornais que recebiam contribuições escritas de Salazar foi o viseense *A Folha*, no qual o futuro condutor do Estado Novo apresentava suas críticas ao crescente anticlericalismo republicano (Meneses, 2011).

Em 1909, para além dos primeiros reconhecimentos por mérito próprio obtidos por meio uma palestra pública acerca do futuro de Portugal proferida a pedido do diretor do Colégio Via Sacra (Meneses, 2011), Salazar é aprovado – com excelentes resultados – nos exames nacionais de admissão ao ensino superior. Decidiu por inscrever-se na Universidade de Coimbra, iniciando sua formação em 1910 (Meneses, 2011).

Almada (1974) explica a escolha de Salazar pela vida civil, em Coimbra, em vez da continuidade no caminho sacerdotal como sendo guiada pela ideia de que poderia melhor responder à “injusta perseguição que os republicanos moviam à Igreja [...] no campo laico do que no âmbito religioso” (p. 60). De acordo com Meneses (2011), esse momento específico da mobilização religiosa contra os ataques republicanos proporcionou a Salazar que adquirisse sua primeira experiência política.

O ano de 1910 é marcado pelo regicídio que viabilizou a implantação da I República Portuguesa. Derrotados os monarquistas, os republicanos aprofundaram a tomada de medidas anticlericais como forma de retaliação aos então maiores apoiadores do Rei: os católicos (Simpson, 2014). Esses ataques acentuaram o – já em curso – processo de aproximação de Salazar da política (Figueiredo, 1976;

Meneses, 2011).

A Universidade de Coimbra, à época com menos de 500 alunos, representava o ingresso de Salazar em um espaço restrito reservado às elites do país. Em termos práticos, estudar em Coimbra era uma garantia de obtenção de papeis de comando em Portugal (Meneses, 2011). Ao mesmo tempo, Coimbra era um palco efervescente de discussões políticas e o anticlericalismo republicano era majoritário (Almada, 1974; Meneses, 2011).

A despeito de ter inicialmente se matriculado no curso de Letras, mudou logo em seguida para o curso de Direito (Meneses, 2011). Ingressou, quase imediatamente, no Centro Acadêmico da Democracia Cristã (CADC) onde conheceu Manuel Gonçalves Cerejeira, futuro Cardeal-Patriarca de Lisboa, aquele que seria seu mais íntimo amigo<sup>63</sup>, confidente e, por vezes, antagonista (Pimentel, 2008).

No ano de 1912 Cerejeira fundou *O Imparcial*, um jornal “[...] que visava atacar o anticlericalismo reinante na universidade” (Meneses, 2011, p. 47). Salazar, que assinava sob o pseudônimo de Alves da Silva<sup>64</sup>, “[...] não caiu na armadilha de equacionar a defesa da religião com a defesa da Monarquia, mantendo-se fiel à neutralidade declarada pela Igreja em matéria de regime” (Meneses, 2011, p. 47).

De acordo com Almada (1974), muito embora tenha passado os primeiros anos em Coimbra em relativo anonimato, “à medida que aumenta o seu prestígio nos meios intelectuais católicos, assim cresce igualmente seu rendimento escolar” (p.64). A partir de seu primeiro artigo n’*O Imparcial*, em que abordou o problema da educação em Portugal (Almada, 1974), o espaço cedido para Salazar aumentou nos meios católicos. Sua primeira oportunidade de discursar pormenorizadamente sobre assuntos políticos surgiu ainda em 1912, na abertura das atividades anuais do CACD. Nessa ocasião, demarcou o posicionamento que os católicos deveriam tomar perante a política: não tinham que ser apenas tolerados, mas tomar um local para si no centro da atividade política (Meneses, 2011).

Salazar licenciou-se pela Universidade de Coimbra no ano de 1914 com a média geral de 19 valores<sup>65</sup>, feito que, posteriormente, seria utilizado na propaganda

---

<sup>63</sup> Segundo Almada (1974): “A afinidade entre os dois clérigos – digamos assim – é plena. Partilhando o mesmo quarto do velho convento pombalino dos Grilos, recolhem-se em intermináveis análises sobre o mal de que parecia estar enfermo o século” (p. 62-63).

<sup>64</sup> Alves da Silva, pseudônimo adotado para assinar os artigos n’*O Imparcial*, foi o nome do representante de seu padrinho, António Xavier Perestrello Corte-Real, na cerimônia de batismo de Salazar (Almada, 1974).

<sup>65</sup> Equivalente à nota 9,5 no Brasil, de acordo com Almada (1974).

governamental para impulsionar a “[...] pretensa genialidade do chefe do regime” (Almada, 1974, p. 65). Obteve sucessivas bolsas, graças aos resultados acadêmicos, para cursar diversas disciplinas em Coimbra (Almada, 1974).

A fama auferida no meio acadêmico com esses resultados (Meneses, 2011) levou Salazar a ser empossado, provisoriamente, como professor de Economia Política e Finanças da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1915<sup>66</sup> (Portugal. Universidade de Coimbra, 2021). A partir desse ingresso, Salazar trilhou a carreira acadêmica e, em 1918, doutorou-se em Direito e assumiu definitivamente o cargo de professor na instituição (Almada, 1974; Meneses, 2011).

Os escritos acadêmicos de Salazar, como professor na Universidade de Coimbra, ainda possuíam teor fortemente crítico às medidas do governo republicano, embora passassem a versar mais sobre os problemas econômicos da nação (Meneses, 2011).

No ano de 1919 – período imediatamente posterior à morte de Sidónio Pais (1872-1918) e à uma tentativa de restauração da Monarquia por grupos sublevados que anteriormente o apoiavam a partir da cidade do Porto no episódio denominado de ‘Monarquia do Norte’<sup>67</sup> –, as agitações que acometiam a I República levaram o governo a agir em prol da retomada de controle e repressão àqueles tomados por adversários. De acordo com Almada (1974):

É tal, porém, a sua fama de adversário do regime republicano que não tarda, juntamente com os professores Carneiro Pacheco, Magalhães Colaço e Domingos Fezas Vital, a ser suspenso até a conclusão da sindicância mandada instaurar pelo governo para apuração da responsabilidade dos quatro no golpe de que resultara a proclamação da chamada Monarquia do Norte<sup>68</sup> (p. 66-67).

A absolvição de todos os envolvidos e a permanência da posição dúbia de Salazar quanto às suas convicções monárquicas – que ele próprio não negava ou

<sup>66</sup> Meneses (2011) reputa esse ingresso como tendo ocorrido no ano de 1916: “Quando o professor que ocupava a respectiva cátedra faleceu, em 1916, Salazar foi convidado a dirigir, provisoriamente, a seção de Ciências Econômicas e Financeiras, sem ter de se submeter a nenhum exame ou apresentar uma tese original – primeira vez que tal aconteceu na Faculdade de Direito de Coimbra” (p. 55).

<sup>67</sup> O período de tentativa de restauração durou menos de um mês, entre 19 de janeiro e 14 de fevereiro de 1919, sendo reprimido pelo governo da I República. Para aprofundamento, v. Sequeira e Lage, 2022.

<sup>68</sup> Cabe ressaltar que anos depois desse episódio Carneiro Pacheco seria chamado por Salazar para participar na reformulação institucional que criou o Ministério de Educação Nacional, além de ser o arquiteto da Mocidade Portuguesa e embaixador. Fezas Vital, também implicado na sindicância, fez parte do grupo que colaborou com a elaboração da Constituição de 1933, pedra angular do Estado Novo (Meneses, 2011).

confirmava<sup>69</sup> (Meneses, 2011) – veio na esteira de uma defesa escrita que continha ainda mais críticas à República, ainda que mais veladas e sarcásticas, e uma exaltação de seu próprio percurso pelos meios católicos (Meneses, 2011). Salazar, “[...] com a sua reputação fortalecida pela vitória contra o jacobinismo intransigente” (Meneses, 2011, p. 60), retornou ao trabalho na Universidade de Coimbra.

Com a I República demonstrando sinais de esgotamento, consubstanciados em uma sucessão de crises políticas e econômicas, as classes conservadoras passaram a ver em Salazar um representante para suas causas e objetivos (Almada, 1974). Sua ascensão acadêmica foi acompanhada pela ascensão política (Meneses, 2011) no Centro Católico Português (CCP), braço político do CADC (Simpson, 2014). Já havia concorrido, em 1919, a Deputado por Viana do Castelo, sem ser eleito. Em sua segunda tentativa, em 1921, foi efeito Deputado por Guimarães, acabando por abandonar o cargo após uma única sessão (Meneses, 2011)<sup>70</sup>.

O abandono do mandato<sup>71</sup> não significou, contudo, um afastamento de Salazar do CADC, do CCP ou da Igreja Católica. A conjuntura da Europa posterior à Revolução Russa de 1917 provocou um deslocamento da posição da Igreja e do próprio Salazar cada vez mais para a direita do espectro político (Meneses, 2011).

Em uma de suas infrequentes viagens para além do trecho entre Coimbra e Santa Comba Dão (Almada, 1974; Meneses, 2011), Salazar foi a Lisboa e palestrou no Congresso das Associações Comerciais e Industriais de Portugal. A palestra, de tema “Redução das Despesas Públicas”, proporcionou a fixação de seu nome entre as preferências das classes patronais<sup>72</sup> portuguesas (Almada, 1974).

Salazar, nesse tempo, reforçou e radicalizou seu discurso de defesa da necessidade de catolização da política, em sintonia com o discurso do Papa Pio XI<sup>73</sup>

<sup>69</sup> A posição tomada à época, futuramente, seria útil a Salazar para angariar o apoio dos monarquistas em seu processo de ascensão ao governo de Portugal (Cavichioli, 2021a).

<sup>70</sup> De acordo com Meneses (2011), a despeito da versão revisionista propagada pela máquina de propaganda do Estado Novo de que Salazar teria abandonado o cargo por desprezar os processos ‘ímpios’ da democracia liberal, na realidade o fim da carreira parlamentar de Salazar deu-se com o encerramento da legislatura por conta de um episódio de assassinatos políticos ocorrido na chamada “noite sangrenta”. Para aprofundamento sobre o episódio, v. Farinha (2017).

<sup>71</sup> De acordo com Meneses (2011), além de compor, conjuntamente com Cerejeira, a comissão diocesana do CCP em Coimbra no ano de 1925, Salazar ainda tentou, sem sucesso, eleger-se deputado por Arganil em 1926.

<sup>72</sup> Ainda que havendo conquistado a classe patronal, o nome de Salazar carecia de força entre a massa da população. De acordo com Almada (1974), “às classes trabalhadoras é que o sobrenome estrangeirado daquele ‘sabichão’ não diz nada” (p. 70). Salazar dependeria, adiante, da força da Igreja Católica para promover sua imagem às massas trabalhadoras, rurais e interioranas (Simpson, 2014).

<sup>73</sup> Segundo Meneses (2011): “O Papa Pio XI, na sua primeira encíclica – *Ubi Arcano Dei*, de 23 de dezembro de 1922 –, apelava à recristianização como único modo de ultrapassar as dificuldades

(1922-1939). Participou das conferências do CCP para divulgar a necessidade dos católicos nesse processo de viabilização das atividades da Igreja (Meneses, 2011).

Na sequência do golpe militar de 28 de maio de 1926, Salazar recebeu o primeiro convite para assumir o Ministério das Finanças<sup>74</sup>. Os líderes militares Manuel de Oliveira Gomes da Costa (1863-1929) e José Mendes Cabeçadas Júnior (1883-1965) – integrantes da Junta de Salvação Pública<sup>75</sup> e, futuramente, ambos Presidentes do Ministério de Portugal e Presidentes da República Portuguesa –, ainda que antagônicos em seus propósitos e visões, concordaram<sup>76</sup> em uma escolha para o Ministério das Finanças: Salazar (Meneses, 2011).

Essa escolha é explicada por Meneses (2011):

O que é que ele representava? Em que é que se baseava a sua reputação? Ao tentar usar Salazar, o que é que os militares, nessa altura, esperavam obter? Dada a escassa elite acadêmica portuguesa, quem ocupasse uma cátedra arriscava-se, mais tarde ou mais cedo, a ser chamado para o Governo. Salazar, como destacado político católico, representava uma seção potencialmente importante da direita, um conservadorismo discreto e não militante que era muito mais numeroso pelo país afora do que o sufrágio eleitoral sugeria, sendo também dotado de uma profundidade e amplitude intelectual que faltava a outras correntes. A atitude política do CCP não mudara; estava disposto a lidar com a ditadura, tal como tinha lidado antes com a República, desde que os interesses da Igreja fossem respeitados (p. 67-68).

Salazar tomou posse, após uma série de altos e baixos na negociação de sua aceitação, em 3 de junho de 1926 (Almada, 1974). Deixou o cargo, poucos dias<sup>77</sup> depois, alegando problemas de saúde (Meneses, 2011). Não obstante, presumidamente o abandono do Ministério poderia ser tanto por conta de seu temor

presentes com que deparavam nações e indivíduos. A encíclica defendia que o caos e os perigos subjacentes à paz falsa em que se vivia resultavam de um enfraquecimento do respeito pela lei e pela autoridade, que por sua vez decorria de uma negação da origem divina da autoridade e do direito” (p. 65).

<sup>74</sup> Segundo Meneses (2011): “Essa primeira experiência governativa permanece, mesmo para os historiadores, um episódio confuso. Mais tarde, a máquina de propaganda de Salazar esquivou-se a clarificar, ou sequer a abordar, aquilo que se passou em 1926, pois, tal como a sua fugaz experiência como deputado, isso contrariava a sua proclamada falta de desejo de poder político” (p. 66-67).

<sup>75</sup> A Junta de Salvação Pública foi o órgão político-militar, liderado por Mendes Cabeçadas e Armando da Gama Ochoa (1877-1941), responsável pelo governo de Portugal no período imediato ao golpe de 28 de maio de 1926 (Cruz, 1985). Sua existência foi curta: em 17 de junho daquele ano, “[...] Gomes da Costa levou a cabo um golpe militar dentro do golpe militar, forçando Mendes Cabeçadas a afastar-se” (Meneses, 2011, p. 69). De acordo com Cruz (1985) o afastamento de Mendes Cabeçadas por Gomes da Costa instaura a Ditadura Militar (1926-1928).

<sup>76</sup> A escolha de Salazar, embora aparentasse ser majoritária, não foi, contudo, pacífica e unânime. Para aprofundamento, v. Almada (1974).

<sup>77</sup> De acordo com Almada (1974) e Matos (2010) Salazar ficou apenas cinco dias à frente do Ministério das Finanças.

de participar de um governo tão fragilizado quanto o de Mendes Cabeçadas (Meneses, 2011) quanto por haver recebido uma negativa por parte dos militares em atender suas exigências de controle absoluto das despesas e receitas dos ministérios (Matos, 2010).

Após a saída de Salazar e seu retorno às funções universitárias em Coimbra, o sucessor<sup>78</sup> escolhido pelos militares para o Ministério das Finanças foi o militar e político João José Ludovice Sinel de Cordes. Almada (1974) descreve o novo Ministro como: “Ideologicamente, é um extremista de direita, partidário da monarquia absoluta. Tecnicamente, isto é, como economista, é uma nulidade completa” (p. 98).

À época da renúncia de Salazar, poucos dias antes do golpe interno efetuado por Gomes da Costa que levou ao afastamento de Mendes Cabeçadas (Meneses, 2011), um artigo publicado no *Diário de Lisboa* em 8 de junho de 1926 descrevia as características ‘necessárias’ para um Ministro das Finanças (Matos, 2010). Esses requisitos, menos de dois anos depois, viriam a ser preenchidos pelo próprio Salazar:

O actual governo tem que procurar um financeiro que reúna todas estas qualidades e, ainda por cima, uma intransigência feroz. [...] Que tome conta das finanças um homem que se disponha a limpar a estrebaria de Augias – pulso rijo, coragem pronta, vistas largas, aritmética e cálculo desembaraçados e uma acha na mão, para os casos difíceis. Pouco importa que seja civil ou militar, diplomado ou autodidacta. [...] Um governo sobre o qual impendem as responsabilidades da nossa crise, não tagarela: trabalha com rude energia e faz trabalhar os outros, mesmo que não queiram (Matos, 2010, p. 32).

Enquanto lecionava em Coimbra e participava do CCP, Salazar sofreu uma mudança de postura (Meneses, 2011) indicativa de sua ambição em retornar ao poder. Segundo Matos (2010), foi perceptível a diferença entre os dois perfis de Salazar: uma revigorada imagem de respeitabilidade, popularidade e admiração havia preenchido a lacuna entre o desconhecido que assumiu o Ministério das Finanças em 1926 e aquele que o reassumiria em 1928.

Salazar cooperou, após sua renúncia, com a reorganização financeira proposta pelo gabinete de Sinel de Cordes. Encarregado da presidência da comissão responsável pela reforma fiscal, Salazar entregou ao Ministro das Finanças uma série de recomendações. As recomendações foram rejeitadas e o antagonismo

---

<sup>78</sup> Filomeno da Câmara de Melo Cabral (1873-1934) foi o substituto imediato de Salazar, permanecendo no cargo por apenas três semanas e sendo sucedido por Sinel de Cordes, que permaneceu por cerca de um ano e meio (Matos, 2010).

público de Salazar para com Sinel de Cordes teve início (Matos, 2010).

De acordo com Meneses (2011) esse antagonismo iniciou ainda antes, durante o próprio período de trabalho de Salazar na comissão. Através da imprensa<sup>79</sup>, Salazar criticou a falha de Sinel de Cordes em obter – e, principalmente, em haver solicitado – um empréstimo de 12 milhões de libras da Sociedade das Nações (Matos, 2010; Silva, 2014). O governo português ainda tentou converter a negativa de aceite, diante das condições impostas pela Sociedade das Nações, em uma demonstração de compromisso com a soberania e a honra da pátria (Matos, 2010), mas o dano à imagem de Sinel de Cordes era incontornável (Silva, 2014). O Ministro das Finanças cairia menos de três meses após a publicação do primeiro artigo de Salazar.

A eleição<sup>80</sup> do General António Óscar de Fragoso Carmona (1869-1951) para a Presidência da República, em março de 1928, inaugurou o período da Ditadura Nacional<sup>81</sup> (1928-1933). Uma das prioridades desse novo período foi solucionar o problema financeiro que não apenas continuava como herança de décadas, como também foi agravado por Sinel de Cordes (Franco, 1982). A solução buscada por Carmona passava, necessariamente, pelo retorno de Salazar ao Ministério das Finanças, aceitando todas as exigências do professor de Coimbra para a posse (Matos, 2010).

Leitão (2019) descreve o cenário do convite efetuado por Carmona a Salazar:

Como última saída, Sinel de Cordes apelou à Liga das Nações, que impôs pesadas condições para conceder seu apoio. A imprensa e os críticos contrários à sua política pressionaram o governo, que demitiu Sinel de Cordes, e nomeou Ivens Ferraz interinamente durante as negociações. Na impossibilidade de honrar tal acordo, o Governo Militar se encontrava sem perspectivas. Frente a tal cenário, foi buscar um “doutor”, fora das fileiras das Forças Armadas, um civil que não estava vinculado com o governo, António de Oliveira Salazar (p. 30).

Figueiredo (1976), em igual sentido à passagem anterior, complementa que:

---

<sup>79</sup> Salazar publicou no *Novidades* duas séries de artigos – totalizando 15 artigos – entre novembro de 1927 e abril de 1928 nos quais abordou a situação econômica nacional e criticou duramente a condução do Ministério das Finanças por Sinel de Cordes (Silva, 2014).

<sup>80</sup> Carmona foi candidato único nas eleições e, segundo Almada (1974), o processo foi marcado por suspeitas de fraude.

<sup>81</sup> Alguns autores, como Caetano (1977) – o substituto de Salazar na Presidência do Conselho de Ministros – e Wheeler (1978) não efetuam a diferenciação dos períodos da Ditadura Militar (1926-1928) e da Ditadura Nacional (1928-1933), preferindo denominar todo o período entre 1926 e 1933 de Ditadura Militar.

“depois de falhar na negociação do empréstimo, a junta militar estava pronta a render-se. Chamaram prontamente Salazar, desculparam-se pelas incompreensões passadas e aceitaram as condições igualmente humilhantes que ele impôs” (p. 64).

Diferentemente de sua última passagem pelo Ministério das Finanças, nessa passagem “[...] Salazar torna-se uma referência para os homens do 28 de maio, que o encaram como possuidor da solução para a crise econômica” (Matos, 2010, p. 22).

Salazar toma posse, pela segunda e definitiva vez, em 27 de abril de 1928. Proferiu seu discurso de posse na sala do Conselho de Estado, em Lisboa, onde expôs as bases autoritárias<sup>82</sup> do funcionamento de seu Ministério (Matos, 2010), estas que, futuramente, seriam expandidas para o governo como um todo:

Esse método de trabalho reduziu-se aos quatro pontos seguintes:

- a) Que cada Ministério se compromete a limitar e a organizar os seus serviços dentro da verba global que lhes seja atribuída pelo Ministério das Finanças;
- b) Que as medidas tomadas pelos vários Ministérios, com repercussão directa nas receitas ou despesas do Estado, serão previamente discutidas e ajustadas com o Ministério das Finanças;
- c) Que o Ministério das Finanças pode opor o seu «veto» a todos os aumentos de despesa corrente ou ordinária, e às despesas de fomento para que se não realizem as operações de crédito indispensáveis;
- d) Que o Ministério das Finanças se compromete a colaborar com os diferentes Ministérios nas medidas relativas a reduções de despesas ou arrecadação de receitas, para que se possam organizar, tanto quanto possível, segundo critérios uniformes (Salazar, 1935, p. 4–5).

Em vários pontos desse discurso, situação que seria repetida em outros discursos futuros, Salazar menciona a aceitação do cargo como um ‘sacrifício’ (Salazar, 1935), servindo esse ato como uma moeda de troca pela obediência dos portugueses às medidas econômicas que o Ministério das Finanças aplicaria.

Com o devido respaldo de um cenário de ditadura, sem o qual dificilmente teria conseguido aplicar as medidas que propunha<sup>83</sup> (Telo, 1994), Salazar passou a

---

<sup>82</sup> Essas bases correspondiam às exigências feitas por Salazar a Carmona para aceitar o cargo. Para além delas, foi também adicionada a exigência de que o governo não reduzisse quaisquer prerrogativas garantidas aos católicos por lei ou por governos anteriores (Matos, 2010). Em contrapartida, o governo exigiu de Salazar que não fossem introduzidas novas alterações à Lei de Separação do Estado e da Igreja (Simpson, 2014).

<sup>83</sup> O próprio Salazar (1935), em discurso datado de 21 de outubro de 1929, admitiu o papel da ditadura na implantação das medidas econômicas: “Não são consideradas as ditaduras governos de opinião, porque não recebem da opinião pública a sua força ou razão de ser nem obedecem na sua evolução às variações daquela. Mas podem e devem sê-lo no sentido de bem formá-la, de bem esclarecê-la, de bem orientá-la, de nada lhe esconder do que importa à vida colectiva e à solução dos problemas nacionais. Menos que qualquer outra forma de governar, a ditadura precisa do embuste e da mentira: a maior facilidade em dispor da força lhe impõe mais fortemente uma perfeita sinceridade” (p. 24-25).

implantar medidas de austeridade. Com a edição do Decreto nº. 15.465<sup>84</sup> de 14 de maio de 1928, cerca de duas semanas após a investidura no cargo, a reforma orçamental tem início (Silva, 1999).

Seguindo as disposições de seu discurso efetuado em 9 de junho de 1928 (Salazar, 1935), o Ministro das Finanças fracionou os problemas nacionais em quatro eixos: o problema financeiro, o problema econômico, o problema social e o problema político (Salazar, 1935; Telo, 1994). Esses problemas seriam resolvidos na precisa ordem em que foram dispostos e o conjunto desse enfrentamento foi denominado por Salazar (1935) de “a batalha da ordem”<sup>85</sup> (p. 51).

Dentre as principais medidas econômicas tomadas por Salazar, à frente do Ministério das Finanças, podem ser citadas<sup>86</sup>:

I. Finalizou a rejeição do empréstimo requerido frente à Sociedade das Nações – ainda em aberto por iniciativa daquela – e obteve os meios de reorganização financeira por meio da cooperação com a instituição bancária Fonsecas, Santos & Vianna, de bandeira portuguesa<sup>87</sup> (Câmara, 2019);

II. Obteve *superávit*<sup>88</sup> nas contas públicas apenas um ano após assumir o cargo: Essa conquista contrastava intensamente com o cenário das contas públicas no passado. De acordo com Cardoso (2012), até Salazar assumir o Ministério das Finanças em 1928 a economia portuguesa do pós-1860 só havia obtido *superávit* em duas ocasiões, em 1913 e em 1914;

III. Liquidação das dívidas flutuantes externa e interna: A dívida no estrangeiro foi liquidada no período de um ano de sua posse, enquanto a dívida no mercado nacional foi liquidada dos quatro anos seguintes juntamente com outros quatro empréstimos externos que ainda persistiam das gestões anteriores (Meneses, 2011);

IV. Estabilizou a moeda portuguesa (Escudo Português/PTE) através de mudanças na política cambial, do crédito aos setores agrícolas de exportação, do combate à fuga de capitais, do protecionismo no mercado interno e do abandono do padrão-ouro na economia em 1931 (Silva, 1999);

V. Resistiu à Grande Depressão de 1929 com efeitos mórdicos para Portugal

<sup>84</sup> Uma das inovações do referido decreto foi a substituição do equilíbrio do orçamento efetivo pela concepção do orçamento ordinário. Para aprofundamento, v. Ribeiro (1976).

<sup>85</sup> A explicação e forma como cada um desses problemas foi abordado por Salazar é aprofundada em Cavichioli (2021a).

<sup>86</sup> A listagem das medidas tomadas por Salazar foi retirada da dissertação de mestrado do autor do presente trabalho (Cavichioli, 2021a), mantidas as notas de rodapé explicativas nos itens listados.

<sup>87</sup> Salazar ainda intentou, ao rejeitar o empréstimo da Sociedade das Nações, um empréstimo mediado pelo Fonsecas, Santos & Vianna frente ao banco *The National City Bank* de Nova York. Após meses de negociações, o empréstimo acabou não tendo sucesso, mas não trouxe a Salazar a mesma repercussão negativa que havia se abatido sobre seu antecessor. A história detalhada dessa tratativa de empréstimo é analisada em Câmara (2019).

<sup>88</sup> De acordo com Meneses (2011): “Em 1940, o total do superávit orçamentário dos últimos doze anos era de mais de 20 milhões de libras esterlinas – muito mais, como observou F. C. C. Egerton, do que o empréstimo que Sinel de Cordes tentara obter da Sociedade das Nações” (p. 85).

em comparação com outras nações: Mediante o tímido início<sup>89</sup> de uma política de industrialização e substituição de importações (Figueiredo, 2002) e aumento das medidas protecionistas relativas ao comércio com suas colônias (Silva, 2010). Silva (1999) também atribui parte dessa facilidade de atravessar a crise como oriundo do isolacionismo e da ausência de dinamismo exportador na economia portuguesa;

VI. Controle do escândalo financeiro-político conhecido como “caso do Banco Nacional Ultramarino (BNU)<sup>90</sup>”: Salazar, na qualidade de Ministro das Finanças, controlou uma gigantesca crise econômica na instituição emissora de moeda corrente para as colônias portuguesas e segundo maior banco de Portugal através de um resgate milionário por parte do Estado. Meneses (2011) aduz que a situação representou uma “[...] oportunidade que Salazar agarrou e explorou para seus fins políticos” (p. 118), enquanto Fernandes (2013) conjectura que a quebra da instituição, caso ocorresse, poderia ter alterado o destino do Estado Novo (Cavichioli, 2021a, p. 49-50).

As medidas tomadas por Salazar geraram resultados e consequências desses resultados: a despeito de haver obtido superávit<sup>91</sup> na balança econômica já no primeiro ano de sua posse (Telo, 1994) – mantendo uma taxa média de cerca de 3,6% de crescimento ao ano entre 1929 e 1934, em contrariedade a outros países europeus cujas economias foram mais afetadas pela Grande Depressão de 1929 (Cardoso, 2012) –, os impactos da redução de despesas públicas para controle da inflação, somados à própria quebra da bolsa de Nova York, geraram redução dos padrões de vida, desemprego, miséria, fome e quebra das exportações nacionais, muito embora esses problemas fossem menos intensos que em outros países (Mosca, 2007; Cardoso, 2012).

De qualquer maneira, o controle da economia e a conjuntura, combinados, permitiram a Salazar capitalizar politicamente esse sucesso. Segundo Cochicho (2011):

A recuperação financeira do País exercida pela autoridade permitiu a construção do mito Salazar. Os anos trinta são fortemente marcados pela depressão capitalista e pela ideia de um poder personalizado. A visão quase messiânica do líder salvador que, no meio da crise generalizada, surge para salvar as Nações da bancarrota final, aparece um pouco por toda a parte: na América do “New Deal” é Franklin Roosevelt, que comanda os Estados Unidos na saída da depressão, e na Alemanha nazi, é Hitler que aparece como restituidor da dignidade alemã. Salvaguardadas as diferenças, fica-

---

<sup>89</sup> A política de industrialização seria verdadeiramente iniciada após a Segunda Guerra Mundial. Anteriormente, o governo português, principalmente quando capitaneado por Salazar, mostrava-se recalcitrante – por razões morais – com a industrialização, focando seus esforços e benesses no setor primário (Figueiredo, 2002).

<sup>90</sup> Para aprofundamento, v. Fernandes (2013).

<sup>91</sup> Antes da posse de Salazar, em 1928, em todo período pós-1860 a economia portuguesa teve apenas dois anos de superávit: 1913 e 1914 (Cardoso, 2012). Não obstante, a decisão do governo republicano em ingressar na Primeira Guerra Mundial acabou por sepultar esse tímido crescimento (Almada, 1974).

nos a visão do Homem invulgar que ultrapassa as limitações humanas e históricas para o bem-geral do país (p. 88).

O ‘problema político’ indicado por Salazar, último na ordem de resolução segundo seu discurso (Salazar, 1935), foi abordado ainda no ano de 1930. Foi formalmente fundada a União Nacional<sup>92</sup> (UN), partido político<sup>93</sup> que atuou, *de facto*<sup>94</sup>, como partido único e encampou sindicatos, associações patronais, militares, membros da Igreja Católica, originalmente apoiadores ou não do regime e muitas vezes antagônicos entre si, sob sua tutela corporativista<sup>95</sup> que visava a completa absorção de todos os conflitos e atritos para resolução pelo Estado (Telo, 1994).

A solução do problema político, contudo, ainda não estava resolvida. Ainda Ministro das Finanças em um gabinete majoritariamente formado por militares, Salazar precisou aprofundar sua reforma política para se libertar da tutela militar que o prendia (Meneses, 2011) e para superar em definitivo os conflitos internos que ainda ocorriam entre sua visão de governo e a visões contrastantes que eram proferidas pela miríade de ideologias presentes na base de apoio governamental. Necessitou, portanto, buscar a Presidência do Ministério.

A queda de Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira (1873-1957), Presidente do Conselho de Ministros – na esteira das diversas homenagens<sup>96</sup> recebidas por Salazar e das discussões acerca do projeto da nova Constituição portuguesa – proporcionou a Salazar o convite, por Óscar Carmona, para formar seu próprio governo.

<sup>92</sup> Segundo António Costa Pinto (2016b), a União Nacional pode ser definida como “um típico partido criado a partir de cima, visando monopolizar a representação política e para ele canalizar e neutralizar o amplo e contraditório bloco de apoio à ditadura” (p. 215).

<sup>93</sup> Salazar intencionalmente evitou utilizar o termo ‘partido’ para criação da União nacional e sua posterior consideração como tanto por entender que o partidarismo criava divisões ideológicas entre a população (Caldeira, 1986).

<sup>94</sup> Em verdade, os partidos políticos não foram proibidos em Portugal, mas sim submetidos a um óbice intransponível: sua fundação e seu funcionamento dependiam da autorização do governo (Caldeira, 1986).

<sup>95</sup> Segundo Costa Pinto (2018), o corporativismo foi “[...] um dos mais poderosos modelos autoritários de representação social e política da primeira metade do século XX” (p. 192), cujas características eram a alternatividade ao liberalismo e ao socialismo (na forma de ‘terceira via’), a base na doutrina social da Igreja Católica e a domesticação das forças sociais através de sua representação por corporações externas às instâncias representativas características da democracia liberal (Costa Pinto, 2018; Cavichioli; Gallo, 2022).

<sup>96</sup> Essas homenagens envolviam moções de apoio por parte das câmaras municipais, matérias elogiosas nos jornais de grande circulação e condecorações como a Grã-Cruz da *Ordem do Império Colonial* e a Grã-Cruz da *Ordem Militar da Torre e da Espada, do Valor, Lealdade e Mérito*, esta última não apenas a mais alta condecoração militar portuguesa, como também sendo Salazar o primeiro civil a receber-la (Meneses, 2011).

Primeiro civil a assumir a Presidência do Conselho de Ministros desde o golpe militar de 1926 (Paço, 2008), Salazar tomou posse do cargo em 5 de julho de 1932 (Meneses, 2011). Considerando-se que a ascensão de Salazar ocorreu, em parte, pelas sucessivas desestabilizações que o próprio promoveu nos governos anteriores (Meneses, 2011), não foi qualquer surpresa o fato que, a despeito dos elogios habituais da imprensa acerca de sua posse (Matos, 2010), a tarefa de compor seu governo foi menos difícil. Salazar acabou acumulando diversos ministérios sob sua responsabilidade até conseguir formar uma nominata completa<sup>97</sup> dos Ministros de Estado.

Atingida a chefia do governo, Salazar ainda tinha um patamar final, nessa fase de ascensão, a atingir: precisava reconfigurar o pacto político português por meio de uma nova Constituição que permitisse uma ordem política estável e duradoura (Salazar, 1935; Pinto, 2010; Meneses, 2011).

Os estudos e debates acerca de uma nova Constituição datavam, ao menos, desde 1929<sup>98</sup>, quando Salazar discursou perante representantes municipais que o homenageavam e expôs suas razões:

Diante das ruínas morais e materiais acumuladas pelo individualismo revolucionário; diante das tendências de interesse colectivo que aquelas provocaram por toda a parte no espírito do nosso tempo; diante das superiores necessidades da Pátria portuguesa – a reorganização constitucional do Estado tem de basear-se em nacionalismo sólido, prudente, conciliador, que trate de assegurar a coexistência e actividade regular de todos os elementos naturais, tradicionais e progressivos da sociedade. Entre êles devemos especializar a família, a corporação moral e económica, a freguesia e o município. As garantias políticas dêsses factores primários parecem-me a mim que devem ter sua consagração na Constituição portuguesa, de modo que influam directa ou indirectamente na formação dos corpos supremos do Estado. Só assim êste será a expressão jurídica da Nação na realidade de sua vida colectiva (Salazar, 1935, p. 37).

---

<sup>97</sup> Essa nominata, após as mudanças iniciais, era composta por António Salazar (Presidente do Conselho de Ministros e Ministro das Finanças), Duarte Pacheco (Ministro das Obras Públicas e Comunicações), Armindo Rodrigues de Stau Monteiro (Ministro das Colônias), Gustavo Cordeiro Ramos (Ministro da Instrução Pública), Sebastião Garcia Ramires (Ministro do Comércio, Indústria e Agricultura), Artur Águedo de Oliveira (Subsecretário de Estado das Finanças), José Penalva Franco Frazão (Subsecretário de Estado da Agricultura), Albino dos Reis Júnior (Ministro do Interior), Manuel Rodrigues Júnior (Ministro da Justiça e Cultos), Aníbal de Mesquita Guimarães (Ministro da Marinha), Daniel Rodrigues de Sousa (Ministro da Guerra) e César de Sousa Mendes do Amaral e Abranches (Ministro dos Negócios Estrangeiros) (Paço, 2008). Em contrariedade aos governos anteriores, majoritariamente formados por militares, apenas dois representantes das Forças Armadas compunham a nominata de Salazar em seu governo: os Ministros da Marinha e da Guerra.

<sup>98</sup> Conforme já descrito em estudo pregresso: “O processo constituinte já era, na realidade, uma herança anterior ao golpe militar de 1926, quando o Congresso da Primeira República havia planejado a antecipação da revisão da Constituição de 1911. Essa última Constituição continuou formalmente em vigor durante o período da Ditadura Militar (1926-1928) e da Ditadura Nacional (1928-1933), muito embora houvesse sido revogada *de facto*” (Cavichioli, 2021a, p. 79).

O processo de criação do texto da Constituição – que contou com nove edições preparatórias (Santos, 2018) e obrigou Salazar a batalhar contra uma contraproposta proposta por Vicente de Freitas (Sardica, 2019) – iniciou a meados de 1930 e reuniu representantes das diversas correntes ideológicas que foram agrupados, sob a condução de Salazar, em uma concepção corporativista de Estado que serviu como guarda-chuva para unir essas tendências em suas divergências (Santos, 2018; Cavichioli, 2021a). Segundo Santos (2018), “a dificuldade em satisfazer as aspirações das diferentes forças políticas exigiu que se encontrasse um elemento de homogeneidade capaz de ser partilhado, o qual se pode dizer que recaiu em uma concepção organicista de Estado” (p. 178).

Salazar combinou, para assegurar a aprovação do projeto de Constituição no plebiscito à qual seria submetida, uma repressão prévia dos opositores<sup>99</sup> e um discurso efetuado três dias antes da consulta popular em que apelava pela sua aprovação (Meneses, 2011).

O referido plebiscito foi realizado em 19 de março de 1933 e concedeu a Salazar uma vitória esmagadora, muito embora autores como Cunha (2006) apontem para diversas irregularidades na convocação, contagem dos votos e resultados. Segundo o *Diário do Governo* datado de 11 de abril de 1933, data em que o texto constitucional entrou em vigor, a nova Constituição recebeu: 1.330.258 votos favoráveis, 6190 votos contrários, 666 votos nulos e 30.538 abstenções (Portugal, 1933a).

Meneses (2011), refletindo acerca do caráter da Constituição de 1933, declara que o diploma legal “instituía uma ditadura do presidente do Conselho de Ministros” (p. 145) e, ademais, que:

Ao fim e ao cabo, a Constituição de 1933 era o instrumento da vontade de Salazar; ele explorou cada artigo a seu favor, interpretou as suas ambiguidades como muito bem entendeu e reescreveu artigos quando já não lhe convinham. Nada nela era afinal definitivo; nenhuma instituição ou prática criada tinha a garantia de uma vida longa ou de sobrevivência (p. 147).

Surgiu, assim, com a aprovação da Constituição de 1933 (Portugal, 1933b), o

---

<sup>99</sup> De acordo com Cunha (2006), “[...] uma das primeiras preocupações do poder instituído em vias de encenar uma legitimação pelo procedimento muito pouco convincente [sic.], será limpar o terreno dos adversários e inimigos políticos” (p. 190).

Estado Novo. O novo regime, à imagem e semelhança do ideário seminarista de Viseu tornado Ditador das Finanças, perduraria até depois de sua morte. ‘Criatura’ e ‘criador’, por assim dizer, caminharam de mãos dadas em uma relação simbiótica tão acentuada que o regime, após a morte de Salazar em 1970, não tardaria a cair.

### 3.3. O altar e as armas: A Igreja Católica e as Forças Armadas como sustentáculos do Estado Novo

Dentre os principais grupos de apoio a Salazar, desde seus primeiros passos na política institucional até a manutenção do Estado Novo surgido em 1933, dois merecem destaque: a Igreja Católica e as Forças Armadas. Esses grupos, de forma não homogênea, flutuante e cada um à sua forma, são relevantes para a compreensão dos fatores conjunturais estruturantes do regime.

#### 3.3.1. A Igreja Católica: entre Deus e o Estado<sup>100</sup>

A identificação de Salazar com a Igreja Católica data, ao menos, desde seu envio para os estudos secundaristas no Seminário de Viseu, no ano de 1900. Em 1908, tendo concluído seus estudos teológicos e recebido as ordens menores, já era, impropriamente, conhecido como ‘Padre Salazar’ em sua terra natal (Meneses, 2011).

Com o advento da Primeira República em 1910 e a subsequente onda de anticlericalismo atrelada à remodelação do Estado, Salazar passou a defender os interesses da Igreja Católica por meio de artigos de opinião veiculados na imprensa católica (Matos, 2010; Meneses, 2011). O início da atuação política propriamente dita de Salazar também ocorreu em meios católicos, sendo eleito deputado por meio do CCP, braço político do CACD de que fazia parte em Coimbra (Meneses, 2011).

A encíclica *Rerum Novarum* (1891), de obra do Papa Leão XIII (1878-1903), representou um dos nortes políticos de Salazar: pedra fundacional da Doutrina Social da Igreja, essa comunicação papal tratava do papel da Igreja Católica, em conjunto com o Estado, de lidar com as questões sociais, condenando a laicização da vida, o comunismo e o liberalismo. Essa encíclica serviu como uma das bases para o

---

<sup>100</sup> O nome do presente subcapítulo é baseado em artigo de Cavichioli e Gallo (2022).

surgimento do corporativismo como modelo de Estado<sup>101</sup>, influenciando no pensamento político de Salazar (Meneses, 2011). Salazar, ademais, já no poder em Portugal, aprofundaria suas convicções político religiosas por meio dos estudos das obras do Papa Pio XI (1922-1957) (Meneses, 2011).

Quando de sua segunda posse no Ministério das Finanças, em 1928, Salazar, nome escolhido pela Igreja Católica para o cargo<sup>102</sup>, passou a defender, dentro da estrutura do governo, os interesses católicos. Como moeda de troca, a Igreja Católica exortou ativamente a imagem e as obras de Salazar perante os fiéis, inclusive aqueles pertencentes às massas rurais para as quais o Ministro das Finanças não era figura conhecida (Simpson, 2014).

Assumindo as rédeas de uma “execução do processo de catolização gradual de Portugal” (Simpson, 2014, p. 52), Salazar obteve não apenas o apoio da Igreja Católica em Portugal, mas também do Vaticano. Esse apoio foi traduzido, inclusive, em uma influência de Salazar na própria estrutura eclesiástica: efetuou uma série de manobras para garantir a nomeação de seu amigo Manuel Gonçalves Cerejeira como Patriarca de Lisboa. Para além da amizade com Cerejeira, Salazar entendia que o concorrente direto – o Arcebispo de Évora, era prejudicial ao equilíbrio político (Simpson, 2014).

A obra de ‘catolização gradual’, muito embora tenha encontrado adversários entre os militares que governavam o país<sup>103</sup>, foi levada adiante de forma cautelosa – para evitar conflitos quando possível –, mas efetiva: Por um lado, a Igreja perdeu parte de seu poder político ao ter o CCP convertido em organismo de ação social e desrido de seu caráter partidário com a criação da UN em 1930. Por outro lado,

<sup>101</sup> Costa Pinto (2016a) pondera: “A maior parte desse modelo foi construída anteriormente à encíclica papal, *Rerum Novarum* (1891) [...]. No entanto, “o endosso explícito da Igreja certamente deslocou o corporativismo das salas dos seminários para os palácios presidenciais, especialmente após a publicação da encíclica *Quadragesimo Anno* (1931)” (p. 30-31). Grifos do autor. Cumpre salientar, ademais, que a encíclica *Quadragesimo Anno* teve como autor o Papa Pio XI, cujas obras também foram determinantes no pensamento político de Salazar.

<sup>102</sup> Ante a ameaça do tensionamento com a ‘questão religiosa’ feito pela Igreja, que buscava reaver as prerrogativas perdidas com a Primeira República, e dada a necessidade de apoio à Ditadura Nacional (1928-1933) Carmona decidiu por convidar Salazar para assumir o cargo (Simpson, 2014).

<sup>103</sup> Conforme estudo pregresso: “Vicente de Freitas, Presidente do Conselho de Ministros, revogou uma portaria de Mário de Figueiredo (companheiro de Salazar no CCP e Ministro da Justiça) que permitia às igrejas tocarem sinos sem restrições, algo que lhes havia sido proibido pelos liberais republicanos. Considerando uma violação do pacto firmado com Salazar, Freitas revogou a portaria e causou a demissão de Figueiredo. Salazar, logo após, demitiu-se. O General Carmona, citando a indispensabilidade do Ministro das Finanças e seu poder moderador das reivindicações católicas, convenceu Salazar a regressar ao Ministério, tornando insustentável o governo de Freitas [...]” (Cavichioli, 2021a).

Salazar ampliou consideravelmente os âmbitos de atuação da Igreja na educação nacional e na evangelização das colônias (Simpson, 2014). A Igreja, dadas as novas frentes de trabalho que lhe foram abertas por Salazar, aceitou abrir mão da ação política própria, ainda que mantendo parte de sua atuação política em prol do regime (Rezola, 2012).

O convite de Carmona para que Salazar assumisse a Presidência do Conselho de Ministros em 1932 foi bem recebido pela Igreja Católica, esperançosa dos possíveis frutos que colheria com a promulgação da Constituição de 1933 (Cavichioli; Gallo, 2022). A Igreja, segundo Simpson (2014) “[...] contribuiu de forma ativa para a consolidação da sua [Salazar] posição no cargo político e para a integração da Igreja Católica portuguesa na “frente nacional” salazarista [...]” (p. 69).

A Igreja Católica, embora teoricamente afastada da atividade política do Estado, trabalhou no sentido de conter uma fase de fascização do regime<sup>104</sup>, entre 1936 e 1940, defendido por forças de extrema-direita que compunham o regime (Rezola, 2012; Simpson, 2014), além de contribuir para a credibilização da estrutura corporativista do Estado Novo. Ao mesmo tempo, no período de intensificação da repressão posterior ao surgimento do Estado Novo, a Igreja demonstrou complacênciam e cumplicidade com os autoritarismos do regime, se abstendo de denunciar as violações de direitos humanos no campo de concentração do Tarrafal para não perturbar a ordem do regime (Simpson, 2014).

O pináculo da relação entre o Estado Novo de Salazar e a Igreja Católica, todavia, foi sedimentado através da Concordata e o Acordo Missionário firmados entre eles em 1940. Muito embora tenha marginalizado ainda mais a ação política da Igreja e, portanto, tenha sido objeto de resistências e discussões, reforçou sua atividade ‘civilizadora’ nas colônias (Simpson, 2014). Segundo Simpson (2014):

O resultado foi uma Concordata de separação administrativa que garantiu, em simultâneo, privilégios significativos à Igreja Católica, a união moral do Estado e da Igreja e o condicionamento das atividades desta última aos imperativos políticos ditados por Salazar (p. 237).

Iniciada a Segunda Guerra Mundial, a Igreja exaltou a neutralidade de Portugal – que foi declarada ainda em 1939 – gerando o ‘milagre da paz’ como uma

---

<sup>104</sup> De acordo com Simpson (2014): “Essas pressões católicas não ficaram sem efeito, refletindo, em última análise, a natureza superficial da febre “fascizante” do final dos anos 30 em Portugal, bem como a centralidade persistente da doutrina católica no núcleo ideológico do Estado Novo” (p. 96).

das obras de Salazar e comprovação de sua providencial liderança do país (Simpson, 2014). O fim do conflito, em 1945, e o crescente isolamento de Portugal como mantenedor de colônias, impôs uma revisão da estratégia de apoio da Igreja Católica, que passou a apoiar tanto internamente o regime em seus controversos processos eleitorais – destinados a demonstrar uma ‘normalidade democrática’ no regime –, quanto apoiar diplomaticamente, através do Vaticano, para que o isolamento fosse contido e a presença nas colônias fosse mantida (Simpson, 2014).

A colaboração católica, apesar de mais crítica por parte de alguns de seus setores internos, permaneceu até mesmo depois do afastamento (1968) e morte de Salazar (1970) (Cavichioli; Gallo, 2022). Após a queda do Estado Novo, na sequência da Revolução dos Cravos de 1974, as punições impostas aos agentes participantes e apoiadores do regime não alcançaram os membros da Igreja Católica (Cavichioli; Oliveira, 2023).

### 3.3.2. As Forças Armadas: a política feita à força

A relação de Salazar com os militares foi, inicialmente, pontuada por desconfiança e incômodo por parte dos primeiros em seguir as ordens do intelectual civil que havia sido apontado pelo General Carmona como Ministro das Finanças. O convite estendido a Salazar, ocorrido em meio a uma contínua crise econômica em Portugal e a uma série de golpes dentro da própria estrutura militar que governava o país, foi visto como uma tentativa de salvação da economia nacional e, consequentemente, continuidade do governo militar, este último temeroso do desequilíbrio econômico que havia contribuído para as quedas dos regimes anteriores (Madureira, 1997; Meneses, 2010).

A incapacidade de controlar a economia e a prodigalidade com que gastavam em seus próprios domínios obrigou os militares a convocar Salazar, algoz público do antigo Ministro das Finanças, o militar Sinel de Cordes (Meneses, 2011). Os militares, todavia, subestimaram Salazar. Segundo Matos 2010):

“Para estes militares habituados a avaliar os inimigos ou potenciais rivais pelo número de espingardas, o ainda jovem professor universitário não parece apresentar um perigo, mesmo quando enumera os quatro pontos do que diz ser o seu método de trabalho, método este que consiste muito simplesmente em indicar as circunstâncias governativas em que exige ter a última e derradeira palavra” (Matos, 2010, p. 19).

Não obstante o atendimento de suas exigências, Salazar percebeu que sua posição como civil em meio a um governo majoritariamente militar era precária. Tratou de tornar-se indispensável aos militares – e, portanto, protegido de seus caprichos (Meneses, 2011) – por meio do atingimento do equilíbrio financeiro e econômico, que Meneses (2011) aponta como “[...] um feito impossível, uma espécie de Santo Graal” (p. 82). O atingimento do superávit no orçamento já no primeiro ano de exercício do cargo, 1928, e nos anos seguintes foram traduzidos em apoio das Forças Armadas, sem os quais não poderia executar sua obra (Meneses, 2011; Simpson, 2014). Foi gerada, portanto, uma situação de dependência mútua entre Salazar e os Militares.

O apoio a Salazar, por parte dos militares, todavia não era unânime. Segundo Meneses (2011), os militares eram divididos em três grupos: os que almejavam o retorno da República; os conservadores autoritários que desejavam um Estado corporativo e tecnocrata (grupo do qual Salazar possuía maior aproximação) e; radicais que almejavam um Estado fascista.

A necessidade de combater os grupos que lhe eram hostis, em especial os militares republicanos, levou Salazar a tencionar com os governos de Vicente de Freitas e Ivens Ferraz, causando a queda de ambos. Contou, nesse intento, com a complacência de Carmona para com seus atritos e com o apoio à sua continuidade em detrimento de seus adversários. Segundo Meneses (2011):

A relação com Carmona, que duraria até a morte do presidente em 1951, foi, de diferentes modos, crucial para o sucesso de Salazar. Teve altos e baixos e por vezes Carmona mostrava desagrado com o Governo. Salazar não podia se afastar de Carmona, tendo de aceitar a sua presença e mostrar deferência perante o presidente da República; mas quando era realmente preciso, Carmona apoiava Salazar. À primeira vista, não era óbvio que fosse uma relação talhada para funcionar (p. 104-105).

A relação de Salazar com Carmona, politicamente simbiótica<sup>105</sup>, não foi isenta, contudo, de tensões: muito embora Carmona atuasse como o ‘fiel da balança’ (Sousa, 2008) entre Salazar e os militares, sua imposição, até 1932, da chefia do governo por um militar causou protestos de Salazar. Ademais, existe a possibilidade

---

<sup>105</sup> De acordo com Telo (1994): “Simultaneamente, a falta de um apoio político tradicional em relação ao novo ministro é a maior garantia de que este terá de contar com o exército. Criou-se uma relação de dependência mútua, gerida com grande cuidado por Salazar e Carmona” (p. 788).

de uma participação de Carmona na tentativa de derrubar Salazar que ocorreu em 1947 (Sousa, 2008).

Em 1937, atuando simultaneamente na Presidência do Conselho de Ministros, Ministério das Finanças e Ministério da Guerra, Salazar opera uma grande reforma militar, alterando o sistema de defesa português para a forma de nação armada, ou seja, excluindo a distinção entre o exército ativo e a reserva e criando o princípio da preponderância dos reservistas na defesa nacional (Ferreira, 2000). Outras alterações administrativas de Salazar alteraram aos quadros efetivos do Exército, as promoções militares, os vencimentos e as aposentadorias, além de impulsionar a Força Aérea (Ferreira, 2000).

A Guerra Civil Espanhola, ocorrida no país vizinho, impôs um movimento de rearmamento das Forças Armadas. Houve, nesse cenário, um estreitamento das relações entre o governo e os militares. Os últimos, por sua vez, restaram subordinados a Salazar entre a Guerra Civil Espanhola e o fim da Segunda Guerra Mundial, subordinação que foi aprofundada com a decisão de Salazar pela neutralidade<sup>106</sup> no conflito global (Ferreira, 2000).

Não obstante, tão logo finalizada a Segunda Guerra Mundial, movimentos militares contrários a Salazar surgiram no período compreendido entre 1944 e 1947, chegando a seu ápice em duas tentativas<sup>107</sup> de derrubar o regime em outubro de 1946 e abril de 1947. Em ambas as ocasiões, os militares pretendiam aumentar os poderes do Presidente da República, o General Carmona, demonstrando a contínua influência militar na política portuguesa (Ferreira, 2000).

A entrada de Portugal na OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), em 1949, impõe a criação do Ministério da Defesa Nacional (1950) e ajustes estruturais nas Forças Armadas, possibilitando seu uso para a defesa nacional em todo o território português (Ferreira, 2000).

Outra fonte de tensões entre Salazar e os Militares, desde meados da década de 1950, foi a política colonialista do Estado Novo. A última tentativa de golpe<sup>108</sup>

<sup>106</sup> Segundo Ferreira (2000): “Deste modo, as características híbridas da neutralidade durante a guerra mundial cimentaram a subordinação das Forças Armadas ao regime salazarista e cultivaram uma maior teia de compromissos e cumplicidades que ajudará a manter o Estado Novo depois da derrota das potências do Eixo” (p. 113).

<sup>107</sup> O movimento de 1946 foi conhecido por Revolta da Mealhada. A tentativa de golpe de 1947, por sua vez, foi capitaneada pela Junta de Libertação Nacional. Ambos falharam em seus intentos e seus líderes foram perseguidos pelo regime.

<sup>108</sup> Esse episódio ficou conhecido como a “abrilada de 1961”. Para aprofundamento, v. Rodrigues (2013).

contra Salazar foi liderada pelo então Ministro da Defesa, Júlio Botelho Moniz (1900-1970), em 1961. Contando com o apoio de setores do Exército que repudiavam a continuidade da política colonial do regime – em muito por conta da ausência de apoio das nações aliadas – e criticavam alguns aspectos do Estado Novo (Ferreira, 2000). A tentativa de golpe, todavia, fracassou e os desígnios colonialistas de Salazar foram cumpridos por conta de uma remodelação dos comandantes militares (Ferreira, 2000; Rodrigues, 2013).

Após esse episódio, “a guerra em África funcionou como factor de reforço mútuo entre o regime salazarista e as Forças Armadas” (Ferreira, 2000, p. 119) e seguiram assim até a substituição e morte de Salazar, respectivamente em 1968 e 1970, quando os movimentos militares contrários à guerra colonial voltaram a fazer pressão – em Marcello Caetano (1906-1980), sucessor de Salazar – para o fim do conflito (Ferreira, 2000). Segundo Ferreira (2000):

É possível periodizar a génesis do movimento das forças armadas, que envolveu cerca de trezentos oficiais do Quadro Permanente, em três fases: a primeira fase ocupa os meses de Junho a Setembro de 1973 e é caracterizadamente corporativa; a segunda fase situa-se entre Setembro de 1973 e Fevereiro de 1974 e assiste à tomada de consciência da necessidade de se encontrar uma solução política para a guerra em África; a terceira fase abrange o tempo da tomada de decisão de derrubar o Governo de Marcelo Caetano e o regime político ditatorial, assim como a organização efectiva do golpe militar, e dura dois meses, de Fevereiro a Abril de 1974 (p. 121).

Caetano seria derrubado, em 1974, pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), cuja gênese foi oriunda do movimento de capitães do Exército. A ‘Operação Fim-Regime’, desencadeada em 25 de abril de 1974, episódio também conhecido como Revolução dos Cravos, deu fim ao Estado Novo (Ferreira, 2000). Os militares do MFA governaram o país até a redemocratização. O regime de Salazar, nascido em meio a uma ditadura militar, acabou sendo derrubado, também, por militares.

#### 4. O Generalíssimo: análise da conjuntura espanhola (1900-1939) e a tomada do poder por Franco

*“La guerra ha sido ya ganada en los campos de batalla, así como en el terreno económico, comercial, industrial e incluso social. La terminaré, y estoy dispuesto a terminarla militarmente. Consideraré como traidor y castigaré como tal a todo español que ponga en duda nuestra decisión de terminarla así”.*

Francisco Franco, 1937<sup>109</sup>

##### 4.1. A Espanha nas primeiras décadas do século XX: da Monarquia à República, do golpe à ditadura

A Espanha esteve envolvida em disputas entre as forças de direita e de esquerda ao menos desde o início do século XIX. De acordo com Robinson (1974):

Provavelmente, o antagonismo entre a Direita e a Esquerda foi mais duradouro, mais amargo e mais profundo na Espanha que em qualquer outro país europeu. A batalha ideológica foi travada repetidamente entre os séculos XIX e XX entre “aqueles que desejam corrigir os efeitos do isolacionismo, adaptando a vida da Península ao resto da Europa, e os de tendência oposta que desejam conservar intacta a herança ancestral da cultura”. Cada uma dessas “duas Espanhas” tratou de exterminar a outra (p. 17)<sup>110</sup>.

Entre os anos de 1833 e 1876 foram travadas três guerras carlistas (*grosso modo* conflitos entre conservadores e liberais acerca dos aspirantes ao trono espanhol)<sup>111</sup>, a Revolução Cantonal<sup>112</sup> (1873-1874) e a queda da Primeira República Espanhola (1873-1874) a partir de um *pronunciamiento* do General Arsenio Martínez-Campos Antón (1831-1879), que levou à Restauração Borbônica (Robinson, 1974).

A derrota da Espanha na Guerra Hispano-Americana de 1898, o fortalecimento dos nacionalismos periféricos – regionalismos espanhóis, em especial

<sup>109</sup> v. Ruedo Ibérico (1972).

<sup>110</sup> No original: “Probablemente, el antagonismo entre la Derecha y la Izquierda ha sido más duradero, más amargo y más profundo en España que en cualquier otro país europeo. La batalla ideológica se ha librado repetidamente en los siglos XIX y XX entre “aquellos que desean corregir los efectos del aislacionismo, adaptando la vida de la Península a la del resto de Europa, y los de tendencia opuesta que desean conservar intacta la herencia ancestral de la cultura”. Cada una de estas “dos Españas” ha tratado de exterminar a la otra (Robinson, 1974, p. 17)”. Tradução minha.

<sup>111</sup> Para aprofundamento, v. Clemente (2011).

<sup>112</sup> Para aprofundamento, v. Bergés (2022).

o catalão e o basco –, os movimentos socialistas em Madrid e Bilbao e os movimentos anarco-sindicalistas em Barcelona, a criação e organização de movimentos sindicais, entre outros, também possuíram destaque nesse período, colaborando para a complexidade sociopolítica vivida pelos espanhóis (Robinson, 1974).

A situação, ademais, foi agravada com as constantes intervenções do exército na política espanhola, compreendendo desde operações para censurar publicações catalãs que lhe faziam críticas – *¡Cu-Cut!* e *La Veu de Catalunya* (Muñoz Bolaños, 2021a) – até repressões a protestos contrários ao envio de tropas para combates no Marrocos<sup>113</sup>.

Segundo Robinson (1974):

Desde 1814, a intervenção militar foi a característica constante da política espanhola. O Exército serviu de principal suporte ao liberalismo frente aos carlistas e, desde meados do século XIX, cada vez mais se associou na manutenção da ordem e do poder do Estado centralista. Que os governos dependessem da lealdade militar, significava que o Exército se considerava o depositário da vontade geral da nação e, mesmo assim, que sabia defender seus próprios interesses profissionais (p. 36)<sup>114</sup>.

Essa interferência gera, em 1923, um golpe de Estado capitaneado pelo Tenente-General Miguel Primo de Rivera (1870-1930) – e apoiado pelo Rei Afonso XIII (1886-1941) – que ocasiona uma ditadura entre os anos de 1923 e 1930<sup>115</sup>. Essa ditadura, tal como descrita por Robinson (1974), foi igualmente baseada na promessa de ser uma intervenção momentânea visando reestabelecer a ordem.

Apesar de algumas conquistas, como a consolidação militar espanhola no Marrocos (González Martínez, 2000), a ditadura de Primo de Rivera, todavia, falhou em encontrar uma solução política<sup>116</sup> que lhe permitisse lidar com as diferentes forças

<sup>113</sup> Os protestos contra esse envio de tropas ao Marrocos geraram, em 1909, a chamada ‘Semana Trágica’ em Barcelona. Para aprofundamento, v. Bengoechea (2012).

<sup>114</sup> No original: “Desde 1814, la intervención militar fue característica constante de la política española. El Ejército sirvió de principal soporte al liberalismo frente a los carlistas y, desde mediados del siglo XIX, cada vez se asoció más en el mantenimiento del orden y del poder del Estado centralista. Que los gobiernos dependieran de la lealtad militar, significaba que el Ejército se consideraba el depositario de la voluntad general de la nación, y asimismo que sabía defender sus propios intereses profesionales (Robinson, 1974, p. 36). Tradução minha.

<sup>115</sup> Para aprofundamento, v. González Martínez (2000).

<sup>116</sup> De acordo com Robinson (1974): “Como el dictador no podía establecer una “legalidad nueva”, tanto él como sus colaboradores estaban políticamente sentenciados. Se había divorciado de los antiguos políticos al dejar en suspenso la Constitución de 1876, y no tenerla en cuenta para nada. Se había divorciado de los intelectuales y estudiantes con el apoyo que prestaba a la educación clerical y con una caprichosa aplicación de la censura. Se había divorciado de la opinión catalana y de la del País

políticas e sociais nacionais (Robinson, 1974). Primo de Rivera foi demitido pelo Rei Afonso XIII, este que também ficou marcado por seu apoio à ditadura, e o fim do regime desestruturou a direita espanhola (Robinson, 1974). A queda de Primo de Rivera, em janeiro de 1930, obrigou a monarquia espanhola a escolher entre dois caminhos: o Rei poderia governar, ele próprio, como ditador, ou poderia retornar ao governo constitucional. Afonso XIII decidiu pelo segundo caminho, nomeando o General Dámaso Berenguer (1873-1953) para presidir o governo conhecido como '*ditablanda*' (Robinson, 1974).

Com as direitas em desordem, o Rei Afonso XIII convocou eleições para o mês de abril de 1931. Essas eleições, tidas como um plebiscito que decidiria a continuidade da própria monarquia (Robinson, 1974; Bachoud, 2011), foram vencidas pela coalização majoritariamente formada entre republicanos e socialistas (Robinson, 1974; Payne; Palacios, 2014). A derrota impôs a queda da monarquia, ainda em 1931, vez que “[...] as forças das quais dependia, o Exército, a Igreja, as classes conservadoras, as instituições políticas, em conjunto consideravam de importância secundária a forma de governo” (Robinson, 1974, p. 41)<sup>117</sup>.

A despeito de uma confusão inicial<sup>118</sup> relatada por Robinson (1974) – vez que, a despeito de vencerem em apenas nove das cincuenta capitais provinciais, os monarquistas conquistaram mais cadeiras nos conselhos municipais, principalmente nas zonas rurais –, a monarquia entendeu pela derrota e o Rei Afonso XIII partiu para

Vasco con la rigurosa supresión del regionalismo. Se había divorciado de los conservadores y de los intereses económicos con su intervencionismo y su justicia social paternalista. Se había divorciado de importantes sectores de las fuerzas armadas, con sus ataques al Cuerpo de artillería. Incluso se había divorciado de la Iglesia con su prudente regalismo y su favoritismo por la U.G.T. en detrimento de los sindicatos católicos” (p. 39).

<sup>117</sup> No original: “[...] las fuerzas de que dependía, el Ejército, la Iglesia, las clases conservadoras, las instituciones políticas, en conjunto consideraban de importancia secundaria la forma de gobierno” (Robinson, 1974, p. 41). Tradução minha.

<sup>118</sup> De acordo com Robinson (1974): “Las elecciones municipales se celebraron el 12 de abril de 1931, bajo la supervisión de Hoyos, quien declaró que no se había ejercido ninguna presión política; tenían que elegirse 80 280 concejales. Los informes de los gobernadores civiles preveían una victoria monárquica con ligera mayoría republicana en algunas capitales, situación que tenía precedentes. Los resultados conocidos en las primeras horas del 14 de abril, especialmente los de las ciudades, señalaban la elección de 22 150 monárquicos en comparación con 5 875 republicanos y socialistas. Los monárquicos ganaron únicamente en nueve de las cincuenta capitales de provincia, pero juzgando por la tendencia de los primeros resultados de los pueblos, una mayoría abrumadora de los restantes 52 255 concejales habría sido monárquica. Sin embargo, los resultados completos no interesaron a los ministros del rey, que obraron teniendo en cuenta sólo las ciudades, cuya votación fue decidida por la “masa neutra”. La perspectiva política prevaleciente fue cualitativa y no cuantitativa: los votos de más del 70 por 100 de los españoles que habitaban en el campo se consideraron insignificantes. El efecto psicológico de los resultados en las ciudades, dando a la coalición republicana un voto mayor que el esperado, paralizó al gobierno” (p. 51).

o exílio (Robinson, 1974; Bachoud, 2011; Preston, 2012a; Payne; Palacios, 2014).

Em 14 de abril de 1931, dois dias após as eleições, o Comitê Republicano que saiu vitorioso tomou o poder, estabelecendo a Segunda República Espanhola<sup>119</sup> (1931-1939). O novo regime, de acordo com Payne e Palacios (2014), passou por três diferentes fases: “[...] a fase reformista de esquerda de 1931 a 1933; a fase de contrarreforma centrista e direitista de 1933 a 1935; e o domínio *quasi-revolucionário* da frente popular em 1936” (p. 68)<sup>120</sup>.

O governo republicano provisório publicou, em 15 de maio de 1931, um estatuto político-jurídico de tom moderado que ficou em vigor até a aprovação, pelo Poder Legislativo (*Las Cortes*), da nova Constituição. Esse diploma legal, todavia, trazia uma revogação tácita da Concordata de 1851<sup>121</sup> ao permitir a liberdade de cultos, além de permitir suspensão governamental dos direitos individuais. Seu conteúdo serviu para reorganizar a direita em defesa dos interesses tradicionalistas (Robinson, 1974).

Durante o primeiro biênio (biênio social-azañista) da Segunda República, entre 1931 e 1933, os republicanos com tendência à esquerda, ou esquerda burguesa, dominaram o governo, tendo por dois de seus líderes Niceto Alcalá-Zamorra (1877-1949) e Manuel Azaña (1880-1940) (Payne; Palacios, 2014). Em um governo de coalizão – com destaque para o *Partido Socialista Obrero Español* (PSOE) de Francisco Largo Caballero (1869-1946) – em que as fraturas internas começavam a aparecer (Payne; Palacios, 2014), o reformismo (principalmente voltado aos setores militar, sindical, de autonomia regional, de reforma agrária e religioso) e o anticlericalismo acabaram tomando grande força (Robinson, 1974; Payne; Palacios, 2014). Três tentativas de insurreição anarquista entre janeiro de 1932 e dezembro de 1933, além da tentativa de golpe de Estado encabeçada pelo General José Sanjurjo (1872-1936) – *La Sanjurjada*<sup>122</sup> –, em agosto de 1932, também erodiram a estabilidade governamental (Payne; Palacios, 2014).

<sup>119</sup> Uma descrição detalhada das causas que deram origem ao surgimento da Segunda República Espanhola não pode ser aqui efetuada, sob risco de fuga do escopo do presente trabalho. Para aprofundamento, v. Ben-Ami (1978).

<sup>120</sup> No original: “[...] the reformist leftist phase of 1931 to 1933; the centrist and rightist counterreform from 1933 to 1935; and the quasi-revolutionary reign of the Popular Front in 1936” (Payne; Palacios, 2014, p. 68). Tradução minha.

<sup>121</sup> A Concordata de 1851, firmada entre a Espanha e o Vaticano, estabelecia o catolicismo apostólico romano como religião oficial do Estado. Uma nova concordata viria a ser travada por Franco apenas em 1953 (Payne; Palacios, 2014).

<sup>122</sup> Para aprofundamento, v. Robinson (1974) e Payne e Palacios (2014).

Como estratégia de supressão das forças conservadoras, parte dos esforços do governo republicano recaíram sobre a Igreja Católica, identificada com esse setor e, até então, apoiadora da monarquia derrubada (Casanova, 2005; Bachoud, 2011; Payne, Palacios, 2014). Mantendo reservas em relação aos republicanos, a despeito de também afirmar sua posição de neutralidade perante a forma de governo (Robinson, 1974), a Igreja tornou-se alvo na ausência da monarquia que a protegesse e na desorganização das direitas com quem usualmente convergiam em interesses. No mês de maio de 1931 centenas de edifícios de caráter religioso, entre igrejas e instituições de ensino, foram incendiados (Robinson, 1974; Payne; Palacios, 1974), tal como acontecia durante momentos críticos na política espanhola ao menos desde 1835. Na sequência desses ataques, houve também um aumento das greves e manifestações, frequentemente com emprego de violência, convocadas pela *Confederación Nacional del Trabajo* (CNT), uma organização anarco-sindicalista (Payne; Palacios, 2014).

Uma reorganização da direita espanhola, com destaque para a fundação da *Falange Española* em 29 de outubro de 1933 (Robinson, 1974), em conjunto com um enfraquecimento da esquerda, possibilitou uma vitória eleitoral da coalizão de direitas com os radicais centristas em novembro de 1933, encerrando o primeiro biênio da Segunda República e inaugurando o segundo, conhecido por biênio negro (1933-1935) (Payne; Palacios, 2014).

O biênio negro (Bachoud, 2011; Preston, 2012a) ou radical-cedista, levado a cabo pelo governo de Alejandro Lerroux<sup>123</sup>, do Partido Radical, e apoiado pela *Confederación Española de Derechas Autónomas* (CEDA) apresentou uma direita que, embora tenha se unido para atingir a vitória nas eleições anteriores, passou a apresentar cisões internas. Insurgências violentamente reprimidas nas Astúrias em outubro de 1934, com comando de Franco e uso das tropas marroquinas, além de um escândalo de corrupção<sup>124</sup> acabaram por ampliar a polarização política espanhola e erodiram o governo, causando a queda de Lerroux (Payne; Palacios, 2014).

---

<sup>123</sup> Lerroux foi substituído na chefia do governo por Ricardo Samper Ibáñez (1881-1938), entre abril e outubro de 1934, após ter renunciado ao cargo na esteira de uma ampla anistia que levou a cabo. Tão logo Samper renunciou, em outubro de 1934, Lerroux retomou o cargo (Payne; Palacios, 2014).

<sup>124</sup> Payne e Palacios (2014) apontam para uma manipulação intencional, por parte de Alcalá-Zamora, para transformar uma situação menor de corrupção em um escândalo de grandes proporções e forçar a queda de Lerroux.

O Presidente Alcalá-Zamora dissolveu o Parlamento e convocou novas eleições, que foram realizadas no dia 16 de fevereiro de 1936. As esquerdas, recuperadas do estado de organização que lhes havia custado as eleições anteriores, uniram-se em uma Frente Popular, coalizão ampla liderada por Manuel Azaña. O novo Presidente do Conselho de Ministros, que já havia ocupado anteriormente o cargo entre 1931 e 1933 e foi perseguido por uma suposta participação na insurreição de outubro de 1934 que gerou a proclamação do Estado Catalão, tomou posse do cargo após a vitória da Frente Popular (Payne; Palacios, 2014).

A Espanha, em 1936, apresentava sinais do iminente colapso da Segunda República: Por um lado, a violência e desordem imperavam no país. Por outro lado, os militares conspiravam para tomar o poder. A queda de Alcalá-Zamora e sua substituição, na Presidência da República, por Manuel Azaña, além do assassinato de José Calvo Sotelo (1893-1936), em junho daquele ano, serviram de catalizadores para que os militares pusessem em prática seus planos de tomada do poder (Bachoud, 2011; Preston, 2012a; Payne; Palacios, 2014).

Payne e Palacios (2014) ponderam acerca da situação espanhola:

Tudo isso leva à questão crucial – quão ruim era a situação em julho de 1936? As frequentes violações abertas da lei, assaltos à propriedade e violência política na Espanha não tinham precedentes para um país europeu moderno que não passava por uma revolução total. Estas incluíram ondas de greve massivas, às vezes violentas e destrutivas, apreensões ilegais em grande escala de terras agrícolas no sul, uma onda de incêndios criminosos e destruição de propriedades, fechamento arbitrário de escolas católicas, apreensão de igrejas e propriedades da Igreja em algumas áreas, censura generalizada, milhares de detenções arbitrárias, virtual impunidade para ações criminosas de membros de partidos da Frente Popular, manipulação e politização da justiça, dissolução arbitrária de organizações de direita, eleições coercivas em Cuenca e Granada que excluíram toda a oposição, subversão das forças de segurança, e um crescimento substancial da violência política, resultando em mais de trezentas mortes (p. 117)<sup>125</sup>.

---

<sup>125</sup> No original: "All this prompts the crucial question – how bad was the situation by July 1936? The frequent overt violations of the law, assaults on property, and political violence in Spain were without precedent for a modern European country not undergoing total revolution. These included massive, sometimes violent and destructive strike waves, large-scale illegal seizures of farmland in the south, a wave of arson and destruction of property, arbitrary closure of Catholic schools, seizure of churches and Church property in some areas, widespread censorship, thousands of arbitrary arrests, virtual impunity for criminal action by members of Popular Front parties, manipulation and politicization of justice, arbitrary dissolution of rightist organizations, coercive elections in Cuenca and Granada that excluded all opposition, subversion of the security forces, and a substantial growth in political violence, resulting in more than three hundred deaths" (Payne; Palacios, 2014, p. 117). Tradução minha.

Uma tentativa de golpe levada a cabo entre os dias 17 e 18 de julho de 1936, tendo por alguns de seus maiores expoentes os Generais Emilio Mola (1887-1937), Francisco Franco e José Sanjurjo, fracassou parcialmente, levando os nacionalistas (bando sublevado) e os republicanos (bando governamental) ao campo de batalha. Foi, então, oficialmente iniciada a Guerra Civil Espanhola (Payne; Palacios, 2014; Buades, 2018).

Diante da incapacidade dos insurretos de tomar Madrid rapidamente, a guerra estendeu-se por quase três anos. A despeito de algumas tentativas – majoritariamente indiretas – de negociações para um acordo que finalizasse o conflito, Franco negou qualquer desfecho diferente da rendição absoluta do governo republicano<sup>126</sup> (Payne; Palacios, 2014).

Acordos de não intervenção por parte de alguns países e maior apoio internacional para os nacionalistas comandados por Franco (Alemanha, Itália e Portugal, principalmente) que para os republicanos (majoritariamente União Soviética e México), entre outros fatores, decidiram os rumos da guerra. Em 1º de abril de 1939 é declarado o fim da Guerra Civil espanhola e inicia a ditadura franquista (Payne; Palacios, 2014; Buades, 2018).

#### 4.2. “El Caudillo de España por la gracia de Dios”:

Francisco Paulino Hermenegildo Teódulo Franco y Bahamonde nasceu em 4 de dezembro de 1892, no seio de uma família militar radicada no município de Ferrol<sup>127</sup>, Comunidade Autónoma da Galiza, noroeste da Espanha. Segundo entre os cinco filhos [Nicolás (1891-1977), Francisco, Pilar (1895-1989), Ramón (1896-1938) e Paz (1988-1903)] de Nicolás Franco y Salgado-Araújo (1855-1942) – militar de carreira da Armada Espanhola – e María del Pilar Bahamonde y Pardo de Andrade<sup>128</sup> (1865-1934), jovem de origem aristocrática (Bachoud, 2011).

A despeito desses desequilíbrios familiares, a família possuía boas condições

---

<sup>126</sup> Aduz Buades (2018): “[...] a obstinação com que Franco levaria adiante os seus planos, custasse o que custasse, mesmo quando o inimigo não tivesse saída e almejasse uma rendição digna. Franco não buscou apenas uma vitória militar. Ele quis “a paz dos cemitérios” e para isso não mediou esforços” (p. 238).

<sup>127</sup> O município de Ferrol é citado, em algumas ocasiões e por alguns autores (Payne; Palacios, 2014; Moradiellos, 2018) como *El Ferrol*. Contudo, para fins de padronização, optar-se-á pelo termo ‘Ferrol’.

<sup>128</sup> Da mesma forma que Salazar adotou o pseudônimo de Alves da Silva para alguns de seus escritos, Franco, futuramente, adotaria o pseudônimo de Jaime de Andrade, tomando por base seu sobrenome materno, em alguns escritos posteriores à vitória na Guerra Civil (Bachoud, 2011).

financeiras<sup>129</sup> e um ininterrupto histórico de serviços à Marinha, portanto Franco não precisou recorrer aos seminários – como ocorreu com Salazar – para poder financiar seus estudos (Cavichioli; Gallo, 2022), sendo os três filhos homens educados em instituições particulares previamente ao ingresso nas instituições militares (Payne; Palacios, 2014).

A conjuntura nacional à época dos primeiros anos de Franco era particularmente desfavorável ao decadente Império Espanhol: a derrota imposta à Espanha na Guerra Hispano-Americana (1898) significou a perda de Cuba, Porto Rico, Guam e Filipinas, até então colônias espanholas. Fruto de uma campanha militar desastrosa, a derrota atingiu a moral geral do país, especialmente em cidades como Ferrol, uma importante base naval (Payne; Palacios, 2014).

A derrota bélica impôs um óbice nos planos do jovem Franco, que almejava uma carreira na Academia Naval seguindo os passos de vários membros de sua família, como seu pai e seu irmão mais velho. Com a Marinha espanhola do pós-Guerra reduzida ao mínimo e uma consequente escassez de vagas para candidatos, Franco, então aos 14 anos, acabou ingressando, no ano de 1907, na Academia Militar de Toledo (Moradiellos, 2018). Nesse mesmo ano, pouco antes da entrada de Franco na instituição militar, Nicolás abandonou a família e foi viver em Madrid, lá formando nova família, ainda mantendo sua esposa e filhos financeiramente por vários anos. (Payne; Palacios, 2014).

Deixando o município de Ferrol – onde seu convívio era reduzido apenas à família direta e estendida<sup>130</sup> (Payne; Palacios, 2014), além dos vizinhos e conhecidos, a maioria com ligação ao meio militar (Bachoud, 2011) – Franco encontrou o tipo de instituição que, de acordo com Moradiellos (2018), supriria suas necessidades emocionais e forjaria sua identidade.

Na Academia Militar de Toledo, Franco destoava de seus pares não apenas por fazer parte da fração mais jovem dos cadetes, mas também por sua baixa

<sup>129</sup> Payne e Palacios (2014) e Moradiellos (2018) diferem sobre as condições econômicas da família: enquanto os primeiros atestam que os Franco eram de classe média alta, o segundo indica o pertencimento à classe média baixa. De qualquer forma, a condição econômica da família permitiu a Franco não ter que recorrer aos estudos seminaristas como ocorreu com Salazar.

<sup>130</sup> Um de seus primos, também nomeado Francisco Franco, seria, futuramente, um dos apoiadores mais próximos de Franco. De acordo com Payne e Palacios (2014): “One of these second cousins, two and a half years older than Paco, was Francisco Franco Salgado-Araujo. A tall lad known in the family as Pacón (big Frank), he too would become an army officer and play an important role in his cousin’s life, first as military aide and then as head of the personal military staff (casa militar) of the chief of state” (p. 10).

estatura e voz aguda, fazendo com que se tornasse alvo dos frequentes ‘trotos’ militares e que fosse apelidado de ‘Franquito’. Criticaria, muitos anos adiante, a ausência de disciplina interna e a irresponsabilidade dos diretores das academias militares na mistura de faixas etárias (Payne; Palacios, 2014).

Ainda assim, tendo superado o período que denominou de calvário (Payne; Palacios, 2014), Franco completou seus estudos em Toledo, no ano de 1910, com “o resultado medíocre” (Moradiellos, 2018, p. 29) de ter sido classificado na posição 251 de sua turma de 312 cadetes. Obteve o posto de segundo-tenente e permaneceu no serviço militar em Ferrol até 1912, quando foi enviado, por sua própria vontade, para um posto no Marrocos (Bachoud, 2011; Payne; Palacios, 2014; Moradiellos, 2018).

O Marrocos, cuja parte norte do território à época constituía um protetorado espanhol<sup>131</sup> obtido por meio do Tratado Hispano-Francês de 1912 (Moradiellos, 2018), era de especial interesse para a Espanha, que buscava manter-se um império colonial após a derrota em 1898 (Bachoud, 2011; Moradiellos, 2018).

Apesar do pouco entusiasmo inicial por parte do governo espanhol em ocupar o norte do Marrocos, essa ocupação deu-se por uma estratégia geopolítica. Além de ser desinteressante aos espanhóis ter a França, então detentora do protetorado, como nação fronteiriça no continente e no Estreito de Gibraltar, como também não era interesse da Inglaterra ter a França em controle da parte sul da entrada para o Mar Mediterrâneo. Durante essa era do imperialismo europeu, o equilíbrio de poderes seria mantido mais satisfatoriamente com a Espanha controlando ao menos um dos pontos de entrada do Estreito (Payne; Palacios, 2014). Aos interesses espanhóis, todavia, eram opostos os interesses das tribos marroquinas da região, ocasionando um conflito prolongado com pesadas baixas no lado espanhol e característica de guerrilha em território montanhoso (Moradiellos, 2018). A Espanha e o Marrocos, cumpre salientar, possuíam séculos<sup>132</sup> de relações envolvendo

<sup>131</sup> De acordo com Payne e Palacios (2014), a despeito do território ser denominado ‘protetorado espanhol’, em realidade ele meramente constituía uma zona cedida à Espanha por parte do Protetorado Francês do Marrocos segundo a lei internacional. Essa cessão, segundo Bachoud (2011), viria na esteira de alguns anos de atritos militares entre a Espanha e a França.

<sup>132</sup> De acordo com Payne e Palacios (2014): “The relationship between Spain and Morocco was an intimate one that, because of their geographic proximity, had lasted for millennia. From Morocco had been launched the Muslim conquest that began in 711, and altogether Spain had been the target of four different major invasions from Morocco between the eighth and fourteenth centuries. The Spanish had begun their counteroffensive across the straits in the thirteenth century and initiated the campaign’s major phase in 1497, five years after the discovery of America, North Africa and the Mediterranean were the scenes of bitter conflict during the sixteenth century, and for three hundred years Spain was the

invasões mútuas e conflitos militares.

Durante os mais de dez anos em que permaneceu mobilizado no Marrocos, Franco não apenas forjou sua personalidade como combatente implacável e o arquétipo do ‘africanista’ espanhol (Moradiellos, 2018), mas também sua faceta de organização e comando, tornando-se obcecado com organização e disciplina (Moradiellos, 2018). Tendo por conta o relato de Payne e Palacios (2014) acerca das péssimas condições de armamentos, suprimentos, disciplina e corrupção na unidade de Franco, é possível conceber que a situação apenas reforçou essa característica de ‘ordenancista’, termo pelo qual eram conhecidos os militares espanhóis fieis aos regulamentos<sup>133</sup>.

O período no Marrocos igualmente acentuou em Franco as discrepâncias entre o ‘africanista’ que era em oposição aos burocratas que haviam permanecido na Península Ibérica e que defendiam que as promoções militares deveriam ocorrer apenas por senioridade<sup>134</sup> (Moradiellos, 2018). Franco acreditava nas promoções por bravura em combate e merecimento, entendendo até mesmo o poder político – exercido *de facto* pelos militares espanhóis no território que lhes cabia – em “[...] termos de hierarquia militar, obediência e disciplina [...]” (Moradiellos, 2018, p. 30-31).

E, por assim acreditar na bravura necessária aos combatentes como via de ascensão e reconhecimento, a situação de Franco é descrita por Bachoud (2011) como:

Dificilmente poderia ser mais claro. A glória e as honras têm de ser a

---

target of Muslim pirate raids that seized as many as a quarter million captives for slavery and ransom. The Spanish crown had a number of strongholds on the northwest African coast, though these were later reduced to the two main presidios, or fortress cities, of Ceuta and Melilla, on the northern coast of Morocco. The nineteenth century was a rare period of relative peace and stability, with the exception of the brief war of 1859–60, after which Spain imposed a costly peace settlement that was a factor in the internal political breakdown of Morocco and its reduction to protectorate status” (Payne; Palacios, 2014, p. 16-17).

<sup>133</sup> Payne e Palacios (2014) ilustram essa característica: “He was known as an ordenancista, a stickler for the rules. Appointed to a judicial tribunal for the court-martial of a soldier who had murdered his corporal, Franco refused to follow the example of senior officers who urged clemency by informal means. Franco insisted that rules be strictly followed and sent an independent report to the Ministry of War, which responded by temporarily placing the colonel in charge of the tribunal under arrest. This sort of thing did not bring popularity, but it did win him respect, tinged perhaps with an element of fear. Franco seemed a little weird and sometimes incomprehensible and also a bit superhuman” (p. 25).

<sup>134</sup> Aduz Bachoud (2011): “A promoção por mérito, em função da folha de serviço, suprimida no final de 1898 e substituída pela promoção por antiguidade, foi restabelecida no fim da campanha de Melilla com o intuito de estimular as vocações africanistas [...]” (p. 47). A coexistência dos sistemas gerou atritos entre os grupos militares que se sentiam prejudicados por uma ou outra das formas de promoção (Bachoud, 2011).

recompensa do herói, de maneira que Franco será heroico para alcançar a glória. A sua ida para Marrocos lhe dará confiança nesta ordem imutável do mundo em que baseia a sua conduta e o seu pensamento (p. 47).

Ao fim de poucos dias de sua chegada em Melilla<sup>135</sup>, Marrocos, em 24 de fevereiro de 1912, Franco, que promoveu uma reorganização parcial das estratégias até então aplicadas (Bachoud, 2011; Payne; Palacios, 2014; Moradiellos, 2018) recebe o comando de uma unidade de tropas. A mudança de personalidade e física do adolescente franzino para comandante militar, combatente e estrategista (Moradiellos, 2018) não passou despercebida entre seus superiores: recebeu, extraordinariamente, em virtude do novo sistema de promoção por mérito, uma promoção excepcional ao posto de tenente em julho de 1912 (Bachoud, 2011).

Como parte do batalhão dos *regulares* – unidade cuja forma de combate, por representar altos riscos, também representava a maior chance de colher as glórias reservadas aos heróis – Franco estava entre os militares de elite, juntamente com nomes como Dámaso Berenguer, José Sanjurjo e Emilio Mola<sup>136</sup>. O General Berenguer, ademais, recomendou Franco para a promoção ao posto de capitão por méritos de guerra em março de 1915. Essa promoção tornou Franco, aos 22 anos, capitão do Exército Espanhol (Payne; Palacios, 2014).

Em comando de uma unidade mista entre soldados espanhóis e voluntários marroquinos, Franco era frequentemente elogiado pelos últimos por ter *baraka* – boa sorte – por não ser atingido pelas balas inimigas a despeito de constantemente estar na linha de frente dos combates (Payne; Palacios, 2014). Ainda assim, Franco foi ferido em combate, em junho de 1916, sofrendo um ferimento no baixo-ventre. Com efeito, esse tipo de ferimento, à época e em um cenário como o Rife, representava uma sentença de morte (Bachoud, 2011; Payne; Palacios, 2014).

A *baraka* parece ter assistido Franco, que, a despeito da gravidade dos

---

<sup>135</sup> Franco chegou a Melilla acompanhado de Camilo Alonso Vega (1899-1971), seu amigo de infância, e de Francisco Franco Salgado-Araújo (1890-1975), seu primo. Ambos permaneceram próximos de Franco durante sua vida, recebendo papéis de destaque tanto durante a Guerra Civil quanto durante o governo franquista (Bachoud, 2011).

<sup>136</sup> Dámaso Berenguer y Fusté (1873-1953), presidiu, como Presidente do Conselho de Ministros, o penúltimo governo da monarquia de Afonso XIII. José Sanjurjo Sacanell (1872-1936), recebeu, do Rei Afonso XIII, o título de Marquês do Rife por sua participação nos combates, além de ser um dos militares envolvidos no movimento golpista que deu origem à Guerra Civil Espanhola. Emilio Mola Vidal (1887-1937) esteve envolvido nos estágios iniciais da Guerra Civil Espanhola, na qualidade de comandante militar do Exército do Norte.

ferimentos<sup>137</sup>, sobreviveu ao episódio. De acordo com Bachoud (2011), esse episódio gerou o mito de Franco, alimentado pelo próprio e propagado pela África. Foi transportado para Ceuta e, assim que sua saúde deixou de ser um risco, foi enviado de volta a Ferrol em licença de três meses (Bachoud, 2011; Payne; Palacios, 2014).

Nesse período no continente, Franco descobriu que havia sido recomendado para promoção ao posto de major e à mais importante condecoração militar do país. Enfrentou, no entanto, a resistência do Ministro da Guerra, que não aprovou nenhuma das recomendações, tendo por uma de suas razões a pouca idade de Franco. Não obstante, Franco obteve autorização de seu comandante para peticionar diretamente ao Rei Afonso XIII. O monarca, na qualidade de Chefe Supremo das Forças Armadas, concedeu a promoção<sup>138</sup>. A audácia dessa petição rendeu frutos a Franco: para além de iniciar uma importante relação com o soberano espanhol – que permaneceria até a queda da monarquia – Franco tornou-se major do Exército Espanhol (Bachoud, 2011; Payne; Palacios, 2014).

Franco retornou ao Marrocos ao fim da licença, mas o novo posto impôs-lhe a transferência a Oviedo, capital das Astúrias. Chegou ao destino, em março de 1917, com a glória e o prestígio do herói de guerra, e foi incumbido com a supervisão do treinamento dos oficiais da reserva do Terceiro Regimento de Infantaria. Também no ano de 1917 Franco conheceu María del Carmen Polo y Martínez-Valdés (1900-1988), mulher de origem aristocrática que se tornaria sua esposa alguns anos depois (Bachoud, 2011; Payne; Palacios, 2014).

Tensões políticas por toda a Espanha – amplamente ignoradas por Franco durante sua época no Marrocos – levaram o governo a mandar o Exército reprimir uma greve de trabalhadores ferroviários em 1917. Nas Astúrias, a repressão<sup>139</sup> acabou a cargo de Franco, que teve sua primeira experiência de enfrentamento a

<sup>137</sup> Zavala (2016) alega que Franco perdeu um testículo como resultado dos ferimentos. Essa alegação é corroborada por Bachoud (2011), que atesta para a existência de uma preocupação com a ‘perda da virilidade’ de Franco como resultado dos ferimentos.

<sup>138</sup> A despeito da concessão dessa promoção, o Ministro da Guerra conseguiu vetar a condecoração de Franco com a Cruz Laureada de San Fernando, concedendo-lhe a Cruz de María Cristina, de menor importância (Payne; Palacios, 2014). De qualquer forma, ao fim da Guerra Civil, Franco concedeu a si mesmo a condecoração outrora negada.

<sup>139</sup> Sobre a intensidade da repressão, Payne e Palacios (2014) ponderam que: “The subsequent myth that Franco first engaged in “brutal repression” of workers in Asturias is completely fallacious. The general strike turned violent in September, but he had no responsibilities in that phase. It was the garrison commander in Oviedo, General Ricardo Burguete, a political liberal, who was famously quoted as saying that revolutionaries would be “hunted down like wild beasts” (“cazados como alimañas”)” (p. 35).

movimentos sociais (Bachoud, 2011; Payne; Palacios, 2014).

Em 27 de setembro de 1920, já há três anos nas Astúrias e noivo de Carmen Polo, Franco aceita um convite de José Millán-Astray y Terreros (1879-1954), fundador da *Legión Española*<sup>140</sup> (LE), para retornar ao Marrocos e assumir o posto de segundo-em-comando e responsável pela organização e treinamento das tropas (Bachoud, 2011; Payne; Palacios, 2014; Moradiellos, 2018). Esse retorno, agora em uma unidade de elite com comandantes condecorados como Millán-Astray e Franco, possibilitou à LE melhores salários e suprimentos, além de uma estrita disciplina<sup>141</sup> levada a cabo pelo próprio Franco (Bachoud, 2011; Payne; Palacios, 2014; Moradiellos, 2018).

Essa fase do conflito, entre 1920 e 1921, foi dificultosa para a LE: suas unidades incorreram em muitas baixas e parte do território sob domínio espanhol foi perdido e precisou ser recuperado (Bachoud, 2011). Payne e Palacios (2014) atribuem, parcialmente, parte da responsabilidade desses fracassos ao pouco apoio do governo da Espanha, que lidava, no continente, com a impopularidade da guerra.

Não obstante, de acordo com Moradiellos (2018), as dificuldades serviram para forjar Franco:

Seu extenso serviço no Marrocos, em meio a uma implacável guerra colonial e no comando de uma força de elite como a Legião, reforçou as convicções políticas linha-dura de Franco e contribuiu largamente para o endurecimento de seu caráter. Seja lutando ou negociando com os líderes rebeldes marroquinos, o jovem oficial aprendeu bem as táticas de ‘dividir para conquistar’ e a eficácia do terror (imposto pela Legião) como a arma militar perfeita para obter a paralisia e submissão do inimigo (p. 30)<sup>142</sup>.

---

<sup>140</sup> A Legião Espanhola, aos moldes da Legião Estrangeira Francesa surgida quase um século antes, é uma força militar de elite fundada por Millán-Astray em 20 de setembro de 1920. Conta, como sua congênere francesa, com a presença de alistados estrangeiros. Participou, ao lado de Franco, da Guerra Civil Espanhola (Bachoud, 2011; Payne; Palacios, 2014). Da atuação de Millán-Astray frente à Legião surgem os gritos de guerra “¡Viva la muerte!” e “¡A mí la Legión!”, que seriam adotados por apoiadores do franquismo durante o regime.

<sup>141</sup> Sobre essa aplicação de disciplina, narram Payne e Palacios (2014): “Years later Franco explained to his cousin Pacón that when his battalion first entered service early in 1921, discipline was inadequate. He wrote to Millán Astray for permission to carry out summary executions, if necessary, but the legion’s commander replied that this could only be done according to the code of military justice, which required an official court-martial. Franco, however, judged that in a poorly disciplined army the hard cases in the legion could only be converted into first-class soldiers by the strictest measures. Soon afterward, a volunteer who presented one of the gravest disciplinary problems abruptly rejected his rations, throwing his plate on the ground and splattering an officer. Franco calmly had him executed virtually on the spot and then ordered the entire battalion to march past the cadaver. Next he wrote to his superiors, accepting full responsibility, but he heard no more from them. He had made his point” (p. 37).

<sup>142</sup> No original: “His extensive service in Morocco, in the midst of a ruthless colonial war and in command of a crack force like the Legion, reinforced Franco’s hardline political convictions and contributed largely to the hardening of his character. From either fighting or negotiating with the rebel Moroccan leaders, the young officer learned well the tactics of ‘divide and conquer’ and the effectiveness of terror (imposed

A Guerra do Rife (1921-1926) havia começado e sua impopularidade da atingiu o ápice já em 1922. Ao tempo que Franco culpava privadamente os maçons pela onda de críticas ao exército, momento que Payne e Palacios (2014) atribuem como possivelmente sendo o início de sua longa e extrema oposição à Maçonaria. Diferentemente de Franco, Millán-Astray criticou publicamente os críticos do exército pela falta de patriotismo e foi punido<sup>143</sup>, em novembro de 1922, com a perda do comando da LE. A despeito de suas tentativas de fazer Franco seu sucessor no comando, a falta de posto adequado<sup>144</sup> não permitiu que assumisse o comando, que foi preenchido pelo Tenente-Coronel Rafael de Valenzuela y Urzaiz (1881-1923) (Payne; Palacios, 2014).

Franco apresentou sua demissão da LE ao Rei Afonso XIII e solicitou o retorno para Oviedo por discordar da nomeação de Valenzuela e da continuidade das juntas militares continentais. Esse ato, segundo Bachoud (2011), representou o “seu primeiro ato político público, ato ambíguo por ser ao mesmo tempo uma intimidação ao rei e uma afirmação do seu apoio à política africanista do monarca” (p. 68). Em seu retorno, passou por Madrid, onde foi saudado pela imprensa como herói nacional e recebeu, em janeiro de 1923, das mãos do Rei Afonso XIII, uma nova condecoração e o status de *Gentilhombre de Câmara*, uma honraria dada a poucos (Payne; Palacios, 2014).

O regresso de Franco à Espanha continental foi curto: Valenzuela foi morto em combate em 5 de junho de 1923, acaso que proporcionou a Franco a promoção ao posto de Tenente-Coronel e o comando da LE, ocasionando seu retorno ao Marrocos, ainda que ao custo do adiamento de seu casamento já marcado com Carmen Polo (Bachoud, 2011; Payne; Palacios, 2014).

Meses depois de ter retornado às linhas de frente no Rife, Franco finalmente realizou seu casamento com Carmen Polo, em 22 outubro de 1923, tendo o próprio

by the Legion) as the perfect military weapon to achieve the paralysis and submission of the enemy (Moradiellos, 2018, p. 30)”. Tradução minha.

<sup>143</sup> Bachoud (2011) apresenta versão alternativa da saída de Millán-Astray do comando da Legião, ponderando que o militar apresentou sua demissão em meio a tensões entre as juntas militares continentais e os militares *africanistas* de Marrocos. Essa divisão interna dos militares espanhóis é particularmente importante para entender algumas das tomadas de decisões futuras de Franco com relação às Forças Armadas.

<sup>144</sup> O General Sanjurjo havia recomendado Franco para a promoção a Tenente-Coronel no outono de 1921, mas a recomendação foi negada pelo Ministro da Guerra por conta da idade de Franco (Payne; Palacios, 2014).

Rei Afonso XIII como padrinho<sup>145</sup>. Sua lua de mel foi curta, em uma propriedade da família da esposa em La Pinella, já que a licença concedida a Franco foi de apenas dez dias (Bachoud, 2011; Payne; Palacios, 2014). Segundo Preston (2012a), “um jornal de Madrid encabeçou seu comentário com o título ‘O casamento de um heroico Caudillo’. Essa foi uma das primeiras utilizações públicas do termo *Caudillo* com respeito a Franco”<sup>146</sup> (p. 76-77).

Pouco antes do casamento de Franco, em setembro de 1923, o Rei Afonso XIII, pressionado por convulsões sociais, governos fragilizados e pela sombra da Revolução Russa de 1917, apoiou um golpe militar que instituiu a ditadura de Miguel Primo de Rivera y Orbaneja, primeira ditadura militar da história da Espanha (Bachoud, 2011; Payne; Palacios, 2014). Esse golpe foi apoiado pela população civil e pelo exército, além dos intelectuais liberais espanhóis (Bachoud, 2011; Payne; Palacios, 2014).

Franco, ao retornar para o Marrocos<sup>147</sup> com a esposa, teve uma entrevista com Primo de Rivera. Nessa reunião o ditador, para além das atribuições de comandante da LE, Franco recebeu a direção da *Revista de tropas coloniales*, publicação militar que permitiu que suas ideias chegassem aos colegas *africanistas* (Bachoud, 2011). A revista também foi, poucos meses depois, uma fonte de atrito entre Franco e Primo de Rivera por conta de críticas do primeiro ao que atribuiu como sendo uma ‘passividade’ do governo em relação à colônia marroquina. O ditador acabou por impor uma censura leve à revista, todavia sem punir Franco (Payne; Palacios, 2014).

Após alguns outros atritos<sup>148</sup>, Primo de Rivera abandona a retórica de oposição à manutenção da ocupação espanhola no Marrocos<sup>149</sup>, pressionado em grande parte pelo exército, e encampa os objetivos militares há muito propagados por Franco e a maioria dos oficiais na África (Bachoud, 2011). Em fevereiro de 1925,

<sup>145</sup> O Rei Afonso XIII, padrinho de Franco, foi representado no casamento pelo General Losada, governador militar das Astúrias. A madrinha de Franco foi sua mãe, María del Pilar (Bachoud, 2011).

<sup>146</sup> No original: “One journal in Madrid headed its commentary with the headline ‘The Wedding of a heroic Caudillo’ (warrior-leader). This was one of the first ever public uses of the term *Caudillo* with respect to Franco” (Preston, 2012a, p. 76-77). Tradução minha.

<sup>147</sup> O destino preciso desse retorno é matéria de divergência: Bachoud (2011) indica a cidade de Ceuta, enquanto Payne e Palacios (2014) indicam a cidade de Melilla.

<sup>148</sup> Para aprofundamento, v. Bachoud (2011).

<sup>149</sup> Sobre esse aspecto, ponderam Payne e Palacios (2014): “Primo de Rivera speculated about the possibility of trading Ceuta to Great Britain in exchange for Gibraltar and then withdrawing from Morocco altogether, but this was a deal that London would not even discuss” (p. 46).

Franco é promovido a Coronel (Payne; Palacios, 2014).

Com o orçamento militar expandido por Primo de Rivera, novos armamentos, mais suprimentos e mais aviões passaram a fazer parte do arsenal espanhol. O uso de gás venenoso também passou a ser mais comum, tendo a Espanha lançado, em 1924, o primeiro ataque aéreo com gás venenoso já registrado (Payne; Palacios, 2014).

A resistência do líder nacionalista marroquino, Muhammad Ibn 'Abd el-Krim al-Khattabi (1882-1963), em negociar com a Espanha e a França, ambas com colônias sob seu domínio no Marrocos, acabou por forjar a aliança entre as duas. Ataques da França, ao sul, e da Espanha, ao norte, além da primeira operação militar anfíbia registrada no século XX – desembarque em Alhucemas, comandado por Franco – acabaram por forçar a rendição de Abd el-Krim, em 27 de maio de 1926. O restante da resistência acabou sendo controlado em 1927 (Payne; Palacios, 2014).

Em 3 de fevereiro de 1926, aos 33 anos de idade e com uma vasta lista de conquistas militares, Franco foi promovido ao posto de General, um dos mais jovens de toda a Europa<sup>150</sup> (Payne; Palacios, 2014). Segundo Bachoud (2011):

Franco tem então 33 anos. A sua formação básica foi adquirida nessa terra esplêndida e pouco hospitaleira. Ao chegar aqui era um adolescente fraco e inseguro, de quem os companheiros de estudo e as jovens troçavam, e perturbado por problemas familiares. Quando abandona a localidade é um general rodeado, senão de amizade, pelo menos estimulado pelos seus pares e pelas tropas que serviram sob as suas ordens. Voltará a encontrá-los mais tarde, quando se dá o levante de 1936. Goza de uma fama notável na Espanha e casou com uma bonita jovem da alta sociedade. Triunfou na primeira parte de sua carreira. Até escreveu e publicou um livro<sup>151</sup>, dirigiu uma revista e, aparte o que se possa opinar sobre a qualidade ou o estilo das ideias expressas, conseguiu se evidenciar num campo para o qual a sua formação não o predispunha (p. 79).

O novo posto<sup>152</sup> impôs a transferência de Franco para Madrid, à época sob a ditadura de inspiração fascista de Primo de Rivera (Bachoud, 2011). Nomeado

<sup>150</sup> Preston (2015b) desafia a lenda que, com a promoção aos 33 anos, Franco teria se tornado o General mais jovem da Europa, atestando para a existência de outros mais jovens.

<sup>151</sup> Franco publicou, em 1922, o livro '*Diario de una bandera*', onde narra, sob sua própria visão, suas experiências no Marrocos, muito embora alterando os nomes dos principais personagens e o seu próprio (Franco, 1976). Escreveria, ainda, outros livros, boa parte sob pseudônimos como Jaime de Andrade e Hakim Boor, além de ter uma breve participação em um filme do cinema mudo (Payne; Palacios, 2014).

<sup>152</sup> No mesmo dia em que a promoção de Franco foi anunciada, todavia, os holofotes estavam voltados ao seu irmão, Ramón, que havia efetuado a primeira travessia aérea entre a Espanha e a Argentina. Embora esse episódio não tenha gerado atritos entre os irmãos, ambos já eram distantes por conta de suas personalidades e o afastamento tenderia a se agravar (Bachoud, 2011; Payne; Palacios, 2014).

comandante da Primeira Brigada da Primeira Divisão da Infantaria, em Madrid, Franco estabeleceu-se na capital espanhola. Em setembro de 1926, nasceu María del Carmen Franco y Polo (1926-2017), única filha de Franco e de sua esposa (Payne; Palacios, 2014). Carmen Franco, que permaneceu próxima ao pai durante toda sua vida, ainda contribuiria com uma biografia do *Caudillo* de autoria de Payne e Palacios (2008).

A estadia de Franco em Madrid, embora prestigiosa, não lhe exigiu tanto tempo quanto ocorreria com seu posto no Marrocos. Assim, com tempo livre, Franco expandiu suas conexões sociais ao ingressar em um clube de elite e em círculos sociais de pessoas de renome na sociedade madrilenha (Payne; Palacios, 2014), além de reforçar seu favor perante ao Rei Afonso XIII (Bachoud, 2011).

Primo de Rivera, desejoso de uma padronização e homogeneização do exército, recriou a *Academia General Militar*, em fevereiro de 1927, e convidou Franco para assumir a direção da instituição. Sediada em Zaragoza, a Academia Geral Militar iniciou suas operações em outubro de 1928<sup>153</sup>. Por insistência do próprio Franco, fruto de suas experiências na Academia Militar de Toledo, a idade mínima determinada para os recrutas era de dezessete anos (Payne; Palacios, 2014).

Durante o período da ditadura de Primo de Rivera, Franco passou a consumir conteúdos de caráter mais reacionário, forjando parte da retórica que utilizaria durante todo o seu período ditatorial. Segundo Moradiellos (2018):

Foi durante a ditadura que Franco começou a receber e devorar a literatura anticomunista e autoritária enviada pela *Entente Internationale contre la Troisième Internationale*, uma organização formada em Genebra por forças russas anti-bolcheviques e suíças de extrema-direita para alertar líderes através da Europa para o perigo da conspiração comunista universal. Essa literatura reacionária e maniqueísta seria chave na formação e evolução das fantasiosas e obsessivas ideias de Franco sobre o poder oculto e divisivo da Maçonaria e a existência de uma conspiração universal judaico-maçônica-bolchevique contra a Espanha e a fé católica (p. 33)<sup>154</sup>.

---

<sup>153</sup> Preston (2012a) atesta que Franco foi enviado a Zaragoza, juntamente com sua família, tão logo aceitou a posição, no ano anterior à abertura da instituição. Durante esse período, ficou responsável por supervisionar a construção das instalações.

<sup>154</sup> No original: "It was during the dictatorship that Franco started to receive and devour the anti-communist and authoritarian literature sent by the *Entente Internationale contre la Troisième Internationale*, an organization formed in Geneva by anti-Bolshevik Russian and far-right Swiss forces in order to alert leaders across Europe to the danger of the universal communist conspiracy. This reactionary and Manichaean literature would be key in the formation and evolution of the fantastic, obsessive ideas of Franco on the hidden and divisive power of Freemasonry and the existence of a universal Judeo–Masonic–Bolshevik conspiracy against Spain and the Catholic faith" (Moradiellos, 2018, p. 33). Tradução minha.

Franco estabeleceu um decálogo, ou seja, um conjunto de dez mandamentos, análogos ao *credo legionario*, com o qual buscava a formação moral, cívica, militar e psicológica dos ‘homens de elite’ que lá estudassem (Bachoud, 2011; Payne; Palacios, 2014). Bachoud (2011) lista o conteúdo do decálogo:

- 1 – Amar à pátria e ao Rei<sup>155</sup>.
- 2 – Ser, por vocação e por disciplina, a imagem do espírito militar.
- 3 – Ter um elevado espírito cavalheiresco e zelar pela sua reputação.
- 4 – Cumprir os seus deveres e servir escrupulosamente.
- 5 – Nunca falar mal de ninguém, nem permitir que outros o façam.
- 6 – Fazer-se estimar pelos subordinados e apreciar pelos superiores.
- 7 – Estar voluntariamente disposto ao sacrifício e procurar o risco.
- 8 – Sacrificar-se por um camarada e se alegrar com os seus êxitos.
- 9 – Amar a responsabilidade e ter espírito de decisão.
- 10 – Ter valor e abnegação (p. 96).

O ano de 1929 traz consigo a Grande Depressão oriunda da quebra da Bolsa de Nova York. A Espanha, tal como ocorreu em Portugal, conseguiu enfrentar o ocorrido com efeitos mórdicos<sup>156</sup>, alcançando até mesmo progressos econômicos ao tempo que outras economias europeias afundavam (Bachoud, 2011). Não obstante, seus efeitos mais relevantes em território espanhol não são econômicos, mas sim políticos: a ditadura de Primo de Rivera estava em franca decadência, sendo objeto de críticas de vários setores por conta das políticas econômicas do Ministro José Calvo Sotelo e alvo de protestos estudantis (Bachoud, 2011).

A queda de Primo de Rivera, em 28 de janeiro de 1930, ocasionou um agravamento da crise institucional espanhola. Temendo que a queda resultasse em divisão dentro da academia, uma vez que o fato foi celebrado por vários meios militares, Franco proibiu discussões de caráter político na instituição, seguindo seu próprio hábito de evitar envolvimento político no exército (Bachoud, 2011; Payne; Palacios, 2014).

O General Dámaso Berenguer, que sucedeu Primo de Rivera, iniciou o processo de retorno ao governo constitucional, época denominada ‘ditabrand’ (*dictablanda*), igualmente não sendo capaz de solucionar os problemas que haviam

---

<sup>155</sup> Bachoud (2011) indica que, aqui, a ordem colocada nas palavras tem relevância: “[...] obediência absoluta à Pátria, que antecede a obediência ao soberano, beneficiário em segundo plano dos sacrifícios destes paladinos modernos” (p. 97).

<sup>156</sup> Moradiellos (2018) aponta para cenário diverso: “The global economic crisis hit Spain with full force during those years, causing industrial production rates to plummet, restricting Spain’s commercial exports, increasing its budgetary difficulties and generating huge unemployment, concentrated mostly in the agricultural sector (in December 1933, of the more than 600,000 unemployed, more than 400,000 were agricultural labourers from southern provinces)” (p. 35).

causado a queda do ditador (Preston, 2012a; Payne; Palacios, 2014).

A instabilidade do período sofreu novo agravamento quando revoltas republicanas – envolvendo militares – eclodiram a partir do norte do país, próximo a Zaragoza, onde Franco estava e foi chamado a reprimi-las. Seu irmão, Ramón, tomou parte das revoltas e, com a frustração da tentativa de golpe, acabou sendo forçado ao exílio<sup>157</sup> (Preston, 2012a; Payne; Palacios, 2014).

Berenguer apresentou sua demissão em fevereiro de 1931, sendo substituído pelo último Presidente do Conselho de Ministros do período monárquico, Juan Bautista Aznar y Cabanas (1860-1933). O governo de Aznar, tido por Payne e Palácios (2014) como ainda mais enfraquecido que o anterior, convocou eleições que foram consideradas, para todos os efeitos, como um plebiscito em que a continuidade da monarquia seria decidida (Robinson, 1974; Bachoud, 2011).

Essas eleições, enquanto organizadas, demonstraram que amplos setores populares, intelectuais, proletários e militares possuíam forte rejeição à monarquia de Afonso XIII (Bachoud, Preston, 2012a; Payne; Palacios, 2014). O sentimento geral foi confirmado quando, em 12 de abril de 1931, a aliança entre republicanos e socialistas derrotou os candidatos monarquistas em todas as grandes cidades e praticamente todas as capitais de províncias<sup>158</sup>. Franco e outros líderes militares, em lealdade ao Rei, ponderaram tomar em armas para manter a monarquia, mas foram dissuadidos por outros líderes militares (entre eles Sanjurjo e Millán-Astray) e pelo próprio Afonso XIII, que preferiu evitar um conflito armado e partiu para o exílio na França sem abdicar ao trono (Bachoud, 2011; Preston, 2012a; Payne; Palacios, 2014).

Em 14 de abril de 1931, dois dias após as eleições, foi proclamada a Segunda República Espanhola, inicialmente chefiada por um governo provisório dirigido pelo Presidente da República Niceto Alcalá-Zamora (Robinson, 1974). Franco, embora expressasse publicamente seu descontentamento com a mudança de regime, instou seus comandados a manter a disciplina perante a nova República (Payne; Palacios,

<sup>157</sup> Bachoud (2011), Preston (2012a) e Payne e Palacios (2014) dedicam considerável atenção para a troca de correspondências entre os irmãos durante essa fase.

<sup>158</sup> Sobre a vitória da aliança, Payne e Palacios (2014) discorrem: “In the municipal elections of April 12 the new Republican-Socialist alliance gained a slight plurality and swept the voting in all the larger cities and nearly all provincial capitals. Since it had been accepted for some time that the cities registered a higher level of political consciousness and more authentic elections, much of public opinion concluded immediately that the alliance had “objectively” won the election, though it failed to gain a majority of all the municipal council seats in Spain” (p. 66).

2014). Intimamente, no entanto, Franco considerava o novo regime ilegítimo, retórica que utilizaria quando do início da Guerra Civil (Bachoud, 2011), além de demonstrar preocupação com seu próprio futuro, já que “como um general monarquista, ele enfrentaria um futuro incerto no que estava sendo considerado como o primeiro regime político genuinamente democrático da Espanha”<sup>159</sup> (Payne; Palacios, 2014, p. 67).

Na primeira das três fases republicanas – assim divididas por Payne e Palacios (2014) e Moradiellos (2018) – o novo Presidente do Conselho de Ministros da Segunda República, Manuel Azaña Díaz, dentre várias medidas, propôs e dirigiu uma reformulação do exército que reduziu consideravelmente o número de seus membros<sup>160</sup> (Payne; Palacios, 2014). O novo governo se provou um tanto hostil a Franco, por conta do que atribuíram ser uma personalidade de lealdade questionável<sup>161</sup>, e, embora não tivesse imposto nenhuma sanção específica<sup>162</sup>, removeu-lhe os favores outrora cedidos pelo Rei (Payne; Palacios, 2014). Franco foi relegado ao final da lista de possíveis promoções militares, criando um obstáculo à sua, até então, rápida ascensão militar (Payne; Palacios, 2014).

Outro golpe sofrido por Franco, durante o biênio social-azañista, foi o fechamento da Academia Geral Militar de Zaragoza, no segundo semestre de 1931, o que “[...] alimenta [entre os militares] uma antipatia visceral por Manuel Azaña, que é acusado de ter “triturado” o exército” (Bachoud, 2011, p. 113). A hostilidade mútua travada entre Franco e Azaña permaneceria<sup>163</sup> e, por determinação do Azaña,

<sup>159</sup> No original: “As a Monarchist general, he would face an uncertain future in what was being hailed as Spain’s first genuinely democratic political regime” (Payne; Palacios, 2014, p. 67). Tradução minha.

<sup>160</sup> Payne e Palacios (2014) ponderam sobre as mudanças levadas a cabo por Azaña: “Advised by a coterie of liberal-minded officers, Azaña moved rapidly to reform the army, beginning at the top, eliminating the district captaincies general and abolishing the rank of lieutenant general. Thus the top rank under the Republic was *general de división* (major general). [...] The unit structure of the army was reformed along French lines, reorganized into a series of eight organic divisions. Both the army and navy were downsized somewhat, though the air force was slightly expanded and organized as a separate branch of the armed forces. The six military academies were reduced to three, though a new one was planned for the air force” (p. 72-73).

<sup>161</sup> De acordo com Bachoud (2011): “Franco não pretende obter o favor do atual governo; não teme se expor às possíveis represálias administrativas ao manifestar sua fidelidade ao regime anterior. Apresenta-se (e o é, sem dúvida) como um homem de convicções” (p. 109).

<sup>162</sup> Não obstante, segundo Bachoud (2011), a revisão das promoções militares por merecimento impôs a Franco a perda do posto de General. Por sua vez, Preston (2012a) esclarece que, a despeito de ter uma de suas promoções revogadas, Franco não perdeu o posto, sendo ‘congelado’ na patente que estava.

<sup>163</sup> De acordo com Payne e Palacios (2014): “The minister of war recognized Franco’s ability and also his astute pragmatism, factors that, combined with his basic conservatism, made him of all the generals “el único temible” (“the only one to be feared”), but he also understood—correctly—that he would not cause any further trouble. Franco was left without assignment for eight months, [...]. He, in turn,

Franco permanece durante oito meses sem qualquer função militar (Payne; Palacios, 2014).

O primeiro biênio da Segunda República Espanhola, envolto em uma considerável convulsão social e crescente violência anticlerical, dava sinais de exaustão (Bachoud, 2011; Preston, 2012a). A despeito do que Preston (2012a) denominava como “repugnância pela política do dia-a-dia” (p. 74), Franco foi obrigado a ponderar sobre as mudanças ocorridas na Espanha, aprofundando suas convicções antirrepublicanas e seu ideário anticomunista e antimaçom (Preston, 2012a).

O ostracismo vivido por Franco terminou, em 5 de fevereiro de 1932, quando recebeu o posto de comandante da Décima Quinta Brigada de Infantaria em La Coruña, Galícia (Payne; Palacios, 2014). Franco não se envolveu nos conflitos nacionais e regionais que, à época ameaçavam a estabilidade do governo republicano<sup>164</sup>, sendo novamente promovido pelo governo de Azaña em fevereiro de 1933, dessa vez a Comandante da Região Militar das Ilhas Baleares, em Palma de Maiorca (Bachoud, 2011). Em parte, de acordo com Preston (2012a), uma das motivações desse novo posto, longe da Espanha continental, foi evitar a participação de Franco em quaisquer atividades que pudessem ser nocivas à República<sup>165</sup>.

Profundas divisões na aliança republicana-socialista de Azaña impuseram, em novembro de 1933, uma derrota eleitoral<sup>166</sup> que encerrou o primeiro biênio e deu início ao governo do Presidente do Conselho de Ministros Alejandro Lerroux García (1864-1949), direitista do Partido Radical e aliado da *Confederación Española de Derechas Autónomas* (CEDA). Lerroux havia convidado Franco, pouco antes de sua vitória eleitoral, para assumir o cargo de Ministro da Guerra, tendo um perfil marcadamente mais próximo de Franco do que seu antecessor possuía. Franco,

reciprocated the hostile esteem of Azaña, declaring, shortly before his death, that of the leftist politicians, “he was the most intelligent one of all” (p. 74).

<sup>164</sup> O mais representativo desses conflitos foi conhecido por *Sanjurjada*, uma tentativa fracassada de golpe militar liderada por Sanjurjo, que não contou com o apoio de Franco (Bachoud, 2011; Preston, 2012a; Payne; Palacios, 2014; Moradiellos, 2018).

<sup>165</sup> Segundo Payne e Palacios (2014): “As a reward for Franco’s loyalty, in February 1933, after a full year in La Coruña, he was promoted not in rank but in assignment, named military commander of the Balearic Islands, whose post was headquartered in Palma de Mallorca. This assignment would normally have gone to a major general, so it appeared to be a mark of favor from Azaña, though the prime minister noted in his diary that it was preferable to have Franco far from Madrid” (p. 81-82).

<sup>166</sup> Segundo Preston (2012a): “With the Left divided and the anarchists abstaining, a series of local alliances between the Radicals and the CEDA ensured their victory. The Radicals got 104 deputies and the CEDA 115 to the Socialists’ 58 and the Left Republicans’ 38” (p. 85).

contudo, negou o convite, mantendo seu afastamento da política cotidiana (Payne; Palacios, 2014).

O período de Lerroux no poder (1933-1935), conhecido por *bienio negro* (Bachoud, 2011; Preston, 2012a), representou, para Franco, um período de maior tranquilidade na carreira. Imbuído da fama que havia angariado nos anos anteriores e não mais diretamente subordinado a chefes hostis, Franco recebeu mais uma promoção – por iniciativa do Ministro da Guerra, Diego Hidalgo y Durán (1886-1961) – ao posto de General de Divisão em 1934, aos 41 anos (Preston, 2012a; Payne; Palacios, 2014).

A aproximação entre Franco e o governo de Lerroux permitiu que Franco liderasse a repressão a um movimento revolucionário nas Astúrias – parcialmente comandado pela *Confederación Nacional del Trabajo* (CNT), uma organização de caráter anarco-sindicalista – iniciado em outubro de 1934. A tentativa de revolução foi debelada<sup>167</sup>, ao custo de grandes perdas de vidas, em parte pelo uso das tropas marroquinas de Franco<sup>168</sup> (Preston, 2012a; Payne, Palacios, 2014). De acordo com Preston (2012a), “Franco portanto recebeu um sabor inebriante de poder político-militar sem precedentes”<sup>169</sup> (p. 94).

A atuação de Franco rendeu-lhe a condecoração da Grã-Cruz do Mérito Militar e sua permanência, em Madrid, até fevereiro de 1935 na qualidade de conselheiro ministerial do Ministério da Guerra, este que estava sendo dirigido pelo próprio Presidente do Conselho de Ministros, Lerroux, com a saída de Hidalgo. Retornou ao Marrocos, em 5 de março de 1935, no posto de Comandante-em-Chefe das Forças Armadas<sup>170</sup> no país (Preston, 2012a; Payne; Palacios, 2014).

Durante esse biênio, Franco trabalhou em conjunto com o governo de Lerroux,

<sup>167</sup> Também foram debelados, nesse período, movimentos revolucionários na Catalunha (Preston, 2012a).

<sup>168</sup> Payne e Palacios esclarecem que o uso das tropas marroquinas, embora possua destaque sob o comando de Franco na repressão nas Astúrias, já havia ocorrido anteriormente: “A key decision was to move some of the elite units in Morocco to Asturias as soon as possible. Ordinary army detachments were composed of short-term conscripts, some of whom were leftists, and had limited capacity for combat. Azaña had twice brought in units from Morocco to quell recent insurrections (one by Sanjurjo, one by the CNT), so this had become a standard procedure, not a new policy of “colonial brutality” suddenly dreamed up by Franco, as has been often charged” (p. 89).

<sup>169</sup> No original: “Franco thus received an intoxicating taste of unprecedented politico-military power” (Preston, 2012a, p. 94). Tradução minha.

<sup>170</sup> Sobre o novo cargo de Franco, Preston (2012a) pondera: ““Lerroux had intended to reward Franco by making him High Commissioner in Morocco but was prevented from doing so by the opposition of Alcalá Zamora. Instead, he kept on the existing civilian High Commissioner, the conservative Republican Manuel Rico Avello, and made Franco Commander-in-Chief of the Spanish Armed Forces in Morocco” (p. 98).

tendo principalmente o auxílio de José María Gil-Robles y Quiñones de León (1898-1980), líder da CEDA e novo Ministro da Guerra, em um esforço para aprofundar melhorias nas Forças Armadas. Tão logo foi apontado para o Ministério, Gil-Robles indicou Franco para o cargo de Chefe de Pessoal, o posto mais alto que ele poderia chegar em sua carreira. A indicação foi enfrentada com hostilidade por Alcalá-Zamora, ainda Presidente da República, que teve que ceder por conta de ameaças de demissão por parte de Lerroux e Gil-Robles (Preston, 2012a; Payne; Palacios, 2014).

A conjuntura espanhola, todavia, não era favorável ao governo de direita chefiado por Lerroux. As tentativas de revolução anteriores e os constantes conflitos entre as forças internas do bloco de direita, além de um caso de corrupção envolvendo o sobrinho e afilhado de Lerroux<sup>171</sup>, acabaram por erodir tanto seu eleitorado quanto a confiança de Alcalá-Zamora, que exigiu sua demissão em setembro de 1935 (Bachoud, 2011; Payne; Palacios, 2014). Segundo Bachoud (2011):

Agora sim os acontecimentos vão se acelerar. As mesmas causas produziram os mesmos efeitos. Quando a esquerda estava no poder, suscitara a animosidade da opinião pública. A direita que lhe sucedeu não logrou ser mais convincente. Ao fim de dois anos de governo, também perde parte do seu eleitorado e, à vista dos seus fracassos, a esquerda surge aos olhos do país como menos calamitosa do que o eleitorado havia pensado. Azaña, odiado em 1933, torna-se o símbolo da unidade recuperada e os seus comícios reúnem as massas entusiastas (p. 133).

Esse entusiasmo foi comprovado quando, em 16 de fevereiro de 1936, forças da direita cujas fraturas impediram uma união efetiva são derrotadas pelas esquerdas unidas em uma Frente Popular em eleições bastante polarizadas<sup>172</sup> (Bachoud, 2011; Payne; Palacios, 2014). Apesar da existência de rumores sobre um possível levante armado do exército para impedir a Frente Popular de tomar Franco decidiu pela inoportunidade do momento, vez que, em sua visão não havia uma coesão completa dos militares nesse propósito. Essa, todavia, foi a primeira vez que

---

<sup>171</sup> Para aprofundamento, v. Bachoud (2011).

<sup>172</sup> As eleições não deram uma vitória com larga margem à Frente Popular, permanecendo ambos os lados com pouca diferença de representantes a despeito da maioria formada (Payne; Palacios, 2014). De acordo com Moradiellos (2018): “To the surprise of many observers, the elections gave victory to a new coalition of the left (the so-called Popular Front) over right-wing candidates by a slight majority (no more than 200,000 popular votes) and brought to power a left Republican government headed again by Azaña and supported by the Socialist and Communist parties” (p. 36).

Franco efetivamente considerou uma intervenção militar durante a Segunda República (Bachoud, 2011; Payne; Palacios, 2014).

Azaña, ao assumir, temeroso desses intentos do exército, decidiu remover comandantes militares conservadores de suas funções, entre eles Franco, que foi prontamente enviado para as Ilhas Canárias no posto de Comandante Militar dessa afastada região do Atlântico. Franco entendeu a perda do cargo de Chefe de Pessoal e seu envio para as Canárias como um desterro (Bachoud, 2011; Payne; Palacios, 2014). Esses movimentos de Azaña acabaram intensificando as atividades subversivas dos militares de alta patente, que passaram a planejar com maior intensidade. Franco manteve sua posição usual, sempre informado sobre os acontecimentos, mas sem fazer parte deles diretamente (Bachoud, 2011; Payne; Palacios, 2014).

Franco foi recebido, em sua chegada às Ilhas Canárias, por um hostil grupo de apoiadores da Frente Popular, convocados pelos sindicatos locais para protestar contra a chegada daquele que denominavam ‘o carniceiro de Astúrias’ (Preston, 2012a; Payne; Palacios, 2014). Com efeito, a apreensão imposta<sup>173</sup> por Franco ao governo de Azaña não ficou limitada apenas à sua remessa para uma região longínqua:

Fora isso, as atividades de Franco foram levemente inibidas pela escala de vigilância a que ele estava sujeito. Sua correspondência foi violada, seu telefone foi grampeado e ele estava sendo vigiado tanto pela polícia quanto por membros dos partidos da Frente Popular. Isso refletia o medo que ele inspirava tanto no governo central quanto na esquerda local das Ilhas Canárias. Havia rumores dentro de seu quartel-general que uma tentativa de assassinato era provável (Payne; Palacios, 2014, p. 111)<sup>174</sup>.

A vigilância obrigou Franco, que até então participou de forma afastada, porém constante, das atividades subversivas dos militares, a ser ainda mais

<sup>173</sup> Sobre essa apreensão, Payne e Palacios (2014) dissertam: “He was seen by the left as potentially one of the most dangerous generals, because of his authority, skill, and influence, should he ever assume a more overt political role. Late in March the Socialist leader Indalecio Prieto referred to him publicly as the kind of general who could be most effective in organizing a revolt, though Prieto covered himself immediately by saying that he did not mean to imply that Franco was actually trying to do so” (p. 109).

<sup>174</sup> No original: “Otherwise, Franco’s activities were slightly inhibited by the scale of surveillance to which he was subject. His correspondence was tampered with, his telephone tapped, and he was being watched both by the police and by members of the Popular Front parties. This reflected the fear that he inspired in both the central government and in the local Left in the Canary Islands. There were rumors inside his headquarters that an assassination attempt was likely” (Payne; Palacios, 2014, p.111). Tradução minha.

cauteloso com sua comunicação, frequentemente utilizando mensageiros privados e mensagens cifradas para garantir o sigilo que necessitava (Payne; Palacios, 2014). Essas manobras do governo, todavia, não conseguiram impedir que travasse alguns contatos que, em breve, seriam úteis, tal como a série de conversas que teve com o cônsul italiano nas Canárias (Preston, 2012a).

Em abril de 1936 uma manobra parlamentar levou à deposição do Presidente da República, Alcalá-Zamora, e sua substituição por Azaña. A esse tempo a conspiração já se organizava de forma mais palpável, com um planejamento mais detalhado e tendo como ‘diretor’ o General Mola. O exílio do General Luis Orgaz Yoldi (1881-1946) nas Ilhas Canárias, auxiliou na ampliação do interesse de Franco aos planejamentos, ainda que continuasse apresentando resistências eventuais (Payne; Palacios, 2014).

O acontecimento que efetivamente catalisou a participação de Franco, todavia, foi o assassinato de Calvo Sotelo – definido por Bachoud (2011) como “o cérebro civil da conspiração” (p. 141) – por agentes das forças de segurança e militantes de esquerda, em 13 de julho de 1936. Segundo Payne e Palacios (2014):

Isso decidiu muitos dos indecisos, inclusive o próprio Franco. Ele recebeu as notícias no seu quartel-general em Tenerife em algum momento do dia 13 de julho e ficou chocado com elas, subitamente convencido que a extremidade final, aquela que ele sempre posicionou como a única coisa que poderia justificar a rebelião armada, havia finalmente chegado. Agora parecia mais perigoso não se rebelar que se rebelar. Menos de vinte e quatro horas depois de enviar mensagem a Mola que ele não estava totalmente pronto para aderir à rebelião, ele imediatamente comunicou seu comprometimento total e exortou que a revolta começasse tão logo quanto possível (p. 120-121)<sup>175</sup>.

Franco, estacionado em Tenerife, utilizou o pretexto da morte acidental de um subordinado<sup>176</sup> que comandava a guarnição de Las Palmas de Gran Canaria como

<sup>175</sup> No original: “This decided many of the undecided, including Franco himself. He received the news in his headquarters on Tenerife at some point on July 13 and was jolted by it, suddenly convinced that the final extremity, which he had always posited as the only thing that could justify armed rebellion, had finally arrived. Now it seemed more dangerous not to rebel than to rebel. Less than twenty-four hours after sending word to Mola that he was still not ready to join a rebellion, he immediately communicated his total commitment and urged that the revolt begin as soon as possible” (Payne; Palacios, 2014, p. 119-120). Tradução minha.

<sup>176</sup> Os detalhes acerca da morte do General Amado Balmes Alonso (1877-1936) são discutidos por Payne e Palacios (2014): “The death of Balmes eventually sparked the first of many controversies concerning Franco’s role in the Civil War, for it would be alleged that Balmes had been murdered by conspirators in his own garrison to get him out of the way and provide Franco with an excuse for going immediately to Gran Canaria. According to the conspiracy theory, Balmes was a political moderate who did not support the revolt and had to be eliminated both to ensure the success of the revolt on Gran

razão para visitar o local, de onde pegou o avião *Dragon Rapide*<sup>177</sup> e se dirigiu até o Marrocos para dar início à revolta a partir da África (Payne; Palacios, 2014). De acordo com Bachoud (2011): “Cada general estava encarregado do levante da sua região: Queipo de Llano (1875-1951), da Andaluzia; Mola, de Navarra; Goded, de Valência; e Franco, da África” (p. 141).

A revolta iniciou, de forma abrupta e antecipada em razão da descoberta do plano (Buades, 2018), em 17 de julho de 1936, com o levante militar das unidades de Melilla, Tetuan e Ceuta. As unidades da Espanha continental – em especial as de Sevilha e Casares – iniciaram seus levantes em 18 de julho daquele ano, na sequência da conquista dos territórios espanhóis na África. No dia seguinte, 19 de julho, o governo de Azaña, que havia subestimado a participação dos militares estacionados no continente, assistiu a uma continuidade dos levantes militares, com ênfase para as guarnições do norte do país, como a de Pamplona. Outras unidades iniciaram seus levantes entre os dias 20 e 21 daquele mês, enquanto outras não o fizeram. Eventualmente a rebelião foi tentada ou ocorreu em 44 das 51 guarnições mais importantes da Espanha peninsular<sup>178</sup> (Payne; Palacios, 2014).

Um manifesto de Franco foi propagado, via rádio, nas primeiras horas de 18 de julho de 1936, enquanto os rebeldes aguardavam os meios materiais para seu transporte até a Espanha continental (Bachoud, 2011). O manifesto, embora tido como confuso por Payne e Palacios (2014), reforça um dos posicionamentos típicos de Franco: não pregava o retorno da monarquia ou a lealdade a nenhum partido político, mas apresentava os militares como os agentes responsáveis pela salvação da Espanha da anarquia (*Fundación Nacional Francisco Franco*, 2017).

Com o fracasso parcial da tentativa de golpe, considerando que os rebeldes “[...] controlavam aproximadamente metade da superfície do país, mas as grandes cidades repeliram o golpe” (Buades, 2018, p. 68) e que negaram qualquer acordo com o governo republicano, dada a preparação de ambos os lados para o conflito bélico, estava iniciada a Guerra Civil Espanhola (1936-1939).

---

Canaria and to provide Franco with an immediate reason to go there. [...] That Balmes's sudden demise was convenient to Franco and to the success of the revolt in the Canaries goes without saying” (p. 122). Viñas, Ull Laita e Yusta Vinás (2017), em livro escrito sobre o assunto, indicam que a morte foi proposital, fruto de uma conspiração.

<sup>177</sup> O avião em questão foi fretado pelo empresário e político Juan March Ordinas (1880-1962), fundador do banco *Banca March*, que ajudou a financiar o golpe que deu origem à Guerra Civil (Vilanova, 2007; Bachoud, 2011).

<sup>178</sup> Para aprofundamento acerca da cronologia dos levantes militares no curso do golpe militar, v. Buades (2018).

Os meios de transporte para levar as tropas africanas até a Península Ibérica eram considerados cruciais para a continuidade do movimento. Os militares, assim, enviaram o jornalista Luis Antonio Bolín Bidwell (1894-1969), que os acompanhava, para solicitar ao *Duce* italiano, Benito Mussolini, aviões e equipamentos. Bolín, antes de chegar à Itália, parou em Lisboa para obter a aprovação do General Sanjurjo – líder público da insurreição e então exilado em Portugal –, e logo partiu para o destino (Payne; Palacios, 2014).

Considerando a baixa adesão da Marinha e da Aeronáutica e a adesão de cerca de metade das tropas do Exército, a esperança dos insurgentes recaiu sobre as forças de elite marroquinas de Franco, cerca de 21 mil homens entre tropas da LE e regulares (soldados marroquinos sob comando espanhol) (Payne; Palacios, 2014). A superioridade naval dos republicanos foi traduzida em um bloqueio da costa peninsular e um bombardeio contra o território dominado pelos rebeldes (Payne; Palacios, 2014). Restando como última forma de movimentação de tropas a ponte aérea, Franco, a despeito de já ter enviado Bolín para a Itália, solicitou apoio logístico e material aos cônsules da Itália e da Alemanha (Payne; Palacios, 2014).

Em 20 de julho de 1936 o General Sanjurjo, figura de ponta do movimento revoltoso a despeito de seu pouco envolvimento na preparação do golpe (Payne; Palacios, 2014), morreu em um acidente de avião em Cascais, Portugal. Os Generais Joaquín Fanjul (1880-1936) e Manuel Goded (1882-1936), encarregados, respectivamente, dos levantes em Madrid e Barcelona, falharam em suas missões e foram executados (Buades, 2018). O comando da revolta militar passou para os membros da *Junta de Defensa Nacional*, grupo formado por comandantes militares e dirigido pelo General Miguel Cabanellas Ferrer (1872-1938), e que seria integrado por Franco a partir de agosto daquele ano (Payne; Palacios, 2014).

Os esforços de Franco – considerado por Hitler e Mussolini como líder *de facto* do movimento militar (Moradiellos, 2018) – e Mola para obter auxílio militar foram recompensados<sup>179</sup>. Nessa fase de internacionalização da Guerra Civil (Bachoud, 2011), a Alemanha e a Itália enviaram os aviões necessários para permitir a ponte

---

<sup>179</sup> Sobre o sucesso desses pleitos, aduzem Payne e Palacios (2014): “All this appealed to Hitler as a means of outflanking France, defeating the Comintern, and gaining a friendly power on the opposite side of the Pyrenees. He authorized immediate shipment of a limited number of planes and other arms to Franco. Mussolini made a similar decision a day and a half later, influenced more by Mola’s representatives (who drew on earlier Monarchist contacts), reports that France would limit its assistance to the Republicans, and personal intervention by the exiled Alfonso XIII, who lived in Italy. He also sent a small number of planes and other arms, dispatching them directly to Franco” (p. 130).

aérea entre a África e a Península Ibérica (Payne; Palacios, 2014). Franco contou também com decisivo apoio português<sup>180</sup>, ainda que reduzido em comparação àquele da Alemanha e da Itália, por iniciativa de Salazar. De acordo com Serem (2015):

[...] o apoio diplomático, logístico e material prestado pelo Estado Novo à Espanha Nacionalista foi de importância capital para salvar um golpe de estado condenado ao fracasso após a derrota dos rebeldes nas maiores cidades de Espanha (Madrid e Barcelona), o isolamento da tropa de elite rebelde – o Exército de África – no protectorado espanhol de Marrocos e ausência de contiguidade territorial entre as duas zonas insurgentes. Nas primeiras semanas do conflito, quando o exército do Norte comandado pelo General Mola, o Director do golpe, se encontrava perto da implosão por escassez de material de guerra, o Estado Novo aceitou que os rebeldes utilizassem o território nacional para fazer às tropas de Mola as munições depositadas na capital do sul, Sevilha, controlada pelo sanguinário General Queipo de Llano (p. 207-208).

Os primeiros soldados comandados por Franco chegam à Península Ibérica ainda no fim de julho de 1936, recebendo apoio da hierarquia católica e de grupos de direita (Payne; Palacios, 2014; Moradiellos, 2018). Em setembro daquele ano, algumas semanas após o início da Guerra Civil, Franco já havia transportado os 21 mil homens das tropas estacionadas no Marrocos e mais de 350 toneladas de armamentos (Payne; Palacios, 2014)

A Guerra Civil que sucedeu à fracassada tentativa de golpe foi um conflito sangrento com imensos números de baixas em ambos os lados, tanto em conflitos diretos quanto em atividades repressivas nas zonas controladas (Bachoud, 2011; Payne; Palacios, 2014; Buades, 2018). Em 1º de outubro de 1936, em meio ao conflito, Franco é elevado, por seus pares ao cargo de Chefe de Estado da Espanha nacionalista, tornando-se, aos 43 anos, *Generalíssimo* e *Caudillo*<sup>181</sup> (Payne; Palacios, 2014).

Duas mortes importantes no curso do primeiro ano da Guerra Civil – José Antonio Primo de Rivera y Sáenz de Heredia<sup>182</sup> (1903-1936), que foi julgado e executado pelos republicanos em Alicante em 20 de novembro de 1936; e o General

<sup>180</sup> Voluntários portugueses, denominados ‘Viriatos’, também engrossariam as fileiras nacionalistas durante a Guerra Civil Espanhola (Lopes, 2017).

<sup>181</sup> Franco preferiu, contudo, como demonstrado por Payne e Palacios (2014), utilizar a nomenclatura de *Caudillo*.

<sup>182</sup> Trata-se, como o sobrenome indica, do filho do antigo ditador espanhol e apoiador de Franco, Miguel Primo de Rivera. Após sua morte foi gerado um culto à sua imagem entre os falangistas, passando a ser conhecido como ‘o ausente’ (Payne; Palacios, 2014).

Emilio Mola, que morreu em um acidente aéreo na cidade de Alcocero<sup>183</sup> em 3 de junho de 1937 – consolidaram a posição de Franco dentro do regime que começava a tomar forma entre os sublevados nacionalistas, vez que deixou de possuir possíveis adversários ao seu poder (Payne; Palacios, 2014).

Entre a determinação de um partido único – consubstanciado na *Falange Española Tradicionalista* (FET) – e a negociação do retorno dos privilégios católicos através de um acordo travado com o Cardeal Isidro Gomá y Tomás (1869-1940) (Payne; Palacios, 2014), Franco aprofundou ainda mais as raízes do novo regime que emergiria após o fim da Guerra Civil.

De acordo com Payne e Palacios (2014), “Franco teve comparativamente poucos problemas políticos durante os dois últimos anos da Guerra Civil<sup>184</sup> (p. 167)”. No *front* de batalha, a pior das falhas acabou sendo apenas o fracasso em tomar Madrid no começo do conflito (Payne; Palacios, 2014). Com os avanços nacionalistas em todas as regiões da Espanha em pleno andamento e a subsequente conquista de Barcelona<sup>185</sup>, em 10 de fevereiro de 1939<sup>186</sup>, a Guerra Civil foi oficialmente finalizada, em 1º de abril de 1939, com o último comunicado de guerra de Franco sendo: “No dia de hoje, cativo e desarmado o Exército Vermelho, as tropas nacionais alcançaram seus últimos objetivos militares. A guerra terminou” (Buades, 2018, p. 294).

Payne e Palacios (2014) atribuem como alguns dos fatores responsáveis pela vitória de Franco: falhas de Azaña e seus ministros em debelar o movimento sublevado antes do conflito; superioridade de coesão militar do lado rebelado; liderança de Franco; maior assistência estrangeira à causa nacionalista; maior eficiência da mobilização de população e recursos pelos nacionalistas nas zonas sob seu domínio; desestruturação interna entre os republicanos; e as consequências da violência revolucionária entre os republicanos, marcadamente o anticlericalismo que erodiu sua coesão interna.

O saldo geral de vítimas, neste que é considerado por Buades (2018) como

<sup>183</sup> A cidade, após o fim da Guerra Civil, foi renomeada para ‘Alcocero de Mola’ e assim permanece até a data de conclusão do presente trabalho, apesar da contrariedade do nome à Lei de Memória Democrática em vigor desde 2022 na Espanha.

<sup>184</sup> No original: “Franco had comparatively few political problems during the last two years of the Civil War” (Payne; Palacios, 2014, p. 167). Tradução minha.

<sup>185</sup> A última área com presença nacionalista a cair foi uma parte da cidade de Alicante (Thomas, 1964b).

<sup>186</sup> Antes dessa data, em 6 de fevereiro, Azaña e outros membros do governo haviam cruzado a fronteira francesa rumo ao exílio (Giral; Santidrian, 1977).

um ensaio para a Segunda Guerra Mundial<sup>187</sup>, gira em torno dos 150 a 200 mil mortos diretos, entre 100 e 150 mil mortos pela atividade repressiva, cerca de 25 mil combatentes estrangeiros mortos, entre 400 e 500 mil refugiados, além de entre 200 e 300 mil mortes devido às condições sociais e econômicas dos primeiros anos após a guerra (Payne; Palacios, 2014; Buades, 2018). A economia espanhola também foi reduzida às cinzas, além “da fome, da prostituição, da corrupção, da prepotência, da tuberculosa e da elevada mortalidade infantil” (Buades, 2018, p. 296) tornadas corriqueiras.

Em todo caso, o novo regime, sob comando do *Caudillo*, recém havia começado e, na era de acerto de contas, ao menos 50 mil pessoas foram executadas nos dez anos posteriores ao fim da Guerra Civil (Casanova, 2005). Franco, finalmente, colhendo os louros da vitória em um país absolutamente devastado pela ‘guerra fraticida’ que outrora elencara como obra dos republicanos (Bachoud, 2011), pode se dedicar a construir sua própria versão da Espanha.

#### 4.3. O altar e as armas: A Igreja Católica e as Forças Armadas como sustentáculos do Estado Espanhol

##### 4.3.1. A “cruzada pelo catolicismo”<sup>188</sup>

Na Espanha do início do século XX a situação da Igreja Católica não era melhor que no país vizinho. O anticlericalismo, que atingiria seu ápice com a Segunda República, já era condição há muito presente na política e na sociedade espanholas: Por um lado, as esquerdas burguesas e os intelectuais liberais buscavam reduzir a influência católica no Estado. Por outro lado, o movimento operário possuía largas desconfianças<sup>189</sup> da Igreja Católica por sua proximidade e convivência com as classes abastadas (Casanova, 2005).

---

<sup>187</sup> Sobre essa consideração, aduzem Payne e Palacios (2014): “Militarily, the Spanish conflict was typical neither of World War I nor World War II but represented a transition that combined certain characteristics of each. Much weaponry stemmed from World War I, though armor, late-model artillery, and, most importantly, airpower were at times used in a way that anticipated [sic.] World War II” (p. 196).

<sup>188</sup> O nome do presente subcapítulo é baseado em artigo de Cavichioli e Gallo (2022).

<sup>189</sup> De acordo com Casanova (2005): “Pero la industrialización, el crecimiento urbano y la agudización de los conflictos de clase cambiaron sustancialmente las cosas durante las tres primeras décadas del siglo XX. Como observaron algunos comentaristas católicos preocupados por las consecuencias de esos cambios, los pobres urbanos desconfiaban profundamente del catolicismo, siempre al lado de los ricos y los propietarios, y la Iglesia era considerada como un enemigo de clase” (p. 21).

A queda do ditador Primo de Rivera, em 1930, e a posterior queda da monarquia liderada pelo Rei Afonso XIII, em 1931, erodiram os sistemas de proteção às prerrogativas e ao funcionamento da Igreja Católica<sup>190</sup>. Considerando-se a tradição anticlerical do republicanismo espanhol (Robinson, 1974), a Igreja defendeu a manutenção da monarquia até o fim, sendo marcada como apoiadora (Moliner Prada, 2011) e, com sua queda, sofrendo as consequências desse apoio.

A Igreja Católica “[...] viveu a chegada da República como uma autêntica desgraça” (Casanova, 2005, p. 19)<sup>191</sup>. Sua identificação como apoiadores da contestada monarquia de Afonso XIII levou a ataques quase imediatos do governo da Segunda República – inicialmente dominado pelas esquerdas burguesas – aos interesses do clero espanhol, às suas prerrogativas e às suas fontes de arrecadação (Payne; Palacios, 2014). Segundo Payne e Palacios (2014):

A mais divisiva e destrutiva reforma foi o programa anticlerical, que não meramente separou igreja e Estado oficialmente pela primeira vez na história da Espanha, mas esmagou a educação católica, ilegalizando todo o ensino pelo clero e perseguindo católicos de várias maneiras mesquinhos que violavam a liberdade de expressão e consciência (p. 70)<sup>192</sup>.

As perseguições, que partiam tanto das autoridades constituídas quanto de setores da própria sociedade espanhola, desencadearam ataques a religiosos e a igrejas e prédios de caráter religioso. O último biênio da República, liderado pelo governo de Manuel Azaña, enfrentou aberta resistência católica que, por meio de seus meios impressos, incitava o sentimento de rebelião contra o governo (Casanova, 2005). Os ataques das forças anticlericais, todavia, permaneceram, de forma flutuante, até o início da Guerra Civil Espanhola (1936-1939) (Casanova, 2005).

<sup>190</sup> Casanova (2005) disserta acerca da condição da Igreja Católica anteriormente à queda da monarquia: “Antes de entrar en el «vórtice de la tormenta», bajo el manto protector de la dictadura de Primo de Rivera, la Iglesia no contemplaba en el horizonte graves alteraciones en su privilegiada posición. Pese a las desamortizaciones y las revoluciones liberales del siglo XIX, el Estado confesional había permanecido intacto. La Restauración borbónica había abierto a la Iglesia nuevos caminos de poder social e influencia y la aristocracia terrateniente y las buenas familias de la burguesía dieron nuevos impulsos al renacimiento católico con numerosas donaciones de edificios y rentas a las congregaciones religiosas” (p. 19-20).

<sup>191</sup> No original: “[...] vivió la llegada de la República como una auténtica desgracia” (Casanova, 2005, p. 19). Tradução minha.

<sup>192</sup> No original: “The most divisive and destructive reform was the anti-clerical program, which did not merely separate church and state officially for the first time in Spain's history but moved to crush Catholic education, outlawing all teaching by the clergy and also persecuting Catholics in numerous petty ways that violated freedom of expression and conscience” (p. 70). Tradução minha.

Muito embora o anticlericalismo não tenha constituído causa principal para o movimento de sublevação militar liderado por Franco, Mola e Sanjurjo, cujo fracasso parcial deu início à Guerra Civil Espanhola, a religião constava como razão de fundo entre os movimentos tradicionalistas e conservadores que se opunham ao governo da Frente Popular (Casanova, 2005; Cavichioli; Oliveira, 2023). Segundo Casanova (2005):

Convirá, igualmente, deixar bem clara outra ideia. A sublevação não se fez em nome da religião. Os militares golpistas estavam mais preocupados por outras coisas, por salvar a ordem, a pátria, diziam eles, por tirar aos infernos o liberalismo, o republicanismo e as ideologias socialistas e revolucionárias que serviam de norte e guia a amplos setores de trabalhadores urbanos e rurais. Mas a Igreja e a maioria dos católicos dispuseram, desde o início, de todos os seus meios, que não eram poucos, a serviço dessa causa. E fizeram-no para defender a religião. Mas também a essa ordem, a essa pátria que podia libertá-los do anticlericalismo e reestabelecer todos os seus privilégios. Nem os militares tiveram que pedir à Igreja sua adesão, que a ofereceu de boa vontade, nem a Igreja teve que deixar passar o tempo para se decidir. Uns porque queriam a ordem e outros porque diziam defender a fé, todos se deram conta dos benefícios da entrada do sagrado na cena (p. 41)<sup>193</sup>.

O clero e os católicos imediatamente apoiaram, em sua grande maioria, o movimento golpista, vez que esse representava uma frente contra o comunismo e o ateísmo<sup>194</sup> (Casanova, 2005). A efetiva aproximação desses movimentos, no entanto, deu-se na medida em que as forças republicanas eram derrotadas pelos nacionalistas de Franco (Lee, 1992; Casanova, 2005; Aizpuru Murua, 2014). Essas convergências de propósito, todavia, não significaram a adesão completa e irrestrita de um movimento ao outro, mas sim a existência de um inimigo comum.

---

<sup>193</sup> No original: "Convendrá asimismo dejar bien clara otra idea. La sublevación no se hizo en nombre de la religión. Los militares golpistas estaban más preocupados por otras cosas, por salvar el orden, la Patria, decían ellos, por arrojar a los infiernos al liberalismo, al republicanismo y a las ideologías socialistas y revolucionarias que servían de norte y guía a amplios sectores de trabajadores urbanos y rurales. Pero la Iglesia y la mayoría de los católicos pusieron desde el principio todos sus medios, que no eran pocos, al servicio de esa causa. Y lo hicieron para defender la religión. Pero también a ese orden, a esa Patria que podía liberarles del anticlericalismo y restablecer todos sus privilegios. Ni los militares tuvieron que pedir a la Iglesia su adhesión, que la ofreció gustosa, ni la Iglesia tuvo que dejar pasar el tiempo para decidirse. Unos porque querían el orden y otros porque decían defender la fe, todos se dieron cuenta de los beneficios de la entrada de lo sagrado en escena" (Casanova, 2005, p. 41). Tradução minha.

<sup>194</sup> Esse apoio pode ser observado na carta coletiva enviada pelo Cardeal Isidro Gomá, que definiu a guerra como um 'plebiscito armado'. De acordo com Casanova (2005): "La guerra era «como un plebiscito armado». La Iglesia, por su reconocido «espíritu de paz», no la había querido. Pero ante la grave amenaza de ser suprimida, «no podía ser indiferente en la lucha». Y no lo fue. Tomó la Iglesia partido en aquel «plebiscito armado», toda una definición del asunto, ella, que tan poco aprecio sentía por los plebiscitos normales, esos que funcionaban con votos" (p. 42).

Franco, cuja origem católica era conhecida pelos religiosos, havia recebido os cumprimentos do Cardeal Primaz da Espanha, Isidro Gomá, quando recebeu o título de *Generalíssimo* e foi declarado Chefe de Governo da Espanha. Compreendendo a importância do apoio da Igreja Católica, Franco tratou de passar a imbuir suas declarações públicas de um conteúdo religioso. Passou a personificar a imagem do condutor de uma cruzada em favor do catolicismo, imagem esta que foi abraçada tanto por Franco quanto pela Igreja Católica (Casanova, 2005).

Como moeda de troca pelo apoio de Franco à causa religiosa, a Igreja tratou de defender a atuação dos nacionalistas durante a sangrenta Guerra Civil Espanhola. Por meio de cartas disseminadas pelo Cardeal Gomá, a culpa pelo bombardeio em Guernica em 26 de abril de 1937 foi imposta aos republicanos. O Vaticano, tal como ocorreu com o governo de Portugal, cortou relações diplomáticas com o governo republicano espanhol, estabelecendo relações apenas com o movimento nacionalista de Franco (Casanova, 2005).

De acordo com Cavichioli e Gallo (2022):

A Igreja Católica da Espanha soube moldar seu apoio para cada uma das fases do conflito: durante a transformação do golpe militar iniciado nos territórios coloniais espanhóis em uma Guerra Civil extremamente sangrenta, apoiou a causa como oriunda da justiça divina. Calou-se sobre os abusos dos nacionalistas que apoiava e, quando possível, justificou-os. Durante a fase de institucionalização dos tribunais militares como meios de sancionar ‘oficialmente’ as execuções efetuadas pelos nacionalistas, tratou de fortalecer o processo de acalmar os fiéis a partir da exploração dessa aparência de legalidade. Na vitória, colheu as glórias que entendia merecidas por seu apoio e exaltou a imagem de seu aliado, Franco [...] (p. 327-328).

O alinhamento da Igreja a Franco foi devidamente recompensado durante a após a Guerra Civil. Segundo Núñez de Prado (2014), durante o conflito os nacionalistas elaboraram diplomas legais que invalidaram casamentos civis anteriormente realizados, reestabeleceram a religiosidade do ensino e perseguiram docentes considerados opositores. A partir do fim da guerra, Franco conferiu à Igreja Católica todas as prerrogativas que haviam sido perdidas durante o período republicano (Núñez de Prado, 2014).

A Segunda Guerra Mundial marcou, ao final do conflito, a derrota do nazifascismo, movimento ao qual Franco era ideologicamente mais aproximado. A neutralidade espanhola – imposta por pactuações prévias com Salazar – acabou pouRANDO a Espanha de participar do confronto, possibilitando a continuidade de

ambas as ditaduras no pós-guerra (Rezola, 2008; Moradiellos, 2018).

A despeito dessa permanência, ambas as ditaduras ibéricas sofreram um período de isolamento internacional. A Igreja Católica, por meio do Vaticano, apoiou Franco no palco internacional, minimizando parte das restrições impostas ao regime espanhol. Como ápice das relações entre a Espanha e a Igreja, foi selada a Concordata de 1953, na qual não apenas o catolicismo foi designado como religião única da Espanha, como também uma série de benefícios adicionais foi estendida aos religiosos (Espanha, 1953). Franco, em troca, recebeu a contrapartida de indicar os bispos espanhóis – prerrogativa que anteriormente era reservada aos reis –, complexificando as relações entre eles (Casanova, 2005).

Durante todo o período da ditadura de Franco a Igreja participou ativamente da vida política nacional, legitimando o regime, colaborando com o aparato repressivo e até mesmo participando diretamente – através de padres e freiras – de violações de direitos humanos, como o caso do roubo de recém-nascidos e sua entrega para adoções fraudulentas por famílias simpatizantes do regime (Josephson, 2013; Cavichioli; Gallo, 2022).

A relação entre Franco e a Igreja Católica é abordada por Casanova (2005):

A Igreja e o *Caudillo* caminharam de mãos dadas durante quatro décadas. Franco necessitou do apoio e da bendição da Igreja Católica para levar a um bom termo uma guerra de extermínio e passar por enviado de Deus. A Igreja ganhou com essa guerra uma paz duradoura e consoladora, cheia de felicidade, satisfações e privilégios. A religião serviu a Franco de refúgio de sua tirania e残酷. A Igreja deu-lhe a máscara perfeita. Tão perfeita que ainda hoje se discute o que é que havia atrás dela: um santo ou um criminoso de guerra<sup>195</sup> (p. 182).

A parceria entre Estado e Igreja permaneceu até a morte de Franco, em 1975, e consequente fim de seu regime de quase quatro décadas. O ‘pacto de silêncio’ (*pacto del olvido*) não oficial que imperou na Espanha entre o início da transição e a Lei de Anistia, em 1977, afastou qualquer responsabilização por crimes cometidos

---

<sup>195</sup> No original: “La Iglesia y el Caudillo caminaron asidos de la mano durante cuatro décadas. Franco necesitó el apoyo y la bendición de la Iglesia católica para llevar a buen término una guerra de exterminio y pasar por enviado de Dios. La Iglesia ganó con esa guerra una paz “duradera y consoladora”, plena de felicidad, satisfacciones y privilegios. La religión sirvió a Franco de refugio de su tiranía y残酷. La Iglesia le dio la máscara perfecta. Tan perfecta que todavía hoy se discute qué es lo que había detrás de ella: un santo o un criminal de guerra” (Casanova, 2005, p. 182). Tradução minha.

durante a ditadura, estendendo essa proteção, também, para os membros da Igreja Católica que haviam cometido violações de direitos humanos durante o período (Cavichioli; Gallo, 2022; Cavichioli; Oliveira, 2023).

#### 4.3.2. As tropas de Franco: a tensão militar com o poder civil como uma constante histórica<sup>196</sup> espanhola e o apoio à causa nacionalista

Na Espanha, por sua vez, os militares possuíam uma relação de tensão com o poder civil ao menos desde o início do século XIX (Giménez Martínez, 2014). De acordo com Giménez Martínez (2014):

Entre o final da Guerra de Independência, em 1814, e a intentona falhada de 23 de fevereiro de 1981, ocorreram mais de cinquenta *pronunciamientos* e golpes de Estado protagonizados pelo Exército. A intervenção das Forças Armadas na vida pública foi se fazendo cada vez mais intensa enquanto, paralelamente, crescia sua hostilidade aos políticos. Imbuídos de um nacionalismo exacerbado, que os fazia crer em si mesmos como possuidores exclusivos do patriotismo, os oficiais e comandantes consideravam que os males da Espanha eram causados pela corrupção e ineptidão dos civis, incapazes de aplicar a “verdade nacional” que eles diziam defender (p. 441)<sup>197</sup>.

O Exército passou por um período de guinada à direita ao fim do século XIX, por razões que Giménez Martínez (2014) elenca como sendo as derrotas militares que resultaram na perda de Cuba, as derrotas sofridas no Marrocos e a ascensão do socialismo e do anarquismo, além dos nacionalismos periféricos (regionalismos). Esses fatores levaram à uma crença internalizada no Exército de que os militares eram responsáveis pela estabilização do país (Giménez Martínez, 2014).

A ditadura de Primo de Rivera, ocorrida entre os anos de 1923 e 1930, surgiu em consequência das agitações sociais e laborais na Espanha após a Revolução Russa de 1917, das críticas recebidas pelo Exército pelas derrotas militares sofridas no Marrocos e de uma ampla erosão do sistema político então no poder (León, 2011).

---

<sup>196</sup> Para aprofundamento, v. Giménez Martínez (2014).

<sup>197</sup> No original: “Entre el final de la Guerra de la Independencia, en 1814, y la intentona fallida del 23 de febrero de 1981 se produjeron más de cincuenta pronunciamientos y golpes de Estado protagonizados por el Ejército. La intervención de las Fuerzas Armadas en la vida pública fue haciéndose cada vez más intensa mientras, paralelamente, crecía su hostilidad hacia los políticos. Imbuidos de un nacionalismo exacerbado, que les hacía creerse poseedores exclusivos del patriotismo, los oficiales y mandos consideraban que los males de España estaban causados por la corrupción e ineptitud de los civiles, incapaces de aplicar la “verdad nacional” que ellos decían defender” (Giménez Martínez, 2014, p. 441). Tradução minha.

A queda do regime de Primo de Rivera, todavia, agravou a situação política espanhola, repercutindo no próprio apoio público à ditadura, que não tardaria a cair<sup>198</sup> e daria lugar à Segunda República Espanhola (Payne; Palacios, 2014).

A vitória republicana que encerrou o regime monárquico espanhol também foi fonte de conflitos com os militares, em especial durante seus dois biênios à esquerda e liderados por Manuel Azaña (Bachoud, 2011; Preston, 2012; Payne; Palacios, 2014; Moradiellos, 2018). Desde o primeiro governo Azaña, no primeiro biênio republicano, as reformas governamentais geraram a união – clandestina – de oficiais militares direitistas na *Unión Militar Española* (UME), uma organização corporativa criada em defesa de seus interesses (Giménez Martínez, 2014).

A despeito de não constituir um grupo completamente homogêneo, os militares do Exército migraram, de acordo com Álvarez-Coque (2018)<sup>199</sup>, de uma indiferença à implantação da Segunda República, em 1931, a uma guinada à direita durante o primeiro biênio e uma efetiva radicalização durante o segundo biênio republicano, muito por conta das atividades repressivas nas Astúrias em 1934 e suas repercussões. A despeito, também, dos conspiradores constituírem uma minoria entre as fileiras do Exército – seis por cento do total considerando os Oficiais do Estado Maior –, conforme a insurreição foi ocorrendo, vários outros foram se somando ao movimento, embora outros tenham permanecido fiéis ao governo republicano, sendo a flutuação entre essa lealdade no tempo a favor dos nacionalistas de Franco (Álvarez-Coque, 2018).

Vencida a Guerra Civil, os militares não apenas tomaram posições importantes no generalato – com amplo predomínio dos Oficiais do Exército Maior (Álvarez-Coque, 2018) – como também se converteram no que Muñoz Bolaños (2010) e Giménez Martínez (2014) denominaram de ‘a coluna vertebral do regime’.

---

<sup>198</sup> De acordo com León (2011): “En buena medida, todo ese “paréntesis” dictatorial, que la Monarquía había observado con diletante distancia, se cobraría la cuenta en abril de 1931 cuando, también sin derramamiento de sangre y en medio del entusiasmo popular, se proclamó la Segunda República en España. Pero el agotamiento de la Dictadura, al que no fue ajeno el cambio de la coyuntura económica que pasó el ciclo alcista – apenas disimulado con el brillo efímero de la Exposición universal de Barcelona y la Iberoamericana de Sevilla – se desencadenó con la caída de la bolsa de Nueva York en 1929. Los felices 20 dejaban paso a la Gran Depresión. En España, 1929 fue un año de malas cosechas, la balanza comercial se deterioró y la peseta se depreció. Los años de bonanza dejaban paso a la incertidumbre económica que en abril de 1931 se tiñó con la esperanza política de la nueva bandera tricolor republicana” (p. 25).

<sup>199</sup> Muito embora o autor tenha como enfoque de seu estudo os militares Oficiais do Estado Maior, a obra efetua contrapontos entre esse grupo e o restante das elites do Exército, estes que possuíam efetiva relevância na tomada de decisões. Para aprofundamento, v. Álvarez-Coque (2018).

Constituindo o que Muñoz Bolaños (2010) conceituou de uma ‘ditadura militarizada’<sup>200</sup>, os militares constituíram governo, em colaboração com setores civis de direita, ocupando os principais âmbitos do poder político espanhol.

O Exército, protagonista entre os braços das Forças Armadas que sustentaram o regime liderado por Franco (Muñoz Bolaños, 2010), conforme os anos passaram, acabou “[...] convertendo-se em um instrumento de repressão interna e em uma barreira contra o progresso social e político” (Giménez Martínez, 2014, p. 442)<sup>201</sup>.

A ideologia militarista espanhola – para além de sua constituição original, durante a Guerra Civil, ser uma miríade de elementos ideologicamente ligados a movimentos contrarrevolucionários, militaristas, ultracatólicos, monárquicos, tradicionalistas e fascistas (Losada, 2010) – assumiu também um caráter identificado à moral católica por ser tida como um sacerdócio patriótico (Muñoz Bolaños, 2010).

Durante os primeiros anos da ditadura franquista os militares, por um entendimento de Franco de que sua formação, disciplina e lealdade seria ideal para sustentar o regime, ocuparam funções civis. Posteriormente, essa ocupação prioritária foi sendo reduzida. De acordo com Giménez Martínez (2014):

Ainda que a participação dos militares nas tarefas do governo foi ampla e suas prerrogativas abundantes, a situação não era tão simples como se desprendia de outros regimes autoritários mais tipicamente militares ou de tipo “junta” (Egipto, Peru, Grécia, Chile, Uruguai, Brasil ou Argentina). Efetivamente, na ditadura de Franco o Exército desfrutou de uma posição privilegiada e se manteve em posições-chave, mas logo cooptou aos políticos, funcionários e técnicos, que cada vez mais tomavam a maioria das decisões. Quanto mais se consolidou o regime, menor foi o número de personalidades estritamente militares que figuravam no Governo<sup>202</sup> (p. 466).

---

<sup>200</sup> De acordo com Muñoz Bolaños (2010): “Un régimen que no podría categorizarse plenamente de “dictadura militar”, ya que las FAS no dominaron todos los resortes del poder; pero sí afirmarse que fue una “dictadura militarizada”, en el sentido de que, si bien las FAS colaboraron con sectores civiles pertenecientes a la derecha en la gobernación del Estado, conservaron en todo momento el papel de columna vertebral del régimen y garante de sus esencias” (p. 15-16).

<sup>201</sup> No original: “[...] convirtiéndose en un instrumento de represión interna y en una barrera contra el progreso social y político” (Giménez Martínez, 2010, p. 442). Tradução minha.

<sup>202</sup> No original: “Aunque la participación de los militares en las tareas de gobierno fue amplia y sus prerrogativas abundantes, la situación no era tan simple como se desprendía de otros regímenes autoritarios más típicamente militares o de tipo “junta” (Egipto, Perú, Grecia, Chile, Uruguay, Brasil o Argentina). Efectivamente, en la dictadura de Franco el Ejército disfrutó de una posición privilegiada y se mantuvo en posiciones clave, pero pronto cooptó a políticos, funcionarios y técnicos, que cada vez más tomaban la mayoría de las decisiones. Cuanto más se consolidó el régimen, menor fue el número de personalidades estrictamente militares que figuraban en el Gobierno” (Giménez Martínez, 2014, p. 466). Tradução minha.

Não obstante, reformulações das Forças Armadas voltadas à sua melhoria e à ampliação de seu papel na estrutura repressiva do regime, a rápida retirada dos territórios coloniais – em oposição ao ocorrido em Portugal<sup>203</sup> – e o paternalismo em relação aos vencimentos e prorrogativas militares mantiveram a preponderância militar no período (Giménez Martínez, 2014). As elites militares, nesse período, actuaram mais como elites políticas do que como elites militares, até mesmo pela imposição aos oficiais que participassem do partido único (FET de las JONS), elevando a complexidade das relações políticas do regime (Carmona, 2010; Giménez Martínez, 2010). Essa politização militar, por óbvio, contrastava com a posição oficial de apoliticismo (Giménez Martínez, 2010).

Muito embora essa posição de prestígio estivesse consolidada – ainda que com as flutuações de presença em cargos civis – e diplomas legais reforçando a importância das Forças Armadas<sup>204</sup> tivessem sido editados, a partir da década de 1950 algumas fissuras no bloco militar surgiram. Isso não quis dizer, de qualquer maneira, que essas dissidências fossem um fator de ameaça ou deformação da lealdade generalizada a Franco (Giménez Martínez, 2014).

As Forças Armadas permaneceram, ao menos majoritariamente<sup>205</sup>, leais a Franco até sua morte, em 1975, ano em que teve início a transição democrática na Espanha. Essa transição seria concluída, discutivelmente<sup>206</sup>, com a promulgação da Constituição de 1978 e com a eleição de Felipe González em 1982.

---

<sup>203</sup> Segundo Giménez Martínez (2014): “[...] las relativamente rápidas descolonizaciones de Marruecos y Guinea impidieron que las “campañas ultramarinas” terminaran destruyendo la unidad del Ejército y minando su fidelidad a la dictadura, como sucedió en el vecino Portugal” (p. 446-447).

<sup>204</sup> De acordo com Giménez Martínez (2014): “En los años posteriores se “constitucionalizaría” en las Leyes Fundamentales el papel del Ejército de acuerdo con la mentalidad conservadora dominante. Así, la Ley de Principios del Movimiento Nacional (LPMN) de 1958 advertía que “los Ejércitos de España” eran “garantía de su seguridad y expresión de las virtudes heroicas” del pueblo español. La Ley Orgánica del Estado (LOE) de 1967, por su parte, consagró la denominación “Fuerzas Armadas”, definió los cometidos de sus organismos superiores y concretó sus misiones: “garantizan la unidad e independencia de la Patria, la integridad de sus territorios, la seguridad nacional y la defensa del orden institucional”” (p. 447).

<sup>205</sup> Aqui deve ser destacada a atuação clandestina da *Unión Militar Democrática* (UMD), uma associação de militares fundada após a Revolução dos Cravos e que pretendia evitar que o Exército gerasse dificuldades para a transição democrática da Espanha. A despeito de nunca ter sido um movimento majoritário, causou consideráveis tensões dentro das Forças Armadas (Giménez Martínez, 2014).

<sup>206</sup> Há diversas divergências na literatura especializada acerca das datas de início e fim da Transição Espanhola. Essa ausência de consenso aparenta ter, como plano de fundo, a escolha de determinados eventos indicadores de começo e finalização desse processo por diferentes autores. Torna-se, portanto, seguro afirmar que o processo pode ser entendido como tendo iniciado após a morte de Franco, em 1975, e finalizado em 1982 com as primeiras eleições livres após a promulgação da Constituição de 1978.

## 5. A Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria: histórias em fronteira (1939-1970)

*"War is the highest form of struggle for resolving contradictions, when they have developed to a certain stage, between classes, nations, states, or political groups, and it has existed since the emergence of private property and of classes".*

Mao Zedong, 1936<sup>207</sup>

### 5.1. A conjuntura europeia na “era dos extremos”

Quando observada a Europa no início do século XX, enquadramento geopolítico em que está inserida a Península Ibérica, é possível vislumbrar alguns dos fatores que permitiram a ditaduras como as capitaneadas por Benito Mussolini, Adolf Hitler, António Salazar e Francisco Franco chegar ao poder.

Crises e tensões há muito existentes na Europa, frequentemente de caráter militar, estratégico, político e religioso (Manić; Stepić, 2015), serviram como motivações diretas para a deflagração a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e para o surgimento das ditaduras que foram instaladas em diversos países do continente. A Revolução Russa de 1917, que instituiu o socialismo no antigo Império Russo, reforçou os tensionamentos dessa época pelo temor de que servisse de inspiração aos movimentos socialistas de outros países (Krebsbach, 2020).

As extremas-direitas europeias, no decorrer do período que foi denominado por Eric Hobsbawm de *era dos extremos*, aproveitaram a conjuntura para chegar ao poder. Segundo Hobsbawm (1995):

As condições ideais para o triunfo da ultradireita alucinada eram um Estado velho, com seus mecanismos dirigentes não mais funcionando; uma massa de cidadãos desencantados, desorientados e descontentes, não mais sabendo a quem ser leais; fortes movimentos socialistas ameaçando ou parecendo ameaçar com a revolução social, mas não de fato em posição de realiza-la; e uma inclinação do ressentimento nacionalista contra os tratados de paz de 1918-20. Essas eram as condições sob as quais as velhas elites governantes desamparadas sentiam-se tentadas a recorrer aos ultrarradicais, como fizeram os liberais italianos aos fascistas de Mussolini em 1920-2, e os alemães aos nacional-socialistas de Hitler em 1932-3. Essas, pelo mesmo princípio, foram as condições que transformaram movimentos de direita radical em poderosas forças organizadas e às vezes uniformizadas e paramilitares (*squadristi*; as tropas de assalto), ou, como na Alemanha durante a Grande Depressão, em maciços exércitos nacionais. Contudo, em nenhum dos Estados fascistas o fascismo “conquistou o

---

<sup>207</sup> v. Mao (1966).

poder”, embora na Itália e na Alemanha se explorasse muito a retórica de “tomar as ruas” e “marchar sobre Roma”. Nos dois casos o fascismo chegou ao poder pela conivência com, e na verdade (como Itália), por iniciativa do velho regime, ou seja, de uma forma “constitucional” (p. 114-115).

Muito embora os regimes de Salazar e Franco não se encaixem na definição de fascismo com precisão<sup>208</sup>, a apresentação do fenômeno, por parte de Hobsbawm descreve de forma factível a tomada de poder por parte dos regimes fascistas e não fascistas – autoritários e totalitários – europeus do século XX<sup>209</sup>.

Como condutores de regimes autoritários, corporativistas, tradicionalistas (Mann, 2008), de ‘direita não fascista’<sup>210</sup>, Salazar e Franco, contudo, tiveram suas trajetórias políticas entrecruzadas pela ascensão e popularização dos regimes efetivamente fascistas da Itália e da Alemanha.

Os ditadores ibéricos possuíram momentos de maior ou menor aproximação com seus congêneres italiano e alemão, durante e depois das ditaduras de Mussolini e Hitler. Salazar, a despeito de possuir uma foto de Mussolini em sua escrivaninha de trabalho (Almada, 1974; Meneses, 2011), fazia questão de diferenciar o Estado Novo de outros regimes (Torgal, 2008), efetuando críticas pontuais a Mussolini, por sua origem socialista, e a Hitler, por seu ‘cesarismo pagão’ (Ferro, 1942). Franco, por sua vez, possuía uma aproximação ideológica bastante mais acentuada pelo fenômeno nazifascista (Serem, 2015).

De qualquer forma, independente da não concretização de uma aliança bélica *per se*, os governos de Mussolini e Hitler foram instrumentais tanto no início quanto no decorrer da Guerra Civil Espanhola. Proporcionaram a ponte aérea necessária para levar as forças marroquinas comandadas por Franco para a Espanha

<sup>208</sup> De acordo com Paxton (2004): “The Estado Novo of Portugal differed from fascism even more profoundly than Franco’s Spain. Salazar was, in effect, the dictator of Portugal, but he preferred a passive public and a limited state where social power remained in the hands of the Church, the army, and the big landowners. In July 1934, Dr. Salazar actually suppressed an indigenous Portuguese fascist movement, National Syndicalism, accusing it of “exaltation of youth, the cult of force through so-called direct action, the principle of the superiority of state political power in social life, the propensity for organizing the masses behind a political leader”—not a bad description of fascism” (p. 217–218). Para aprofundamento, v. Paxton (2004) e Cavichioli (2021a).

<sup>209</sup> Segundo Costa Pinto (2014), para além da Itália, de Portugal, da Alemanha e da Espanha, outros países estiveram sujeitos a ditaduras de caráter corporativista entre 1918 e 1945: Áustria, Bulgária, Eslováquia, Estônia, França, Grécia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia e Romênia.

<sup>210</sup> “A grande diferença entre a direita fascista e não fascista era que o fascismo existia mobilizando massas de baixo para cima. Pertencia essencialmente à era da política democrática e popular que os reacionários tradicionais deploravam, e que os defensores do “Estado orgânico” tentavam contornar. O fascismo rejubilava-se na mobilização das massas, e mantinha-a simbolicamente na forma de teatro público — os comícios de Nuremberg, as massas na Piazza Venezia assistindo os gestos de Mussolini lá em cima na sacada — mesmo quando chegava ao poder [...]” (Hobsbawm, 1995, p. 97-98).

continental, nos primeiros dias do conflito, e, posteriormente, auxiliaram no combate propriamente dito. A *Aviazione Legionaria* e a *Luftwaffe* participaram do bombardeio da cidade de Guernica, além dos bombardeios ocorridos nas cidades de Barcelona e Alicante (Thomas, 1964a; 1964b; Preston, 2012b). Ao lado da causa republicana, antagônica à causa nacionalista de Franco, houve apoio por parte da União Soviética, além de uma política de não intervenção de outros países (Thomas, 1964a; 1964b).

Uma vez derrotadas a Itália e a Alemanha, ao fim da Segunda Guerra Mundial, Franco alterou seu discurso, alegando não ter envolvimento com os regimes nazifascistas. Não obstante, por vários anos após o conflito, seu governo carregou a mácula internacional de suas simpatias ideológicas entre 1939 e 1945 (Casanova, 2005; Payne; Palacios, 2014; Moradiellos, 2018).

## 5.2. Salazar e Franco na encruzilhada

O fim da Guerra Civil Espanhola foi declarado – a despeito de eventuais conflitos pontuais que porventura tenham seguido ocorrendo em algumas regiões da Espanha – a partir de um anúncio (*parte de guerra*) de Franco em 1º de abril de 1939 (Preston, 2012a; Buades, 2018; Moradiellos, 2018; Sesma, 2024).

No lado português da fronteira, todavia, a vitória nacionalista veio acompanhada de uma nova sorte de preocupação. Não mais temendo a tendência socialista do governo espanhol caído, teve que temer aqueles que havia apoiado. De acordo com Serem (2015):

Portugal podia estar a “salvo” do comunismo e do anarquismo, ambos condenados, tal como a democracia espanhola, a um fim agonizante, mas não do expansionismo fascista. Foi precisamente o apoio do Estado Novo à fação franquista que viria, volvidos quatro anos, a colocar em risco a própria independência de Portugal (p. 216).

O crescimento do potencial militar espanhol no pós-guerra, em combinação com um sentimento presente no pensamento castrense de propriedade sobre o território de Portugal, levou o governo de Salazar a considerar as possibilidades para neutralizar – ou, ao menos, dificultar – a concretização de uma eventual invasão por parte da Espanha (Serem, 2015).

Três grandes cenários poderiam ser desenhados no horizonte lusitano, dois

deles possivelmente catastróficos e um, inicialmente parecendo improvável, que poderia trazer algum vislumbre de tranquilidade ao governo de Salazar: 1) o cenário do alinhamento da Espanha com os países do Eixo; 2) o cenário da expansão imperialista espanhola e; 3) a neutralidade peninsular.

O cenário referente ao alinhamento espanhol com os países do Eixo era possivelmente uma das maiores fontes de preocupação ao governo de Portugal durante essa época: Franco e considerável parte de seu gabinete possuíam maior afinidade ideológica com os regimes nazifascistas e um certo entusiasmo na possibilidade de entrar na Segunda Guerra Mundial no lado da Alemanha, da Itália e do Japão (Molinero; Ysàs, 2008; Payne; Palacios, 2014; Moradiellos, 2018; Sesma, 2024).

As demonstrações de apreço aos líderes nazifascistas e seus regimes eram uma constante na diplomacia espanhola ao menos desde o apoio desses regimes ao lado nacionalista durante a Guerra Civil Espanhola. Tão logo finalizado o conflito espanhol, com a deflagração da Segunda Guerra Mundial essas demonstrações de apreço rapidamente foram convertidas em declarações de apoio e de intenções de ingresso na guerra, culminando em negociações entre os três países para entrada da Espanha ao lado do Eixo (Sesma, 2024).

Essas negociações, entretanto, não foram concretizadas em um acordo que permitisse a efetiva beligerância por parte da Espanha, ainda que alguns movimentos houvessem representado, diplomaticamente, um ensaio do abandono da neutralidade. Esses movimentos podem ser observados pela mudança de estado da Espanha de ‘neutralidade’<sup>211</sup> para ‘não beligerância’ – um estágio preparatório para o conflito (Molinero; Ysàs, 2001a) – em 12 de junho de 1940, cerca de um mês após a queda de Paris (Sesma, 2024). A neutralidade seria novamente retomada em outubro de 1943, quando a situação para o Eixo já havia se provado de difícil reversão.

Entre hesitações espanholas em efetivamente ingressar na guerra – a que Sesma (2024) atribui à existência de uma verdadeira experiência de guerra por parte dos altos comandos militares espanhóis –, hesitações de Hitler acerca da necessidade da participação das Forças Armadas espanholas – que não possuíam uma grande frota naval necessária para as operações contra a Inglaterra –, a

---

<sup>211</sup> O estado de neutralidade havia sido declarado por Franco entre 4 e 5 de setembro de 1939 (Vilanova, 2007).

incapacidade nazista de concretizar a invasão da Inglaterra (Moradiellos, 2018) e os pedidos não atendidos de Franco – grandes quantidades de víveres, armamentos, apoio em suas reivindicações coloniais –, a participação espanhola acabou por não ser materializada (Sesma, 2024).

Para além dos entraves nas negociações entre a Espanha e o Eixo, há na historiografia outro debate importante: a influência (ou não) de Portugal na neutralidade<sup>212</sup> espanhola. A despeito da existência de pactos celebrados entre Salazar e Franco para assegurar a neutralidade peninsular – entre eles o tratado de amizade e não-agressão de 1939 e seu protocolo adicional de 1940 (Rezola, 2008; Cavichioli, 2021a) – Serem (2015) alerta para a existência de um mito duplo utilizado como ferramenta propagandística pelos ditadores ibéricos:

O mito de que Salazar manteve a Espanha fora da Segunda Guerra Mundial corre em paralelo com a lenda, montada pela máquina de propaganda franquista, de que o *Generalíssimo* salvaguardou a neutralidade do seu país. O único elemento comum a ambas as narrativas é o de que são igualmente falsas. Representam tentativas desesperadas para demonstrar a genialidade de ambos os ditadores e legitimar os seus respetivos regimes após a queda do Terceiro Reich e o subsequente isolamento do fascismo ibérico. Na realidade, a neutralidade e integridade territorial de Portugal foram ambas asseguradas, de forma definitiva, não a 29 de Julho de 1940, mas a 23 de Outubro, em Hendaia, numa reunião de chefes-de-estado onde não esteve presente um único representante diplomático português. Nesse encontro entre Franco e Hitler, o *Führer* determinou que não estava disposto alimentar a quimera imperial de Franco e sacrificar o Magrebe francês, sob domínio do regime de Vichy, a uma Espanha em ruínas. O *Führer* certamente estava a par das opiniões das altas patentes do exército alemão que concluíram que “a situação interna da Espanha está tão “podre” que, enquanto parceiro político, ela é inútil. Teremos que atingir os nossos objetivos essenciais (Gibraltar) sem a sua participação ativa.” Em suma, Franco só não entrou na guerra porque Hitler não o quis (Serem, 2015, p. 218).

Não obstante, Meneses (2011) pondera que os tratados firmados entre Portugal e Espanha refletiram a vontade final de Salazar:

Ramón Serrano Suñer, ministro do Interior espanhol, pode ter estado por trás do protocolo, encarando-o como uma forma de manter Portugal firmemente ancorado na órbita espanholas, mas o texto final, que frustrou os seus objetivos, refletia os interesses de Salazar. A intenção de Salazar, tal como já fora o caso nos primeiros anos da Guerra Civil da Espanha, era diversificar as opções diplomáticas de Franco, quebrando a sua dependência do Eixo e oferecendo-lhe para tal um alinhamento diplomático alternativo, por muito tênue que fosse. Criar a impressão de uma Península

---

<sup>212</sup> A pretensa neutralidade, todavia, foi violada diversas vezes, com anuência da própria Espanha, por ambos os lados da contenda (Morcillo, 2013).

Ibérica mais forte e determinada em manter a sua neutralidade e concentrar esforços no palco mundial, nomeadamente no continente americano, era visto por Salazar como uma parte necessária dessa tarefa sumamente importante. O objetivo declarado da iniciativa era uma esfera de paz e cooperação ibérica e latino-americana. Tanto a Alemanha como a Grã-Bretanha encararam o Protocolo como um sinal positivo, como uma indicação de que Espanha e Portugal se preparavam para se defender do respectivo inimigo (p. 294).

O cenário referente a uma possível expansão imperialista espanhola com invasão de Portugal, não seria, historicamente, algo tão diferente do já praticado pela Espanha nos séculos passados. Dentre vários conflitos entre as nações vizinhas destacam-se: a invasão para garantir a coroação de Filipe II e a formação da União Ibérica (1580-1640), a atuação espanhola para garantir o domínio durante a Guerra da Restauração (1640-1668), a invasão espanhola de 1762 e a Guerra das Laranjas de 1801. O próprio século XX, palco dos acontecimentos narrados, também foi um período em que Portugal esteve submetido ao “perigo espanhol”<sup>213</sup>.

O risco percebido pelo governo de Salazar, no entanto, não foi reduzido com a chegada de Franco ao poder na Espanha, razão pela qual Martínez Roda indica uma continuidade do “perigo espanhol”<sup>214</sup>. A Falange, Ramón Serrano Suñer (1901-2003) (na qualidade de Ministro de Estado e membro da alta cúpula da Falange) e o próprio Franco já haviam dado declarações acerca de uma possível – ainda que apenas retórica, no caso de Franco – invasão de Portugal.

Em relação à Falange, Marquina Barrio (2014a) atesta para o fato da necessidade da intervenção de Nicolás Franco, irmão do ditador, para aplacar os temores portugueses por razão de manifestações e cartazes do partido único espanhol com propósito de anexar Portugal à Espanha (Sesma, 2024). Relativamente ao *Cuñadísimo* – apelido pelo qual Serrano Suñer era conhecido –, o

<sup>213</sup> Não é possível, sob risco de fuga do escopo, tratar sobre as flutuações da percepção de risco por parte dos governos portugueses (I República, Ditadura Militar e Ditadura Nacional) acerca de uma possível invasão espanhola. A despeito desses riscos serem historicamente embasados, em boa parte consistiam em uma retórica alimentada em Portugal. Para aprofundamento, v. De La Torre Gómez (1985).

<sup>214</sup> Segundo Martínez Roda (2021): “Plus, practically all Portuguese historians argue that the idea of the “Spanish danger” still continued to apply during this period and they accept that, despite Spain’s neutrality and non-belligerence, Franco, at least until the winter of 1942–1943, did not rule out entering the war, although this never actually materialized. Some historians simply blame Serrano Suñer for the pro-Nazi policy and consider Franco to be less belligerent, while others argue that Franco was part of that pro-war intention, which would have led to the invasion of Portugal, but that he never found the right time to take that definitive step” (p. 22). Tradução minha. O autor, ainda, conclui que, a despeito de tudo, a retórica imperialista oficial espanhola não afetou as relações entre os dois países (Martínez Roda, 2021).

relato trazido por Payne (2008) e referendado por Preston (1992) é particularmente ilustrativo do pensamento falangista – e próprio – sobre o país vizinho:

Serrano também se referiu especialmente ao papel tutelar da Espanha com relação ao semi-satélite Portugal, dizendo que, ao olhar para o mapa da Europa, não se podia evitar a realização que, geograficamente falando, Portugal realmente não tinha direito de existir<sup>215</sup> (Payne, 2008).

Por fim, relativamente à posição de Franco, como anteriormente mencionado, a questão de uma possível invasão de Portugal figurava mais como retórica do que necessariamente como um objetivo estratégico a perseguir. Segundo Martínez Roda (2021) essa retórica – que posteriormente se desdobrou em um plano de campanha – era condicionada a um eventual alinhamento português que permitisse à Inglaterra uma intervenção direta e ocupação do território de Portugal<sup>216</sup>. Como essa incursão externa no território peninsular nunca ocorreu, o próprio plano nunca se concretizou.

A ‘neutralidade’ peninsular, último cenário a ser analisado, foi, portanto, o que acabou por ocorrer. O termo neutralidade, em ambos os casos, é colocado intencionalmente entre aspas e, como será demonstrado, existem diversas razões para esse recurso.

De acordo com Cardoso (2017), Portugal manteve um posicionamento denominado “neutralidade colaborante” durante o conflito. A despeito de declarar sua neutralidade (Meneses, 2011) em 2 de setembro de 1939, um dia após a invasão da Polônia pela Alemanha Nazista, o governo de Salazar apoiou indiretamente e comercializou diretamente com ambos os lados da contenda (Cardoso, 2017).

Oficialmente neutro, Portugal acabou por adotar, *de facto*, um comportamento não-beligerante, simultaneamente cedendo uso de seu território marítimo para os Aliados e comercializando volfrâmio (tungstênio) para Aliados e Eixo (Meneses, 2011; Cardoso, 2017; Jesus, 2017). A pretensa neutralidade portuguesa,

---

<sup>215</sup> No original: “Serrano also referred specially to Spain’s tutelary role regarding a semi-satellite Portugal, saying that in looking at the map of Europe, one could not avoid the realization that geographically speaking Portugal really had no right to exist” (Payne, 2008, p. 82-83). Cumpre ressaltar que essa conversa foi registrada em um dos encontros entre Ramón Serrano Suñer e Joachim von Ribbentrop, representante da Alemanha Nazista, onde Serrano Suñer também ponderou sobre a possibilidade de incluir Portugal no Eixo (Payne, 2008). Tradução minha.

<sup>216</sup> Segundo Preston (2015a), caso o cenário da ocupação de Portugal pela Inglaterra acabasse por ocorrer, Franco negou passagem ao exército alemão pelo território espanhol para um eventual combate, alegando que as tropas espanholas (caso dotadas pelos alemães de artilharia e aviação) poderiam lidar com a ação. Franco, ainda de acordo com Preston (2015a), era consciente que a entrada das tropas alemãs na Península Ibérica tornaria tanto Portugal quanto a Espanha fantoches da Alemanha.

conveniente para ambos os combatentes, foi mantida até o fim da guerra (Cardoso, 2017). Mais conveniente ainda, no entanto, foi para o próprio país, que na visão de Fernandes (2016) adotou uma série de medidas de sobrevivência voltadas a assegurar sua soberania, interesses nacionais, objetivos estratégicos e continuidade em meio ao conflito. Segundo Fernandes (2016):

Portugal, que na sua tradição diplomática recorria muitas vezes à neutralidade, não como uma figura jurídica que, decididamente, já não o era, voltou a invocar esse estatuto que lhe permitia, perante as desordens europeias, e em cada momento, ajustar o tipo de neutralidade que aplicava aos seus objectivos. Sendo um país de projecção atlântica mas inquestionavelmente europeu, ao recorrer à neutralidade, Portugal não se demitia do seu papel de ser o único juiz, em cada momento, dos seus objectivos vitais (p. 409).

A Espanha, por sua vez, adotou uma série de posições mais complexas que merecem uma análise detalhada. Conforme relatado anteriormente, a ditadura de Franco havia declarado neutralidade, passado à não-beligerância e retornado à neutralidade, conforme o conflito se desenvolvia no continente (Molinero; Ysàs, 2001a; Sesma, 2024). A despeito de uma disposição espanhola acentuada por entrar na guerra ao lado do Eixo (Molinero; Ysàs, 2001a; Payne, 2008; Sesma, 2024), uma constelação de fatores internos e externos impediram essa participação, entre eles a ausência de um fim previsível para o conflito, a ausência de uma coesão social – em um país recém saído de uma Guerra Civil – para enfrentar um conflito de possível larga duração, a prudência de considerável parte do mando militar em investir na incursão bélica, o não atendimento das exigências espanholas por parte de Hitler e os acordos travados entre o Reino Unido e a Espanha de concessão de empréstimos para a compra de víveres (Molinero; Ysàs, 2001a; Marquina Barrio, 2014b).

A despeito de nunca haver formalmente se tornado beligerante, cumpre ressaltar que a Espanha autorizou a formação de um batalhão de voluntários para lutar, juntamente ao exército nazista, no front da invasão alemã à União Soviética. Esse destacamento militar, denominado Divisão Azul<sup>217</sup>, foi formado em 22 de junho de 1941 e cessado apenas em outubro de 1943, com a segunda e definitiva declaração de neutralidade espanhola (Molinero; Ysàs, 2001a). Não obstante, mesmo após o fim da incursão militar, a Espanha, tal como Portugal, seguiu

---

<sup>217</sup> Não é possível, sob risco de fuga do escopo, tratar detalhadamente acerca da Divisão Azul, de sua atuação e das repercussões, no contexto da guerra, de sua presença no front da invasão nazista à União Soviética. Para aprofundamento, v. Núñez Seixas (2022).

comercializando volfrâmio com a Alemanha Nazista mesmo após declarar neutralidade (Molinero; Ysàs, 2001a).

Essas posições foram assim mantidas até o fim do conflito, sendo consideradas mais benéficas tanto para os beligerantes quanto para os próprios países neutros (Ros Agudo, 2002). Portugal e, principalmente, a Espanha acabariam por reduzir quaisquer ligações suas com o Eixo conforme a guerra demonstrava a incontornável vitória dos Aliados.

### 5.3. A consolidação ideológica dos regimes: flutuações antes e depois do conflito mundial

Finalizada a Segunda Guerra Mundial e derrotado o nazifascismo – ao menos em sua vertente clássica – a Península Ibérica entrou em um momento de adaptação à nova ordem geopolítica. Inaugurou-se a fase de sobrevivência dos regimes a um mundo que passava a consolidar-se em rumos diferentes daqueles que Portugal e Espanha seguiam, sendo necessária a tomada de uma série de medidas, estruturais e cosméticas, para assegurar suas continuidades.

Em Portugal, diferentemente do ocorrido na Espanha, a desmobilização do fenômeno fascista já havia sido efetuada vários anos antes, facilitando, em tese, a renovação do regime frente às mudanças geopolíticas. O movimento fascista autóctone português, denominado Movimento Nacional-Sindicalista (MNS) e dirigido por Francisco Rolão Preto (1893-1977), havia sido ilegalizado por Salazar por meio de uma nota oficial datada de 29 de julho de 1934. Seus membros, bastante numerosos e que, no passado, haviam representado um risco para o próprio Salazar, acabaram obrigados a escolher entre a integração na União Nacional ou o exílio (Costa Pinto, 2016b).

A posição do governo português de “neutralidade colaborante” (Cardoso, 2017) durante a Segunda Guerra Mundial, muito embora não lhe tenha rendido o isolamento<sup>218</sup> que foi imposto à Espanha<sup>219</sup>, também não lhe removeu os temores

---

<sup>218</sup> Segundo Simpson (2014), o isolamento sofrido por Portugal ao fim do conflito “[...]refletiu-se no perfil do catolicismo português pós-1945, que, [...] permaneceu enraizado na mentalidade triunfalista e autoritária dos anos 30” (p. 121-122). Para aprofundamento, v. Simpson (2014) e Carvalho (2024).

<sup>219</sup> Não obstante, cumpre ressaltar que ambos os países tiveram suas candidaturas a membro pleno na ONU repetidamente negadas por vetos oriundos, principalmente, da União Soviética. Os países ibéricos seriam aceitos apenas em 1955.

acerca do futuro. Os novos tempos, trazidos pela vitória das democracias liberais, obrigaram o governo português a proceder a uma reestruturação de seus esforços, internos e externos, para sobreviver à nova realidade (Rollo, 2004).

Segundo Meneses (2011):

O fim da guerra, rodeado como foi por agitação política no plano nacional e internacional, não sossegou as angústias de Salazar nem quanto à solidez do seu regime nem quanto ao futuro de Portugal e das colônias (sendo que, como vimos, as duas realidades para ele interligadas). Contudo, o regresso a um tempo de paz alimentava a perspectiva de progresso econômico numa escala até então inatingível. Se uma Europa em paz representava para Portugal uma oportunidade de prosperidade, também representava para Salazar um imenso desafio político: poderia o seu estilo de governo e o regime que ele tão laboriosamente criara coadunar-se com a modernização da economia? Se não fosse esse o caso, qual deveria ser a prioridade – o regime ou a economia? Conseguiria Salazar continuar a controlar os acontecimentos à medida que o país progredisse? (p. 375).

As respostas às perguntas formuladas por Meneses (2011) acabam por ser respondidas pelo próprio autor. Havendo amealhado grandes reservas de ouro e divisas estrangeiras devido à sua posição durante a guerra, Portugal seguiu os passos do resto da Europa do pós-guerra, caminhando rumo à integração. Seu isolamento viria, por razões diversas, apenas nos anos 60 no contexto das lutas anticoloniais na África.

A situação espanhola, por sua vez, apresentava-se mais sensível que a situação do país vizinho. Sua reputação internacional restou maculada por seu evidente apoio – mais ideológico que material, embora ambos tenham ocorrido – aos regimes nazifascistas derrotados, impondo ao país e a seu regime um duro isolamento internacional. De acordo com Molinero e Ysàs (2003):

O desenlace da Segunda Guerra Mundial, com a derrota dos fascismos, vai forçar o regime franquista a adaptar-se à uma situação internacional bem diferente da de 1939. Para o franquismo se tratava, sobretudo, de diferenciar-se dos fascismos, de destacar as singularidades do regime espanhol, com seu caráter anticomunista, mas também com o seu catolicismo, de negar o totalitarismo que não havia hesitado em proclamar, de acabar com os sinais externos mais similares aos dos vencidos, de reorientar a política exterior que, entre a não-belligerância e a neutralidade, havia se alinhado com as potências do Eixo e, ainda, havia enviado uma força militar a combater no front do Leste (p. 27-28)<sup>220</sup>.

---

<sup>220</sup> No original: “El desenllaç de la Segona Guerra Mundial, amb la derrota dels feixismes, va forçar el règim franquista a adaptar-se a una situació internacional ben diferent de la de 1939. Per al franquisme es tractava sobretot de demarcar-se dels feixismes, de destacar les singularitats del règim espanyol, amb el seu caràcter anticomunista, però també amb el seu catolicisme, de negar el totalitarisme que no havia dubtat de proclamar, d'acabar amb els signes més similars als dels vençuts, de reorientar la

Uma frase – que seria tornada um *leitmotif de facto* durante aqueles anos – de Luis Carrero Blanco (1904-1973), subsecretário da Presidência, em um informe a Franco, serve para resumir brevemente o que esperaria a Espanha nos anos vindouros: “a única fórmula para nós não pode ser outra que: ordem, unidade e aguentar”<sup>221</sup> (Molinero; Ysàs, 2008, p. 11).

A estratégia do regime franquista é descrita por Molinero e Ysàs (2008) como “[...] por um lado, acentuar os elementos específicos do “regime de 18 de julho” – mantidos inclusive nos momentos de maior dificuldade –, mas, por outro, adaptar-se a um novo contexto internacional”<sup>222</sup> (p. 11). Os elementos que o franquismo apresentaria ao mundo para ‘aguentar’ essa nova realidade geopolítica seriam três: catolicismo, anticomunismo e posição geográfica (Molinero; Ysàs, 2008).

Para concretizar a obra de mudança de imagem do regime, tão necessária para a sobrevivência do franquismo, o governo indicou o propagandista Alberto Martín Artajo (1905-1979) para o cargo de Ministro de Assuntos Exteriores em 1945. As razões da escolha, de acordo com Martín Puerta (2015) foram:

[...] certamente, a imagem oferecida pelo regime tinha vinculações provenientes da guerra civil, contornos e estética de caráter totalitário. Não havia outra saída que não a utilização de políticos católicos que modificaram a imagem exterior do sistema, de modo que o anterior ministro de Assuntos Exteriores, José Félix de Lequerica, foi substituído por Alberto Martín Artajo, até aquela data Presidente da Junta Técnica da *Acción Católica* (p. 307)<sup>223</sup>.

Martín Artajo, vinculado à *Asociación Católica Nacional de Propagandistas* (ACNdP), foi especialmente selecionado por Franco e, antes de aceitar o cargo, solicitou a autorização de Enrique Pla y Deniel (1876-1968), Arcebispo Primado da Espanha e apoiador de primeira hora de Franco (Molinero; Ysàs, 2001a; Casanova, 2005; Martín Puerta, 2015). Segundo Casanova (2005) – em consonância com os

política exterior que, entre la no bel·ligerància i la neutralitat, s'havia alineat amb les potències de l'Eix i fins i tot havia enviat una força militar a combatre al front de l'Est” (Molinero; Ysàs, 2003, p. 27-28). Tradução minha.

<sup>221</sup> No original: “la única fórmula para nosotros no puede ser otra que: *orden, unidad y aguantar*” (Molinero; Ysàs, 2008, p. 11). Tradução minha.

<sup>222</sup> No original: “[...] por un lado, subrayar los elementos específicos del “régimen del 18 de julio” – mantenidos incluso en los momentos de mayor dificultad –, pero por otro, adaptarse al nuevo contexto internacional” (Molinero; Ysàs, 2008, p. 11). Tradução minha.

<sup>223</sup> No original: “[...] ciertamente, la imagen ofrecida por el régimen, tenía vinculaciones provenientes de la guerra civil, ribetes y estética de carácter totalitario. No había otra salida que la utilización de políticos católicos que modificaran la imagen exterior del sistema, de modo que el anterior ministro de Asuntos Exteriores, José Félix de Lequerica, fue sustituido por Alberto Martín Artajo, hasta la fecha Presidente de la Junta Técnica de Acción Católica” (Martín Puerta, 2015, p. 307). Tradução minha.

elementos elencados por Molinero e Ysàs (2001a) – a escolha de Martín Artajo respondia a uma necessidade específica do regime:

Em tempos de “ostracismo internacional”, e com a necessidade de remover a mácula fascista que tinha, havia de estabelecer relações com o exterior pelo caminho mais direto, vendendo catolicismo espanhol, o que significava vender, entre outras muitas coisas, tradição e anticomunismo<sup>224</sup> (p. 268).

Devidamente empossado, Martín Artajo iniciou um trabalho diplomático-propagandístico voltado à comunidade internacional para mudar a imagem de um país sobre o qual pairava a hostilidade e a desconfiança das democracias liberais, o que fez por meio de um “[...] trabalho de apresentação do regime remarcando seu caráter católico e anticomunista, rechaçando ao mesmo tempo a definição de fascista [...] minimizado suas anteriores relações com Alemanha e Itália”<sup>225</sup> (Molinero; Ysàs, 2001a, p. 61).

Outros atos, com finalidades mais cosméticas que propriamente estruturais, adotados pelo regime franquista foram voltados a demonstrar aos vencedores do conflito global que o modelo espanhol – apresentado pelo próprio regime como a “[...] única alternativa às caducas democracias frente ao inimigo comunista”<sup>226</sup> (Molinero; Ysàs, 2008, p. 10) ou uma democracia *sui generis* (Molinero; Ysàs, 2008) – foram a promulgação do *Fuero de los Españoles* (uma carta de direitos fundamentais, mas que poderiam ser suspensos a qualquer tempo), a proibição da ‘saudação nacional’ (versão espanhola da saudação nazifascista), a Lei de Referendo Nacional (que apenas foi aplicada em duas ocasiões) entre outras medidas (Molinero; Ysàs, 2008).

Não obstante, como será analisado adiante, a resolução da chamada ‘questão espanhola’ (Sesma, 2024) não adviria da capacidade de manobra do regime franquista – cujo isolamento pode ser ilustrado pela negativa de sua petição de ingresso na ONU em 1946 –, mas sim pela atitude das potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial com o início da Guerra Fria (Molinero, Ysàs, 2003).

---

<sup>224</sup> No original: “En tiempos de “ostracismo internacional”, y con la necesidad de quitarse mácula fascista de encima, había que establecer relaciones con el exterior por el camino más directo, vendiendo catolicismo español, lo cual significaba vender entre muchas otras cosas tradición y anticomunismo” (Casanova, 2005, p. 268). Tradução minha.

<sup>225</sup> No original: “[...] labor de presentación del régimen remarcando su carácter católico y anticomunista, rechazando al mismo tiempo la definición de fascista [...] minimizando sus anteriores relaciones con Alemania e Italia” (Molinero; Ysàs, 2001a, p. 61). Tradução minha.

<sup>226</sup> No original: “[...] la única alternativa a las caducas democracias ante el enemigo comunista” (Molinero; Ysàs, 2008, p. 10). Tradução minha.

#### 5.4. Aliados ou tolerados? O anticomunismo<sup>227</sup> como diplomacia durante a Guerra Fria

Superado o período imediatamente posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial, uma nova realidade geopolítica se impôs ao redor do mundo e, consigo, trouxe consideráveis repercuções de amplo alcance. A Guerra Fria (1947-1989)<sup>228</sup> inaugurou uma fase renovada de anticomunismo no Ocidente por razão da pretensa ‘ameaça’ de expansão da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), uma das grandes vencedoras de 1945. A reconfiguração do mundo em dois blocos de influência – liderados pelos EUA e pela URSS – levaram a uma intensificação do anticomunismo nos países ocidentais, sob auspícios dos EUA. Servindo como catalisador para a formação da nova ordem ocidental, o anticomunismo seria intensamente explorado nesse contexto (Romero, 2017).

Segundo Romero (2017):

À medida que a polarização da Guerra Fria começou a moldar os alinhamentos estratégicos e ideológicos – primeiro na Europa e, em seguida, de maneira rápida, embora irregular, em outros continentes –, o anticomunismo emergiu como uma linguagem política fundamental em todo o Ocidente. Nesse sentido, o anticomunismo do pós-guerra não era intrinsecamente diferente de seu predecessor do período entre guerras. Ele ainda abrangia liberais que exaltavam o individualismo e os mercados, social-democratas que confiavam o progresso ao planejamento estatal e à

<sup>227</sup> A definição de anticomunismo é tema de discussão (Gerlach, 2020; Teixeira, 2023) no âmbito das ciências humanas – em especial na Ciência Política, na História e na Sociologia –, estando sua própria conceituação em constante disputa. Segundo Gerlach (2020): “[...] anti-communism is a “polymorphous notion,” heterogeneous, hard to delineate, “multi-faceted,” and its agents diverse to the point that a bibliography of anti-communism has been called “impossible.” There is a debate over whether “anti-communism” denotes one ideology or several different ideologies” (p. 6). Teixeira (2023), aduz que: “Como conceito e movimento político, o anticomunismo, historicamente, possui poucos elementos de coesão interna e geralmente tornou-se uma miríade de movimentos heterogêneos atraídos por uma força de atração: o rechaço a essa tendência revolucionária. Uma espécie de frente política unificada contra esse projeto social, político e econômico” (p. 249). Com efeito, considerando-se a multiplicidade interpretativa do vocábulo, uma conceituação de anticomunismo depende, em muito, da definição de comunismo entendida como tal pelos próprios movimentos (auto)denominados de anticomunistas, vez que opera mais como negação do que como conceito fechado. Para fins desta investigação, doravante será denominado anticomunismo o conjunto de ações, práticas, instituições e ideologias que ativamente contrastam com o fenômeno percebido por comunismo, englobando desde o Marxismo-Leninismo e suas variantes (como o Trotskismo e o Maoísmo) até visões convenientemente amplas que abrangem quaisquer ideologias políticas em desacordo com o pensamento reacionário.

<sup>228</sup> A literatura não é unânime quanto ao ano de início ou de final da Guerra Fria. Ainda que as tensões entre o Ocidente capitalista e a URSS não tenham começado com o fim da Segunda Guerra Mundial, mas, sim sejam muito anteriores, é necessário estabelecer o momento inicial do que se convencionou chamar de Guerra Fria. Não sendo possível afirmar uma data precisa, para fins desta investigação atribui-se o ano inicial da Guerra Fria ao lançamento da Doutrina Truman, em 1947, momento em que as tensões atingiram um de seus ápices (Cox, 1990). Essa posição é, ademais, reforçada por Molinero & Ysàs (2001a) e Romero (2017).

negociação coletiva, democratas-cristãos que priorizavam a família, a comunidade e a religião, e nacionalistas autoritários antibolcheviques (p. 291)<sup>229</sup>.

A retórica de Harry Truman, Presidente dos EUA à época, da necessidade de contenção do comunismo corporificado na URSS, levou à criação de aplicação do Plano Marshall, um programa de ajuda econômica voltado à reconstrução da Europa do pós-guerra, centralização da liderança ocidental em torno dos EUA e, principalmente, a consolidação do anticomunismo<sup>230</sup> (Romero, 2017).

Para as ditaduras dirigidas por Salazar e Franco, cujos objetivos estratégicos e propagandísticos em parte residiam no sentimento de (e na institucionalização do) anticomunismo, esse novo cenário teria grande impacto. A operacionalização de práticas anticomunistas na Península Ibérica, no entanto, apresentava-se mais fácil pelo fato de ambas as ditaduras já terem, no passado, perseguido os movimentos comunistas nacionais. De acordo com Romero (2017):

Na Espanha e em Portugal, o comunismo já havia sido esmagado por meios violentos e autoritários pelas ditaduras de direita estabelecidas na década de 1930. Nesses países, os militantes comunistas que não foram mortos lutavam para sobreviver na clandestinidade ou para se organizar no exílio no exterior (p. 305)<sup>231</sup>.

De acordo com Simpson (2014) o anticomunismo defendido pela Igreja Católica fazia parte de uma evolução histórica da ‘ameaça’ a ser combatida com o passar dos tempos:

Nos círculos eclesiásticos, a ameaça global do comunismo ateísta era vista como confirmação de uma crise mais profunda do pensamento moderno, numa linha que vinha de Lutero a Descartes, de Descartes a 1789, de 1789 ao laicismo liberal e que culminava no materialismo marxista. Interpretada em termos apocalípticos, a ameaça comunista também era vista como a confirmação de que a salvação nacional só podia cumprir-se na forma de

<sup>229</sup> No original: “As the polarization of the Cold War began to shape strategic and ideological alignments—first in Europe and then rapidly, albeit haphazardly, on other continents—anti-communism rose to prominence as a key political language throughout the West. As such, postwar anti-communism was not intrinsically different from its interwar predecessor. It still embraced liberals who praised individualism and markets, social democrats who entrusted progress to state planning and collective bargaining, Christian democrats who prioritized family, community and religion, and authoritarian anti-Bolshevist nationalists” (Romero, 2017, p. 291). Tradução minha.

<sup>230</sup> Romero (2017) pontua os esforços dos EUA nesse período: “Soviet power and communist ideology had to be contrasted with the firmness that had so tragically not been deployed against Hitler” (p. 297);

<sup>231</sup> No original: “In Spain and Portugal, communism had already been crushed with violent, authoritarian means by the right-wing dictatorships established in the 1930s. Here, communist militants who had not been killed struggled either to survive clandestinely or to organize in exile abroad” (Romero, 2017, p. 305). Tradução minha.

um regresso integral a Cristo (p. 154).

Em Portugal, “nos anos 50, o anticomunismo estreitou a relação entre o Estado Novo e a Igreja” (Simpson, 2014, p. 154), tendo a “Guerra Fria [encorajado] a Igreja Católica Portuguesa nas suas pretensões hegemônicas, na sua intransigência e na sua intolerância” (Simpson, 2014, p. 156).

Ainda de acordo com Simpson (2014):

Além de a Guerra Fria sublinhar os méritos da ordem salazarista (importa recordar que o comunismo foi proibido e ativamente perseguido em Portugal), as autoridades eclesiásticas, tal como o ditador, viram na ameaça comunista global o argumento de que necessitavam para afirmar de sobremaneira a posição do catolicismo a nível interno (p. 156).

Para além do anticomunismo reforçado no âmbito interno com o apoio do catolicismo, acontecimentos externos – em especial no imediato pós-guerra – também serviram para reforçar o posicionamento do governo dirigido por Salazar frente ao âmbito externo.

O final da Segunda Guerra Mundial trouxe consigo o fim da Sociedade das Nações (SN), que viria a ser substituída pela ONU<sup>232</sup>. Considerando que a transição automática de membros da SN para a ONU não era possível, Portugal apresentou sua candidatura em agosto de 1946 para integrar o novo órgão internacional (Herdeiro, 2019). O intento de integração do regime de Salazar, no entanto, encontrou óbice na recusa da URSS e da Polônia, que negaram a pretensão portuguesa (Herdeiro, 2019).

Segundo Herdeiro (2019):

[...] o pedido português foi recusado pela URSS e pela Polônia, baseando-se estes países, por um lado na ausência de relações diplomáticas e por outro na proximidade do regime português ao regime franquista. A recusa serviu de argumento ao regime português quer no plano externo como interno. Externamente as autoridades portuguesas utilizaram o fato como uma tentativa de desmascarar os soviéticos no plano internacional, internamente reforçou-se a postura anticomunista defendida pelo regime (p. 38-39).

---

<sup>232</sup> De acordo com Cavichioli e Oliveira (2022): “Ao fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945 foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU) como parte de um esforço de sucessão da Liga das Nações (1920-1946), esta última tendo sido considerada incapaz de impedir a ascensão do nazifascismo e eclosão da Guerra Civil Espanhola e da Segunda Guerra Mundial, entre outros fatores dilapidadores de sua continuidade” (p. 3).

Em consonância com o anticomunismo (Rosas, 2025) e a oposição à URSS – consubstanciadas no fato que Portugal e a URSS não mantiveram relações diplomáticas regulares entre 1917 e 1974 (Sá; Pereira, 2019) –, naturalmente o governo português alinhou-se com os EUA e, para além de travar acordos comerciais e militares com este, ingressou na OTAN e outras organizações por convite do país norte-americano (Herdeiro, 2019). Portugal seria aceito na ONU apenas em 1955, por meio de um acordo que permitiu a entrada de outros países simultaneamente (inclusive a Espanha), intensificando as tensões com a URSS por conta de sua política colonialista<sup>233</sup>.

Na Espanha, por sua vez, o cenário pouco foi alterado em seu ponto de partida. O regime de Franco, considerado como defensor de uma vertente fascista do anticomunismo, permaneceu marginalizado (Romero, 2017) ao fim do conflito e utilizou, como trunfo, esse mesmo anticomunismo como uma de suas bandeiras nas tentativas de reconciliação com parte das potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial.

Historicamente, o anticomunismo espanhol data, ao menos em sua vertente institucionalizada<sup>234</sup>, desde a ditadura de Primo de Rivera, entre os anos de 1923 e 1930. A fundação do *Partido Comunista de España* (PCE), em 1921, na esteira da Revolução Russa de 1917, já havia demonstrado a existência e a organização dos setores de esquerda no território espanhol. Miguel Primo de Rivera, cuja ditadura ocorreu durante o período monárquico, a repressão aos movimentos anarquistas, socialistas e comunistas (Preston, 2006).

Durante o período da Guerra Civil Espanhola, por sua vez, o anticomunismo atingiu novos contornos, aparecendo como parte da retórica justificadora da tentativa de golpe e subsequente conflito iniciado pelo bando nacionalista comandado por Franco. Apresentando o movimento golpista como o representante de uma cruzada contra o comunismo e a maçonaria (Moradiellos, 2018) – imagem que seria constante e longamente reforçada pela Igreja Católica (Casanova, 2005) – Franco conseguiu, angariar apoios de outros governos marcadamente anticomunistas, caso da Itália e

---

<sup>233</sup> Para aprofundamento, v. Cavichioli e Oliveira (2022).

<sup>234</sup> Fora dos limites institucionais, desde o início da década de 1920, observou-se um considerável movimento das direitas espanholas em reação à Revolução Russa de 1917 e ao crescimento dos movimentos socialistas e comunistas. Um desses movimentos foi cristalizado no rearmento dos *tercios de requetés*, grupos paramilitares tradicionais que foram remobilizados pelos setores reacionários. Outro movimento, ainda mais relevante, foi o surgimento das Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalista (JONS) ainda no início da década de 1930 (Buades, 2018).

da Alemanha (Thomas, 1964a).

As relações entre a URSS e a Espanha, desde a época da Guerra Civil Espanhola, foram marcadas por hostilidades abertas e mútuas. Episódios como o alinhamento soviético com os republicanos durante todo o período da guerra, o envio – e a retenção como pagamento pelo apoio bélico – de várias toneladas de ouro das reservas espanholas para a URSS e, posteriormente, o envio da Divisão Azul para auxiliar na invasão da Alemanha nazista contra ao território soviético são emblemáticos para ilustrar a relação entre os países (Thomas, 1964a; 1964b; Preston, 2006; Buades, 2018).

Próximo ao fim da Guerra Civil<sup>235</sup>, já irreversível a constatação da vitória dos nacionalistas de Franco, os revoltosos promulgaram, em 9 de fevereiro de 1939, a Lei de Responsabilidades Políticas. Esse diploma legal, em seu preâmbulo, dirigia a atividade sancionadora do Estado a fim de “[...] liquidar as culpas dessa ordem contraídas por aqueles que contribuíram com atos ou omissões graves a forjar a subversão vermelha [...]” (Espanha, 1939).

Em sequência, já finalizada a Guerra Civil, foi promulgada outra lei, ainda mais específica e complementar da anterior: a Lei sobre a Repressão da Maçonaria e do comunismo, de 1º de março de 1940. Essa lei, em seu preâmbulo, estabelecia a Maçonaria e o comunismo como os grandes inimigos da Espanha surgida da vitória nacionalista:

Talvez nenhum fator, entre os muitos que contribuíram para a decadência da Espanha, tenha influído tão perniciosamente na mesma e frustrado com tanta frequência as saudáveis reações populares e o heroísmo de nossas Armas [Forças Armadas], quanto as sociedades secretas de toda ordem e as forças internacionais de índole clandestina. Entre as primeiras, ocupa o lugar principal a maçonaria, e entre aquelas que, sem constituírem propriamente uma sociedade secreta, se relacionam com a maçonaria e adotam seus métodos à margem da vida social, figuram as múltiplas organizações subversivas, em sua maioria assimiladas e unificadas pelo comunismo<sup>237</sup> (Espanha, 1940).

---

<sup>235</sup> A Lei de Responsabilidades Políticas não foi a única lei de grande repercussão promulgada antes do fim da Guerra Civil Espanhola, muito embora tenha inaugurado o corpo legislativo que permitiu a violência vingadora do franquismo (Casanova, 2015). O Foro do Trabalho – primeira das oito Leis Fundamentais do Franquismo – havia sido promulgada no ano de 1938 (Sesma, 2024).

<sup>236</sup> No original: “[...] liquidar las culpas de este orden contraídas por quienes contribuyeron con actos u omisiones graves a forjar la subversión roja [...]” (Espanha, 1939). Tradução minha.

<sup>237</sup> No original: “Acaso ningún factor, entre los muchos que han contribuido a la decadencia de España, influyó tan perniciosamente en la misma y frustró con tanta frecuencia las saludables reacciones populares y el heroísmo de nuestras Armas, como las sociedades secretas de todo orden y las fuerzas internacionales de índole clandestina. Entre las primeras, ocupa el puesto más principal la masonería, y entre las que, sin constituir una sociedad secreta propiamente, se relacionan con la masonería y

A institucionalização do anticomunismo, pelas figuras legais citadas, foi aprofundada com a instituição do Tribunal Especial para a Repressão da Maçonaria e [d]o Comunismo (Espanha, 1940), que vigorou entre os anos de 1940 e 1963, dissolvendo organizações e punindo seus membros – efetivos ou imaginados – segundo os imperativos da Lei de Responsabilidades Políticas (Richards, 1998).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial o governo de Franco foi obrigado a recorrer a uma mudança de imagem profunda, ainda que tenha sido mais estética e retórica que propriamente estrutural (Molinero; Ysàs, 2001a; Cavichioli; Gallo, 2022). Molinero e Ysàs (2003) descrevem essa reconfiguração:

Em resumo, a configuração inicial do franquismo tinha pouco a ver com outras ditaduras contemporâneas – desde a espanhola de Primo de Rivera até ditaduras latino-americanas – e muito, por outro lado, com os fascismos europeus. No entanto, a mudança de rumo e o posterior desenlace da Segunda Guerra Mundial trouxeram uma virada inevitável, o início da "desfascistização" [...]. Não devemos superestimar, porém, o alcance das mudanças: em muitos aspectos, foram puramente formais e, em última análise, não significaram modificações substanciais na forma de dominação nem nas relações sociais<sup>238</sup> (p. 51).

O início do período da Guerra Fria proporcionou à ditadura de Franco não apenas uma oportunidade de deixar o isolamento internacional ao qual estava submetida, mas também a habilidade de travar alianças pragmáticas que permitissem, ao mesmo tempo, sua sobrevivência enquanto regime e seu posicionamento no panorama internacional que se configurava. O anticomunismo<sup>239</sup>, como retórica dominante no discurso de Franco, teve um peso considerável nesses intentos.

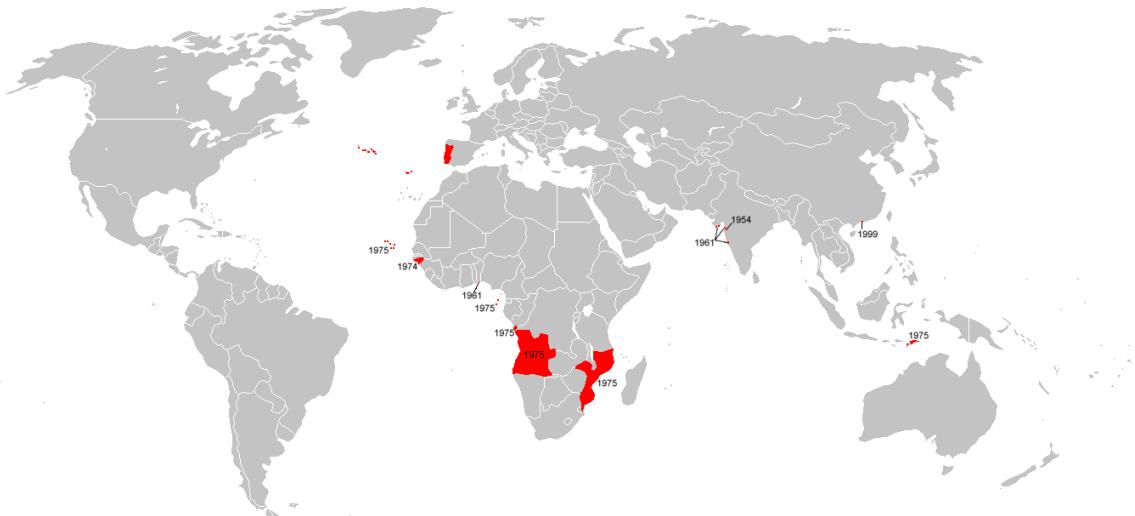
---

adoptan sus métodos al margen de la vida social, figuran las múltiples organizaciones subversivas en su mayor parte asimiladas y unificadas por el comunismo" (Espanha, 1940). Tradução minha.

<sup>238</sup> No original: "En resum, la configuració inicial del franquisme tenia poc a veure amb altres dictadures contemporànies – des de l'espanyola de Primo de Rivera fins a dictadures Ilatinoamericanes – i molt, en canvi, amb els feixismes europeus. Tanmateix, el canvi de signe i el posterior desenllaç de la Segona Guerra Mundial van portar un inevitable viratge, l'inici de la "desfeixistització [...]. No hem de sobrevalorar, però, l'abast dels canvis: en molts aspectes van ser purament formals i, en definitiva, no van significar modificacions substancials de la forma de dominació ni de les relacions socials" (Molinero; Ysàs, 2003, p. 51). Tradução minha.

<sup>239</sup> Neste sentido, Molinero e Ysàs (2014) concluem: "En aquellas décadas de guerra fría el anticomunismo era un elemento condicionante de primer orden en las relaciones entre las organizaciones políticas, particularmente en la España franquista, donde el anticomunismo junto con el catolicismo se había convertido en rasgo de identidad política del régimen (p. 30).

### 5.5. Portugal: do colonialismo transcontinental às guerras coloniais, do confronto com a ONU ao isolamento diplomático<sup>240</sup>



**Figura 2.** Colônias portuguesas na África e na Ásia<sup>241</sup>

Fonte: Wikimedia Commons/Domínio Público.

Portugal mantinha, desde o final do século XV e o início do século XVI, possessões coloniais espalhadas pelo mundo. Com exceção do Brasil, cujo processo de independência ocorreu ainda durante o século XIX, as outras colônias – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Goa<sup>242</sup>, Macau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste – e alguns territórios menores permaneceram nessa qualidade durante quase a totalidade do século XX (Cavichioli; Oliveira, 2022). As colônias, em sua qualidade de polos exclusivos de comércio com a metrópole, tiveram especial relevância nos anos do pós-Guerra para a manutenção do regime de Salazar.

Segundo Amado (2005)<sup>243</sup>:

<sup>240</sup> Considerável parte da análise apresentada neste subcapítulo constitui trabalho anteriormente publicado. Para aprofundamento, v. Cavichioli e Oliveira (2022).

<sup>241</sup> A imagem mostra, em vermelho, o território continental e insular de Portugal, suas colônias portuguesas na África e na Ásia e territórios ocupados pelo país, juntamente com as datas de término do controle português.

<sup>242</sup> Goa, então parte do Estado Português da Índia, a despeito de constituir uma das colônias portuguesas até os primeiros anos da segunda metade do século XX, não foi palco da guerra colonial. Após a independência da Índia do Reino Unido, em 1947, o território foi militarmente anexado à Índia durante a Operação Vijay, em 1961.

<sup>243</sup> “As considerações de Amado (2005) são secundadas por diversos posicionamentos pessoais de Salazar, efetuados majoritariamente entre os anos de 1959 e 1965. O primeiro discurso de especial

Na óptica dos dirigentes do Estado Novo, as colónias tinham uma dupla função do ponto de vista económico: por um lado, fornecer à indústria nacional matérias-primas baratas; e, por outro, consumir produtos portugueses excedentários, designadamente o vinho e os “tecidos pintados para indígenas” (como rezava a pauta) (p. 110).

Inicialmente recalcitrante em atacar as posições de países europeus com possessões coloniais estabelecidas, a então jovem ONU iniciou suas atividades pró-descolonização atacando as pretensões coloniais francesas (Elie; Hanhimäki, 2008).

As pretensões portuguesas – em uma conjuntura caracterizada pela Guerra Fria (Visentini, 2008), pelas movimentações independentistas nas colônias (Meneses, 2011), pela necessidade retórica e financeira de manutenção das colônias por parte de Portugal (Meneses, 2011) e pela entrada de várias ex-colônias de potências europeias na ONU – somente passaram a ser atacadas, ainda que de forma inicialmente indireta, a partir de 1961 (Elie; Hanhimäki, 2008).

As reações de Portugal aos ataques contra seus interesses, ainda que esperadas, alongaram-se por um período considerável e marcaram não apenas a história das descolonizações do século XX, mas também constituíram um teste de força da ONU no cenário internacional (Cavichioli; Oliveira, 2022).

De acordo com Simpson (2014)<sup>244</sup>:

Como é bem sabido, o Estado Novo não fazia tenção de ceder aos “ventos de mudança” que sopravam no palco colonial internacional. Por conseguinte, recorreu a manobras de natureza legalista e a um discurso pseudo-antropológico para legitimar a continuação da presença portuguesa no Ultramar. [...] O estratagema apenas adiou o inevitável (p. 185).

O ano de 1961 – início das guerras coloniais em Angola (Simpson, 2014) e Moçambique – foi marcado por uma crise de refugiados angolanos que migraram para o Congo (Elie; Hanhimäki, 2008), gerando a primeira intervenção da ONU frente aos interesses portugueses, ainda que ausente a conflitividade que marcaria essa

---

relevância para o estudo em tela – denominado *A posição portuguesa em face da Europa, da América e da África* – foi proferido por Salazar em 23 de maio de 1959, na sede da União Nacional. Nesse discurso, o líder português defendia que “a África é o complemento da Europa, imprescindível à sua defesa, suporte necessário da sua economia” (2016, p. 953), alertando para os riscos associados ao papel exercido pelos países comunistas na desestruturação do continente africano dominado pelos europeus e enfatizando sobre o sentimento de paz e pertencimento a Portugal experimentado pelos nativos das colônias (Salazar, 2016)” (Cavichioli; Oliveira, 2022, p. 9).

<sup>244</sup> A Igreja Católica, um dos braços de apoio ao intento colonialista português, também possuiu papel considerável na manutenção das colônias. Para aprofundamento, v. Simpson (2014).

relação nos anos vindouros. Essa intervenção, outrossim, foi seguida pela constituição de uma comissão especial encarregada de estudar as colônias portuguesas na África (Mello, 1974). A despeito dos protestos de Portugal e de seu argumento – que seria tornado um dos lemas do regime – de que as colônias constituíam, na realidade, “províncias ultramarinas”, a ONU aprovou cinco resoluções<sup>245</sup> (Silva, 1995) em que condenava o governo de Salazar e defendia o princípio de autodeterminação dos povos<sup>246</sup>.

O início da guerra na Guiné-Bissau, em 1963, marcou uma intensificação palpável do antagonismo entre Portugal e a ONU no contexto da continuidade do processo de colonização. Naquele ano o Conselho de Segurança da ONU apelou aos membros da entidade que evitassem a concessão de quaisquer auxílios a Portugal que pudessem ser utilizados para a repressão colonial, em especial os auxílios de caráter bélico. Portugal, neste mesmo ano, foi excluído da Comissão Econômica para a África e convidado a se retirar da Conferência da ONU para o Turismo e Viagens Internacionais. Ainda em 1963, por meio da Resolução S/5380, a ONU rejeitou a conceituação portuguesa de “províncias ultramarinas”, reforçando o entendimento de que os territórios sob controle português eram efetivamente colônias (Mello, 1974; Silva, 1995). Salazar reagiu, como em muitas outras oportunidades durante os embates com a ONU, alegando, em sua leitura de Lenin, que o anticolonialismo seria uma fase preparatória para o comunismo (Salazar, 2016).

Entre os anos de 1965 e 1966 a Assembleia Geral da ONU reconheceu a legitimidade dos movimentos de libertação de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, além de solicitar boicotes diplomáticos e comerciais a Portugal. A Organização Mundial da Saúde e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura também deixaram de auxiliar Portugal e de permitir sua participação em quaisquer ações dessas entidades. A ONU, ademais, passou a incentivar que seus membros cooperassem com os movimentos de libertação das então colônias moral e materialmente (Mello, 1974; Elie; Hanhimäki, 2008).

---

<sup>245</sup> As resoluções aprovadas pela ONU nesse período foram: Resolução 1603, de 20 de abril de 1961; Resolução 1699, de 9 de dezembro de 1961; Resolução 1742, de 30 de janeiro de 1962; Resolução 1807, de 14 de dezembro de 1962; Resolução 1819, de 18 de dezembro de 1962.

<sup>246</sup> A resistência portuguesa ao processo de descolonização forçou a ONU a fortalecer o princípio de autodeterminação dos povos, tornando-o um preceito – até hoje – basilar no direito internacional (Santos, 2018).

O afastamento de Salazar, em 1968, e sua subsequente substituição na Presidência do Conselho de Ministros por Marcello Caetano gerou esperanças de uma possível mudança de posicionamento do regime (Cavichioli; Oliveira, 2022). Os apelos e pressões da ONU, no entanto, não foram acatados pelo governo português, gerando uma série de novas medidas contra Portugal: em 1969 foi aprovado o manifesto da Organização da Unidade Africana em que a luta armada era considerada a única opção frente à continuidade da política colonialista (Mello, 1974). O antagonismo diplomático entre Portugal e a ONU seguiu, intensificado, até o ano de 1974, quando a Revolução dos Cravos derrubou a ditadura portuguesa e o novo governo reconheceu, em 1975, a independência de suas antigas colônias (Cavichioli; Oliveira, 2022).

## 5.6. Espanha: a Guerra Fria e a reabilitação internacional

A conjuntura geopolítica espanhola ao fim da Segunda Guerra Mundial, como mencionado anteriormente, representou um desafio ao governo capitaneado por Franco. Um regime internacionalmente condenado por sua proximidade com as potências derrotadas do Eixo, a ditadura franquista necessitava de uma mudança radical de imagem – ainda que predominantemente cosmética<sup>247</sup> – para conseguir sobreviver à nova realidade.

Essa mudança, todavia, não viria com facilidade. Segundo Molinero e Ysàs (2001a):

Ao final da guerra mundial o regime franquista manobrou para adaptar-se a uma realidade internacional indesejável, porém inevitável. Em julho de 1945 Franco nomeou um novo governo, do que significativamente desapareceu a Secretaria-Geral do *Movimiento*, que, por outro lado, ficou vacante. A valiosa Vice-secretaria de Educação Popular – que tinha a seu cargo o controle da imprensa, a censura e a propaganda – foi adscrita ao Ministério da Educação, que continuou em mãos de José Ibáñez Martín. Mas o mais destacado do novo governo foi a mudança no Ministério de Assuntos Exteriores, chave para fazer frente a um mundo hostil. Para dirigi-lo foi designado Alberto Martín Artajo, [...] o principal encarregado de tentar contra-arrestar a hostilidade internacional contra a ditadura<sup>248</sup> (p. 61).

<sup>247</sup> De acordo com Molinero e Ysàs (2001a): “Pero, sin ninguna duda, para el régimen franquista fue mucho más decisivo el cambio en el escenario internacional que significaba el inicio de la confrontación entre las potencias occidentales y la Unión Soviética que el conjunto de gestos y cambios cosméticos realizados a lo largo de casi dos años” (p. 69).

<sup>248</sup> No original: “Al final de la guerra mundial el régimen franquista maniobró para adaptarse a una realidad internacional indeseable pero ineludible. En julio de 1945 Franco nombró un nuevo gobierno, del que significativamente desapareció la Secretaría General del Movimiento, que por otra parte quedó

A metodologia escolhida por Martín Artajo combinou a demarcação da natureza católica e anticomunista da ditadura franquista, afastando suas ligações ao fascismo e minimizando suas relações pregressas com os países do Eixo, além de demonstrações de intenções de mudanças como o reestabelecimento da monarquia e a flexibilização da política interna (Molinero; Ysàs, 2001a). Segundo Molinero e Ysàs (2001a):

O Vaticano, as Igrejas nacionais, e os partidos, intelectuais e meios de comunicação católicos da Europa e da América, foram os primeiros destinatários, primeiro, e mais eficazes colaboradores, depois, da ação diplomático-propagandística dirigida por Martín Artajo, que tinha como último objetivo modificar a posição das potências ocidentais<sup>249</sup> (p. 61).

Ao fim do ano de 1946 a Assembleia Geral da ONU aprovou<sup>250</sup> a Resolução 39 (I), oriunda da investigação efetuada pelo subcomitê do Conselho de Segurança, argumentando que “[...] em origem, natureza, estrutura e conduta geral, o regime de Franco é um regime fascista [...]”<sup>251</sup> (ONU, 1946, p. 63) ilegítima e forçosamente imposto ao povo espanhol e, portanto, negando sua adesão à ONU e a quaisquer de suas agências (ONU, 1946; Molinero; Ysàs, 2001a). A reação da ditadura foi, conforme esperado, em repúdio ao que entendia como injustas e arbitrárias medidas em seu desfavor (Molinero; Ysàs, 2001a).

Como parte dos esforços para a renovação imagética, esse período representou uma fase de institucionalização do regime de Franco, um intento bastante exemplificado pela promulgação – após plebiscito – da Lei de Sucessão que determinava o reestabelecimento da monarquia na Espanha, com o futuro

vacante. La valiosa Vice-secretaría de Educación Popular – que tenía a su cargo el control de la prensa, la censura y la propaganda – fue adscrita al Ministerio de Educación, que continuó en manos de José Ibáñez Martín. Pero lo más destacado del nuevo gobierno fue el cambio en el Ministerio de Asuntos Exteriores, clave para hacer frente a un mundo hostil. Para dirigirlo fue designado Alberto Martín Artajo, [...] el principal encargado de intentar contrarrestar la hostilidad internacional contra la dictadura” (Molinero; Ysàs, 2001a, p. 61). Tradução minha.

<sup>249</sup> No original: “El Vaticano, las Iglesias nacionales, y los partidos, intelectuales y medios de comunicación católicos de Europa y América, fueron los primeros destinatarios, primero, y más eficaces colaboradores, Después, de la acción diplomático-propagandística dirigida por Martín Artajo, que tenía como último objetivo modificar la posición de las potencias occidentales” (Molinero; Ysàs, 2001a, p. 61). Tradução minha.

<sup>250</sup> Essa resolução, todavia, não foi ratificada por conta da pressão dos Estados Unidos (Molinero; Ysàs, 2001a).

<sup>251</sup> No original: “[...] In origin, nature, structure and general conduct, the Franco regime is a fascist regime [...]” (ONU, 1946, p. 63). Tradução minha.

monarca (neste caso Juan Carlos I<sup>252</sup>) sucedendo Franco a título de Rei quando de sua saída da chefia do Estado (Molinero; Ysàs, 2001a).

A partir de 1947, todavia, dada a conjuntura da Guerra Fria, a posição internacional da Espanha começou a mudar, ainda que gradualmente. A chamada ‘questão espanhola’ (Martínez Lillo, 1996; Molinero, Ysàs, 2001a) foi relegada a um problema de segunda ordem.

Temores britânicos acerca de uma possível desestabilização na Península Ibérica, somados a interesses econômicos, levaram o governo do Reino Unido a – apesar de manter a condenação verbal contra a Espanha – evitar a tomada de quaisquer medidas radicais que pudesse impor a adoção de medidas de maior severidade contra o regime de Franco (Molinero, Ysàs, 2001a).

A proibição de participação espanhola no Plano Marshall para a reconstrução da Europa, em 1947, por iniciativa do Reino Unido e da França, para além dos fracassos de tentativas de empréstimos bilaterais entre Espanha e Estados Unidos, mantiveram o país comandado por Franco em uma situação econômica bastante fragilizada (Martínez Lillo, 1996).

Bloqueadas suas tentativas de integração econômicas e diplomáticas, impossibilitadas suas vias de candidatar-se às benesses do Plano Marshall e da OTAN (a partir de 1949) e não desejosa de modificar profundamente os fundamentos de seu regime para satisfazer potências mundiais (Martínez Lillo, 1996), a Espanha voltou-se a si mesma, empreendendo uma fracassada tentativa de política autárquica caracterizada por escassez, retrocessos dos níveis de vida, intervencionismo econômico, corrupção política e administrativa e o florescimento de um mercado negro de víveres (Molinero; Ysàs, 2001a).

A situação espanhola teve sua definitiva melhora no ano de 1950 com o início da normalização entre as relações com os Estados Unidos no marco da política de contenção do comunismo (Martínez Lillo, 1996; Molinero; Ysàs, 2001a). A revogação da resolução da ONU<sup>253</sup> que isolava o regime, uma prova inequívoca da mudança

<sup>252</sup> A Lei de Sucessão, de 1947, previa que Franco escolheria seu sucessor conforme sua vontade. Com a morte do antigo Rei Afonso XIII, em 1941, seu herdeiro natural era Juan de Borbón e Battenberg (1913-1993), o Conde de Barcelona, então exilado em Portugal. Não obstante, as relações entre o sucessor aparente e Franco foram marcadas por tensões, animosidade e críticas mútuas. Com efeito, em rompimento à linha sucessória da monarquia, em 1969 Franco escolheu o filho do Conde de Barcelona, Juan Carlos, para suceder-lhe à título de Rei (González-Doria, 1975; Trugeda Gómez, 2023).

<sup>253</sup> A Resolução 39(I) foi revogada por meio da Resolução 386(V) (ONU, 1950).

de posicionamento dos Estados Unidos, abriu caminho para a integração espanhola (Molinero; Ysàs, 2001a). O anticomunismo, fórmula propagandeada por Franco, havia permitido à ditadura a normalização de suas relações diplomáticas com pouca ou nenhuma mudança substancial em sua natureza (Martínez Lillo, 1996; Molinero; Ysàs, 2001a).

O catolicismo, alicerce do regime, também formou parte do binômio – catolicismo e anticomunismo – por meio do qual o governo de Franco buscou a normalização de suas relações internacionais. O XXXV Congresso Eucarístico Internacional, celebrado em Barcelona em 1952, foi uma grande oportunidade para reforçar a imagem católica do regime e permitir a veiculação de uma imagem positiva sua na imprensa internacional (Molinero; Ysàs, 2001a).

Essa relação recebeu um novo nível de solidificação com a assinatura da Concordata entre o Vaticano e a Espanha em 1953. Essa concordata confirmava o catolicismo como religião oficial do Estado, estabelecia as competências da Igreja Católica na vida civil do país, concedia um status privilegiado para os clérigos e assegurava a manutenção financeira da Igreja por parte do Estado. O regime de Franco, todavia, mantinha para si o direito de intervir na nomeação dos novos bispos católicos no país. Dessa forma, o acordo serviu para ambas as partes: a Igreja Católica obtinha a garantia de sua influência e âmbitos de atuação e o regime obtinha a confirmação internacional do catolicismo que propagandeava como sendo uma de suas principais características (Molinero; Ysàs, 2001a).

O retorno dos embaixadores ao país após a revogação da Resolução 39(I) da ONU permitiu o início da ascensão espanhola a algumas das agências especializadas da entidade, como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, a Organização Mundial da Saúde e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Molinero; Ysàs, 2001a).

Não obstante, a definitiva sedimentação da normalização das relações diplomáticas espanholas surgiu após o início da Guerra da Coreia (1950-1953), quando os Estados Unidos, passaram a negociar diretamente com a Espanha, oferecendo um considerável empréstimo e a compensação econômica em troca da implementação de bases militares no território espanhol durante o conflito (Molinero; Ysàs, 2001a).

Segundo Molinero e Ysàs (2001a):

Em 23 de setembro de 1953 foi firmado o Convênio hispano-norte-americano, que constava de três peças diferentes: ajuda para a defesa mútua, ajuda econômica e técnica e convênio defensivo. [...] Pode-se afirmar que as contrapartidas econômicas pela cessão territorial foram escassas [...]. A explicação é clara: a posição negociadora espanhola era muito débil. O regime somente podia oferecer o enclave estratégico do solo espanhol<sup>254</sup> (p. 95-96).

Independentemente do desequilíbrio dos benefícios obtidos pelas partes no convênio, esse acordo permitiu ao regime de Franco não apenas quebrar definitivamente o isolamento internacional – impedindo que as tensões internacionais desestabilizassem o regime – como também obter os fundos financeiros necessários para reanimar seus mecanismos de produção, permitindo a recuperação econômica (Molinero; Ysàs, 2001a).

O pináculo da reintegração internacional da Espanha foi sedimentado pela entrada do país como membro da ONU, ocorrida em 1955 (juntamente com Portugal) após uma série de negociações que removeram o veto da URSS e seus aliados (Cavichioli; Oliveira, 2021).

A despeito desses sucessos da diplomacia franquista, a quase totalidade da década de 1950 foi caracterizada por diversos desafios internos – contrastando com a tranquilidade no cenário internacional – que impuseram ao governo a necessidade de uma nova rodada de mudanças em sua política autárquica. Decisões tomadas em prol do reajuste de salários – que até aquele momento ainda não haviam permitido a recuperação de seu nível anterior à Guerra Civil – levaram a um aumento de preços e a uma espiral inflacionária que, cumulada com protestos civis, obrigaram a ditadura a revisar o modelo econômico a partir de 1956 (Molinero, Ysàs, 2001a).

A partir de 1957 surgiram novos atores políticos no cenário espanhol: Mariano Navarro Rubio (1913-2001), Ministro da Fazenda; Alberto Ullastres (1914-2001), Ministro do Comércio e; Laureano López Rodó (1920-2000), Secretário-Geral Técnico da Presidência do Governo. Todos eram tecnocratas vinculados ao Opus Dei<sup>255</sup> (Molinero; Ysàs, 2001a).

---

<sup>254</sup> No original: “El 23 de septiembre de 1953 se firmó el Convenio hispano-norteamericano que constaba de tres piezas diferenciadas: ayuda para la mutua defensa, ayuda económica y técnica, y convenio defensivo. [...]. Se puede afirmar que las contrapartidas económicas a la cesión territorial fueron escasas [...]. La explicación es clara: la posición negociadora española era muy débil. El régimen solo podía ofrecer el enclave estratégico del suelo español” (Molinero; Ysàs, 2001a, p. 95-96). Tradução minha.

<sup>255</sup> O Opus Dei é definido por Mackenzie (1973) como uma organização religiosa tradicionalista fundada em 1928 cujo objetivo é aumentar o recrutamento para o catolicismo por meio da colocação de seus membros em altos postos de todos os âmbitos da sociedade e do governo. Ressurgida na Espanha

Acerca dos tecnocratas, explicam Molinero e Ysàs (2001a):

Os tecnocratas, muitos deles filiados ao Opus Dei, como muito tinham em comum uma proposta na qual se combinava o objetivo de modernização do capitalismo espanhol com uma concepção radicalmente autoritária do poder político. Esse horizonte se adaptava perfeitamente às necessidades do regime naquele momento; ademais, muitos tecnocratas reuniam os requisitos desejáveis nos anos cincuenta: procediam do *Movimiento* e tinham distintas responsabilidades no aparato do Estado, mas não estavam vinculados àquelas “famílias” ideológicas originárias às quais se pretendia reduzir protagonismo. Eram católicos ortodoxos – ultraortodoxos, podia-se afirmar, considerando as mudanças que começava a experimentar a Igreja Católica em âmbito europeu. [...] o Opus, implicitamente, defendia unissonamente uma sociedade hierarquizada. Por último, os tecnocratas vinculados ao Opus Dei eram favoráveis à instauração da monarquia nos termos previstos na Lei de Sucessão, que não eram os da restauração que pretendiam os monarquistas<sup>256</sup> (p. 123-124).

Constatado, em muito pela ação do Escritório de Coordenação e Programação Econômica, dirigido por López Rodó, o fato que não havia forma de escapar à crise econômica senão pela superação do modelo autárquico imperante desde o fim da Guerra Civil, o governo tomou medidas para avançar rumo à liberalização da economia, aumentando os ingressos públicos e permitindo a entrada da Espanha nos organismos econômicos internacionais (Molinero; Ysàs, 2001a).

Esse plano de salvação da economia evoluiu, no ano de 1959, para o Plano de Estabilização – nome pelo qual foi denominado o Decreto-Lei de 21 de julho da Nova Ordenação Econômica –, que, a despeito de seus efeitos desastrosos de curto prazo que provocaram ondas de choque na economia espanhola, permitiram, a partir de 1961, uma expansão do ciclo econômico que gerou o chamado “milagre espanhol” (Molinero; Ysàs, 2001a).

Molinero e Ysàs (2001a), descrevem, criticamente, o fenômeno do “milagre

após o fim da Guerra Civil, a organização passou a ter influência e cargos no governo da ditadura a partir de 1957, quando alguns de seus membros passaram a compor pastas ministeriais relacionadas à economia, sendo conhecidos como ‘tecnocratas’.

<sup>256</sup> No original: “Los tecnócratas, muchos de ellos de filiación opusdeísta, como mucho tenían en común una propuesta en la que se combinaba el objetivo de modernización del capitalismo español con una concepción radicalmente autoritaria del poder político. Ese horizonte se adaptaba perfectamente a las necesidades del régimen en aquel momento; además, muchos tecnócratas reunían los requisitos deseables en los años cincuenta: procedían del Movimiento u habían tenido distintas responsabilidades en el aparato del Estado, pero no estaban vinculados a aquellas “familias” ideológicas originarias a las que se pretendía reducir protagonismo. Eran católicos ortodoxos – ultraortodoxos se podría afirmar considerando los cambios que en el ámbito europeo empezaba a experimentar la Iglesia católica –. [...] el Opus Dei, implicitamente, defendía al unísono una sociedad jerarquizada. Por último, los tecnócratas vinculados al Opus Dei eran favorables a la instauración de la monarquía en los términos previstos en la Ley de Sucesión, que no eran los de la restauración que pretendían los monárquicos” (Molinero; Ysàs, 2001a, p. 123-124). Tradução minha.

espanhol":

A transformação econômica dos anos sessenta foi tão importante que os apologistas do regime reiteravam que se havia produzido "o milagre espanhol". Certamente o crescimento foi excepcional, sobretudo se o comparamos com os países europeus mais desenvolvidos, que haviam experimentado um grande crescimento na década anterior e partiam de um ponto inicial mais alto. No caso espanhol não resulta excepcional, não obstante, se se compara com outros países da Europa mediterrânea que, como a Espanha, estavam reduzindo distâncias com respeito aos países desenvolvidos em um contexto mundial muito favorável. Por isso, não existiu nenhum milagre espanhol. Recuperou-se, então, o tempo perdido no primeiro vintenário franquista<sup>257</sup> (p. 158).

Esse crescimento, ademais, veio acompanhado de um incremento na contestação social, propiciado, em especial e ironicamente, pelas novas classes médias criadas no período, além da intensificação da contestação por parte dos trabalhadores e dos estudantes. Ademais, outro fenômeno notável foi a consolidação da disputa, no ventre do franquismo, entre os setores mais aberturistas e mais imobilistas, conflito que permaneceria vigente durante os momentos finais do regime e da transição espanhola (Molinero; Ysàs, 2001a; Molinero; Ysàs, 2008).

---

<sup>257</sup> No original: "La transformación económica de los años sesenta fue tan importante que los apologetas del régimen reiteraban que se había producido "el milagro español". Ciertamente el crecimiento fue excepcional, sobre todo si lo comparamos con los países europeos más desarrollados, que habían experimentado un gran crecimiento en la década anterior y partían de un punto inicial más alto. En el caso español no resulta excepcional, si se compara con otros países de la Europa mediterránea que, como España, estaban reduciendo distancias respecto a los países desarrollados en un contexto mundial muy favorable. Por ello no existió ningún milagro español. Se recuperó entonces el tiempo perdido en el primer vintenio franquista" (Molinero; Ysàs, 2001a, p. 158). Tradução minha.

## 6. *In articulo mortis: a longa agonia das ditaduras ibéricas e seus momentos finais (1970-1975)*

*“Esta é a madrugada que eu esperava  
O dia inicial inteiro e limpo  
Onde emergimos da noite e do silêncio  
E livres habitamos a substância do tempo”*

Sophia de Mello Breyner Andresen, 1974<sup>258</sup>

*“Mesmo na noite mais triste  
Em tempo de servidão  
Há sempre alguém que resiste  
Há sempre alguém que diz não”*

Manuel Alegre, 1965<sup>259</sup>

### 6.1. A dupla queda de Salazar e o declínio do Estado Novo

O ocaso de Salazar constitui um dos assuntos mais nebulosos – ainda que não desertos de discórdia – da historiografia portuguesa. Inúmeros investigadores e biógrafos debruçaram-se sobre o assunto para tentar entender os primeiros sinais de seu começo, seu desenvolvimento e as repercussões da morte do ditador que havia comandado os rumos de Portugal por quase quatro décadas.

Segundo Meneses (2011), os primeiros indícios de uma decadência de Salazar podem ser traçados a 12 de junho de 1968, quando o Presidente do Conselho de Ministros repetira – ainda que inconscientemente – um assunto que já havia sido tratado em reunião anterior do Conselho de Ministros.

Entre os dias 3 e 4 de agosto daquele mesmo ano<sup>260</sup>, durante uma estadia na residência sazonal do Forte do Estoril, Salazar acabou por desequilibrar-se quando se preparava para sentar em uma cadeira, tombando ao chão e batendo fortemente a nuca contra o piso de pedra do local. Minimizando o episódio e recusando atendimento médico imediato, Salazar apenas seria atendido com profundidade em

---

<sup>258</sup> v. Andresen, 2018.

<sup>259</sup> Poema “Praça da Canção” (1965), cujo texto está estampado em uma parede do Museu do Aljube – Resistência e Liberdade, em Lisboa.

<sup>260</sup> Gallagher (2020), ao admitir a existência de uma discordância acerca da data precisa, atesta que o acidente provavelmente ocorreu no dia 3 de agosto de 1968.

3 de setembro de 1968, sendo imediatamente encaminhado para cirurgia – em 7 de setembro de 1968 – com a finalidade de investigar a existência de um acidente vascular cerebral, suspeita partilhada por seus médicos (Meneses, 2011; Gallagher, 2020).

A gravidade do ocorrido é atestada por Meneses (2011):

A operação teve lugar na madrugada de 7 de setembro, depois de uma breve discussão sobre se Salazar deveria ou não ser autorizado a fazer um testamento político: não foi. Para todos os presentes na Casa de Saúde da Cruz Vermelha era nítido que o que ali estava em jogo já não era a vida de Salazar, mas a sobrevivência do Estado Novo. O segredo já não podia ser mantido por muito mais tempo, nem mesmo com a ajuda da censura; impunha-se tomar medidas para garantir a ordem. Tanto a polícia como unidades militares importantes foram colocadas em alerta (p. 645).

Embora a operação tenha sido um sucesso, o estado de saúde de Salazar flutuou entre um primeiro agravamento, a estabilização e um lento processo de melhora. Tendo em vista a pacificação da opinião pública, boletins médicos eram emitidos para que o país pudesse acompanhar a evolução do caso (Meneses, 2011).

Em 16 de setembro de 1968, após uma breve melhora no dia anterior, Salazar sofreu uma nova hemorragia intracraniana, entrando em coma (Gallagher, 2020). Partindo da opinião dos médicos de que a recuperação seria bastante improvável – e consubstanciado com o fato de ter recebido, naquele momento, a extrema-unção do Cardeal Cerejeira –, o Presidente da República, Américo Tomás (1984-1987), procedeu à difícil tarefa de buscar um sucessor para Salazar.

A situação de Salazar gerou uma esperança, entre apoiadores e opositores, de uma multiplicidade de cenários possíveis com o afastamento do Presidente do Conselho de Ministros. Segundo Figueiredo (1976):

Oponentes e apologistas acreditavam que este acontecimento iria precipitar um grande levante e conduziria à queda do regime, visto que este parecia depender muito da habilidade pessoal de Salazar em manter o equilíbrio entre os vários grupos da oligarquia. Além disso, Salazar não tinha tomado providências para um sucessor, deixando o futuro de Portugal perigosamente incerto. Uma possibilidade era o retorno a uma ditadura militar aberta, como durante a primeira fase do regime, em 1926. [...]. Uma outra opção era a restauração da monarquia, um sistema reconhecidamente não muito popular desde a sua queda em 1910, mas que, não obstante, ainda tinha um grupo residual de defensores dentro do regime. Como na Espanha, havia já um pretendente vivendo dentro do país. Portanto, uma mudança através da monarquia não podia ser posta de lado (p. 216-217).

As expectativas acerca da crise sucessória, no entanto, não se confirmaram

(Figueiredo, 1976). Em 26 de setembro de 1968 Tomás, em um pronunciamento televisionado, anunciou a exoneração de Salazar do cargo que ocupara desde de 1932, sendo substituído na Presidência do Conselho de Ministros por Marcello Caetano já no dia seguinte (Meneses, 2011).

De acordo com Figueiredo (1976):

As circunstâncias que trouxeram Caetano ao poder eram impressionantemente idênticas às que cercaram o próprio princípio da carreira de Salazar, no fim dos anos 20. Como Salazar, Caetano era um professor convidado a entrar no governo como um “salvador” que podia resolver as tensões dentro do esquema dominante. Como Salazar, também Caetano era um homem com um impecável senso de oportunidade. De fato, tinha-se demitido do governo sete anos antes, depois de desacordos com Salazar, e tinha estado à espera, pacientemente desde então, da chamada (p. 218).

O estado de saúde de Salazar, cujo tratamento foi inteiramente custeado pelo Estado<sup>261</sup>, melhorou em novembro de 1986. Não obstante sua saída do coma e momentos de lucidez esporádica, acabou por ser tacitamente convencionado entre todos os envolvidos com os cuidados de Salazar que ele não seria informado de sua exoneração (Meneses, 2011; Ferrari, 2023).

Salazar viveu até o fim de seus dias sob a presunção de que mantinha a posição que havia alcançado há quase quatro décadas, situação que perdurou até a manhã de 27 de julho de 1970, quando morreu, em Lisboa, aos oitenta e um anos de idade (Meneses, 2011). Segundo Mota (2020):

Nos últimos dois anos de sua vida, Salazar acreditava que ainda era o Presidente do Conselho, em um estado de semi-lucidez, e possibilitado pelo fato que ele permaneceu na residência oficial do governo, continuou a receber ministros e a discutir política, sem ter acesso aos meios de mídia de massa (p. 5)<sup>262</sup>.

O funeral de Estado de Salazar, realizado no Mosteiro dos Jerônimos em 30 de junho de 1970, em Lisboa, foi seguido de um funeral em uma sepultura simples

<sup>261</sup> De acordo com Meneses (2011): “Sem emprego e sem poupanças dignas do nome, Salazar não tinha condições para cuidar de si próprio; foi necessário aprovar legislação para corrigir essa situação. Foi também decidido que o Estado continuaria a suportar as despesas do tratamento do agora cidadão António de Oliveira Salazar, ainda em estado de coma em Benfica” (p. 648).

<sup>262</sup> No original: “In the last two years of his life, Salazar believed that he was still the President of the Council, in a state of semi-lucidity, and made possible by the fact that he stayed in the official residence of the government, continued to receive ministers and to discuss politics, without having access to the mass media” (Mota, 2020, p. 5). Tradução minha.

no cemitério de sua cidade natal, Vimieiro, Santa Comba Dão (Meneses, 2011). Tal como a imagem que havia cultivado em vida, de austeridade e desinteresse pelos luxos do poder, em morte Salazar foi representado pela maior parte da imprensa – seja por aproximação ideológica ou pela atuação da censura (Mota, 2020) – como o mesmo homem de simples hábitos que, por praticamente quarenta anos, havia conduzido o país.

Marcello Caetano herdou de Salazar, ainda em 1968, um país social e economicamente atrasado, pouco desenvolvido agricolarmente e industrialmente e à beira do colapso de seu decadente império ultramarino e de si próprio, esgotado em recursos humanos e financeiros por uma longa guerra colonial (Meneses, 2011).

## 6.2. Grândola, Vila Morena

A passagem do fim da década de 1960 para a década de 1970 em Portugal trouxe importantes mudanças sociopolíticas que, em conjunção com os desafios legados pelo período salazarista do Estado Novo português, em breve selariam o destino do governo comandado por Caetano.

Segundo Figueiredo (1976):

As mudanças apareceram lentamente, mas em alguns aspectos significativos sempre se iam fazendo notar. Por exemplo, a Igreja já planejava a saída do cardeal Gonçalves Cerejeira, o amigo de toda a vida de Salazar, com a intenção de o substituir por D. António Ribeiro, um homem de quem se podia esperar uma política discreta. Deste modo, a Igreja esperava que o povo pudesse esquecer o papel que havia sido desempenhado no apoio ao regime de Salazar, tanto no Continente como nas colônias (p. 224).

Em resposta aos problemas que enfrentava, Caetano lançou mão de uma série de mudanças<sup>263</sup> – que Figueiredo (1976) qualifica como nada substanciais e que refletiam principalmente “fatores transitórios e pressões internacionais” (p. 224) – como a mudança do nome da UN, partido único *de facto* do regime, para Ação Nacional Popular (ANP), a mudança do nome da Polícia Internacional e de Defesa do Estado<sup>264</sup> (PIDE), para Direção-Geral de Segurança (DGS) e o afrouxamento da

---

<sup>263</sup> Esse período inicial de liberalização, por suas características, recebe, por parte de alguns autores, de “primavera marcelista” (Castilho, 1998).

<sup>264</sup> A PIDE foi originalmente criada como Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), em 1933. A mudança do nome para PIDE ocorreu em 1945 e para DGS em 1969 (Figueiredo, 1976).

repressão e da censura entre outros, em um movimento denominado por Figueiredo (1976) como “revolução verbal” (p. 224).

A despeito dessas tentativas tímidas de liberalização, a realidade da conjuntura sociopolítica impôs-se: o impacto dos processos de industrialização, o aumento da participação das mulheres na sociedade, a infiltração das novas ideias do ocidente através da cultura e, em especial medida, a obstinação de manutenção do império – uma das históricas bandeiras de Caetano<sup>265</sup>, ex-Ministro das Colônias – como uma exigência *sine qua non* para a própria existência de Portugal (Figueiredo, 1974).

A Guerra Colonial (1961-1974) portuguesa na África, empreendida em prol da garantia do transcontinentalismo português em um cenário de disputas em vários níveis, era um fator de especial relevância para a impopularidade de Caetano, dado seus elevados<sup>266</sup> custos humanos e financeiros. De acordo com Figueiredo (1976):

De fato, para conservar a estrutura do regime e o império intatos, metade de todo o orçamento era absorvido pelas forças armadas e pela rede de segurança, mais do que o total atribuído, para educação, assistência social e administração da justiça. Um quadro semelhante aparece em ambos os orçamentos de Angola e Moçambique, territórios que, devido ao controle centralizado da moeda em Lisboa, agora acumulavam débitos a Portugal, caminhavam rapidamente para a insolvência financeira (p. 228).

Em 1973 a situação, que já se apresentava demasiadamente complexa e pouco alterada pelas tentativas de reformas de Caetano, foi agravada com a deterioração econômica e social advinda tanto da condição do próprio país, atravessado pela Guerra Colonial, quanto da conjuntura internacional. Para além da reprovação enfrentada pelo regime por conta da divulgação de massacres cometidos em Moçambique, a crise do petróleo<sup>267</sup>, iniciada naquele ano, havia provocado uma

<sup>265</sup> Para aprofundamento, v. Martinho (2019).

<sup>266</sup> Cann (2012) pondera a questão dos custos humanos gerais, asseverando sobre a necessidade de adequar os números à realidade portuguesa: ainda que, comparado a outros cenários bélicos, os números gerais não tenham sido tão expressivos, sendo mais típicos de um conflito de baixa intensidade, representaram um alto custo para Portugal. Segundo o autor: “One of the best comparative indicators in the management of human resources is the number of casualties absorbed in relation to troops deployed in this and other similar conflicts. In terms of deaths in the Campaigns the overall level of intensity was low. The measure of this intensity is normally taken by comparing deaths for the entire conflict based upon an average per day of war per thousand combatants” (Cann, 2012, p. 169).

<sup>267</sup> A crise do petróleo de 1973 é explicada por Aguiar-Conraria et al. (2023): “Em outubro de 1973, no seguimento da guerra do Yom Kippur, a OPEC restringiu o fornecimento de petróleo ao mundo ocidental em geral e a alguns países em particular, como foi o caso de Portugal, por ter permitido o uso da base das Lajes durante a guerra. O embargo causou corridas e filas nas bombas de gasolina. Três quartos da energia primária no país tinham então como fonte o petróleo. A economia mundial entrou

escalada nos preços dos combustíveis, das matérias-primas e dos alimentos (Figueiredo, 1976).

Os descontentamentos civis e militares (Bandeira, 1976; Meneses, 2011; Cann, 2012) acerca do prolongamento do conflito colonial consubstanciaram-se, em relação aos últimos, com a formação de um ‘movimento de capitães’ que viria a ser denominado de Movimento das Forças Armadas (MFA) (Figueiredo, 1976).

Segundo Figueiredo (1976):

A sequência dos acontecimentos é bastante fácil de explicar. O prolongado envolvimento em três guerras coloniais tinha levado ao alargamento da estrutura das forças armadas e ao consequente aumento dos quadros permanentes. Em meados de julho de 1973, com a publicação de um decreto que oferecia aos oficiais milicianos<sup>268</sup> condições extremamente favoráveis para a integração permanente nas forças armadas, houve um choque de interesses entre os oficiais de carreira, da Academia Militar e da Escola Naval, e os oficiais milicianos, que os ultrapassavam em número. Os problemas giravam em torno das promoções, salários e posições e levaram a uma série de reuniões que se processaram a título de “piqueeniques” e que estavam, portanto, em contradição com a lei que bania o direito de associação (p. 232).

O MFA, portanto, surgiu como uma resposta ao apoio dos comandantes das Forças Armadas à política colonial do governo, em 1973, agregando as camadas médias das três forças bélicas e chegando a cerca de 10% do total de oficiais portugueses em março de 1974 (Bandeira, 1976). Inicialmente sendo considerado um rumor pelo governo de Caetano, a certeza sobre sua existência – e o perigo que representava ao regime – foi consolidado em 1974, quando o General António de Spínola (1910-1996) lançou o livro ‘Portugal e o futuro’<sup>269</sup>, no qual “[...] demolia muitos dos velhos mitos do regime acerca do papel colonizador de Portugal” (Figueiredo, 1976, p. 230) e, consequentemente, causou um sério impacto na ditadura

em recessão quase de imediato, não só devido ao enorme aumento dos preços da energia, mas também a um aumento do preço de várias outras matérias-primas, como resultado do fenómeno *El Niño*, tendo afetado a produção a nível mundial. Portugal, que nesta altura já tinha uma economia relativamente aberta ao comércio externo, sofreu com a contração das suas exportações, assim como com a deterioração dos termos de troca” (p. 92).

<sup>268</sup> Sobre os milicianos, aduz Paiva (2017): “Os “milicianos” eram jovens, recém egressos das universidades, onde, a despeito de tudo, havia movimentações políticas e efervescência ideológica. Incorporados à tropa, no posto de oficiais, eles levaram consigo as ideias contrárias à continuação da guerra e mesmo ideias anticoloniais, adquiridas no relativo arejamento cultural e político dos meios estudantis. Além disso, por não serem oficiais de carreira e terem sido incorporados compulsoriamente pelo serviço militar obrigatório, muitos “milicianos” mantinham uma atitude de desleixo e irreverência frente às normas da disciplina e hierarquia militares, o que representaria uma espécie de germe que contaminaria e acabaria por corroer as normas da disciplina inflexível, daquela disciplina cega que jamais permite a um militar a discussão e a contestação de ordens e orientações superiores” (p. 25).

<sup>269</sup> v. Spínola (1974). Para aprofundamento, v. Carvalho (2009).

portuguesa<sup>270</sup>.

Após uma tentativa fracassada de golpe em 16 de março de 1974, episódio conhecido como ‘Levantamento das Caldas’, considerado por Carvalho (2009) como um balão de ensaio para o 25 de abril, o governo cometeu o erro fatal de dispersar os revoltosos detidos por várias unidades militares no território sem a tomada de quaisquer medidas efetivamente repressivas, permitindo que o espírito de rebelião crescesse, a despeito do conhecimento da DGS sobre suas atividades (Figueiredo, 1976; Carvalho, 2009). O destino do regime de Salazar e Caetano, que havia iniciado ainda no golpe de 1926, havia sido selado.

Em 24 de abril de 1974, às 22h55, a rádio Emissora Associados de Lisboa transmite a canção “*E Depois do Adeus*”, de Paulo de Carvalho, o sinal para preparação das tropas. Às 00h20, já em 25 de abril, foi transmitida a canção “*Grândola, Vila Morena*”, de José Afonso, o sinal derradeiro para a derrubada do regime. O desfecho dessa situação é conhecido: em 25 de abril de 1974 o Estado Novo, sucessor da ditadura iniciada em 1926, sucumbe frente ao MFA no evento histórico conhecido como a Revolução dos Cravos, sepultando 48 anos de ditadura e 13 anos de guerra colonial (Carvalho, 2009; Varela, 2019a).

Segundo Carvalho (2009):

Escassas dezassete horas e quarenta e cinco minutos bastaram para a operação militar que abateu o Estado Novo [...]. O regime, sem força anímica, sem vontade de continuar e sem tropas fieis, não esboçou qualquer iniciativa importante que tivesse por objectivo contrariar a acção das tropas revoltosas. O poder seria transferido, por Marcello Caetano, ao general António de Spínola, que tinha sido mandatado para o MFA para essa missão (p. 81).

Iniciada como uma ação militar, a revolução recebeu ampla participação popular, inspirada pelas aspirações de transformação social e pelo mote do MFA: Democratizar, descolonizar e desenvolver (Rezola, 2017; Varela, 2019a). Multidões tomaram as ruas, a despeito dos pedidos do MFA para que permanecessem em suas casas, aos gritos de “morte ao fascismo” (Varela, 2019b). Concluída a derrubada do regime praticamente sem derramamento de sangue, com a exceção dos quatro mortos pelos agentes da PIDE/DGS durante o cerco do quartel da agência

---

<sup>270</sup> De acordo com Freitas do Amaral (1995), o impacto da publicação foi tão vultuoso que, em conjunto com as outras circunstâncias que afetavam o governo de Caetano, provocou um pedido de demissão deste de seu cargo de Presidente de Governo. O pedido, no entanto, não teria sido aceito pelo Presidente da República e Caetano permaneceu no poder até sua deposição.

repressiva, o MFA procedeu a uma série de ações contra pessoas e instituições do regime (Varela, 2019b)<sup>271</sup>.

O poder, já na madrugada do dia 26 de abril (Augusto, 2002), foi entregue à Junta de Salvação Nacional (JSN), conforme previsto no programa<sup>272</sup> do MFA. Neste mesmo programa várias medidas de cumprimento obrigatório eram apresentadas pelo MFA à JSN, não apenas em exigências do programa, mas também com força de lei (Portugal, 1974). Segundo Raimundo (2018):

Tal como previa o Programa do Movimento das Forças Armadas (MFA), quem ocupava cargos em instituições públicas foi de imediato exonerado: o Presidente da República, o Governo, os membros da Assembleia Nacional, os membros da Câmara Corporativa, o Conselho de Estado, os Governadores Civis e, mais tarde, também os Presidentes de Câmara. O cargo de Presidente da República passou então a ser exercido pelo Presidente da Junta de Salvação Nacional (JSN) (até as primeiras eleições presidenciais; as funções governativas foram assumidas pelos Governos provisórios (até as primeiras eleições legislativas; a elaboração da nova Constituição ficou a cargo da Assembleia Constituinte directamente eleita pelo povo (mas sem poderes legislativos), e os Presidentes de Câmara foram substituídos por comissões administrativas (até as primeiras eleições autárquicas) (p. 25).

De acordo com Augusto (2002), o período crucial da revolução, entre 25 de abril de 1974 e 25 de novembro de 1975, enquadramento temporal conhecido pela historiografia portuguesa como Período Revolucionário em Curso (PREC) (Tiriba, 2018), pode ser dividido em quatro fases distintas<sup>273</sup> que abrangem o desmonte da estrutura do Estado Novo, seis governos provisórios, uma tentativa fracassada de golpe encabeçada por António Spínola em 11 de março de 1975<sup>274</sup> – que gerou o período conhecido como Verão Quente de 1975 –, a convocação dos partidos políticos para participação no projeto de redemocratização, o surgimento de dissensos e tensionamentos dentro da Assembleia do Movimento das Forças Armadas (AMFA) e a crise de 25 de novembro de 1975<sup>275</sup>, que pôs fim ao PREC e,

---

<sup>271</sup> Para aprofundamento, v. Raimundo e Morais (2019) e Gallo (2022).

<sup>272</sup> O Programa do Movimento das Forças Armadas consta, em sua integralidade, em Portugal (2024).

<sup>273</sup> Por razões de limitação de espaço e, sob pena de fuga do escopo da pesquisa, é impossível detalhar os quatro períodos internos do PREC e todos os eventos ocorridos até a promulgação da Constituição de 1976. Para aprofundamento, v. Augusto (2002) e Paiva (2017).

<sup>274</sup> Para aprofundamento, v. Noronha (2016).

<sup>275</sup> Há, nesse ponto, uma confusão acerca das motivações do golpe/crise de 25 de novembro de 1975. Segundo Paiva (2017): “Embora o golpe de 25 de novembro tivesse sido apresentado como “dispositivo de contenção do golpe esquerda”, tendo como pretexto a ação dos paraquedistas de Tancos, parece evidente que o esquema golpista fora montado muito antes desses acontecimentos, com vistas a repor a legalidade e restabelecer a autoridade e a ordem. Talvez o movimento dos paraquedistas tivesse apenas antecipado a data prevista para o golpe de Estado. Ou talvez nem isso: às vezes, a história

ao menos perceptivelmente, às tensões entre as forças políticas.

Por derradeiro, dois eventos marcantes assinalaram os anos finais da redemocratização: as eleições de 25 de abril de 1975 e a promulgação da Constituição de 1976.

As primeiras eleições livres do período de redemocratização, voltadas à seleção dos membros da Assembleia Constituinte, foram realizadas na data simbólica de 25 de abril de 1975 e, muito embora não desertas de polêmicas relacionadas à (não)participação de alguns partidos políticos, proporcionaram o surgimento de um bipartidarismo formal – entre o Partido Socialista (PS) e o Partido Popular Democrático (PPD), hoje Partido Social Democrata (PSD) – que imperou em Portugal pelas décadas seguintes (Cavichioli; Silveira, 2024). De acordo com Figueiredo (1976):

No primeiro aniversário do regime, e dentro das linhas do programa original do MFA, foram realizadas as primeiras eleições livres em meio século. O resultado foi uma vitória impressionante do Partido Socialista, que ganhou 38 por cento dos votos, seguido do Partido Popular Democrático (28 por cento), do Partido Comunista (13 por cento), do Centro Democrático Social (8 por cento) e do MDP/CDE (5 por cento) (p. 253).

Após a tentativa de golpe – ou crise – de 25 de novembro de 1975, a constituição do Conselho da Revolução (CR), sucessor da JSON, foi alterada para refletir a conjuntura política do país. Em sequência, após acordos com os partidos, o CR tomou o papel de garante do processo constitucional. Segundo Fonseca (2016):

A partir daqui, apesar de algum criticismo relativamente a certos princípios que haviam sido já aprovados e que imprimiam à Constituição o seu cunho revolucionário, os trabalhos da Constituinte continuaram com rapidez. De tal modo que a Constituição da República Portuguesa foi votada e aprovada em 2 de abril de 1976 e tornou-se no símbolo maior da instauração de um regime democrático pluralista e parlamentar. A 25 de abril de 1976, dois anos após o derrube do Estado Novo, seria eleita a primeira Assembleia da

---

permite coincidências. Seja como for, o golpe de Estado de 25 de novembro cumpriu a sua finalidade. O processo revolucionário em curso encontrou o seu ponto final, mas, apesar de tudo, sobreviveram a democracia e as conquistas fundamentais dos trabalhadores portugueses” (p.106). Rezola (2017) complementa: “O 25 de Novembro é provavelmente um dos episódios mais nebulosos da revolução portuguesa. Segundo o líder comunista Álvaro Cunhal, o 25 de Novembro foi “um golpe militar contrarrevolucionário” protagonizado por “um vastíssimo e heterogêneo leque de alianças” de “fascistas e variadas forças de direita”, tendo como objetivo “illegalizar e reprimir violentemente” o PCP e a esquerda militar [...]. A tese, que tem amplos apoios na esquerda militar e civil, é contestada pelos que interpretam o 25 de Novembro como um golpe de estado, protagonizado pelo PCP e esquerda militar, tendo em vista ou uma alteração da correlação de forças no aparelho do Estado e militar ou a tomada do poder. Nesse contexto, a ação dos moderados é entendida como uma resposta a essa tentativa de golpe de estado” (p. 38).

República da democracia portuguesa e, em junho, tiveram lugar as eleições para a Presidência da República, entrando plenamente em funções o novo sistema político português (p. 21-22).

Não obstante, conforme Fonseca (2016) o marco principal que determina o final da transição portuguesa, no ano de 1982, foi a eliminação dos últimos grandes elementos não democráticos – como o próprio CR – que haviam permanecido em vigência mesmo após a realização das eleições da Assembleia Constituinte, da promulgação da Constituição de 1976, ainda vigente, e da realização das eleições para a Assembleia da República.

### 6.3. O *tardofranquismo* e o declínio do Estado Espanhol

O período conhecido como *tardofranquismo*, considerado a última etapa da ditadura capitaneada por Francisco Franco, representa um desafio conceitual que torna complexa sua própria definição enquanto recorte temporal. Não obstante haja uma miríade de períodos e ‘eventos inauguradores’ apontados como determinantes do *tardofranquismo*, estas propostas geralmente seguem uma mesma lógica: contemplam o período entre os últimos cinco a sete anos do regime e são relacionados, também, com o ocaso do próprio Franco. Os eventos apontados como marcos iniciais, no entanto, são disputados.

Segundo Tusell (2007):

No entanto, o declínio físico de Franco não é o único fator a ser considerado ao analisar o período histórico que pode ser referido como “*tardofranquismo*”: “o período final do franquismo”. Outras características decisivas desse período foram a falta de um senso de direção claro, problemas com a lei e a ordem, fragmentação dentro da classe governante, proliferação de posições políticas conflitantes entre a liderança e uma paralisia evidente no momento de confrontar os problemas. Nessa fase final, o franquismo transmitia a distinta impressão de que o regime político estava em declínio<sup>276</sup> (p. 229).

Sánchez Recio (2015) estabelece que esse período como 1969 até 1975,

---

<sup>276</sup> No original: “Yet Franco’s physical decline is not the only factor to be taken into account when considering the historical period that can be referred to as “*tardofranquismo*”: “the late Franco period”. Other decisive characteristics of that period were the lack of a clear sense of direction, problems with law and order, fragmentation within the governing class, a proliferation of conflicting positions within the leadership, and obvious paralysis when the moment came to confront problems. In this final phase, Francoism gave the distinct impression that the political regime was in decline” (Tusell, 2007, p. 229). Tradução minha.

quando a debilidade de Franco era fato inegável e três eventos a atestavam: a designação de Juan Carlos de Bourbon (futuro Rei Juan Carlos I) como sucessor à chefia de Estado, o escândalo MATESA<sup>277</sup> e a nomeação de um novo governo em outubro de 1969.

Riquer (2015) secunda os diagnósticos anteriores e adiciona um novo nível analítico com a afirmação da preponderância de Carrero Blanco no governo:

O ano de 1969 significou um momento chave na história do franquismo já que foi quando, de fato, o regime ditatorial iniciou sua etapa final, também denominada “tardofranquista”. Com efeito, em julho desse ano as Cortes Espanholas haviam votado a favor da proposta de Franco de proclamar o príncipe Juan Carlos de Borbon seu “sucessor a título de Rei”. [...] E em outubro de 1969, depois de um verão notavelmente agitado pela deflagração do escândalo de corrupção Matesa, Franco procedera a uma mudança radical de governo. Por proposta do almirante Luis Carrero Blanco, que ocupava a vice-presidência, formou-se um governo denominado “monocolor”, que foi considerado uma clara vitória dos imobilistas e dos tecnocratas, posto que estes últimos conseguiram desempenhar nada menos que dez pastas ministeriais. Carrero já aparecia como o mais provável sucessor de Franco e como a garantia mais clara do desejo de continuidade do regime<sup>278</sup> (p. 59).

A essas constatações – o inegável ocaso de Franco, a nomeação de Juan de Bourbon como sucessor, a atuação de Carrero Blanco e os conflitos internos no regime – Sánchez-Biosca (2007) adiciona a dimensão cultural de uma sociedade em pleno desenvolvimento cuja forma de regime autoritário não a acompanhava e Ysàs (2004) adiciona a notável conflitividade e resistência sociais contra o regime e suas instituições, para além do afastamento da Igreja Católica.

Como ocorre em qualquer análise conjuntural, é impossível afirmar que

<sup>277</sup> O episódio conhecido por ‘Caso MATESA’ ou ‘Escándalo MATESA’ ocorreu, em 1969, quando a empresa espanhola *Maquinaria Textil del Norte de España S.A.* (MATESA) apropriou-se de cerca de 10 bilhões de pesetas em recursos públicos do Banco de Crédito Industrial, a título de empréstimos de ajuda à exportação, utilizando contratos falsos para legitimar a necessidade desses valores emprestados. Ainda que em ditadura, a Lei de Imprensa de 1966 permitiu uma ampla divulgação midiática do escândalo e criou, com isso, uma crise no regime franquista. Para aprofundamento, v. Molinero e Ysàs (2001a), Molinero e Ysàs (2008), Pando Ballesteros (2019) e Sesma (2024).

<sup>278</sup> No original: “El año 1969 significó un momento clave en la historia del franquismo ya que fue entonces cuando, de hecho, el régimen dictatorial inició su etapa final, también denominada “tardofranquista”. En efecto, en julio de ese año las Cortes Españolas habían votado a favor de la propuesta de Franco de proclamar al príncipe Juan Carlos de Borbón su “sucesor a título de Rey”. [...] Y en octubre de 1969, tras un verano notavelmente agitado por el estallido del escándalo de corrupción Matesa, Franco había procedido a un radical cambio de gobierno. A propuesta del almirante Luis Carrero Blanco, que ocupaba la vicepresidencia, se formó un gobierno denominado “monocolor” que fue considerado una clara victoria de los inmovilistas y de los tecnócratas, puesto que estos últimos lograban desempeñar nada menos que diez carteras ministeriales. Carrero ya aparecía como el más probable sucesor de Franco y como la garantía más clara del deseo de continuidad del régimen” (Riquer, 2015, p. 59). Tradução minha.

apenas um desses fatores foi responsável pela queda do segundo regime autoritário mais longínquo da Europa durante o século XX. Resultante dessa análise multifatorial, resta patente a conclusão que uma miríade de fatores acabaria por erodir a capacidade do regime em manter-se existente após um evento que parecia cada vez mais próximo: a morte de Francisco Franco.

Em um cenário de crescente de mobilização estudantil – cuja resposta do regime foi a repressão intensa – a partir de 1965 e de mobilização operária – que culminou em várias greves e dura repressão estatal – a partir de 1966, além da reorganização das oposições políticas organizadas, um episódio jurídico-político teve especial relevância para a demonstração da pressão doméstica e internacional a qual estava submetido o regime: o Juízo de Burgos (Molinero; Ysàs, 2001a).

O Juízo de Burgos foi um julgamento sumaríssimo no qual dezesseis membros da organização separatista basca *Euskadi Ta Askatasuna* (ETA)<sup>279</sup> foram acusados do assassinato de Melitón Manzanas<sup>280</sup> (1909-1968), chefe da Brigada de Investigação Social da Polícia em San Sebastián, sendo seis deles condenados à morte. A convulsão provocada em âmbito interno e externo logrou circunventar a intenção do governo franquista de castigar exemplarmente os membros do ETA (Molinero; Ysàs, 2001a).

Após uma série de situações conflitivas – discordâncias da Igreja Católica, greves, fechamento de estabelecimentos, protestos domésticos e internacionais, o sequestro de um embaixador alemão pelo ETA e a decretação do estado de exceção – Franco, após as condenações, decidiu pela aplicação do direito de graça, comutando as penas de morte (Molinero; Ysàs, 2001a). Esse episódio é resumido por Molinero e Ysàs (2008) como: “[...] a denominada pelos dirigentes do regime [como] “crise de dezembro” constitui um momento particularmente interessante para observar a situação interna do franquismo justo ao início da década dos anos setenta”<sup>281</sup> (p. 142) e gerou uma onda de simpatia ao ETA (Molinero; Ysàs, 2001a).

O Juízo de Burgos, muito embora não tenha sido o único episódio do período em que o afastamento entre a Igreja Católica e o regime de Franco tenha sido

<sup>279</sup> *Euskadi Ta Askatasuna*, em basco, significa ‘Pátria Basca e Liberdade’. Para aprofundamento, v. Clark (1984).

<sup>280</sup> Méliton Manzanas, no exercício de suas funções, foi participante do aparato repressivo estatal, sendo um conhecido torturador (Fernández Soldevilla, 2020).

<sup>281</sup> No original: “[...] la denominada por los propios dirigentes del régimen “crisis de diciembre” constituye un momento particularmente interesante para observar la situación interna del franquismo justo al inicio de la década de los años setenta” (Molinero; Ysàs, 2008, p. 142). Tradução minha.

noticiado, marcou o início de uma cisão que afetou um dos dois antigos pilares do governo (Molinero; Ysàs, 2008), juntamente com seu anticomunismo. A partir desse momento as tensões escalonaram e o novo arcebispo de Madrid a partir de 1971, Vicente Enrique i Tarancón (1907-1994), célebre por suas disputas com o franquismo, passou a ser considerado um inimigo declarado do regime pelos ‘ultras<sup>282</sup>’ do regime.

Com a percepção da impossibilidade de neutralizar a conflitividade social e cada vez menos podendo contar com o histórico apoio católico, as dissidências internas – entre aberturistas e imobilistas, entre católicos e falangistas – do regime ficaram progressivamente mais demarcadas. Ao longo dos primeiros anos da década de 1970, divergências que geralmente eram contidas passaram a ser manifestadas publicamente (Molinero; Ysàs, 2008).

Entre os destacados aberturistas<sup>283</sup> desse período esteve Manuel Fraga Iribarne (1922-2012), um dos autores da Lei de Imprensa de 1966. Crítico dos tecnocratas, Fraga, que buscava uma alternativa de liberdades limitadas à sociedade espanhola, entrando em conflito direto com os imobilistas (Molinero; Ysàs, 2008), entre eles Carrero Blanco e Franco. Fraga publicizou largamente o escândalo MATESA com a finalidade de tensionar com os ministros do Opus Dei, acabando por ser destituído do cargo por decisão de Franco.

A todos esses fatos somava-se que o próprio Franco, à época, já estava em evidente decadência física. Em 1973, pela primeira vez desde a promulgação da Lei Orgânica do Estado (Espanha, 1967), foi aplicada a separação dos cargos de Chefe de Estado – que continuava na figura de Franco – e Chefe (ou Presidente) de Governo, cargo para o qual foi indicado Carrero Blanco (Molinero; Ysàs, 2001a).

O governo de Carrero Blanco, declaradamente continuista, apresentou um perfil<sup>284</sup> diferente daquele que vinha sendo seguido desde o fim do período autárquico do franquismo. De acordo com Molinero e Ysàs (2001a):

---

<sup>282</sup> Termo utilizado para designar os ‘ultrafranquistas’, ou seja, os elementos apoiadores do regime de maior radicalidade e disposição para o uso da violência. De acordo com Molinero e Ysàs (2001a), durante o período de agravamento das disputas entre a Igreja Católica e o regime franquista, alguns desses ‘ultras’ demonstraram um considerável anticlericalismo, chegando a tomar ações violentas contra os eclesiásticos.

<sup>283</sup> Outro destacado aberturista do período, paradoxalmente, foi o falangista José Solís Ruiz (1913-1990).

<sup>284</sup> O discurso, no entanto, seguiu bastante parecido ao do primeiro franquismo, tendo Carrero Blanco, em reunião no dia anterior a sua morte, culpado a maçonaria e o comunismo pelos problemas da Espanha (Molinero; Ysàs, 2001a).

No governo presidido por Carrero diminuiu o peso dos ministros vinculados ao Opus Dei, ao tempo que aumentava o dos falangistas, ainda que em muitos casos as origens políticas estavam já muito borradadas, e a melhor qualificação é a de estritamente franquistas e, destacou-se também, de “juancarlistas”. Por outra parte, o gabinete transmitia uma imagem mais dura que o anterior, talvez como consequência de uma “ordem pública” cada vez mais deteriorada e das pressões dos setores mais imobilistas, que começavam a ser conhecidos como o “bunker” franquista<sup>285</sup> (p. 209).

Com efeito, esse novo período político não seria duradouro. Cerca de seis meses após assumir a Presidência do Governo, Carrero Blanco foi assassinado pelo ETA em um atentado a bomba em Madrid. Segundo Molinero e Ysàs (2001a):

Na manhã do dia seguinte, 20 de dezembro, um espetacular atentado do ETA acabou com a vida do Presidente do Governo ao explodir seu veículo quando circulava pela rua Claudio Coello. Como todos os dias, Carrero havia assistido à missa na Igreja de São Francisco de Borja e se dirigia para a Presidência do Governo no *Paseo de la Castellana*; a escolta do Presidente era escassa, pese a se haver solicitado seu aumento em várias ocasiões. Quando o veículo presidencial chegou à altura do número 104 uma fortíssima explosão provocada por três potentes cargas que os etarras haviam colocado por baixo da calçada, através de um túnel escavado desde a planta baixa de um imóvel, elevou-o 35 metros, chocando-o no pátio interior de uma residência dos jesuítas situado à altura do segundo andar<sup>286</sup> (p. 211).

O atentado, ocorrido no âmbito da denominada *Operación Ogro* (Sesma, 2024), provocou surpresa, caos e confusão no regime, em seus apoiadores e nas oposições. O regime viu-se vulnerável pela falha crítica de seus serviços de segurança; o ETA viu sua imagem fortalecida em alguns círculos, apesar dos temores de represálias por parte dos ‘ultrafranquistas’; as oposições, que tinham uma mobilização prevista para o mesmo dia do atentado, tiveram seus planos frustrados.

<sup>285</sup> No original: “En el gobierno presidido por Carrero disminuyó el peso de los ministros vinculados al Opus Dei, al tiempo que aumentaba el de los procedentes del falangismo, aunque en muchos casos los orígenes políticos estaban ya muy desdibujados, y la mejor calificación es la de estrictamente franquistas y, se ha destacado también, de “juancarlistas”. Por otra parte, el gabinete transmitía una imagen más dura que el anterior, tal vez como consecuencia de un “orden público” cada vez más deteriorado y de las presiones de los sectores más inmovilistas” (Molinero; Ysàs, 2001a). Tradução minha.

<sup>286</sup> No original: “En la mañana del día siguiente, 20 de diciembre, un espectacular atentado de ETA acabó con la vida del presidente del gobierno al volar su vehículo cuando circulaba por la calle Claudio Coello. Como todos los días, Carrero había asistido a misa en la iglesia de San Francisco de Borja y se dirigía hacia la Presidencia del Gobierno en el Paseo de la Castellana; la escolta del presidente era escasa, pese a haberse solicitado su aumento en varias ocasiones. Cuando el vehículo presidencial llegó a la altura del número 104 una fortísima explosión provocada por tres potentes cargas que los etarras habían colocado bajo la calzada, a través de un túnel excavado desde la planta baja de un inmueble, lo elevó 35 metros, estrellándolo en el patio interior de una residencia de los jesuitas situado a la altura del segundo piso” (Molinero; Ysàs, 2001a). Tradução minha.

Entre diversas possíveis explicações para a explosão que vitimara Carrero Blanco – que transitavam entre causas accidentais, atentado por parte de setores do próprio regime e resultado de ação de serviços secretos estrangeiros – o caos permaneceu vigente até 28 de dezembro de 1973, quando o ETA assumiu sua autoria (Molinero; Ysàs, 2001a; Sesma, 2024).

A morte de Carrero Blanco, ainda que não indispensável para o fim do regime que ocorreria cerca de dois anos depois, “[...] não deixava de ser vista como um importante golpe para a ditadura e para suas previsões de futuro” (Molinero, Ysàs, 2001a, p. 211). O fim do ano de 1973 gerou, então, o início de um período que seria o início da fase de abertura do regime.

De acordo com Molinero e Ysàs (2008):

Ao iniciar-se 1974, a ditadura franquista, pese a conservar intacto todo seu poder coercitivo e a continuar desfrutando de apoios notáveis, estava já plenamente imersa em uma profunda crise, sobre a qual, ademais, iria produzir-se o impacto da crise econômica internacional. Mais que em qualquer momento anterior da vida do regime, a sensação de provisoriação e a incerteza frente ao futuro se estendeu inexoravelmente na classe política e em setores importantes da sociedade. Mais dramaticamente do que nunca, a necessidade do regime de assegurar seu futuro situou-se no centro da vida política<sup>287</sup> (p. 184).

O sucessor<sup>288</sup> na Presidência do Governo, Carlos Arias Navarro (1908-1989) – paradoxalmente o responsável pela segurança de Carrero Blanco (Sesma, 2024) –, assumiu o cargo nos últimos dias do ano de 1973. A decisão de sua nomeação, em detrimento de outros candidatos ao cargo, deu-se, em muito, pela influência exercida pela família de Franco, conhecida como a “camarilha de *El Pardo*<sup>289</sup>” (Molinero; Ysàs, 2001a; Molinero; Ysàs, 2008; Sesma, 2024).

O governo de Arias Navarro, ainda que mantendo alguns membros do governo de Carrero, expurgou os tecnocratas do Opus Dei de seus quadros

<sup>287</sup> No original: “Al iniciarse 1974, la dictadura franquista, pese a conservar intacto todo su poder coercitivo y a continuar disfrutando de apoyos notables, estaba ya plenamente inmersa en una profunda crisis, sobre la que, además, se iba a producir el impacto de la crisis económica internacional. Más que en ningún momento anterior en la vida del régimen, la sensación de provisionalidad y la incertidumbre ante el futuro se extendió imparablemente en la clase política y en sectores importantes de la sociedad. Más dramáticamente que nunca, la necesidad del régimen de asegurar su futuro se situó en el centro de la vida política” (Molinero; Ysàs, 2008, p. 184).

<sup>288</sup> Entre a morte de Carrero Blanco e a posse de Arias Navarro, a Presidência do Governo foi assumida por Torcuato Fernández Miranda (1915-1980), Vice-Presidente. Fernández Miranda era considerado um sólido candidato para manter o cargo, mas foi preferido por Franco (Molinero; Ysàs, 2001a).

<sup>289</sup> ‘*El Pardo*’ é uma referência ao Palácio Real de *El Pardo*, residência oficial de Franco entre o fim da Guerra Civil e sua morte.

(Molinero; Ysàs, 2008; Sesma, 2024). Sobre sua composição, bastante heterogênea e cuja falta de coesão seria manifestada a curto prazo (Molinero; Ysàs, 2008), escrevem Molinero e Ysàs (2001a):

O governo Arias oferecia uma curiosa mescla de reformismo e imobilismo difícil de compatibilizar; [...]. A princípio pareceu que a política governamental se inclinava ao que se denominou “aberturismo”, ou seja, ao início de uma política que contemplava “abrir” o regime, fazê-lo mais tolerante, especialmente nos campos da informação e da cultural, e ampliar as vias de participação política dos espanhóis, tudo isso sem pretender uma mudança que iniciara o caminho até a criação de uma legalidade e instituições democráticas<sup>290</sup> (p. 217).

Essa proposta aberturista, consubstanciada pelo discurso de Arias Navarro, em 12 de fevereiro de 1974, prometia medidas de abertura limitada que, por sua vez, não poderiam exceder os perímetros dos princípios fundamentais franquistas (Molinero; Ysàs, 2001b; Molinero, Ysàs, 2008). Os limites do projeto do novo governo seriam testados em três situações críticas – a tentativa de expulsão do Bispo de Bilbao, Antonio Añoveros (1909-1987), por um percebido ataque à unidade espanhola, resultado de uma homília em que defendia a especificidade do povo basco; a execução do anarquista Salvador Puig i Antich (1948-1974) por garrote vil, alvo de protesto em vários países europeus e; a Revolução dos Cravos, que derrubou o Estado Novo em Portugal – e demonstrariam que o franquismo, por sua própria estrutura, era irreformável e que sua abertura poderia dar início a um processo irreversível de desintegração do regime (Molinero; Ysàs, 2001b; Molinero; Ysàs, 2008; Sesma, 2024).

O aumento da conflitividade social a partir de 1974, a continuada convulsão interna do regime – dividido claramente entre os aberturistas e os imobilistas – acerca das medidas tomadas por Arias Navarro, a intensificação das atividades terroristas do ETA, o aparecimento de dissidências no seio militar, consubstanciadas na criação da *Unión Militar Democrática* (UMD) e o recrudescimento do ‘bunker’ franquista levaram o governo a reestudar os planos e aprofundar as propostas aberturistas

---

<sup>290</sup> No original: “El gobierno Arias orecía una curiosa mezcla de reformismo e inmovilismo difícil de compatibilizar; [...]. En un principio pareció que la política gubernamental se inclinaba hacia lo que se denominó “aperturismo”, es decir, hacia el inicio de una política que contemplara “abrir” el régimen, hacerlo más tolerante, especialmente en los campos de la información y de la cultura, y ensanchar las vías de participación política de los españoles, todo ello sin pretender un cambio que iniciara el camino hacia la creación de una legalidad y unas instituciones democráticas” (Molinero; Ysàs, 2001b, p. 217). Tradução minha.

inicialmente aventadas pelo momento que ficou conhecido como “o espírito do 12 de fevereiro”. Não obstante, a despeito da tomada dessas medidas, a situação do regime sofreu poucas alterações (Molinero; Ysàs, 2001b; Molinero; Ysàs, 2008).

Em 1975, período denominado por Molinero e Ysàs (2001a) como ‘franquismo terminal’, o governo não pôde fazer mais que recorrer ao seu habitual expediente da repressão para tentar lidar com a conflitividade social que havia escalonado no ano anterior. A resposta do regime frente aos desafios que se acumulavam foi a promulgação do *Decreto-Ley 10/1975*, que estabelecia um estado de exceção permanente como método de combate ao terrorismo (Espanha, 1975; Molinero; Ysàs, 2001a).

Em meio a esse cenário, já irremediavelmente moribundo desde outubro, Franco morreu em 20 de novembro<sup>291</sup> de 1975, a despeito dos esforços para atrasar seu inevitável ocaso. Todos os problemas enfrentados pelo regime nesse momento, cumulados com os reduzidos e divididos apoios de seus antigos pilares de sustentação – Igreja Católica, Forças Armadas e setores burgueses – definiram a impossibilidade da persecução de uma política de continuidade (Molinero; Ysàs, 2001a; Molinero; Ysàs, 2008; Sesma, 2024).

#### 6.4. *La Transición Española*<sup>292</sup>

A morte de Franco, em 20 de novembro de 1975, não significou, por si só, o fim da ditadura, ainda que houvesse sido um regime fortemente personalizado na figura do *Caudillo*, mas sim a inauguração de um período transicional em que as forças políticas e sociais tensionaram<sup>293</sup> entre si para a construção do regime vindouro. Segundo Molinero e Ysàs (2018):

Na madrugada de quinta-feira, 20 de novembro de 1975, Francisco Franco, chefe do Estado, chefe Nacional do *Movimiento*, Generalíssimo dos

---

<sup>291</sup> Por razão da coincidência das mortes de José Antonio Primo de Rivera e Francisco Franco no dia 20 de novembro (20-N), essa data possui um forte simbolismo para os círculos falangistas e franquistas até a data de hoje. Para aprofundamento, v. Cavichioli (2024).

<sup>292</sup> O processo transicional aqui relatado, por razão de limitação de escopo, é o geral da Espanha. As particularidades regionais, por essa razão, não são consideradas. Para aprofundamento acerca do caso catalão, v. Molinero e Ysàs (2014).

<sup>293</sup> De acordo com De Marco (1995): “[...] no plano político, a Espanha pisava em ovos. Cunhou-se uma palavra nova no cotidiano dos espanhóis: consenso. Tornou-se imperativo o consenso em torno à figura do Rei para que a transição não desandasse a reavivar fantasmas da Guerra nem demônios da República” (p. 115).

Exércitos de Terra, Mar e Ar, e *Caudillo da Espanha*, faleceu no Hospital *La Paz* de Madrid depois de uma prolongada agonia. Momento largamente esperado por uma parte da sociedade espanhola, temida por outra, era a hora da verdade para verificar as respostas dadas à pergunta formulada uma década antes: “Depois de Franco, o quê?”. Mas, a morte do ditador não significava a simultânea morte da ditadura, como as vezes se sustenta ou como uma cronologia que dá por finalizado o franquismo em 1975 dá a entender. A legalidade e as instituições franquistas permaneciam intactas [...]”<sup>294</sup> (p. 12).

Prova dessa constatação é que, em seu ato de proclamação como Chefe de Estado, o sucessor de Franco a título de Rei, Juan Carlos de Bourbon, enquanto o corpo do ditador ainda jazia em capela ardente, jurou perante as Cortes Espanholas que cumpriria com as Leis Fundamentais do Reino e que guardaria lealdade aos princípios do *Movimiento Nacional* (Molinero; Ysàs, 2018). Ademais, a continuidade de Carlos Arias Navarro na Presidência do Governo e de Torcuato Fernández Miranda na Presidência das Cortes Espanholas, já no início do período monárquico, reforçaram ainda mais a imagem de continuísmo sem Franco (Molinero; Ysàs, 2018).

O heterogêneo Conselho de Ministros dirigido por Arias Navarro, que o contava com figuras cujas ideias não convergiam acerca dos rumos que a transição deveria tomar, era composto por um núcleo falangista que contava, entre outros, com José Solís, Rodolfo Martín Villa (1934-atualmente) e Adolfo Suárez (1932-2014), também contando com Manuel Fraga Iribarne, José María de Areilza (1909-1998) e Antonio Garrigues (1904-2004) (Molinero; Ysàs, 2018).

Inicialmente a proposta de reforma constitucional apresentada por Fraga, em 2 de janeiro de 1976, era bastante continuista, constando principalmente com reformas nas Cortes Espanholas (que ganhariam duas câmaras), a criação de um Congresso de Deputados (eleito por sufrágio universal em representação das famílias) e um Senado (de caráter corporativo), mudanças através das quais pretendia evitar a total ruptura do novo regime que estava sendo construído com a Espanha das últimas décadas. Uma contraproposta do Ministro da Justiça, Antonio Garrigues, bastante mais reformista que a de Fraga, foi rechaçada (Molinero; Ysàs,

---

<sup>294</sup> No original: “En la madrugada del jueves 20 de noviembre de 1975, Francisco Franco, jefe del Estado, jefe Nacional del Movimiento, Generalísimo de los Ejércitos de Tierra, Mar y Aire, y Caudillo de España, falleció en el Hospital La Paz de Madrid después de una prolongada agonía. Momento largamente esperado por una parte de la sociedad española, temido por otra, era la hora de la verdad para verificar las respuestas dadas a la pregunta formulada una década antes: «¿Después de Franco, qué?». Pero, la muerte del dictador no significaba la simultánea muerte de la dictadura, como a veces se sostiene o como una cronología que da por finalizado el franquismo en 1975 da a entender. La legalidad y las instituciones franquistas permanecían intactas [...]” (Molinero; Ysàs, 2018, p. 12). Tradução minha.

2018).

Nesta fase, que Molinero e Ysàs (2018) indicam que foi a de ideações acerca de mudanças *no governo*, mas não mudanças *de governo*, as propostas que imperaram no âmbito governamental foram de mudanças limitadas que não levassem a uma ruptura definitiva com o franquismo.

Em meio à paralisia gerada pelas tensões das correntes internas do primeiro governo da era transicional, frustradas as expectativas de mudanças de uma considerável parte da população, ocorreram as maiores movimentações grevistas desde o início da ditadura, afetando principalmente os serviços de transportes ferroviários, dos correios e das indústrias em geral. A despeito de recorrer à repressão, ferramenta historicamente utilizada, o governo não conseguiu debelar os grevistas e, apenas no ano de 1976, mais de 3,5 milhões de trabalhadores participaram de greves (Molinero; Ysàs, 2018).

As sucessivas perdas de apoio ao governo de Arias Navarro, acentuadas após o assassinato de cinco trabalhadores pela polícia durante o desmantelamento de uma assembleia grevista, cumuladas com a impossibilidade de apresentar mudanças sem criar atritos com os setores imobilistas no seio do governo, geraram uma crise que passou a ameaçar a continuidade da recém reestabelecida monarquia de Juan Carlos I. O impasse somente foi resolvido com a demissão de Arias Navarro e a posse de Adolfo Suárez (Molinero; Ysàs, 2018).

Suárez, em quem haviam sido depositadas as esperanças de Juan Carlos I para a consecução do intento de transição, efetuou uma ruptura aberta com a etapa de Arias Navarro no governo. Considerando seu passado como diretor da rede *Televisión Española* (TVE, hoje RTVE), Suárez passou a dirigir-se diretamente ao povo espanhol por meio das transmissões televisivas,<sup>295</sup> buscando aumentar a confiança da população no governo da transição.

A alteração dos posicionamentos de Arias Navarro para Suárez, ademais, passaram da estética para prática. Segundo Molinero e Ysàs (2018), desde o primeiro semestre do governo de Suárez a lógica de reforma política – continuísta em essência – passou a ser *para a* reforma política, preconizando a criação de uma norma transitória que permitisse a continuidade das mudanças. O típico léxico

---

<sup>295</sup> Molinero e Ysàs (2018) apontam para o fato que Suárez efetuou a transmissão de sua própria casa, quebrando com a imagética habitual dos líderes franquistas e apresentando-se como alguém mais próximo da nação e de seus problemas.

franquista, que foi usado por décadas para explicar a sua forma de democracia (a democracia *sui generis*), também foi suprimido (Molinero; Ysàs, 2018).

Em 18 de novembro de 1976 Suárez obteve a aprovação<sup>296</sup>, nas *Cortes Españolas*, da Lei para a Reforma Política (Espanha, 1977a), sendo precedida por uma longa mobilização do governo para neutralizar a resistência e a capacidade de manobra dos procuradores opositores. Incapazes de gerar mudanças significativas no teor do projeto, parte do núcleo franquista da classe política espanhola formou o partido político *Alianza Popular* (AP)<sup>297</sup>, servindo de base crítica contra o que entendiam por concessões em excesso. A despeito da supressão de seu preâmbulo, modificação mais simbólica que de conteúdo, a proposta representava uma ruptura com o franquismo (Molinero; Ysàs, 2018).

De acordo com Molinero e Ysàs (2018):

O texto aprovado era muito breve: cinco artigos, três disposições transitórias e uma disposição final. Havia desaparecido o preâmbulo como concessão aos setores mais reacionários à sua aprovação, pois a apelação ao sufrágio universal como instrumento para conhecer a vontade do povo comportava admitir abertamente a falta de legitimidade das instituições franquistas. Justamente, o objetivo da Lei era estabelecer uma legitimidade democrática através do reconhecimento do princípio da soberania popular e da constituição de umas Cortes que poderiam modificar as Leis Fundamentais franquistas (p. 106)<sup>298</sup>.

Aprovada a Lei nas Cortes, o governo de Suárez organizou um referendo nacional voltado à consulta da população acerca do diploma legal. Para tentar manter sua posição centrista – desvinculado das esquerdas e dos ultrafranquistas – o governo permitiu a campanha pelo ‘não’ na televisão, mas efetuou sua própria propaganda televisiva massificada a favor do ‘sim’. Com uma participação global de mais de 77% dos votantes, o ‘sim’ venceu com 94,2% dos votos, superando os 3% de votos em branco e os 2,6% de votos negativos. Os resultados, interpretados por Suárez como um apoio à mudança política, consolidaram a posição do governo

<sup>296</sup> Segundo Molinero e Ysàs (2018), a Lei para a Reforma Política recebeu, na votação, 425 votos favoráveis, 59 contrários (a maior parte entre militares) e 13 abstenções.

<sup>297</sup> A *Alianza Popular* fundiu-se com outros agrupamentos políticos em 1989, criando o Partido Popular, que segue até hoje como maior partido de direita na Espanha.

<sup>298</sup> No original: “El texto aprobado era muy breve: cinco artículos, tres disposiciones transitorias y una disposición final. Había desaparecido el preámbulo como concesión a los sectores más reacios a su aprobación pues la apelación al sufragio universal como instrumento para conocer la voluntad del pueblo comportaba admitir abiertamente la falta de legitimidad de las instituciones franquistas. Justamente, el objetivo de la Ley era establecer una legitimidad democrática a través del reconocimiento del principio de la soberanía popular y de la constitución de unas Cortes que podrían modificar las Leyes Fundamentales franquistas.” (Molinero; Ysàs, 2018, p. 51-52). Tradução minha.

(Molinero; Ysàs, 2018).

O passo seguinte, a organização das primeiras eleições livres desde 1936, também foi um período de intensas negociações entre o governo e os partidos políticos da oposição, em sua grande maioria ainda na ilegalidade. Entre os sete pontos do manifesto da oposição democrática<sup>299</sup>, quatro faziam parte do programa mínimo: anistia, lei eleitoral, legalização dos partidos políticos e reconhecimento das nacionalidades regionais (Molinero; Ysàs, 2018).

Dessas negociações saíram a vitória das forças democráticas, que viram atendidos suas exigências, com a legalização dos partidos políticos (que dependida de uma inscrição oficial por parte destes), a ampliação dos anistiados em decretos anteriores, a regulamentação do direito de greve e de associação sindical, a demolição das estruturas do *Movimiento* e a aprovação da convocatória eleitoral e de suas condições (Molinero; Ysàs, 2018).

As eleições, celebradas em 15 de junho de 1977, deram a vitória à *Unión de Centro Democrático* (UCD), partido de Suárez, com 165 assentos no parlamento (*Cortes Generales*, agora constituídas do *Congreso de los Diputados* e do Senado), seguido pelo *Partido Socialista Obrero Español* (PSOE), com 118 assentos, além de outros partidos de menor representação, conjuntamente, com os assentos remanescentes (Molinero; Ysàs, 2018)

Sobre os resultados e as nuances interpretativas destes, escrevem Molinero e Ysàs (2018):

Para analisar esse novo cenário deve partir-se de que a democracia não era, todavia, uma realidade nem existia uma legalidade de tal natureza. Certamente tinham-se celebrado eleições que, pese suas insuficiências e deficiências, haviam permitido a expressão da vontade popular, mas as novas Cortes, e mais precisamente o *Congreso de los Diputados*, eram uma ilha democrática no conjunto de instituições do país. Por outro lado, boa parte da legalidade franquista continuava em vigor – incluídas as Leis

---

<sup>299</sup> Os sete pontos eram, segundo Ysàs (2010): “El 27 de noviembre la oposición democrática aprobó siete condiciones para alcanzar un acuerdo con el gobierno y el 1 de diciembre se formó la denominada «Comisión de los Nueve» para abrir una negociación formal. Las condiciones eran: 1) Reconocimiento de todos los partidos políticos y organizaciones sindicales. 2) Reconocimiento, protección y garantía de las libertades políticas y sindicales. 3) Urgente disolución del aparato político del Movimiento y efectiva neutralidad política de la Administración pública. 4) La verdadera amnistía política que el país necesita. 5) Utilización equitativa de los medios de comunicación de masas, propiedad del Estado, y, por tanto, de la comunidad, monopolizados hoy por el gobierno. 6) Negociación de las normas de procedimiento a que han de ajustarse ambas consultas (referéndum y elecciones generales). Control democrático de la neutralidad y libertad de las mismas a todos los niveles. 7) Reconocimiento de la necesidad de institucionalizar políticamente todos los países y regiones integrantes del Estado español y de que los órganos de control de los procesos electorales se refieran también a cada uno de sus ámbitos territoriales” (p. 106).

Fundamentais naqueles aspectos não explicitamente invalidados pela Lei para a Reforma Política – e, ademais, continuavam práticas bem instaladas incompatíveis com a democracia, tudo isso em instituições com funcionários – Polícia, Judiciário, etc. – que haviam servido à ditadura e, em muitos casos, com uma adesão militante. Problema singular por sua importância era o das Forças Armadas, em cujo seio as atitudes predominantes haviam sido as defensoras do continuísmo franquista, com boa parte de seus membros continuamente surpreendidos por decisões governamentais adotadas nos meses anteriores que ultrapassavam suas previsões e que haviam alimentado um mal-estar crescente, estimulado pelos grupos ultrafranquistas e pelo impacto da violência do ETA que não cessava. A todo o anterior deve somar-se a gravidade da crise econômica, com todos os indicadores macroeconômicos mostrando uma situação insustentável, que exigia ações imediatas<sup>300</sup> (p. 136-137).

Vencedor das eleições, Suárez seguiu à frente do governo, em uma condição complexa: ao mesmo tempo que não havia obtido a quantidade assentos necessários para ter controle do parlamento e que dependeria de uma coligação com a AP de Fraga – que continuava pleiteando o reformismo (Molinero; Ysàs, 2018) –, agora estava em uma posição de maior legitimidade após o pleito eleitoral.

A primeira lei de importância aprovada pós-eleições foi a Lei de Anistia de 1977 (Espanha, 1977b). Proposta por grupos políticos procedentes do antifranquismo, inicialmente não foi apoiada pela UCD de Suárez, que, para além de considerar o assunto encerrado com as leis de anistia prévias, disputou pela aplicação da anistia também às autoridades, aos funcionários públicos e aos agentes da repressão. A AP, por sua vez, rechaçou o projeto em sua integralidade e se negou a participar da propositura (Molinero; Ysàs, 2018). A proposta final, contando com o apoio de todos os grupos, com exceção da AP, é analisada por Molinero e Ysàs (2018):

---

<sup>300</sup> No original: “Para analizar ese nuevo escenario debe partirse de que la democracia no era todavía una realidad ni existía una legalidad de tal naturaleza. Ciertamente se habían celebrado unas elecciones que, pese a sus insuficiencias y deficiencias, habían permitido la expresión de la voluntad popular, pero las nuevas Cortes, y más precisamente el Congreso de los Diputados, eran una isla democrática en el conjunto de instituciones del país. Por otro lado, buena parte de la legalidad franquista continuaba en vigor –incluidas las Leyes Fundamentales en aquellos aspectos no explícitamente invalidados por la Ley para la Reforma Política– y además continuaban prácticas bien instaladas incompatibles con la democracia, todo ello en unas instituciones con un personal –Policía, Judicatura, etc.– que había servido a la dictadura y, en muchos casos, con una adhesión militante. Problema singular por su importancia era el de las FFAA, en cuyo seno las actitudes predominantes habían sido las defensoras del continuismo franquista, con buena parte de sus miembros continuadamente sorprendidos por las decisiones gubernamentales adoptadas en los meses anteriores que desbordaban sus previsiones y que habían ido alimentado un malestar creciente, espoleado por los grupos ultrafranquistas y por el impacto de la violencia de ETA que no cesaba. A todo lo anterior debe añadirse la gravedad de la crisis económica, con todos los indicadores macroeconómicos mostrando una situación insostenible, que exigía acciones inmediatas” (Molinero; Ysàs, 2018, p. 136-137). Tradução minha.

Depois de trabalhosas negociações, acordou-se um projeto de lei com o apoio de todos os grupos, exceto a AP. Se anistiavam todos os atos de intencionalidade política, qualquer que tivesse sido seu resultado, tipificados como delitos e faltas realizados antes de 16 de dezembro de 1976, e todos os da mesma natureza entre essa data e 15 de junho de 1977 “quando em sua intencionalidade política se aprecie, ademais, um motivo de reestabelecimento das liberdades públicas ou de reivindicação das autonomias dos povos da Espanha”, e todos os realizados até 6 de outubro, desde que não tenham implicado violência grave contra a vida ou a integridade das pessoas, considerando, ademais, que se entenderia como momento da realização do ato “aquele em que se iniciou a atividade criminosa”<sup>301</sup> (p. 139).

A propositura do projeto de lei foi seguida de uma intensa discussão no *Congreso de los Diputados* – e no Senado –, sendo aprovada pela totalidade dos deputados, exceto os da AP e os da Esquerda do País Basco (*Euskadiko Ezkerra/EE*), e a Lei de Anistia (*Ley 46/1977, de 15 de octubre, de Amnistia*) foi aprovada em 15 de outubro de 1977, entrando em vigor dois dias depois (Molinero; Ysàs, 2018).

Acerca das alegações de que os militares teriam obtido, com a Lei de Anistia, uma forma de autoanistia que os assegurou a não responsabilização pelos crimes cometidos durante a Guerra Civil e a ditadura franquista, Molinero e Ysàs (2018) contrapõem:

Não tem sido infrequente nos últimos anos que a Lei de Anistia de outubro de 1977 haja sido apresentada como uma “autoanistia” obrada pelos franquistas. Nada mais longe da realidade. [...] a Lei de Anistia foi elaborada por iniciativa dos parlamentares das formações políticas antifranquista, e foi aprovada pelo Congresso e pelo Senado com o voto favorável da imensa maioria de seus membros, ainda que não de todos. A Lei de Anistia encontrou o rechaço da AP, ou seja, da formação política onde se encontrava o maior número de dirigentes da ditadura com uma larga trajetória e responsabilidade, dirigida por numerosos ex-ministros de Franco – Manuel Fraga, Laureano López Rodó, Federico Silva Muñoz, Gonzalo Fernández de la Mora, Licinio de la Fuente, etc. –. Oitenta por cento dos deputados da AP haviam sido “procuradores” nas Cortes franquistas, e, se dita formação houvesse obtido melhores resultados eleitorais, teriam ocupado assentos no Congresso e no Senado muitos altos dirigentes mais, começando pelo ex-Presidente do Governo Carlos Arias Navarro, candidato

---

<sup>301</sup> No original: “Después de laboriosas negociaciones, se acordó un proyecto de ley con el apoyo de todos los grupos, excepto AP. Se amnistian todos los actos de intencionalidad política, cualquiera que hubiera sido su resultado, tipificados como delitos y faltas realizados antes del 16 de diciembre de 1976, y todos los de la misma naturaleza entre esa fecha y el 15 de junio de 1977 «cuando en su intencionalidad política se aprecie además un móvil de restablecimiento de las libertades públicas o de reivindicación de autonomías de los pueblos de España», y todos los realizados hasta el 6 de octubre si no habían supuesto violencia grave contra la vida o la integridad de las personas, considerando, ademáis, que se entendería por el momento de la realización del acto «aquel en el que se inició la actividad criminal»” (Molinero; Ysàs, 2018, p. 139). Tradução minha.

derrotado a Senador por Madrid. Como poderia considerar-se “autoanistia” uma lei cujos supostos máximos beneficiários rechaçaram?<sup>302</sup> (p. 138-143).

Solucionada a questão da anistia, uma das ações mais importantes para a maioria das forças políticas espanholas passou a ser a elaboração da nova Constituição. Inicialmente proposto pelo Governo, o texto elaborado pelo Ministério da Justiça foi rechaçado por toda a oposição, obrigando a UCD a aceitar que a construção de seu teor fosse elaborada conjuntamente pelo parlamento. A elaboração do anteprojeto – do qual fizeram parte UCD, PSOE, PCE, AP e nacionalistas da Catalunha e do País Basco – não foi deserta das disputas que caracterizaram as discussões acerca da Lei de Anistia (Molinero; Ysàs, 2018).

Tendo as forças políticas acordado pelo segredo acerca da discussão do anteprojeto até seu fim – o que causou indignação em setores da direita, das Forças Armadas<sup>303</sup> e da Igreja Católica –, considerável parte das questões, a despeito de posicionamentos algumas vezes diametralmente divergentes<sup>304</sup> (em muito com relação à questão das nacionalidades regionais, mas também envolvendo outras questões), foi resolvida por unanimidade, sendo que, quando não ocorreu assim, a divergência adveio da AP (Molinero; Ysàs, 2018).

O anteprojeto da Constituição foi apresentado ao público em janeiro de 1978, sendo votado e aprovado, em 31 de outubro daquele ano, nas duas casas das *Cortes Generales*, com ampla maioria de 325 votos a favor, 6 contrários e 14 abstenções no

<sup>302</sup> No original: “No ha sido infrecuente en los últimos años que la Ley de Amnistía de octubre de 1977 haya sido presentada como una «autoamnistía» obra de los franquistas. Nada más lejos de la realidad. [...] la Ley de Amnistía fue elaborada por la iniciativa de los parlamentarios de las formaciones políticas antifranquistas, y fue aprobada por el Congreso y el Senado con el voto favorable de la inmensa mayoría de sus miembros, aunque no de todos. La Ley de Amnistía encontró el rechazo de AP, es decir, de la formación política donde se encontraba el mayor número de dirigentes de la dictadura con una larga trayectoria y responsabilidad, dirigida por numerosos exministros de Franco –Manuel Fraga, Laureano López Rodó, Federico Silva Muñoz, Gonzalo Fernández de la Mora, Licinio de la Fuente, etc.–. El 80 por 100 de los diputados de AP habían sido «procuradores» en las Cortes franquistas, y si dicha formación hubiera obtenido mejores resultados electorales habrían ocupado escaños en el Congreso y en el Senado muchos más altos dirigentes, empezando por el expresidente del gobierno Carlos Arias Navarro, candidato derrotado a senador por Madrid. ¿Cómo podría considerarse «autoamnistía» una ley cuyos supuestos máximos beneficiarios rechazaron?” (Molinero; Ysàs, 2018, p. 138-143). Tradução minha.

<sup>303</sup> Molinero e Ysàs (2018) apontam: “[...] «la marginación de los militares de un proceso constitucional sin límites prefijados contrasta fuertemente con la posición de las fuerzas armadas en otras transiciones», como las de Portugal, Chile, Perú o Brasil. Al no poder participar directamente en la elaboración del texto constitucional, como sí ocurrió en otros procesos de transición, obligó a los militares españoles a recurrir a formas de presión, especialmente sobre el Gobierno, con resultados en general poco satisfactorios” (p. 146-147).

<sup>304</sup> Molinero e Ysàs (2018) apontam para a apresentação de cerca de 3100 emendas no período de construção do anteprojeto da Constituição.

*Congreso de los Diputados* e de 226 votos a favor, 5 contrários e 8 abstenções no Senado. Em sequência, foi submetido a um referendo público, em 6 de dezembro de 1978, obtendo 88,54% de votos favoráveis. A despeito de alguns rechaços recebidos por setores das forças políticas, a Constituição entrou em vigor em 29 de dezembro de 1978 e permanece até a atualidade (Molinero; Ysàs, 2018).

Durante o ano de 1981 um conjunto de fatores que compreendia fragmentações na UCD, divergências entre forças políticas, crise econômica, a continuidade das atividades do ETA e uma moção de censura do PSOE, levou à queda do governo dirigido por Adolfo Suárez. Por razões que Molinero e Ysàs (2018) atribuem ao “[...] mal-estar que existia em determinados setores de marcada orientação conservadora frente à deriva que estava tomando o processo de transição para a democracia [...]”<sup>305</sup> (p. 190), esses setores, entre dezembro de 1980 e fevereiro de 1981, haviam iniciado conspirações em prol da ruptura da legalidade democrática.

A queda de Suárez precipitou as ações e, em 23 de fevereiro de 1981<sup>306</sup>, durante a votação parlamentar para a investidura de Leopoldo Calvo Sotelo (1926-2008) ao cargo de Presidente do Governo, militares comandados pelo Tenente-Coronel Antonio Tejero (1932-atualmente) invadiram o *Congreso de los Diputados*, mantendo como reféns membros do governo e parlamentares. A falta de apoio da maior parte das Forças Armadas – que, em boa medida, permaneceram em posição dúbia –, dos meios de comunicação, e das organizações civis, para além do rechaço do Rei Juan Carlos I, consolidaram o fracasso da tentativa de golpe (Molinero; Ysàs, 2018).

Calvo Sotelo, cuja presidência constituiu o capítulo derradeiro da Transição Espanhola, seguiu os pressupostos traçados por Suárez<sup>307</sup>, muito embora estivesse condicionado por uma miríade de fatores nos quais podem ser incluídos a desintegração da UCD e o crescimento do PSOE. Segundo Pelaz López e Díez

<sup>305</sup> No original: “[...] malestar que existía en determinados sectores de marcada orientación conservadora ante la deriva que estaba tomando el proceso de transición hacia la democracia” (Molinero; Ysàs, 2018, p. 190). Tradução minha.

<sup>306</sup> O evento é conhecido na Espanha como 23-F. Para aprofundamento, v. Muñoz Bolaños (2021b).

<sup>307</sup> De acordo com Pelaz López e Díez Miguel (2018): “Su vocación continuista se plasmará sobre todo en su rechazo constante a participar en el proyecto de la llamada «mayoría natural». La negativa a aceptar los postulados de Manuel Fraga relativos a la creación de una confluencia de centro-derecha pone de relieve el casi heroico intento del presidente por mantener las señas de identidad del centrismo, a pesar de las insistentes acusaciones de «derezichización» de que fue objeto, en medio de un proceso acelerado de descomposición del partido centrista acentuado, no lo olvidemos, tras la defeción del propio Suárez en el verano de 1982” (p. 346).

Miguel (2018):

A presidência de Calvo-Sotelo, em suma, aparece condicionada desde o princípio por uma série de pecados originais dos quais não pode escapar. Começando por seus sobrenomes, e seguindo por sua presumida proximidade com [o setor] a patronal, as circunstâncias de sua eleição (candidato por conspiração ou por eliminação), sua falta de ratificação pelas urnas ou sua carência de carisma midiático. Se a isso se adiciona logo a sombra do 23-F pode-se compreender as duas principais características que se atribuem ao seu mandato: debilidade e direitização. A primeira, que tanto eco teve em sua época, teve sua manifestação em múltiplas frentes: debilidade frente aos setores involucionistas, frente aos sindicatos, em matéria econômica, debilidade interna da UCD ou, incluso, cessões frente as pressões da imprensa. A segunda deriva do presumido giro conservador do Executivo sobre tudo em matéria autonômica, no controle da RTVE ou no assunto da OTAN<sup>308</sup> (p. 334).

De qualquer maneira, independente das razões para a instabilidade e duração de apenas um ano e meio do governo de Calvo Sotelo – cujas maiores realizações no período parecem ter sido a aprovação da Lei do Divórcio, a entrada da Espanha na OTAN (Molinero; Ysàs, 2001b) e a tentativa de manutenção do centrismo no governo (Pelaz López; Díez Miguel, 2018) – novas eleições foram convocadas para a data de 28 de outubro de 1982, que foram vencidas pelo PSOE (Molinero; Ysàs, 2001b). A nomeação de Felipe González (1942-atualmente) para a Presidência do Governo encerrou o período da Transição Espanhola<sup>309</sup>, consolidando o regime democrático que permanece em vigência até os dias de hoje.

---

<sup>308</sup> No original: “La presidencia de Calvo-Sotelo, en suma, aparece condicionada desde el principio por una serie de pecados originales de los que no puede escapar. Empezando por sus apellidos, y siguiendo por su presunta cercanía a la patronal, las circunstancias de su elección (candidato por conspiración o por eliminación), su falta de ratificación por las urnas o su carencia de carisma mediático. Si a esto se añade luego la sombra del 23-F se pueden comprender las dos principales características que se atribuyen a su mandato: debilidad y derechización. La primera, que tanto eco tuvo en su época, habría tenido su manifestación en múltiples frentes: debilidad ante los sectores involucionistas, ante los sindicatos, en materia económica, debilidad interna de UCD o incluso cesiones ante las presiones de la prensa. La segunda se deriva del presunto giro conservador del ejecutivo sobre todo en materia autonómica, en el control de RTVE o en el asunto de la OTAN” (Pelaz López; Díez Miguel, 2018, p. 334). Tradução minha.

<sup>309</sup> Para aprofundamento, v. Gallo (2022).

## 7. Governar pelo medo? Análise do papel do medo nos casos estudados

*“Assisto a alguns fuzilamentos da Casa de Campo e da rua de Maudes, em noites sem sono. Abril canta em Madri com aquela pujança e violência de sangue que a morte purificadora sempre traz. Até as brancas flores das ameixeiras se tingem de um rosa vinháceo que é sangue”.*

Francisco Umbral, 2024<sup>310</sup>

*“O medo impregnava todo o relacionamento social. Medo de ser preso, medo de perder o emprego, medo do ostracismo social, medo da perseguição e do isolamento, medo da calúnia, medo do desfavorecimento ou da preterição. Medo do superior, medo da polícia, medo do burocrata, medo do vizinho. O medo engendrava mais medo. Era um sufoco irrespirável. Para a maioria. Havia quem prosperasse e se sentisse confortável no meio da desgraça dos outros. Continua a haver. Os mesmos também”.*

Mário de Carvalho, 2014<sup>311</sup>

Devidamente apresentada a conjuntura político-histórica de Portugal e da Espanha em um enquadramento temporal consideravelmente longo, chega-se ao ápice da análise proposta neste trabalho e, consequentemente, o retorno ao problema de pesquisa original e aos vários questionamentos que dele surgem: *Por qual razão as ditaduras na Península Ibérica conseguiram sobreviver à derrota dos fascismos na Segunda Guerra Mundial? O que explica sua longevidade?*

Adicionam-se, dado o andamento da pesquisa, outros questionamentos: Qual a influência das políticas do medo na manutenção de tão longevas ditaduras? Como se sujeitam povos ao controle autoritário de seus líderes por tanto tempo? Como, mesmo em meio às conjunturas voláteis que marcaram o século XX, Salazar e Franco se mantiveram no poder durante décadas?

Os questionamentos abundam. As respostas, também.

Seguindo o fluxograma proposto no capítulo teórico (*Figura 1*), serão escrutinados: 1) Na dimensão discursiva das políticas do medo: a) o conteúdo retórico dos discursos de Salazar e Franco, considerando as conceituações de medo e de seu enfrentamento; b) a geração do vernáculo de definição e combate; c) a geração/delimitação do inimigo a ser combatido e; 2) na dimensão operativa das

---

<sup>310</sup> Fala proferida pelo personagem Mariano Armijo, falangista e delator, acerca da repressão em Madrid durante o ano de 1940 (v. Umbral, 2024).

<sup>311</sup> Citação estampada em uma parede do Museu do Aljube – Resistência e Liberdade, em Lisboa.

políticas do medo: a) em âmbito preventivo-preparatório: a.1) produção legislativa que sustente as medidas a aplicar; a.2) a criação/reforma das agências estatais responsáveis pelo âmbito repressivo; b) em âmbito repressivo: b.1) as formas de enfrentamento do medo e/ou do inimigo; b.2) a repressão às causas, pessoas e grupos identificados com a origem do medo; b.3) a supressão de direitos básicos individuais e coletivos, incluindo a censura.

### 7.1. Discursos e desterros: o caso português

O golpe de Estado de 28 de maio de 1926, que instaurou a Ditadura Militar (1926-1928), foi o episódio que deflagrou a mais longa ditadura europeia de todo o século XX. A derrocada da efêmera República de outubro, substituída pelo regime castrense, ocasionou o escalonamento da utilização da repressão às dissidências – republicanas e, marcadamente, dentro do seio militar – por intermédio da violência e das deportações (Rosas, 1994).

Schiavon (2011) e Rosas (2025) coincidem na conclusão de que as lutas viscerais no âmago da disputa pelo poder em Portugal, à época do golpe de Estado e durante a Ditadura Militar, funcionaram como “[...] mola propulsora da afirmação do próprio salazarismo” (Schiavon, 2011, p. 236).

Após uma breve passagem pelo Ministério das Finanças em 1926, Salazar retornou, definitivamente, a convite do General Carmona em 1928. A partir desse momento, a trajetória de várias décadas a frente do Estado, iniciada formalmente em 1932, estava traçada. Salazar, criador do Estado Novo, sairia do poder apenas em 1968, durando sua obra até 1974 (Meneses, 2011).

É possível analisar – com a devida compreensão acerca dos câmbios conjunturais naturais de um século tão politicamente intenso quanto foi o século XX – que os medos, discursivos e praticamente aplicados, estiveram atrelados às circunstâncias da entrada de Salazar ao Ministério das Finanças, do seu caminho até o controle da nação e da fundação do Estado Novo e sua condução, por praticamente quarenta anos, nas mãos do Ministro tornado Chefe de Governo.

Entre discursos e desterros, apoios e punições, concessões e torturas, vigilância moral e vigilância policial, violências simbólicas e violências físicas, o Estado

Novo floresceu, ainda que não incontestado, durante a maior parte daquele século e, mesmo após a transição, pequenas frações suas – legados autoritários<sup>312</sup> – permanecem como memórias de um passado recalcitrante em desaparecer.

### 7.1.1. Dimensão discursiva em Salazar

Em sede de análise da dimensão discursiva das políticas do medo instrumentalizadas por Salazar, cabe analisar o conteúdo retórico dos discursos, com ênfase na conceituação do medo e das formas de seu enfrentamento, do vernáculo específico acerca da delimitação desse medo e de seu combate e das formas de geração e delimitação do inimigo a combater.

As estratégias retóricas utilizadas por Salazar representam um elemento constituinte do próprio projeto de construção de sujeitos, da identificação de problemas e suas causas e da edificação do projeto de Estado que, mais adiante, levaria à inauguração do Estado Novo e sua manutenção.

Em análise do período de consolidação de Salazar no poder, entre os anos de 1928 e 1932, Macedo<sup>313</sup> (2019) indica que – a despeito de uma preponderância de discursos cuja característica principal é a linha argumentativa pragmática<sup>314</sup> – o apelo às emoções, entre elas o medo, esteve presente na maioria dos discursos relevantes do período, ainda que em menores dimensões à primeira vista.

Não obstante, a leitura atenta da análise de Macedo (2019) demonstra o

<sup>312</sup> Para aprofundamento, v. Gallo (2022), Cavichioli e Silveira (2024).

<sup>313</sup> Macedo (2019) analisa seis importantes discursos de Salazar, sendo o primeiro o texto lido na ocasião da posse no Ministério das Finanças (1928) e o último sendo o texto em defesa da futura Constituição de 1933 (1932), peça fundadora do Estado Novo. O discurso de 28 de maio de 1930, em particular, é aprofundado por Pinto (2014).

<sup>314</sup> De acordo com Macedo (2019): “Como seria de esperar num tipo de diálogo deliberativo, o tipo de argumento mais utilizado por Salazar provém da Classe de Pragmatismo, sendo ele o de Raciocínio Prático. Ao longo de quase todos os discursos, o argumento por Raciocínio Prático é o mais frequente, ocupando 23,57% dos argumentos aplicados, o que demonstra a justificação, através do discurso, de uma determinada linha de ação política ou governativa. Ela é, por outro lado, reveladora de uma intenção eminentemente prática do discurso em Salazar, pois o orador demonstra um cuidado no convencimento dos seus interlocutores através de causas, motivos e objetivos, para um rumo que pretende implementar. Esta opção denota, por sua vez, que o discurso de Salazar é lúcido e racional, procurando apelar à capacidade de decidir corretamente em função dos valores e dos objetivos; pelo contrário, outros argumentos baseados no Pragmatismo, como os ligados às Consequências, estão ligados a fatores mais emotivos, como a ameaça ou o medo, que são marginais no discurso de Salazar” (p. 70). Compete ressaltar, contudo, que a investigação de Macedo (2019), ainda que de grande utilidade, encontra seus limites na não consideração da amplitude da conjuntura, considerando quase exclusivamente – e um tanto quanto superficialmente – o contexto nacional interno ao governo.

cuidado que Salazar teve durante a preparação desses discursos em uma conjuntura onde, segundo Meneses (2011), enfrentou seu primeiro grande desafio: tornar-se indispensável para os militares.

Consciente da necessidade que os militares tinham da estabilização da economia nacional (Meneses, 2011; Macedo, 2019), Salazar empregou argumentos relativos à sua própria autoridade e competência, apresentando a economia como o problema de maior relevância a solucionar (Macedo, 2019). Aos militares, argumentou que a ‘desordem’<sup>315</sup> política, financeira, econômica e social eram os grandes inimigos da recuperação da nação, convocando o governo e a sociedade para o que denominou de ‘batalha da ordem’ (Salazar, 2016; Macedo, 2019).

Salazar (2016) apelava frequentemente para o recurso à memória, lembrando os militares da desordem que ele havia encontrado quando de sua posse no governo da Ditadura Nacional. Apontava, como fatores de ameaça, o individualismo, o parlamentarismo, o partidarismo, as divisões políticas e sociais e as agitações revolucionárias (Rebelo, 1998). O medo, então, é apresentado aos militares em forma de recordação do que poderia ocorrer caso suas obras e decisões propostas – inicialmente a fundação da UN e, posteriormente, a promulgação da Constituição de 1933 – não recebessem o devido apoio:

A unanimidade de vistas sobre este aspecto negativo do problema dispensa-nos de insistir. De mais sabemos nós e sabem eles que, a dar-se o desaparecimento da Ditadura pelo regresso ao regime das facções, toda a obra de restauração, todas as possibilidades existentes seriam substituídas pelas causas anteriores de desorganização e de ruína, agravadas na sua força destrutiva por indisciplina maior, por paixões exacerbadas, pelo aniquilamento das últimas resistências materiais e morais que pudessem opor-se a todos os desmandos e até mesmo à subversão das condições de existência da própria sociedade (Salazar, 2016, p. 67).

Nessa fase de consolidação e nos primeiros anos do Estado Novo, como denota Rebelo (1998), Salazar “nunca ‘exclui barbaramente a oposição’ nem ‘lança as massas contra os inimigos’, porque [...] não reconhece, no plano da discursividade, nem a existência de oposição nem a existência de inimigos” (p. 124). Essa estratégia argumentativa, ainda segundo Rebelo (1998), visava retirar ao inimigo qualquer

---

<sup>315</sup> De acordo com Salazar (2016): “Antes de se haver entrado no trabalho de reorganização, uma palavra só – desordem – definia em todos os domínios a situação portuguesa” (p. 55).

espaço de disputa (e de existência), buscava auferir uma aura de legitimidade generalizada ao discurso de Salazar e, ademais, fazia-o transcender como mero executor de uma obra incontestavelmente firmada no destino de Portugal.

De qualquer forma, o avanço do tempo demonstrou que esses inimigos não apenas existiam, como também deveriam sofrer a repressão com todo o poder do Estado. Sua construção, como inimigos, passou a ser efetuada a nível discursivo e, posteriormente, a nível prático. Segundo Rebelo (1998):

É sobejamente conhecida a perseguição que o salazarismo desencadeou contra republicanos, socialistas, comunistas, anarquistas, enfim, contra todas as associações, movimentos ou partidos que se reclamassem dos valores da democracia, em geral, e da esquerda, em particular (p. 140).

O republicanismo liberal, derrubado pelo golpe de 28 de maio de 1926, recebeu de Salazar (2016) a seguinte descrição:

O nosso liberalismo soava a falso - foi sempre intolerante e jacobino. Sê-lo-ia amanhã mais refalsadamente se pudesse outra vez instalar-se no Poder. Deixaria de ser apenas anticatólico para ser anticristão, irreligioso, furiosamente ateu; deixaria de ser estranho às coisas do espírito para ser teórica e praticamente (*sic*) amoral. A sua tendência fatal para a exploração das massas sem benefício palpável do povo, para o igualitarismo em baixo, levava-o, e levá-lo-ia depois ainda mais, para o ódio a tudo o que é superior pela inteligência, pela virtude, pela beleza. O seu fim – como vem sendo verificado em todos os países - seria o comunismo, ponto de encontro das mais variadas tendências, pelas últimas deduções da doutrina e pela consequência fatal da revolta contra a razão, a disciplina e a autoridade (p. 180).

Acerca do comunismo, cuja repulsa compartilhava com Franco e que se tornou alvo frequente da repressão do regime (Romero, 2017), escreveu Salazar (2016) em 1934:

O comunismo, não: ele tende à subversão de tudo e na sua fúria destruidora não distingue o erro e a verdade, o bem e o mal, a justiça e a injustiça. Pouco se lhe dá da história e das experiências seculares da humanidade, da vida e dignidade da inteligência, dos puríssimos afectos da família, da honra e pudor da mulher, da existência e grandeza das nações, contanto que da sua falsa concepção de humanidade tenha podido arrancar a escravidão do homem e a sua máxima abjecção (p. 154).

Entronizado o comunismo como o mal maior, o inimigo da nação<sup>316</sup> e encarnação dos problemas, medos<sup>317</sup> e riscos para Portugal<sup>318</sup>, a solução recai na fórmula repressiva, ainda que reconhecesse que não fosse uma solução definitiva. Segundo Salazar (2016):

Uma tendência generalizada deposita esperanças, também excessivas, na repressão directa das actividades comunistas, e eu estou longe de julgar essa repressão dispensável ou indiferente, antes me parece que se vão aproximando os tempos de mais ampla e severa actuação. Mas a força do proselitismo comunista exige imperiosamente uma acção intensiva de aliciação das inteligências à volta de um sistema de ideias que o repilam. Se a inteligência do século é trabalhada já no sentido da ansiedade e da insatisfação para aceitar as soluções integrais do comunismo, não se pode descansar na repressão, como se esta resolvesse todas as dificuldades (p. 698).

A análise do âmbito discursivo, nesse sentido, encontrou os pressupostos para caracterização de sua existência: foi estabelecido o medo principal do regime, a destruição da ordem que vinha sendo construída desde 1926. Foi identificada a causa do medo e seu principal autor – dentre outros que, de acordo com Salazar (2016), teriam como seu fim o comunismo –, ‘o comunismo subversivo’. Foi verificada a presença do vernáculo específico que delimita o medo (‘comunismo’, ‘subversão’, ‘inimigos’) e apurada a forma principal de seu enfrentamento, a repressão.

Estabelecido o discurso – ao longo do tempo e como reforço mútuo entre os âmbitos – abriram-se os caminhos para a tomada de medidas em sentido de preparar o Estado para a tarefa repressiva a empreender.

---

<sup>316</sup> Segundo Salazar (2016): “Por acusações que só o ódio podia levantar fomos julgados — quem havia de prometê-lo ao comunismo nosso inimigo! - julgados e considerados quites com os nossos compromissos; e, ainda que só justiça, satisfez-nos que a mesma nos fosse reconhecida por todos os Estados, com exceção da Rússia, e de modo especial pelo próprio Governo da Grã-Bretanha da mais alta tribuna do seu país. Nunca traíramos nem os nossos interesses, nem os interesses da aliança, nem os da civilização que nos cumpre defender” (p. 274-275).

<sup>317</sup> Segundo Salazar (2016): “Assim a Europa sofre miséria e tem medo. Medo de quê? Medo da Rússia; medo do comunismo. E parece ter razão” (p. 616).

<sup>318</sup> Segundo Salazar (2016): “Salvo o comunismo que há-de continuar sendo elemento de desordem, a imediata preocupação será que a ordem se não altere onde existe e se estabeleça onde se afundou. O problema tem tal extensão e gravidade, pelos ódios, o rastro das violências, a miséria e outros efeitos da própria guerra, que nenhuma direcção sensata dos acontecimentos pode atentar contra a organização interna de qualquer Estado que por si próprio seja garantia de ordem. Só o comunismo não raciocinará assim” (p. 503).

### 7.1.2. Dimensão operativa em Salazar: o âmbito preventivo-preparatório

Adentrando a análise do âmbito preventivo-preparatório no regime capitaneado por Salazar, tem-se por necessário investigar dois pressupostos básicos da dimensão operativa: a produção legislativa necessária para sustentar a atuação repressiva e a criação e/ou reforma de agências estatais responsáveis pela repressão.

À primeira vista pode parecer contraproducente para um governo em ditadura – que, em teoria, possui escassas limitações materiais para governar ao contrapelo da legislação anteriormente existente – imprimir esforços no sentido de criar um ordenamento jurídico para balizar sua atuação. Outrossim, compete salientar que a produção legislativa possuía, para além desse papel balizador, o benefício de posicionar a ditadura sob égide de um *rule of law*, ainda que meramente formal, concedendo-lhe uma aura de legitimidade. Com efeito, a criação de leis não significou, todavia, que o regime não podia exercer atos de caráter arbitrário por meio de outros expedientes.

Dentre as mais importantes produções legislativas – entre as quais se encontram a Constituição de 1933 e os Decretos-Lei<sup>319</sup> – cujo conteúdo permitia à ditadura portuguesa implantar a visão de Estado apregoada por Salazar e instrumentalizar a repressão face aos dissidentes, listam-se as seguintes.

A Constituição 11 de abril de 1933 (Portugal, 1933b), pináculo da expressão do ideário defendido por Salazar, limitava liberdades individuais, como as de expressão e associação<sup>320</sup>, instituindo a possibilidade – tornada realidade – da censura e, ademais, instituía *de facto* a União Nacional como partido único. Muito embora não haja menção direta ao partido do regime no texto constitucional, dois aspectos determinam a consideração de supressão dos partidos políticos: foi instituída a necessidade de permissão governamental (que não era concedida) para operação dos partidos (Caldeira, 1986) e, principalmente, pela total ausência de menção a qualquer forma de associação político-partidária no diploma legal<sup>321</sup> (Santos, 2018).

---

<sup>319</sup> Essa nomenclatura, em alguns casos, é intercambiável com ‘decretos com força de lei’.

<sup>320</sup> Os sindicatos livres foram particularmente afetados por essas disposições, substituídos pelos sindicatos nacionais controlados pelo regime. Para aprofundamento, v. Marques (2007).

<sup>321</sup> Essa afirmação conversa com a declaração de Salazar (2016) de que: “É apenas verdade que se pode fazer administração fora de toda a política partidária, mas neste sentido estrito não se há-de dizer - pode-se, há-de dizer-se - deve-se” (p. 61).

Subsequentemente à promulgação da Constituição de 1933, gerada a base do enquadramento jurídico, foi promulgado o Decreto-Lei nº. 22.992, de 29 de Agosto de 1933 (Portugal, 1933c). Neste diploma legal, após uma reorganização das agências policiais já existentes<sup>322</sup>, foi criada a notória Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), constituída de duas seções: a seção de defesa política e social e a seção internacional (Pimentel, 2007). Segundo Manuel, Carapinha e Neves (1974):

Estava, assim, criada a P.V.D.E. (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado). À secção de defesa política e social da nova polícia competia especialmente, segundo o referido decreto, a chamada prevenção e repressão contra os crimes ditos de natureza política e social. À secção internacional, além da vigilância nos postos das fronteiras terrestre e marítima, competia nomeadamente impedir a “entrada no País de estrangeiros indocumentados ou indesejáveis”; exercer sobre os estrangeiros residentes ou em trânsito a “acção policial necessária”; combater a acção de indivíduos “que exerçam a espionagem no País e contra ele”; e efetuar a “repressão do comunismo, designadamente no que toca às ligações entre elementos portugueses e agitadores estrangeiros” (p. 17-18).

Nomeadamente, *ipsis litteris*, tendo como uma de suas atribuições a ‘repressão do comunismo’<sup>323</sup> – em sentido intencionalmente aberto –, a PVDE lançou mão de diversas sortes de abusos policiais<sup>324</sup>, dispondo de poderes de amplas dimensões (Manuel; Carapinha; Neves, 1974).

<sup>322</sup> De acordo com Manuel, Carapinha e Neves (1974), essa reorganização, fruto do Decreto-Lei 22.151, de 23 de janeiro de 1933, configurou-se pela extinção da seção de vigilância política e social da Polícia Internacional Portuguesa e criação da Polícia de Defesa Política e Social. Ainda segundo os autores: “É bom frisar que já nessa altura existiam como coadjuvantes da nova corporação, além da citada polícia internacional, as polícias de investigação criminal e de segurança pública” (Manuel; Carapinha; Neves, 1974, p. 17).

<sup>323</sup> Segundo Pimentel (2007), a partir de 1936, “os funcionários públicos passaram a ficar obrigados, sob juramento, a repudiar «o comunismo e todas as ideias subversivas» e a aceitar «a ordem estabelecida pela Constituição Política de 1933» [...]. Esses vários diplomas introduziram, assim, «o saneamento preventivo da função pública, isto é, a selecção política dos seus quadros», que, a partir de então, apenas eram admitidos nos serviços públicos mediante prévia informação da polícia política” (p. 26-27).

<sup>324</sup> A situação dos abusos da PVDE era amplamente normalizada, não constituindo uma situação ocultada do conhecimento público. Segundo Manuel, Carapinha e Neves (1974): “Mas para Salazar as brutalidades da polícia não passavam de uma “meia dúzia de safanões”. Já em 1933, para justificar os abusos cometidos, ele dizia que se chegara “à conclusão de que os presos maltratados eram sempre, ou quase sempre, temíveis bombistas que se recusavam a confessar, apesar de todas as habilidades da polícia, onde tinham as suas armas criminosas e mortais. Só depois de empregar esses meios violentos é que eles se decidiam a dizer a verdade. E eu pergunto a mim próprio, continuando a reprimir tais abusos, se a vida de algumas crianças e de algumas pessoas indefesas não vale nem, não justifica largamente, meia dúzia de safanões a tempo nessas criaturas sinistras...”. Salazar reconhecia o emprego de “meios violentos”, mas chamava “meia dúzia de safanões” às torturas e assassinatos” (p. 19). Essa declaração de Salazar foi dada em entrevista a António Ferro (1895-1956), seu publicitário e diretor do SNI. Para aprofundamento, v. Ferro (1942).

O Decreto-Lei nº. 23.203, de 6 de novembro de 1933 (Portugal, 1933d), criado para substituir o Decreto-Lei nº. 21.942, de 5 de dezembro de 1932 (que definia e punia os crimes políticos e sociais), trouxe ao ordenamento político português a figura dos crimes de rebelião, prevendo punições a quaisquer atentados contra a integridade territorial, contra a forma republicana, contra o governo e contra as autoridades governamentais. Ademais, também instituiu outros crimes análogos aos de rebelião, como ofensas contra a honra do Presidente do Governo – o próprio Salazar, à época –, a provocação contra a disciplina social, a subversão violenta das instituições e princípios fundamentais da sociedade, o incitamento ao descumprimento de deveres e leis, o encerramento de empresas ou fábricas sem causa legítima, a divulgação de boatos que pudessem perturbar a ordem pública ou o crédito público e a ofensa aos símbolos nacionais.

Demasiada e intencionalmente vago, tal como ocorrido no diploma legal que criou a PVDE, o conteúdo previa penas de desterro/degredo<sup>325</sup> (deportação forçada para cumprimento de pena em estabelecimento prisional), prisões comuns e multas, após condenação exarada pelos Tribunais Militares Especiais (Portugal, 1933d).

Com objetivo de dar pleno funcionamento às disposições do decreto-lei sobre os crimes de rebelião, foi promulgado o Decreto-Lei nº. 26.539, de 28 de maio de 1936 (Portugal, 1936). Neste diploma legal, foi criado a Colónia Penal do Tarrafal<sup>326</sup>, na Ilha de Santiago, Cabo Verde, voltada à recepção de presos políticos e sociais. Segundo o Decreto-Lei nº. 26.539, de 28 de maio de 1936:

Artigo 1.º É criada uma colónia penal para presos políticos e sociais no Tarrafal, da Ilha de Santiago, no Arquipélago de Cabo Verde.

Art. 2.º A colónia penal a que se refere o artigo anterior destinar-se-á a presos por crimes políticos que devam cumprir a pena de desterro ou que, tendo estado internados em outro estabelecimento prisional, se mostrem refractários à disciplina dêste estabelecimento ou elementos perniciosos para os outros reclusos.

§ 1.º Serão considerados crimes políticos, para os efeitos dêste decreto-lei, os previstos no decreto-lei nº 23:203, de 6 de Novembro de 1933.

§ 2.º Poderão igualmente ser internados nesta colónia, em secção separada, os condenados em penas maiores por crimes praticados com fins políticos,

<sup>325</sup> De acordo com o art. 11 do Decreto-Lei nº. 23.203, de 6 de novembro de 1933, “a pena de desterro será cumprida em recinto fortificado ou colónia penal estabelecida em uma ilha das colónias, exclusivamente destinada a tal fim, à escolha do Governo” (Portugal, 1933d).

<sup>326</sup> O estabelecimento prisional é frequentemente denominado, na literatura especializada, como ‘campo de concentração’ (Manuel; Carapinha; Neves, 1974; Figueiredo, 1976; Fonseca, 2012; Rosas, 2025), sendo também denominado de ‘Campo da Morte Lenta’ (s.d., 1969).

sujeitos por lei ao regime prisional comum, e ainda, em caso de necessidade, os detidos preventivamente pelos crimes a que se refere o decreto-lei n.º 23:203 e que o Governo decida deter ou fazer julgar fora da metrópole.

Art. 3.º A colónia terá instalações necessárias para uma lotação de 500 presos (Portugal, 1936).

O Tarrafal<sup>327</sup>, prisão infame pelas duras condições impostas aos presos<sup>328</sup>, é descrito por Meneses (2011):

[...] quando o campo entrou em funcionamento em outubro de 1936, cerca de 150 prisioneiros, muitos dos quais tinham estado detidos nos Açores, descobriram que tinham de o construir, pois tudo que havia no local eram tendas. O plano original nunca foi concluído; nunca houve nenhuma tentativa de “recuperar” os presidiários, apenas de lhes quebrar a vontade e a saúde. As sentenças decretadas pelos tribunais de pouco ou nada valiam ali. Os prisioneiros ficavam totalmente à mercê da polícia secreta. Além do mais, muitos não tinham sequer sido condenados pelos tribunais; eram simplesmente internados, ou “detidos preventivamente”, e enviados para o Tarrafal. As condições, determinadas pela PVDE e não pelo Ministério da Justiça, variavam de acordo com a necessidade de repressão interna. Como seria de esperar, o início das operações, que coincidiu com a guerra na Espanha, foi um período duro. Uma forma especial de castigo era a “frigideira”, uma cela, a certa distância do campo principal, quase sem ventilação, atingindo assim altas temperaturas no seu interior durante o dia. Entre os mosquitos, trabalhos forçados, má alimentação e cuidados médicos praticamente inexistentes, o Tarrafal era um desastre à vista (p. 194-195).

Operado, em sua primeira fase entre os anos de 1936 e 1954<sup>329</sup>, o Tarrafal recebeu entre 300 e 400 prisioneiros, majoritariamente portugueses, sendo que entre 34 e 36<sup>330</sup> deles – entre eles Mário Castelhano (1896-1940), Secretário-Geral da Confederação Geral do Trabalho, e Bento Gonçalves (1902-1942), Secretário-Geral do Partido Comunista Português (PCP) – morreram devido às torturas, condições precárias e falta de atenção médica (Meneses, 2011; Ferreira, 2012).

<sup>327</sup> O Tarrafal – parte de um conjunto com outras diversas prisões políticas operadas pelo Estado Novo, entre as quais também se encontram a Prisão do Forte do Peniche (Peniche), a Prisão do Forte de Caxias (Oeiras) e a Cadeia do Aljube (Lisboa), entre outras (Pimentel, 2007; Cardina, 2015) – foi singularizado aqui por conta de seu simbolismo como local de repressão política (Raimundo, 2018).

<sup>328</sup> A plataforma Memória Comum – Memorial aos Presos e Perseguidos Políticos (1926-1974), iniciativa popular criada em 2019, fornece biografias dos presos e perseguidos políticos, para além de disseminar produções científicas acerca do tema. Disponível em: <https://memorial2019.org>.

<sup>329</sup> Meneses (2011) atesta que o Tarrafal foi desativado, durante sua primeira fase, em 1945, ainda que presos tenham permanecido lá até sua remoção posterior.

<sup>330</sup> Os cálculos acerca do número de mortos não são unâimes na literatura, variando entre 32 e ‘mais de quarenta’ (Manuel; Carapinha; Neves, 1974; Figueiredo, 1976; Meneses, 2011; Ferreira, 2012; Raimundo, 2018).

A segunda fase de operação<sup>331</sup>, entre os anos de 1961 e 1974, correspondeu ao período entre o início da Guerra Colonial e a Revolução dos Cravos. Durante esses anos o Tarrafal recebeu 236 prisioneiros<sup>332</sup>, majoritariamente nacionalistas africanos, com três deles, ao menos, morrendo devido às condições precárias (Ferreira, 2012).

O fim da Segunda Guerra Mundial, com a derrota dos nazifascismos, impôs a necessidade de adoção de algumas medidas de afastamento, ainda que meramente cosméticas. Uma dessas medidas foi a adaptação da polícia secreta, similar às polícias políticas da Itália e na Gestapo (Alemanha). Mantendo-se o foco no anticomunismo, como bandeira do regime (Pimentel, 2007; Meneses, 2011), o Decreto-Lei nº. 35.046, de 22 de outubro de 1945 (Portugal, 1945), transformou a PVDE em Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), ampliando seus poderes. Segundo Pimentel (2007):

Todas essas polícias — fascista e nacional-socialista — foram extintas com a derrota desses regimes ditatoriais e totalitários, no final da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Em Portugal, terminado esse conflito, a polícia política ficou não só com um novo nome, passando a designar-se por Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), como ganhou novos poderes. Centralizando no seu seio todos os organismos com funções de prevenção e repressão política dos crimes contra a segurança interna e externa do Estado, a PIDE conservou a instrução preparatória dos processos respeitantes àqueles delitos e ficou ainda com a capacidade de determinar, com quase total independência, o regime de prisão preventiva (p. 31).

Essa definição é reforçada por Manuel, Carapinha e Neves (1974):

A P.I.D.E. passava a estar, definitivamente, acima da lei, e refinava os seus processos. Não eram só as prisões arbitrárias e as torturas, mas também a violação dos domicílios e da correspondência, as escutas telefónicas, a chantagem, a extorsão fiscal. O medo, graças à P.I.D.E., estava institucionalizado em Portugal. [...]. A P.I.D.E. herdou estes poderes, que ainda foram ampliados. A prisão preventiva não tardou a passar de oito até

<sup>331</sup> De acordo com Ferreira (2012): “Assim, o governo colonial português abria de forma legal a possibilidade de “reinstalação dos campos de concentração”. Foi, pois, o que sucedeu com a instituição de um Campo de Trabalho em Chão Bom, pela Portaria nº 18.539 de 17 de junho de 1961, mas de modo velado, pois, [...], não se referia ao local do campo de trabalho senão com o nome de Chão Bom, que era o mesmo Campo do Tarrafal, na ilha de Santiago, em Cabo Verde. Era, pois, a reabertura do Campo de Concentração do Tarrafal e não o estabelecimento que se previa para S. Antão, conforme Decreto-Lei de 3 de maio referido anteriormente [...]. Mas dessa vez o Campo do Tarrafal destinava-se aos “nacionalistas” africanos de Angola, Cabo Verde e Guiné que se levantavam decididamente contra a colonização portuguesa” (p. 54).

<sup>332</sup> De acordo com Ferreira (2012): “Ao longo de toda a segunda fase, estiveram no referido campo 236 presos políticos, sendo 106 de Angola, 106 da Guiné e 24 de Cabo Verde (até ao seu encerramento em 1º de maio de 1974, 6 dias depois do golpe militar do 25 de abril, em Portugal)” (p. 54).

quinze dias para de três a seis meses. Simples denúncias<sup>333</sup> <sup>334</sup>, ainda que infundadas, eram suficientes para um português poder estar três meses nas masmorras da polícia política. Por proposta desta, o ministro do Interior autorizava mais três meses de prisão preventiva. Sem culpa formada, o melhor que podia acontecer a um cidadão era, assim, permanecer seis meses à mercê dos *pides*, no Aljube, na António Maria Cardoso ou em Caxias, sujeito a interrogatórios, quantas vezes acompanhados de violências físicas e psíquicas, para que se descobrisse uma acusação, a fim de o processo seguir para o Plenário – tribunal especial que não era mais que uma continuação da P.I.D.E. E para tornar ainda mais eficiente a actuação dos plenários, fabricavam-se, positivamente, leis para esse fim. A aplicação de medidas de segurança por crimes contra a segurança do Estado é o exemplo mais gritante. Eram medidas que poderiam ser aplicadas mesmo se o acusado fosse absolvido! Esses processos revestiam-se de carácter temporário ou permanente, neste caso por tempo indeterminado de seis meses a três anos, prorrogável por sucessivos períodos de três anos. Em suma: a P.I.D.E., na prática, podia condenar qualquer pessoa a prisão perpétua (p. 20-21).

O diploma legal de criação da PIDE (Portugal, 1945), em muito para fins propagandísticos, equipara a agência criada à *Scotland Yard* inglesa, conferindo-lhe, novamente, da vaga atribuição de combater ‘crimes contra a segurança exterior e interior do Estado’.

Após o afastamento de Salazar, “[...] pairou a possibilidade de extinção da odiada polícia. Todavia, mais uma vez, apenas se assistiu a uma mudança de nome” (Manuel; Carapinha; Neves, 1974, p. 21). O governo de Marcello Caetano promulgou o Decreto-Lei nº. 49.401, de 24 de novembro de 1969 (Portugal, 1969), transformou a PIDE em Direção-Geral de Segurança (DGS).

A DGS, para além de herdar os poderes da PIDE, recebeu, com ênfase na legislação, a atribuição de prevenir a saída do país, sem autorização, de pessoas rumo a países estrangeiros (Portugal, 1969). Considerando-se que, à época, a Guerra Colonial havia sido iniciada há oito anos, o impedimento da emigração para fugir do serviço militar era uma necessidade imperativa para o Estado. A DGS duraria, com um período de endurecimento ao fim do Estado Novo, até sua extinção em 1974 (Manuel; Carapinha; Neves, 1974; Pimentel, 2007; Meneses, 2011).

---

<sup>333</sup> Essas denúncias, algumas vezes, eram originadas por meio de delações de informantes civis, populares que eram recompensados, financeiramente ou não, por delatar outros indivíduos. Para aprofundamento, v. Pimentel (2022).

<sup>334</sup> Simpson (2020) pondera acerca das motivações dos delatores e de potenciais agentes da PIDE: “One obvious research theme here is how a society marked by endemic poverty might have provided a favorable recruiting ground for the PIDE in terms of functionaries and informers. The hypothesis is that material necessitousness, rather than simple fear and contempt, fashioned the relation between many ordinary citizens and the Salazarist secret police” (p. 33-34).

À guisa de conclusão deste tópico, três outros diplomas legais relevantes, embora de natureza mais instrumental à repressão, são citados por Meneses (2011): o Decreto-Lei nº. 22.468, de 11 de abril de 1933 (Portugal, 1933e), que dispunha sobre o direito de reunião e condicionava à prévia autorização reuniões com finalidade de propaganda política ou social; o Decreto-Lei nº. 22.469, de 11 de abril de 1933 (Portugal, 1933f), que versava sobre a censura e sujeitava à censura prévia materiais que versassem sobre temas políticos ou sociais<sup>335</sup> e; a Lei nº. 1.901, de 21 de maio de 1935 (Portugal, 1935), que tratava sobre as sociedades secretas e apregoava seu combate e dissolução<sup>336</sup>. Esses três diplomas legais atingiram diretamente as organizações comunistas e seus militantes, permitindo um cerceamento quase absoluto de suas existências.

### 7.1.3. Dimensão operativa em Salazar: o âmbito repressivo

Com a preparação do ordenamento jurídico e devidamente embasada a atuação das agências estatais, o controle do Estado Novo sobre a sociedade estava pronto para adentrar – ou, em alguns casos, aprofundar – sua fase eminentemente repressiva. Neste momento, que se encaixa no âmbito repressivo do organograma proposto (Figura 1), serão analisadas<sup>337</sup> a repressão às causas, pessoas e grupos identificados com a origem do medo e a supressão de direitos básicos individuais e coletivos.

Os alvos da repressão, para além dos comunistas, bastante citados anteriormente e destinatários prioritários da ação repressiva (Paulo, 1994; Pimentel, 2007), eram os anarquistas, os socialistas, os republicanos liberais, o movimento estudantil, os movimentos operários, as organizações femininas, os nacionalistas

---

<sup>335</sup> Segundo Meneses (2011): “Salazar defendia a censura salientando que o Ocidente estava em guerra com o comunismo internacional. Por conseguinte, medidas aceitáveis em tempo de guerra, como a censura. Eram necessárias naquilo que agora passava por ser paz” (p. 187).

<sup>336</sup> Em teoria o alvo dessa lei seria a Maçonaria, mas, na prática, afetou os comunistas. Segundo Meneses (2011): “Em 1935 a jovem Assembleia Nacional aprovou uma lei contra as sociedades secretas; o alvo era a Maçonaria. Mas o número de pedreiros-livres no círculo próximo de Salazar, incluindo Carmona, Bissaia Barreto e José Alberto dos Reis, sugere que algo mais estava aqui em jogo. [...]. Ainda que muitos maçons se encontrassem na oposição, a Ordem nunca foi alvo do tipo de escrutínio aplicado, por exemplo, ao Partido Comunista. Salazar não esteve envolvido na redação desse decreto; ao contrário de Franco, não tinha nenhuma obsessão contra os maçons” (p. 189).

<sup>337</sup> Visando evitar a repetição excessiva de circunstâncias já analisadas, esse subcapítulo terá uma redação mais sintética.

africanos e, dentro das próprias fileiras e organizações do regime, quaisquer indivíduos e grupos que apresentassem divergências (Pimentel, 2007).

Essa perseguição aos comunistas, no entanto, não era originalmente a intenção do regime, mas sim consequência das reorganizações do próprio Estado Novo. Segundo Pimentel (2007):

Embora em grande parte do período aqui estudado tenha sido o Partido Comunista Português o alvo central da repressão, nem sempre assim foi. Até 1934, o inimigo principal do regime de Salazar foi o reviralhismo e o revolucionarismo republicano [...]. Apesar de, com a liderança de Bento Gonçalves, a partir de 1929, o Partido Comunista Português ter passado a repudiar oficialmente o que designou por putschismo, os comunistas não passavam então «de um pequeno grupo de agitação política e sindical, assente num punhado de activistas, com elevado espírito de militância e iniciativa» [...]. A «fascização» dos sindicatos, em consequência das leis corporativas de Setembro de 1933, e a dura repressão que se sucedeu à resposta operária a tal legislação — a «greve geral insurreccional» de 18 de Janeiro de 1934 — alteraram o quadro da relação de forças oposicionistas. O PCP tornou-se a única organização política permanente no campo oposicionista, com uma actividade mais ou menos regular e uma estrutura partidária mais capaz de se adaptar à luta na clandestinidade. Após o «18 de Janeiro», que marcou assim uma ruptura histórica no movimento operário e representou o fim de uma época, o comunismo passou a hegemonizar o campo oposicionista, tomando o lugar do reviralhismo e do anarcossindicalismo (p. 133).

Delimitados os inimigos, em sua máxima amplitude e, muitas vezes, rotulados como comunistas ou adeptos ao comunismo, as prisões, torturas, julgamentos, desterrados e censura passaram a ser frequentes. As torturas, exercidas pela PVDE/PIDE/DGS durante os interrogatórios<sup>338</sup>, tinham por objetivo, além da obtenção de confissões de suas vítimas e da entrega de informações que possibilitassem a

---

<sup>338</sup> Simpson (2020) pondera acerca da necessidade de estudar a PIDE não apenas como um órgão de repressão pura, mas como, também, um organismo multifacetado em que a maioria dos agentes não era diretamente ligado às torturas e repressões: “A critical reading of the memoirs left by former agents also shows that the aim of PIDE agents was not necessarily to persecute the opposition. One former agent, Emídio Oliveira, joined the DGS after having been in contact with its agents at Faro airport, whose work there he “found interesting” [...]. After passing the preparatory course in Lisbon, he was later deployed to the sub-post at Faro airport. There he dealt essentially with passport control in collaboration with customs services, occasionally expelling rowdy tourists and intercepting “dangerous drugs.” “My conviction,” he writes, “was not political. I believed that the DGS was a security force which, in collaboration with the other national authorities, guaranteed public order and the security of the population” [...]. Otelo Saraiva de Carvalho himself, one of the “captains of April,” wrote in 1975 about his “conviction that out of a hundred functionaries of the ex-DGS . . . 60 to 70 have never beaten anyone in their life. . . The majority were simply functionaries of the State, ordinary family men who supported themselves and their relatives by working [for the DGS]” ([...]. To emphasize this point does not mean minimizing the violence inflicted upon many of the oppositionists to the regime. It does, however, mean that the PIDE’s position as a source of purely administrative employment must also be considered as part of its multifaceted relation with society” (p. 34).

captura de outras pessoas, o silenciamento. De acordo com Cardina (2011):

Em uma investigação sobre as consequências clínicas dos interrogatórios da PIDE/DGS levada a cabo logo a seguir a 1974, o psiquiatra Afonso de Albuquerque também notara que, mais do que fazer falar, interessava à polícia política desapossar o preso da sua identidade e silenciá-lo por meio da tortura [...]. A tortura induzia ao silêncio na justa medida em que incitava à palavra: “falar” na PIDE, para além de conceder provas passíveis de condenação em tribunal e de facilitar a perseguição e detenção de companheiros, significava calar o sujeito que se era (p. 209).

Um derradeiro fator, ademais, deve ser analisado para compreender a extensão da repressão: a regulamentação e o exercício da censura. Institucionalizada no ordenamento jurídico do Estado Novo em 1933 (Portugal, 1933f), representou uma eficiente arma<sup>339</sup> no arsenal do regime. Muito embora a censura datasse de muito antes, tendo sido primeiramente estabelecida em Portugal no ano de 1536 e tenha seguido em uso durante diversos períodos históricos (Barata, 2021), tomou maiores proporções e foi dotada de maior organização a partir de 1926 (Pinheiro, 2020) e, principalmente, durante o Estado Novo. Segundo Barata (2021):

Consegue-se então perceber as verdadeiras origens da censura a qual, começou por ser dirigida apenas a escrituras consideradas heréticas, passando mais tarde a ser executada em livros que demonstravam ideologias contrárias à doutrina cristã e, por fim abrangendo também as gazetas que contrariavam as decisões da Coroa Portuguesa. Desde os seus primórdios, a censura sempre foi considerada como um mecanismo silenciador das vozes opositoras do Poder. No Estado Novo também se estabeleceu um sistema repressivo, diferente dos impostos anteriormente, que abrangeu imensas áreas sociais, incluindo a criação de um dispositivo de censura que passou a controlar todas as atividades intelectuais, incluindo o jornalismo e os respetivos meios de comunicação social (p. 22).

Gama (2008) adiciona, nesse sentido, duas outras dimensões: a autocensura oriunda do medo:

A censura foi usada pelo Estado novo como instrumento político, para evitar ideias contrárias ao regime e para condicionar a discussão de opiniões. A censura transformou-se numa espécie de Lei do Silêncio, que incluía não só

---

<sup>339</sup> A ponto de, juntamente com a repressão e a alienação social promovida pelo regime, impedir o governo de conseguir saber qual grau de apoio, entre a população portuguesa, com que contavam os beligerantes da Segunda Guerra Mundial (Meneses, 2011).

a censura propriamente dita, do lápis azul<sup>340</sup> e da tesoura, mas também a repressão interior, pela autocensura. Esta é a censura do medo: do medo da prisão, do medo da agressão, do medo de perder o emprego, do medo de fazerem mal aos familiares, do receio de ser, frequentemente, incomodado por certos telefonemas anônimos, enfim, o medo de ser perseguido (p. 236).

Com a finalidade de ‘proteger o espírito do regime’ e a opinião pública (Paulo, 1994), o governo promulgou o Decreto-Lei nº. 23.054, de 25 de setembro de 1933 (Portugal, 1933g), instituindo o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) cuja função era “[...] integrar os portugueses no pensamento moral que deve dirigir a Nação” (Portugal, 1933g, p. 1676). Para o cargo de diretor foi nomeado António Ferro, propagandista de Salazar e dinamizador da política cultural do Estado Novo, que permaneceria à frente do cargo até 1949 (Paulo, 1994).

Vinculado diretamente à Presidência do Governo, ou seja, a Salazar, o SPN<sup>341</sup> dirige-se a duas frentes simultâneas: internamente, o controle da opinião pública; externamente, garantir o apoio internacional ao regime<sup>342</sup> (Paulo, 1994). Em suma, suas atribuições eram a censura de ideias tidas por subversivas – em todas suas possíveis formas de manifestação, em especial na imprensa e no rádio – e a produção de quaisquer tipos de materiais e ações que objetivem exaltação do regime. Com efeito, a partir de 1942, o SPN recebe a atribuição de propaganda relativa às colônias (Paulo, 1994).

Próximo ao fim da Segunda Guerra Mundial, em 23 de fevereiro de 1944, o SNP sofre uma remodelação<sup>343</sup> que Paulo (1994) conceitua de “[...] uma nova fachada para o seu velho aparelho de propaganda” (p. 77), tornando-se o Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), mantendo sua função propagandística e ampliando o alcance da censura e suas atribuições gerais (Paulo, 1994). Após o afastamento de Salazar o SNI foi novamente renomeado, pelo governo

<sup>340</sup> ‘Lápis azul’ é uma referência ao uso da cor azul, pela censura, para proibir a veiculação de determinados conteúdos (Pinheiro, 2019).

<sup>341</sup> Segundo Paulo (1994): “O órgão actua, ainda, como uma espécie de força auxiliar das Comissões de Censura, sendo dotado de “poderes especiais” [...] que confere[m] aos funcionários do SPN a livre entrada em espectáculos e reuniões públicas, reforçando o papel de condutor do ideário oficial” (p. 75).

<sup>342</sup> O SNP possuía características similares às do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Estado Novo brasileiro. Os dois órgãos atuaram conjuntamente em alguns momentos de aproximação diplomático-cultural de seus países. Para aprofundamento, v. Paulo (1994).

<sup>343</sup> Segundo Ribeiro (2020): “Essa remodelação (porque efetivamente foi disso que se tratou, mais do que a criação de um novo organismo) inscreveu-se num processo de desfascização relativa do regime (desde logo na designação, retirando-se-lhe o termo propaganda, directamente conotado com os regimes ditatoriais da época), operado por Salazar face à conjuntura de fim da guerra e de maior atenção, por parte da cena política internacional, ao autoritário Estado Novo” (p. 23).

de Marcello Caetano, como Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT)<sup>344</sup>. O SEIT, que mantinha atribuições análogas às do SNI (Ribeiro, 2020), foi extinto, em 1974, após a Revolução dos Cravos.

#### 7.1.4. Ponderações acerca do caso português

Demonstrada toda a estrutura – discursiva, jurídica e institucional – que baseou a repressão do Estado Novo (além daquela ocorrida entre 1926 e 1933), um termo foi ressaltado por diversas ocasiões: o medo. Duas ponderações, a impactológica e a de manutenção, devem ser efetuadas.

A primeira ponderação, portanto, é relativa aos resultados dessas políticas do medo implementadas por Salazar e Caetano, que são demonstrados pelas duríssimas estatísticas acerca da repressão em Portugal. Segundo Raimundo (2018):

A investigação produzida até hoje sobre essa dimensão do Estado Novo retrata um regime que perseguiu a oposição e violou direitos políticos e sociais de forma sistemática e persistente. Os números apontam para cerca de 30 mil presos políticos<sup>345</sup>, cerca de 20 assassinatos por motivos político-ideológicos, mais de 30 mortos na colónia penal do Tarrafal e um número indefinido de torturados, perseguidos e exilados. Pelos Tribunais Militares Especiais terão passado mais de 10 mil réus e pelos Tribunais Plenários perto de quatro mil. Em consequência da guerra colonial houve ainda cerca de oito mil desertores e 200 mil refractários que saíram do país por motivos político-ideológicos, ou por terem decidido emigrar antes de cumprir o serviço militar obrigatório. Estes números são apenas uma das faces deste período, marcado também pelas deportações, fixação de residência, espancamentos, purgas nas universidades, censura aos meios de comunicação social e às editoras, bloqueio das carreiras dos opositores ao regime, demissões por motivos político-ideológicos, ausência de liberdade associativa e por uma guerra colonial que durou 14 anos (p. 22-23).

Essa estimativa – incerta por diversas razões que variam desde ausência de dados até a desaparição de registros (Pimentel, 2007) – é corroborada por Rosas (2025):

Não sendo fácil estabelecer, com precisão, o número total de presos pela PVDE/PIDE/DGS por razões políticas, os diferentes estudos efetuados

---

<sup>344</sup> Para aprofundamento, v. Ribeiro (2020).

<sup>345</sup> Esses números correspondem aos levantados pela Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista, estabelecida pelo governo português em 1977 (Morais, 2016).

permitem estabelecer com razoável probabilidade que, entre 1933, quando se cria a PVDE e se institucionaliza o Estado Novo, e o 25 de abril de 1974, a polícia política efetuou não menos de 30 mil prisões por motivos políticos. Os períodos de maior incidência repressiva foram o da Guerra Civil de Espanha (8.293 presos políticos, entre 1936 e 1939) e, previsivelmente, os das duas grandes crises do salazarismo: 4.267 prisões, entre 1945 e 1949, e 4.894 prisões, entre 1958 e 1962. Apesar da falta de fontes fidedignas, pode estimar-se que, no período da Ditadura Militar, entre 1926 e 1932, tenham ocorrido não menos de 2 mil prisões políticas. O que perfaz, entre 1926 e 1974, um total que rondará entre os 30 e os 35 mil presos políticos (p. 188-189).

Uma segunda ponderação cabível, relativa à manutenção do medo através da perpetuação da repressão, é a da divisão das formas da violência utilizada pelo Estado Novo (Rosas, 2025). Essa divisão pode ser definida em dois tipos: violência preventiva e violência punitiva. Segundo Rosas (2025):

Em primeiro lugar, a *violência preventiva*, a forma mais constante, mais onipresente, mas mais “silenciosa” ou “invisível” da violência. A que era apontada à dissuasão, à intimidação, privilegiando a contenção e a vigilância permanente dos comportamentos. Nela desempenhava um papel de fundo, no Portugal ainda essencialmente rural dos anos 1930 aos anos 1950, a ação da Igreja católica na legitimação ideológica do regime e no controlo dos espíritos” (p. 182).

Esta forma era sustentada com emprego dos órgãos de vigilância (censura prévia, interceptações de comunicação, delação, informantes, etc.), do sistema de ordem pública (polícias) e dos aparelhos de inculcação ideológica (Ministério da Educação Nacional, organizações de enquadramento sócio-político e organizações corporativas do Estado). Seu objetivo, que perdurou ao menos até o fim da década de 1970, era desmobilizar dissidências (Rosas, 2025).

Do outro lado dessa mesma moeda, seu complemento, estava a face mais brutalmente repressiva. Segundo Rosas (2025):

Só depois do círculo da prevenção agia a *violência punitiva*, a violência da repressão direta contra o número sempre relativamente escasso (salvo nos períodos, também circunscritos, de grandes mobilizações de massa) dos que ousavam desafiar a “ordem estabelecida”. Ou seja, dos que pisavam o tal risco delimitador do primeiro círculo de segurança, militando ou apoianto organizações clandestinas de luta contra o regime, conspirando ou participando em atividades revolucionárias, ou simplesmente aderindo a uma greve, firmando um abaixo-assinado de protesto, comparecendo numa manifestação, solidarizando-se com presos políticos, ou frequentando iniciativas culturais ou recreativas proibidas, tudo atividades automaticamente

passíveis de repressão policial com efeitos mais ou menos graves na liberdade, na integridade física e na vida profissional dos prevaricadores (p. 187).

Esta forma era sustentada com emprego da repressão das agências policiais, em especial a polícia política (PVDE/PIDE/DGS) e suas instituições de suporte (políticas, policiais, sociais, jurídicas, prisionais e legais). Torturas, assassinatos e prisões arbitrárias grassavam, tudo em meio a um formalismo jurídico-legal criado com vistas a imprimir ‘ares’ de legitimidade ao Estado. A impunidade das ações, a retórica de ‘punição exemplar’ aos que violavam a ordem social e/ou a segurança do Estado e a própria manutenção dessas duas formas e violência (Rosas, 2025) foram bastante efetivas em manter a sociedade portuguesa refém do medo.

A repressão, contudo, não foi o único elemento de manutenção da ditadura de Salazar, mas sim um de seus pilares de sustentação dentre outros vários. De acordo com Pimentel (2007):

Terá o regime ditatorial perdurado graças à sua polícia política? Sim e não. A PIDE/DGS ajudou o regime a manter-se, assim como outros dos seus grandes pilares — a Igreja e sobretudo as Forças Armadas. Lembre-se que foram estas que asseguraram a continuidade do regime, em 1958, durante o «terramoto delgadista» e, depois, em todo o período da Guerra Colonial. Mas o regime ditatorial também perdurou porque conseguiu uma «organização do consenso», através de aparelhos de desmobilização cívica e de inculcação ideológica, bem como instrumentos como o aparelho corporativo e as organizações de enquadramento de estratos da população. Por outro lado, a ditadura portuguesa contou com outras polícias e com o aparelho administrativo central e local, mas também com o eficaz aparelho de Censura, que recusava o conflito e a pluralidade de opiniões, e com o sistemático «saneamento» de uma função pública que era o grande fornecedor de empregos em Portugal, mas da qual estavam arredados todos os que entravam em dissidência com o regime. Censura e sistema de «saneamento» político, com os quais a PIDE/DGS sempre colaborou e dos quais foi, aliás, um importante instrumento. A PIDE/DGS foi o último factor desses meios de intimidação, desmobilização e repressão. Reprimia e neutralizava selectivamente os poucos que lutavam contra o Estado Novo e espalhava o medo, com a ameaça do que podia acontecer aos que entravam em dissidência. Difundiu também, com alguma eficácia, a ideia de que era omnipotente e omnipresente através de uma enorme rede de informadores e uma cultura de denúncia (p. 535).

Conclui-se, portanto, que o medo esteve presente, em diferentes apresentações, em todo o cenário analisado. O discurso, a legislação e a repressão demonstram sua onipresença e explicam, em parte por razão das políticas do medo, como a ditadura de Salazar manteve-se no poder por quase quatro décadas.

## 7.2. Uma violência poliédrica<sup>346</sup>: o caso espanhol

A violência e o medo, como se depreende dos argumentos apresentados até o momento, representaram uma circunstância constante no caso espanhol. Muito embora a repressão fosse uma ferramenta de frequente uso na política espanhola durante o início do século XX (Graham, 2005; Preston, 2011), os níveis atingidos durante o comando de Francisco Franco – tanto na Guerra Civil Espanhola (1936-1939), quanto na ditadura subsequente (1939-1975) – superaram os ‘parâmetros’ anteriores.

Foram seus resultados, de acordo com Preston (2011):

Durante a Guerra Civil espanhola, cerca de 200.000 homens e mulheres foram assassinados longe da frente [de guerra], executados extrajudicialmente ou após precários processos legais. Morreram à raiz do golpe militar contra a Segunda República dos dias 17 e 18 de julho de 1936. Por essa mesma razão, ao menos 300.000 homens perderam a vida nas frentes de batalha. Um número desconhecido de homens, mulheres e crianças foram vítimas dos bombardeios e dos êxodos que seguiram à ocupação do território por parte das forças militares de Franco. No conjunto da Espanha, após a vitória definitiva dos rebeldes ao final de março de 1939, ao redor de 20.000 republicanos foram executados. Muitos mais morreram de fome e doenças nas prisões e nos campos de concentração onde se amontoavam em condições sub-humanas. Outros sucumbiram às condições escravizantes dos batalhões de trabalho. A mais de meio milhão de refugiados não sobrou outra saída além do exílio, e muitos pereceram nos campos de internamento francês. Vários milhares acabaram nos campos de extermínio nazistas. Tudo isso constitui o que ao meu juízo pode se chamar o “holocausto espanhol”<sup>347</sup> (p. 12).

Esses dados corroboram com a visão de Sesma (2024), que indica que a violência franquista possuía como seis características inerentes “[...] sua natureza

<sup>346</sup> O título desse subcapítulo é baseado em uma conceituação de autoria de Sesma (2024).

<sup>347</sup> No original: “Durante la Guerra Civil española, cerca de 200.000 hombres y mujeres fueron asesinados lejos del frente, ejecutados extrajudicialmente o tras precarios procesos legales. Murieron a raíz del golpe militar contra la Segunda República de los días 17 y 18 de julio de 1936. Por esa misma razón, al menos 300.000 hombres perdieron la vida en los frentes de batalla. Un número desconocido de hombres, mujeres y niños fueron víctimas de los bombardeos y los éxodos que siguieron a la ocupación del territorio por parte de las fuerzas militares de Franco. En el conjunto de España, tras la victoria definitiva de los rebeldes a finales de marzo de 1939, alrededor de 20.000 republicanos fueron ejecutados. Muchos más murieron de hambre y enfermedades en las prisiones y los campos de concentración donde se hacinaban en condiciones infráhumanas. Otros sucumbieron a las condiciones esclavistas de los batallones de trabajo. A más de medio millón de refugiados no les quedó más salida que el exilio, y muchos perecieron en los campos de internamiento franceses. Varios miles acabaron en los campos de exterminio nazis. Todo ello constituye lo que a mi juicio puede llamarse el «holocausto español»” (p. 12). Tradução minha.

transversal, preventiva, modulável, multiforme, incriminatória e cínica”<sup>348</sup> (p. 48) e com a definição de Arnabat Mata (2013), que indica que a repressão estava codificada no DNA do franquismo.

Conquistado o poder ao fim da ‘cruzada redentora’, Franco – *Generalísimo*, Caudillo e Chefe de Estado e de Governo da Espanha – empreendeu o que Preston (2005) denominou de ‘política da vingança’, aumentando, por longos anos, o sangrento saldo de mortos, presos, torturados, desaparecidos (Hermet, 1989) e de uma duradoura e “[...] sólida cultura do silêncio e do medo”<sup>349</sup> (Arnabat Mata, 2013, p. 58).

Com efeito, a investigação, nesse capítulo, busca entender como o medo esteve atrelado à ditadura franquista desde sua concepção e como perdurou até seus derradeiros momentos. Da conspiração ao golpe, do golpe à guerra, da guerra à vitória e da vitória ao terror, a ditadura capitaneada por Franco explorou o medo que havia sido instilado na população durante o conflito fraticida espanhol, frequentemente aplicando a repressão para manter a memória do implacável poder do *Nuevo Estado*.

#### 7.2.1. Dimensão discursiva em Franco

Para avaliar a dimensão discursiva das políticas do medo instrumentalizadas por Franco, tal como efetuado em relação a Salazar, igualmente cabe analisar o conteúdo retórico dos discursos, com ênfase na conceituação do medo e das formas de seu enfrentamento, do vernáculo específico acerca da delimitação desse medo e de seu combate e das formas de geração e delimitação do inimigo a combater.

A retórica franquista permite, com notável clareza, ainda que seu emprego tenha se beneficiado de conceitos intencionalmente vagos, identificar os sujeitos e os grupos que foram discursivamente construídos como inimigos da Espanha – a *antiespaña* (Molinero; Ysàs, 2001a) –, sobre os quais deveria recair a vingança para que fossem ‘extirpados’ e ‘aniquilados’ (Arnabat Mata, 2013) de forma a abrir caminho para a edificação do *Nuevo Estado*.

---

<sup>348</sup> No original: “[...] su naturaleza transversal, preventiva, modular, multiforme, incriminatoria y cínica” (Sesma, 2024, p. 48). Tradução minha.

<sup>349</sup> No original: “[...] sólida cultura del silencio y del miedo” (Arnabat Mata, 2013, p. 58).

Os inimigos a combater, paradoxalmente, são claramente identificáveis no discurso franquista, ainda que a conceituação utilizada seja dotada de uma plasticidade tão ampla que – como visto na prática – qualquer indivíduo ou grupo pudesse ser encaixado nelas meramente por expor dissidências. Três desses inimigos são citados com frequência: os comunistas, os maçons e os judeus (Molinero; Ysàs, 2001a; Arnabat Mata, 2013; Preston, 2023; Valencia Uy, 2025), a quem Franco fazia costumeiras referências de participação em uma conspiração contra a Espanha<sup>350</sup>.

A suposta conspiração judeu-maçônica comunista, parte integral da retórica do franquismo, foi utilizada como uma justificativa de todos os problemas que a Espanha enfrentava desde o fim da Guerra Civil (Sánchez Illán; Lumbreiras Martínez, 2016; Marcato, 2020). A utilização desse bode expiatório<sup>351</sup>, embora tenha sido mais frequente entre o início da década de 1940 e o ano de 1953 (Moralez Ruiz, 2019) – data da assinatura da Concordata com a Santa Sé e do Tratado de Amizade Hispano-American – datava ao menos desde 1921<sup>352</sup> e prolongou-se através do período ditatorial.

A preponderância histórica da construção e manutenção desse inimigo no discurso oficial pode ser observada nas palavras do próprio Franco (2020), em 18 de junho de 1962:

Não passaram, não obstante, os perigos. Muitas vezes o repeti. Enfrentamos desde os primeiros momentos com aqueles inimigos da grandeza da Pátria, maçonaria e comunismo; batalhamos contra o que decompõe a vida espanhola, triunfamos em nossa Pátria, mas não pudemos lutar fora, e essas mesmas forças, organizadas no exterior, tentam por todos os meios a destruição da paz interna de nossa Nação<sup>353</sup> (p. 48).

---

<sup>350</sup> Preston (2023) pondera: “In a country with a tiny minority of Jews, perhaps fewer than 6,000 in 1936, and a similar number of freemasons, it is astonishing that a central justification for the civil war that took the lives of around 500,000 Spaniards, should have been the alleged plans for world domination of the so-called Jewish–masonic–Bolshevik conspiracy. The term used in Spanish by its propagators, *contubernio judeo-masónico-bolchevique*, has a stronger connotation than the English. It should properly be rendered as ‘the filthy Jewish–masonic–Bolshevik concubinage’” (p. 5). Para aprofundamento, v. Preston (2023).

<sup>351</sup> Franco havia publicado, sob o pseudônimo de Jakim Boor, um livro sobre o tema. Para aprofundamento, v. Franco (1952).

<sup>352</sup> Para aprofundamento, v. Domínguez Arribas (2020).

<sup>353</sup> No original: “No han pasado, sin embargo, los peligros. Muchas veces lo he repetido. Nos hemos enfrentado desde los primeros momentos con aquellos enemigos de la grandeza de la Patria, masonería y comunismo; hemos dado la batalla contra lo que descomponía la vida española, hemos triunfado en nuestra Patria, pero no la hemos podido dar fuera, y esas mismas fuerzas, organizadas en el exterior, tratan por todos los medios de la destrucción de la paz interna de nuestra Nación” (Franco, 2020, p. 48). Tradução minha.

Os comunistas, apontados como causadores da subversão, inimigos dos valores tradicionais da Espanha – entre eles o catolicismo (Franco, 2020) – passam a ser, então, a encarnação dos males que afligiam a nação. Marcato (2020) argumenta que a própria ascensão da figura de Franco ao posto de liderança da Espanha é apresentada, em seus discursos, como a solução dos problemas que o país vivia após o fim da Guerra Civil, funcionando sua tomada de poder como uma resposta a esse medo. Esse argumento é suportado pela análise dos discursos de Franco, que constantemente recordava, em suas intervenções, acerca dos riscos que o país corria, justificando uma constante vigilância e combate contra a ‘conspiração’ eterna (Franco, 2020).

A ‘cruzada redentora’ da Espanha tradicional contra os ‘vermelhos’, que acabou por proporcionar a ‘revolução’<sup>354</sup> (Franco, 2020) ao fim da Guerra Civil, legitimou a aniquilação dos inimigos derrotados, iniciando um período de punições e castigos. Em 1937, segundo ano da Guerra Civil, Franco (2020) declarava:

Os agitadores e todos os culpados de assassinatos serão castigados; mas seguiremos dando prova de clemência com a massa dos que hoje são nossos adversários. Criaremos uma Justiça e um Direito Público, sem os quais a dignidade humana não seria possível<sup>355</sup> (p. 244).

No entanto, como será visto na sequência, a partir do fim da guerra a ditadura franquista seria progressivamente dotada de um ordenamento jurídico e uma série de instituições voltadas à repressão não apenas dos comunistas, dos maçons e dos judeus, mas sim de indivíduos e grupos que porventura fossem dissidentes – mesmo aqueles que estiveram ao lado dos nacionalistas durante a guerra – e ousassem expor essas posições. Longe de demonstrar ‘clemência’, o franquismo entregou-se nitidamente ao que Preston (2005; 2006) denominou de política de vingança.

---

<sup>354</sup> Para aprofundamento, v. Francesconi (2009) e Straehle (2024).

<sup>355</sup> No original: “Los agitadores y todos los culpables de asesinatos serán castigados; pero seguiremos dando prueba de clemencia con la masa de los que hoy son nuestros adversarios. Crearemos una Justicia y un Derecho Público, sin los que la dignidad humana no sería posible” (Franco, 2020, p. 244). Tradução minha.

### 7.2.2. Dimensão operativa em Franco: o âmbito preventivo-preparatório<sup>356</sup>

A análise do âmbito preventivo-preparatório na ditadura franquista, por sua vez, impõe a avaliação dos dois pressupostos básicos da dimensão operativa: a produção legislativa necessária para sustentar a atuação repressiva e a criação e/ou reforma de agências estatais responsáveis pela repressão.

Primeiramente, por ordem de importância na hierarquia legal, cabe uma diferenciação da fundamentação basilar do ordenamento jurídico franquista de sua congênere portuguesa. O ato inaugural do Estado Novo salazarista foi, como visto, a promulgação da Constituição de 1933. Curiosamente, ainda que tenha produzido copiosa quantidade de diplomas legais, o regime franquista não produziu uma Constituição nos moldes modernos – na prática sequer foi necessário, a despeito de tentativas de parte de seus apoiadores<sup>357</sup> –, mas sim um corpo de legislações – que descansavam sobre as Leis Fundamentais do Reino (Castiella, 2018) – que, em sua plasticidade conjuntural, permitiram a governação, ainda que tendo por base um permanente estado de exceção (Pagès i Blanch, 2009). Sobre essa circunstância, pondera González Prieto (2012):

Houve uma importante concordância por parte de quase toda a doutrina na defesa de que a melhor forma de Constituição para o regime era uma Constituição aberta, flexível, formada por uma pluralidade de normas que se adaptam às necessidades históricas de cada momento. Ainda que não tenham faltado vozes qualificadas que exigissem o estabelecimento de um código constitucional que destacasse as peculiaridades do regime. Em resumo, podemos dizer que a dogmática constitucional elaborada pela doutrina política franquista colocou-se, como a maior parte das categorias políticas que ela estudou, inteiramente a serviço dos interesses do regime<sup>358</sup> (p. 231-232).

---

<sup>356</sup> A ditadura franquista foi bastante prolífica na produção de legislação repressiva, razão pela qual, neste tópico, cingir-se-á ao apontamento dos principais diplomas legais produzidos. Para aprofundamento na totalidade dessa legislação, v. Pelai i Blanch (2009).

<sup>357</sup> Para aprofundamento, v. González Prieto (2012).

<sup>358</sup> No original: “En lo que existió una importante coincidencia por parte de casi toda la doctrina fue en la defensa de que la mejor forma de Constitución para el régimen era una abierta, flexible, formada por una pluralidad de normas que se van adaptando a las necesidades históricas en todo momento. Aunque no faltaron voces cualificadas que demandaban el establecimiento de un código constitucional que remarcarse las peculiaridades del régimen. En resumidas cuentas, podemos decir que la dogmática constitucional que elaboró la doctrina política franquista se puso, como la mayor parte de las categorías políticas que ésta estudió, enteramente al servicio de los intereses del régimen” (González Prieto, 2012, p. 231-232). Tradução minha.

Superado esse ponto, a ausência de uma Constituição formal não impediu o regime franquista de possuir uma legalidade por outros meios<sup>359</sup>, nem de, como observado, produzir os diplomas legais necessários para fundamentar seu funcionamento desde seu princípio (Pagès i Blanch, 2009). Segundo Sesma (2024), “situada já às portas da vitória, uma de suas primeiras medidas foi dotar-se de uma sólida estrutura jurídica, com o objetivo de castigar a população desafeta<sup>360</sup> (p. 19).

As legislações repressivas do franquismo podem ser divididas, conforme Pagès i Blanch (2009) em três fases maiores: durante a Guerra Civil (1936-1939), pós-guerra (1939-1947) e da etapa final (1954-1975). Prolífico em todas essas fases, o regime produziu abundante quantidade de diplomas legais de caráter repressivo.

Em sua primeira fase, para além de diversos dispositivos legais que promoviam a depuração e a censura a nível educacional e político, além da depuração de funcionários públicos e do confisco de bens (Pagès i Blanch, 2009), a *Junta de Defensa Nacional* (JDN) – junta militar que comandou os territórios controlados pelos nacionalistas entre julho e setembro de 1936<sup>361</sup>, tendo por Presidente Cabanellas e por Chefe de Estado e *Caudillo* Franco – promulgou o Decreto nº. 79, de 31 de agosto de 1936 (Espanha, 1936), instituindo o juízo sumaríssimo para delitos julgados pelas jurisdições de Marinha e de Guerra. A despeito das previsões do decreto – entre elas das garantias processuais – a intenção, segundo Pagès i Blanche (2009) era servir para dar à repressão uma imagem de legalidade formal.

Outra norma relevante, em 1939, foi a Lei de 9 de fevereiro de 1939 de Responsabilidades Políticas (Espanha, 1939a), voltada à punição de tantos quantos considerados responsáveis por “[...] forjar a subversão vermelha, a mantê-la viva durante mais de dois anos e a entorpecer o triunfo, providencial e historicamente

<sup>359</sup> Segundo Castiella (2018): “Careciendo de una constitución, y a la vez necesitando elaborar una fachada legal para dar legitimidad en el exterior a un régimen nacido por las armas, se redactaron una serie de leyes que con el tiempo se conocerían como Leyes Fundamentales. Dichas leyes fueron la plasmación jurídica de esa doctrina sui generis que fue la democracia orgánica católica y respondieron a momentos muy concretos del desarrollo de la España franquista [...] (p. 3).

<sup>360</sup> No original: “Situada ya a las puertas de la victoria, una de sus primeras medidas fue dotarse de un sólido entramado jurídico, con el objetivo de castigar a la población desafecta” (Sesma, 2024, p. 19). Tradução minha.

<sup>361</sup> De acordo com Pagès i Blanch (2009), a partir de 30 de janeiro de 1938 uma lei concedeu a Franco o poder supremo de ditar normas jurídicas. Essa jurisdição deveria contar com prévia deliberação de um Conselho de Ministros nomeados pelo próprio Franco.

ineludível, do *Movimiento Nacional* [...]”<sup>362</sup> (Espanha, 1939a, p. 824), ou seja, todos aqueles que se opuseram ao golpe de Estado encabeçado por Franco. Segundo Pagès i Blanch (2009), a lei tinha um largo alcance, caráter retroativo, punia todos os maiores de 14 anos, previa penas de inabilitação, afastamento, prisão, desterro e confisco de bens e criava tribunais de responsabilidades políticas para julgar os delitos, além de também impor normas de caráter processual. Essa lei, assevera Pagès i Blanch (2009), teve um efeito devastador contra os derrotados da Guerra Civil, com efeitos patrimoniais que subsistiram mesmo após o retorno da democracia<sup>363</sup>.

A vingança dos vencedores da contenda foi novamente reforçada com a Lei de 8 de setembro de 1939, que criou as Colônias Penitenciárias Militarizadas (Espanha, 1939b). Essa lei, que criava ‘batalhões’ e ‘agrupamentos’ de apenados vinculados ao Patronato de Redenção de Penas pelo Trabalho, previa em seus ditames:

[...] a organização e utilização dos apenados na execução de obras públicas ou particulares e na exploração, com caráter provisional ou permanente, de determinadas indústrias, quando estas tenham o caráter de novas ou, não o sendo, e sim necessárias ou convenientes à Economia Nacional, a iniciativa privada não as tenha organizado ou aproveitado<sup>364</sup> (Espanha, 1939b, p. 5160).

A destinação do uso desse trabalho, segundo Pagès i Blanch (2009) era destinar trabalhadores – praticamente em regime de escravidão, enfatiza-se – aos esforços de reconstrução do país<sup>365</sup> e como mão de obra barata para a iniciativa privada.

Já no período do pós-guerra, segundo a classificação de Pagès i Blanch (2009), merece destaque a Lei Sobre Repressão da Maçonaria e do Comunismo, de 1º de

<sup>362</sup> No original: “[...] forjar la subversión roja, a mantenerla viva durante más de dos años y a entorpecer el triunfo, providencial e históricamente ineludible, del Movimiento Nacional [...]” (Espanha, 1939a, p. 824). Tradução minha.

<sup>363</sup> Pagès i Blanch (2009) pondera: “A la pràctica, els efectes i els resultats de la Llei de responsabilitats polítiques, mentre va estar vigent, van ser devastadors per als vençuts i van deixar una herència per al futur que, en molts casos, sobretot quan després de la restauració de la democràcia hom va voler recuperar propietats expropiades per l'Estat, encara resta pendent de resolució” (p. 40).

<sup>364</sup> No original: “[...] la organización y utilización de los penados en la ejecución de obras públicas o particulares y en la explotación, con carácter provisional o permanente, de determinadas industrias, cuando éstas tengan el carácter de nuevas o, no siéndolo, y sí necesarias o convenientes a la Economía Nacional, la iniciativa privada no las haya organizado o aprovechado” (Espanha, 1939b, p. 5160).

<sup>365</sup> Uma das obras públicas construídas, e talvez a mais emblemática, foi o *Valle de los Caídos*. Para aprofundamento, v. Cavichioli (2024).

março de 1940 (Espanha, 1940). Essa lei, segundo Pagès i Blanch (2009) foi a lei repressiva mais importante após a Lei de Responsabilidades Políticas, prevendo penas de até 30 anos de prisão apenas por pertencer à alguma organização da maçonaria ou comunista. Como anteriormente mencionado, a imprecisão<sup>366</sup> intencional da terminologia utilizada para descrever o comunismo era uma arma de primeira ordem no arsenal franquista para aniquilar qualquer forma de dissidência, ainda que, ante uma análise formal, esses dissidentes sequer pudessem ser classificados como tal. Segundo Pagès i Blanch (2009):

[...] se trata de uma lei penal que continha aspectos absolutamente grotescos e aberrações jurídicas flagrantes, como quando ao definir aquilo que se entendia por comunista: “Se consideram comunistas os indutores, dirigentes e ativos colaboradores da tarefa ou propaganda soviética, trotskistas, anarquistas ou similares”. Evidentemente, o conceito de “comunista” abarcava um *totum revolutum*, do qual não escapava praticamente ninguém, porque o “similares” servia para acabar de abarcá-lo todo<sup>367</sup> (p. 47).

Em complemento a esta lei, posteriormente foram criadas outras leis que estabeleciam o funcionamento tribunais especiais para julgar os delitos de pertencimento à maçonaria e às organizações comunistas (Espanha, 1940; Richards, 1998; Pagès i Blanch, 2009). Esse tribunal foi encerrado apenas no ano de 1964 (Pagès i Blanch, 2009).

O último dispositivo legal do período do pós-guerra cuja menção é necessária é o Decreto-Lei sobre Repressão dos Delitos de Bandidagem e Terrorismo<sup>368</sup> (Espanha, 1947). Esse diploma legal<sup>369</sup> – que substituiu a Lei de Segurança do Estado de 1941 – foi criada no contexto de um aumento de intensidade, desde 1944-5, de

<sup>366</sup> Molinero e Ysàs (2001a) definem essa imprecisão conceitual como uma ‘extraordinária elasticidade’.

<sup>367</sup> No original: “[...] es tracta d'una llei penal que contenia aspectes absolutament esperpèntics i aberracions jurídiques flagrants, com quan hom definia allò que s'entenia per comunista: «Se consideran comunistas los inductores, dirigentes y activos colaboradores de la tarea o propaganda soviética, trotskistas, anarquistas o similares.»” Evidentment, el concepte de «comunista» abraçava un *totum revolutum*, del qual no s'escapava pràcticament ningú, perquè el «similares» servia per acabar d’abraçar-ho tot” (Pagès i Blanch, 2009, p. 47). Tradução minha.

<sup>368</sup> Esse Decreto-Lei foi revisto e unificado com os crimes de rebelião militar em 1960, unificando-o a uma lei de 1943 (Pagès i Blanch, 2009).

<sup>369</sup> Pagès i Blanch (2009), acerca da repressão provocada por esta lei, pondera: “Amb la posada en funcionament d'aquest decret llei es va intensificar enormement la repressió del règim contra l'oposició, que des del 1943 i en la conjuntura de la fi de la Segona Guerra Mundial havia sofert una certa relaxació. Hi ha autors que parlen de «trienni del terror» per a definir els anys que van del 1947 al 1949. El fet fou que fins a finals de la dècada el règim no va estalviar esforços ni recursos per fer front a la guerrilla, que als inicis dels anys cinquanta va iniciar un procés de desmobilització tot i que van romandre nuclis guerrillers fins avançats els anys seixanta” (p. 60).

grupos de guerrilha muitas vezes ligados ao PCE e ao anarquismo. Estabelecia, em seu texto, diversos tipos de delitos, frequentemente punidos com pena de morte (em caso de ações com resultado morte) e julgados, sumariamente, em tribunais militares (Pagès i Blanch, 2009).

A primeira lei do período definido por Pagès i Blanch (2009) como pertencente à etapa final do franquismo foi a Lei de 15 de julho de 1954 (Espanha, 1954), que alterou as disposições da ‘Lei de Vadios e Malfeiteiros’ de 1933. Tendo o regime a moral cristã<sup>370</sup> como norte, esse diploma legal serviu para afastar da sociedade ‘homossexuais, cafetões, proxenetas, mendigos profissionais, doentes mentais e incitadores de terrorismo’, entre outros, e sujeitá-los ao internamento em colônias agrícolas (Pagès i Blanch, 2009).

À época da aplicação do Plano de Estabilização, em 1959, é promulgada a Lei de Ordem Pública, de 30 de julho de 1959 (Espanha, 1959), alterando as disposições vigentes desde 1933. Esse dispositivo legal, cujo objetivo declarado era manutenção da ordem pública, na realidade focava nas estratégias de contenção das dissidências em casos de que as forças de segurança regulares fossem insuficientes para contê-las. Em seu teor, o ponto mais relevante era a declaração do estado de exceção e do estado de guerra, nos quais o governo poderia suspender tantas liberdades civis quanto necessárias para retornar à normalidade. Essas medidas incluíam a manutenção do uso dos tribunais militares (Pagès i Blanch, 2009).

À organização da oposição antifranquista no exterior – denominada pelo governo de ‘contubérnio’ de Munique após uma reunião, naquela cidade, em 1962 (Pagès i Blanch, 2009) –, uma das facetas visíveis de um crescente movimento de contestação social em diversos setores (Molinero; Ysàs, 2001a), o governo respondeu às dissidências com o aumento da repressão (Alcántara Pérez, 2022), prendendo milhares de pessoas e executando centenas, além de declarar o estado de exceção duas vezes apenas naquele ano (Pagès i Blanch, 2009).

Vários acontecimentos do período, como a execução de Julián Grimau (1911-1963), acabaram por aumentar a condenação internacional do regime franquista. Em resposta à deterioração progressiva de sua imagem internacional – que, ainda que não representasse necessariamente um risco de intervenção, nunca havia sido

---

<sup>370</sup> De acordo com Pagès i Blanch (2009) uma lei adicional, em 1956, proibiu a prostituição, ainda que sua eficácia tenham sido questionáveis, assim como seu direcionamento moral.

particularmente positiva após a Segunda Guerra Mundial – o governo promulgou o Decreto-Lei 154/1963, de 2 de dezembro, criando o Juizado e os Tribunais de Ordem Pública (TOP) (Espanha, 1963), que entregava à jurisdição civil os delitos que, até aquele momento, eram julgados em tribunais militares. Excetuavam-se das atribuições dos TOP, no entanto, os delitos de ‘terrorismo’ (Pagès i Blanch, 2009; Alcántara Pérez, 2022).

A utilização dos TOP, ampla e frequente, todavia, não impediu que o governo, com similar frequência, recorresse ao uso dos tribunais militares e das declarações de estado de exceção. Segundo Pagès i Blanch (2009):

A sistemática utilização do TOP e das medidas extraordinárias, como o recurso ao estado de exceção, não vai evitar que, a partir de 1969-1970, o governo franquista voltasse a recorrer à jurisdição militar para tentar impedir o que já se evidenciava inevitavelmente: a crise do Estado franquista, coincidindo com os últimos anos de decrepitude biológica do ditador<sup>371</sup> (p. 74).

O surgimento do ETA, no final da década de 1960, obrigou o regime franquista a dedicar sua atenção legislativa, ainda mais, para a questão do terrorismo<sup>372</sup> (Pagès i Blanch, 2009). Legislações em 1971 e, especialmente, em 1975 (Espanha, 1975).

Consoante às agências criadas e/ou reformadas durante o período, compete ressaltar que, durante o curso de sua história, o aparato policial repressivo – além das instituições repressivas não policiais – do franquismo foi composto por uma combinação que compreendia desde organismos de ordem pública já existentes, como a *Dirección General de Seguridad* (DGS), forças policiais já existentes, como a Guardia Civil, grupos milicianos, como a Milícia Nacional da *FET y de las JONS*, até corpos especializados que viriam a ser criados, como a Brigada Político-Social<sup>373</sup> (BPS) (Molinero; Ysàs, 2001a; Alcántara Pérez, 2022).

A reorganização dos organismos policiais iniciou em 1941, quando foi

<sup>371</sup> No original: “La sistemàtica utilització del TOP i de les mesures extraordinàries, com el recurs a l'estat d'excepció, no va evitar que, a partir de 1969-1970, el Govern franquista tornés a recórrer a la jurisdicció militar per intentar impedir el que ja s'evidenciava inevitable: la crisi de l'Estat franquista, coincidint amb els darrers anys de decrepitud biològica del dictador” (Pagès i Blanch, 2009, p. 74). Tradução minha.

<sup>372</sup> A partir de 1971 o governo também combateu o grupo armado *Frente Revolucionario Antifascista y Patriota* (FRAP) (Villar, 1977).

<sup>373</sup> A BPS também era conhecida como Brigada de Investigación Social (Pagès i Blanch, 2004).

promulgada a Lei de Polícia<sup>374</sup>, de 8 de março (Espanha, 1941), sendo criados o *Corpo General de Policía* (CGP) e a Polícia Armada de Tráfico, aos quais se juntava a milícia do partido, para prover os serviços de vigilância e segurança do Estado (Espanha, 1941; Alcántara Pérez, 2022). Naquele ano, por meio de uma lei complementária, foi oficialmente criada a BPS. Entre seus fins, Alcántara Pérez (2022) aponta que constavam “[...] a repressão política mediante perseguições, intervenções telefônicas, interceptação de correspondência privada, detenções [...] e aplicações de métodos de tortura”<sup>375</sup> (p. 22). Essa organização de polícia política, de acordo Gómez Bravo (2017), “[...] constituiu o instrumento principal, junto com os serviços de inteligência militar dos quais procedia, para a política “preventiva” do Estado [...]”<sup>376</sup> (p. 160).

Ainda sobre a BPS, atesta Alcántara Pérez (2022):

As ações da BPS não respondiam apenas ao impulso de alguns agentes sádicos — embora também houvesse esses —, mas obedeciam a um processo, a um modo de atuação bem definido. Os policiais não apenas analisavam em detalhe o funcionamento das organizações clandestinas antifranquistas, sua base ideológica e seus principais quadros, como também aprenderam os “métodos” da Gestapo nazista e da CIA estadunidense para colocá-los em prática. Assim, ao longo de sua história, a BPS utilizou diferentes métodos de tortura. Na maioria das vezes, os algozes atuavam, além da motivação ideológica, por dinheiro, em troca de generosas recompensas que o Estado oferecia por prender militantes do Partido Comunista da Espanha (PCE), das Comissões Operárias (CC OO), da Frente de Libertação Popular (FLP) ou da Liga Comunista Revolucionária (LCR). [...] muitos agentes se dedicavam principalmente a questões de propaganda; outros se encarregavam de ordenar as detenções e as torturas; e outros de executá-las. O ponto em comum: todos estavam a serviço do regime, ao qual demonstraram uma fidelidade inabalável<sup>377</sup> (p. 12-13).

---

<sup>374</sup> Esta lei também previa uma profunda depuração dos serviços policiais de todos aqueles cuja lealdade se manteve com a República (Alcántara Pérez, 2022).

<sup>375</sup> No original: “[...] se encargó, junto a los Servicios de Información de la Guardia Civil y de Falange (con la Milicia Nacional de FET y de las JONS), de la represión política mediante seguimientos, intervenciones telefónicas, incautación de correspondencia privada, detenciones [...] y aplicación de métodos de tortura” (Alcántara Pérez, 2022, p. 22). Tradução minha.

<sup>376</sup> No original: “[...] constituyó el instrumento principal, junto con los servicios de inteligencia militar de los que procedía, para la política “preventiva” del Estado [...]” (Gómez Bravo, 2017, p. 160).

<sup>377</sup> No original: “Las actuaciones de la BPS no respondieron al mero impulso de unos agentes sádicos —aunque también los hubo—, sino que obedecían a un proceso, a un modo de actuación bien definido. Los policías no solo analizaban al detalle el funcionamiento de las organizaciones clandestinas antifranquistas, su base ideológica y sus principales cuadros, sino que, además, aprendieron las «maneras» de la Gestapo nazi y de la CIA estadounidense para llevarlas a la práctica. Así, a lo largo de su historia, la BPS utilizó diferentes métodos de tortura. En la mayor parte de las ocasiones los victimarios actuaban, además de por ideología, por dinero, a cambio de cuantiosas recompensas que el Estado ofrecía por detener a militantes del Partido Comunista de España (PCE), de Comisiones Obreras (CC OO), del Frente de Liberación Popular (FLP) o de la Liga Comunista Revolucionaria (LCR). [...] muchos agentes se dedicaban principalmente a cuestiones de propaganda; otros se encargaban de ordenar las detenciones y las torturas, y otros de ejecutarlas. El punto de unión: todos estaban al

Os estudos dedicados à BPS são pouco numerosos, convencionando-se na literatura que ‘a polícia franquista’<sup>378</sup> – uma amalgama de todas as organizações<sup>379</sup> com poder para atuar contra dissidentes – era responsável pela repressão em nome do regime. De qualquer maneira, a BPS possuiu um papel destacado na ordem repressiva da ditadura, fornecendo um serviço mais especializado de vigilância e segurança e atuando, *de facto*, como polícia judicial dos órgãos judiciários responsáveis pelo julgamento dos crimes políticos (Pagès i Blanch, 2009).

Estabelecido o ordenamento jurídico e instrumentalizadas as agências repressivas que deveriam cumprir com essas disposições, a ditadura forjou um sistema quase hermético de repressão e medo. Neste sentido, resta avançar à análise de como a máquina repressiva do franquismo concretizou o intento cristalizado na dimensão discursiva e no âmbito preventivo-preparatório da dimensão repressiva.

#### 7.2.3. Dimensão operativa em franco: o âmbito repressivo

Devidamente lançados os pilares de sustentação da legalidade franquista, o *Nuevo Estado*, emergido da guerra fraticida que ampliou a divisão previamente existente das ‘duas Espanhas’, obteve a legitimação jurídica para implementar uma série de medidas repressivas que garantissem a continuidade da ditadura. Serão analisadas, no âmbito repressivo do organograma proposto (Figura 1), a repressão às causas, pessoas e grupos identificados com a origem do medo e a supressão de direitos básicos individuais e coletivos.

A repressão franquista pode ser traçada desde as primeiras semanas após o

servicio del régimen, hacia el cual mostraron una fidelidad sin fisuras” (Alcántara Pérez, 2022, p. 12-13). Tradução minha.

<sup>378</sup> Molinero e Ysàs (2001a) ponderam que a Guarda Civil, dependente dos Ministérios da Governação e do Exército, era encarregada principalmente da repressão em áreas rurais, portos e fronteiras, enquanto o CGP era encarregado da repressão em áreas urbanas.

<sup>379</sup> Sobre a relação entre as forças policiais e as Forças Armadas, Villar (1977) pondera: “La división marcada entre policía política y fuerzas armadas se produce sobre todo durante la *última* etapa, tal como ya he sugerido. Los militares dejan la represión de los hechos políticos, sindicales y en general sociales (conferencias, actos culturales, etc.), de carácter democrático y progresista en manos de la policía y de los tribunales especiales. Salvo casos excepcionales, los consejos de guerra – numerosos durante la *primera* etapa, y para casi todo el mundo democrático que actuara – no son montados, en los últimos tiempos, más que contra los militantes políticos (ETA, FRAP, etc.), que practican la lucha armada o terrorismo” (p. 196).

golpe de Estado de 1936, ainda que naquele momento deserta da configuração legal que seria criada durante o curso dos anos subsequentes. Segundo Pagès i Blanch (2009):

Ao iniciar-se o golpe de Estado militar, em 17 de julho de 1936, e durante as primeiras semanas, naquelas zonas que ficaram sob controle dos militares insurretos, as coisas foram um pouco diferentes. Em primeiro lugar, porque a repressão foi levada a termo à margem e qualquer consideração jurídica ou marco legal pré-estabelecido. Hoje são abundantes dos testemunhos e os estudos historiográficos realizados em locais como Sevilha, Galícia, Burgos ou Salamanca que assinalam a existência de uma repressão ilegal, exercida por setores sociais muito diversos – o Exército, os falangistas, a Guarda Civil ... – e que se desenvolveu em forma de *paseos* ou *sacas* em que eram fuziladas sem qualquer consideração ou juízo prévio todas aquelas pessoas consideradas esquerdistas<sup>380</sup> (p. 16).

A violência de primeira hora, durante os primeiros momentos do golpe, teve o objetivo não apenas de exterminar os republicanos do governo, que se opunham ao movimento nacionalista de Franco, mas também aterrorizar e paralisar as dissidências. A assimetria da violência entre os bando<sup>381</sup>, com especial peso no bando nacionalista, cravejou a Espanha de balas, de fossas comuns onde eram enterrados os mortos do primeiro momento de depurações e de campos de concentração (Rodrigo, 2008).

Finalizada a Guerra Civil, a repressão não foi reduzida, apenas ganhou uma natureza depuradora, voltada à consecução da vingança e da punição sobre os derrotados. Segundo Casanova (2015):

O primeiro assalto da violência vingativa sobre a qual se assentou o franquismo começou em 9 de fevereiro de 1939 com a Lei de Responsabilidades Políticas, que dava continuidade à repressão econômica iniciada em janeiro de 1937 pelas comissões provinciais de confisco nas zonas controladas pelos militares rebeldes durante a guerra. A lei declarava

<sup>380</sup> No original: “En iniciar-se el cop d'estar militar, el 17 de juliol de 1936, i durant les primeres setmanes, en aquelles zones que van quedar sota el control dels militars insurrectes, les coses van anar una mica diferents. En primer lloc, perquè la repressió es va portar a terme al marge de qualsevol consideració jurídica o marc legal preestablert. Avui són abundants els testimonis i els estudis historiogràfics realitzats a llocs com Sevilla, Galicia, Burgos o Salamanca que assenyalen l'existència d'una repressió il·legal, exercida per sectors socials molt diversos – la Exèrcit, els falangistes, la Guardia Civil... – i que es va desenvolupar en forma de *paseos* o *sacas* en que eren afusellades sense cap consideració ni judici previ totes aquelles persones considerades esquerrenoses” (Pagès i Blanch, 2009, p. 16). Tradução minha.

<sup>381</sup> Parte da retórica franquista posterior à vitória na Guerra Civil baseava-se em tentar demonstrar que a violência dos nacionalistas havia sido uma ‘resposta proporcional’ à violência dos republicanos, o que é objetivamente uma falsidade. Para aprofundamento, v. Rodrigo (2008).

"a responsabilidade política das pessoas, tanto jurídicas quanto físicas", que desde 1º de outubro de 1934 "contribuíram para criar ou agravar a subversão de toda ordem da qual a Espanha foi vítima" e, a partir de 18 de julho de 1936, "tenham se oposto ou se oponham ao Movimento Nacional com atos concretos ou com passividade grave". A partir desse momento, foram abertas dezenas de milhares de processos para "liquidar as culpas" daqueles que contribuíram "para forjar a subversão vermelha". Segundo Manuel Álvaro Dueñas, até setembro de 1941, os dezoito tribunais regionais encarregados de emitir sentenças tramitaram 229.549 expedientes, dos quais apenas 36.018 haviam sido resolvidos, 88.618 estavam em trâmite e 104.913 seguiam pendentes de instauração. Cerca de 9,5% dos espanhóis sofreram o peso dessa justiça. Dada a impossibilidade de dar andamento a esse monte de expedientes, a lei foi parcialmente modificada em 1942 e foi revogada em 13 de abril de 1945<sup>382</sup> (p. 40-41).

Essas penas de caráter econômico lançaram milhares de pessoas na pobreza extrema mediante o confisco de suas posses, sendo também possível sua imposição aos familiares e aos mortos, gerando o que Carrillo (2004) denominou de 'morte civil' dos afetados. Por outro lado, o regime que tomara o poder compensava as famílias vítimas da 'violência vermelha' (Casanova, 2015).

Soma-se a isso as centenas de milhares de presos, dentre os quais uma parte foi destinada aos trabalhos forçados nos campos de concentração<sup>383</sup> mantidos até o ano de 1947 (Rodrigo, 2012; Casanova, 2015). Nos campos de concentração franquistas, cujo número estimado varia entre 118 (Rodrigo, 2012) e cerca de 300 (Hernández de Miguel, 2019), passaram um total estimado de prisioneiros entre 700.000 e um milhão (Hernández Miguel, 2019) e milhares de mortos no processo, seja por execuções, doenças ou condições extenuantes de trabalho forçado.

A repressão aprofundou a divisão do que havia sido chamado de "as duas Espanhas", criando uma cisão profunda que separou a Espanha 'vencedora', que

<sup>382</sup> No original: "El primer asalto de la violencia vengadora sobre la que se asentó el franquismo empezó el 9 de febrero de 1939 con la Ley de Responsabilidades Políticas, que continuaba la represión económica puesta en marcha en enero de 1937 por las comisiones provinciales de incautación en las zonas controladas por los militares rebeldes durante la guerra. La ley declaraba «la responsabilidad política de las personas, tanto jurídicas como físicas», que desde el 1 de octubre de 1934 «contribuyeron a crear o a agravar la subversión de todo orden de que se hizo víctima a España» y a partir del 18 de julio de 1936 «se hayan opuesto o se opongan al Movimiento Nacional con actos concretos o con pasividad grave». A partir de ese momento se abrieron decenas de miles de causas para «liquidar las culpas» de quienes contribuyeron «a forjar la subversión roja». Según Manuel Álvaro Dueñas, hasta septiembre de 1941, los dieciocho tribunales regionales encargados de dictar sentencia tramitaron 229 549 expedientes, de los cuales solo habían sido resueltos 36 018, estaban en trámite 88 618 y seguían pendientes de incoación 104 913. Un 9,5 % de los españoles sufrieron la fuerza de esa justicia. Dada la imposibilidad de dar salida a esos montones de expedientes, la ley fue modificada parcialmente en 1942 y quedó derogada el 13 de abril de 1945" (Casanova, 2015, p. 40-41). Tradução minha.

<sup>383</sup> Para aprofundamento, v. Llarch (1978), Rodrigo (2005; 2008; 2012) e Hernández de Miguel (2019).

construiria o *Nuevo Estado*, da Espanha ‘derrotada’, sobre quem todo o rigor das diversas formas de punição deveria incidir<sup>384</sup>. As depurações subsequentes foram sustentadas por um incentivo estatal à delação que rompeu com os laços de solidariedade social, impedindo a formação de movimentos de resistência (Casanova, 2015).

Sobre os resultados dessa fase, Casanova (2015) pondera:

Passados os anos mais sangrentos, o que se manifestou, na realidade, foi um sistema policial e de autovigilância, onde nada incentivava a desobediência e menos ainda à oposição e à resistência. Os vencidos que conseguiram permanecer vivos tiveram que se adaptar às formas de convivência impostas pelos vencedores. Muitos perderam o emprego; outros, especialmente no meio rural, foram obrigados a se mudar para cidades ou vilarejos diferentes. Acossados e denunciados, os militantes das organizações políticas e sindicais do lado republicano sofreram as piores consequências. Aos menos comprometidos, muitos deles analfabetos, o franquismo impôs o silêncio como condição de sobrevivência, obrigando-os a engolir sua própria identidade<sup>385</sup> (p. 35).

Em suma, com a aplicação das legislações criadas a partir de 1939, os identificados como ‘vencidos’ na Guerra Civil enfrentaram execuções, encarceramentos<sup>386</sup>, torturas, processos judiciais flagrantemente em descalabro às garantias processuais e trabalhos forçados em campos de concentração (Carrillo, 1994). A lei marcial decretada em 1936, parte da fundamentação dessas formas de repressão, permaneceu em vigor até 1948 (Ruiz, 2005).

A repressão exercida após 1939, no entanto, diferia, por natureza, daquela

<sup>384</sup> Sobre essa dicotomia entre vencedores e vencidos, pondera Arnabat Mata (2013): “La dictadura franquista siempre se fundamentó en la distinción entre vencedores (adicctos) que merecían el premio y el reconocimiento, y los vencidos (indiferentes y desafectos) que merecían el castigo y la humillación. Una división marcada por la victoria en la guerra que legitimaba al régimen franquista. Y así fue a lo largo de toda la dictadura. Por este motivo, la memoria del franquismo es hoy todavía tan compleja en España. Unos quieren recordar, “los vencidos”, y otros quieren “olvidar”, los “vencedores”. Pero, el recuerdo y el olvido forman parte inseparable de la memoria, de las diversas memorias del franquismo y de la represión” (p. 59).

<sup>385</sup> No original: “Pasados los años más sangrientos, lo que se manifestó en realidad fue un sistema policial y de autovigilancia donde nada invitaba a la desobediencia y menos aún a la oposición y a la resistencia. Los vencidos que pudieron seguir vivos tuvieron que adaptarse a las formas de convivencia impuestas por los vencedores. Muchos perdieron el trabajo; otros, especialmente en el mundo rural, fueron obligados a trasladarse a ciudades o pueblos diferentes. Acosados y denunciados, los militantes de las organizaciones políticas y sindicales del bando republicano llevaron la peor parte. A los menos comprometidos, muchos de ellos analfabetos, el franquismo les impuso el silencio para sobrevivir, obligándoles a tragarse su propia identidad” (Casanova, 2015, p. 35).

<sup>386</sup> Para aprofundamento acerca da evolução do modelo prisional durante a Guerra Civil e o franquismo autárquico, v. Gómez Bravo (2011).

exercida durante a Guerra Civil. Segundo Molinero e Ysàs (2003):

Se o movimento sedicioso de julho de 36 começou com uma violência brutal, necessária para alcançar seus objetivos, a consolidação e a manutenção da ditadura exigiram a criação de um aparato repressivo permanente para defender o regime e tornar impossível a reconstrução daquilo que se havia destruído. Isso explica a continuação de uma violenta repressão durante a pós-guerra e a constante ação repressiva ao longo de toda a história do regime, modulada, isso sim, em função de cada conjuntura concreta. E, falando sobre a repressão, deve-se ter presente não somente as execuções, mas também as condenações à morte não executadas<sup>387</sup>, mas que sofreram milhares de pessoas, os aprisionamentos, os batalhões de trabalhadores, os confiscos, as multas, as depurações, etc.; e os efeitos desta repressão: o medo, a passividade, a resignação; e também as outras faces: a estrita censura, a desinformação, etc. As nacionalidades históricas sofreram, ademais, os efeitos de uma política repressiva específica: a que queria apagar a identidade dos povos catalão, basco e galego<sup>388</sup> (p. 25).

Após 1941, Ruiz (2005) aponta para a redução da frequência de execuções por sentenças de tribunais militares relativos a fatos da Guerra Civil. Um novo regime de comutação de penas – inicialmente aquelas abaixo de 12 anos de sentença e, ao fim, todas aquelas que não constituíssem ‘crimes de sangue’, geralmente caracterizadas por postura em ‘liberdade vigiada’ – reduziu o número de apenados por delitos da Guerra Civil<sup>389</sup>, ainda que não tenha significado o fim da repressão do regime. (Ruiz, 2005)

Com efeito, não era mais necessário dar seguimento àquele modelo de repressão. O medo já estava devidamente enraizado na sociedade espanhola, aterrorizada pelas agruras vividas após o golpe de Estado e imobilizada por esse mesmo medo. A repressão entrou em uma nova fase, a ‘administração das rendas’

---

<sup>387</sup> Sobre as execuções não realizadas, pondera Ruiz (2005): “So why were some sentenced to death but not others? Social class is undoubtedly a significant factor. Research indicates that post-civil war victims of the Franco regime tended to have working-class or peasant backgrounds” (p. 181).

<sup>388</sup> No original: “Si el moviment sediciós del juliol del 36 va començar amb una violència brutal, necessària per assolir els seus objectius, la consolidació i el manteniment de la dictadura van exigir la creació d'un aparell repressiu permanent per defensar el règim i fer impossible la reconstrucció de tot allò que s'havia destruït. Això explica la continuació d'una acció repressiva al llarg de tota la història del règim, modulada, això sí, en funció de cada conjuntura concreta. I en parlar de la repressió, cal tenir present no solament les execucions, sinó també les condemnes a mort finalment no dutes a terme, però que van patir millers de persones, els empresonaments, els batalloons de treballadors, les confiscacions, les multes, les depuracions, etc.; i els efectes d'aquesta repressió: la por, la passivitat, la resignació; i també les altres cares: l'estreta censura, la desinformació, etc. Les nacionalitats històriques van patir, a més, els efectes d'una política repressiva específica: la que volia esborrar la identitat dels pobles català, basc i gallec” (Molinero; Ysàs, 2003, p. 25). Tradução minha.

<sup>389</sup> Ruiz (2005) pondera que essas comutações não estavam relacionadas com a retórica de ‘reconciliação nacional’ que passou a ser seguida pelo regime, mas sim por conta da percepção de ineficácia das estruturas responsáveis pelos julgamentos.

oriundas do ‘investimento’ na violência, na repressão e no medo da Guerra Civil e do imediato pós-guerra (Rodrigo, 2008).

Essa nova fase é atestada por Sesma (2024):

O capital repressivo acumulado, efetivamente, provocou que, desde o final dos anos quarenta, a ditadura não tivesse que recorrer de novo ao castigo massivo da população desafeta. No entanto, que a intensidade diminuisse não significa que a violência estivesse ausente durante o denominado “segundo franquismo” [...]. Longe de desaparecer, a violência franquista simplesmente ajustou suas práticas aos parâmetros, muito mais restritivos, da pós-guerra mundial, mas em essência nunca renunciou a nenhuma de suas características iniciais<sup>390</sup> (p. 61).

A repressão contra os adversários políticos, a política de eliminação da atividade antifranquista, o uso da justiça militar – quando conveniente – a censura – que envolvia não apenas uma supressão de algumas versões da história, mas também a destruição de elementos que chocassem com o objetivo de unidade cultural e a imposição da moralidade católica, além de forçar ao exílio e à autocensura inúmeros artistas (De Marco, 1995)– a criação de leis e tribunais especiais seguiram (Ruiz, 2005; Sesma, 2024), “[...] [modulando] sempre a intensidade de suas represálias em função do cálculo entre a autoafirmação e a possível resposta internacional [...]”<sup>391</sup> (Sesma, 2024, p. 61-62). Execuções de grande repercussão no período, algumas vezes comutadas e outras não, ilustram essa estratégia.

Ao fim, nos momentos derradeiros do *tardofranquismo*, nem mesmo a repressão brutal – agora que a ditadura estava privada dos apoios da Igreja Católica, das elites, de extensos setores das classes médias e enfrentado pela contestação social em vários níveis – conseguiu garantir que, após a morte de Franco, o regime erigido sobre o sangue da Guerra Civil se mantivesse (Molinero; Ysàs, 2001a).

---

<sup>390</sup> No original: “El capital represivo acumulado, efectivamente, provocó que, desde finales de los años cuarenta, la dictadura no tuviera que recurrir de nuevo al castigo masivo de la población desafecta. Ahora bien, que la intensidad disminuyera no significa que la violencia estuviera ausente durante el denominado “segundo franquismo” [...]. Lejos de desaparecer, la violencia franquista sencillamente ajustó sus prácticas a los parámetros, mucho más restrictivos, de la posguerra mundial, pero en esencia no renunció a ninguna de sus características iniciales” (Sesma, 2024, p. 61). Tradução minha.

<sup>391</sup> No original: “[...] moduló siempre la intensidad de sus represalias en función del cálculo entre la autoafirmación y la posible respuesta internacional [...]” (Sesma, 2024, p. 61-62). Tradução minha.

#### 7.2.4. Ponderações acerca do caso espanhol

A contagem das vítimas do franquismo em seus períodos – Guerra Civil, pós-guerra e o restante de sua duração – são disputados e não apresentam uma completa uniformidade entre os autores analisados no decorrer deste trabalho. Uma conclusão, no entanto, é pacificada na literatura da área: a repressão deixou numerosas vítimas, diretas e indiretas, entre mortos, aprisionados, censurados, exilados e aqueles que tiveram seus bens confiscados.

As estimativas variam largamente: de 150.000 a 200.000 vítimas diretas das frentes de batalha na contabilização de Buades (2018) até 300.000 nesse mesmo âmbito de acordo com Preston (2011); de 100.000 a 150.000 executados durante o período da Guerra Civil em Buades (2018) até 200.000 executados em Preston (2011); mais de 20.000 executados nos justiciamentos pós-guerra em Preston (2011) até a cifra de 400.000 a 500.000 exilados em Buades (2018) e 200.000 a 300.000 mortos pelas condições pós-guerra em Payne e Palacios (2014).

Execuções extrajudiciais, registros regionais nem sempre precisos, desaparições e, por muito tempo, a contagem – que, no mínimo, deve ser tida por questionável – que imperou durante o regime franquista são alguns fatores que se somam às várias dificuldades de uma contabilização mais precisa. Por todo o referenciado, talvez a contagem de Arnabat Mata (2013), baseada em diversos estudos, possa se aproximar mais de um total que tenha razoabilidade suficiente para ser aceitável:

As cifras atuais, ainda não definitivas, às quais chegou a pesquisa histórica são as seguintes: cerca de 150.000 pessoas executadas pelo franquismo entre 1936 e 1945; 125.000 durante a guerra e 25.000 nos primeiros anos da ditadura — devemos considerar que a repressão foi especialmente severa nos primeiros anos do pós-guerra —; e cerca de 50.000 pessoas executadas como vítimas da repressão republicana. De modo geral, e fazendo uma estimativa bastante prudente, podemos considerar válida a quantificação de cerca de 150.000 vítimas do “holocausto franquista”. [...]. Os executados pelo franquismo durante a Guerra Civil Espanhola representam um quarto do total de vítimas do conflito (475.000), e quase a metade das que morreram nos campos de batalha (cerca de 300.000)<sup>392</sup> (p. 42-43).

---

<sup>392</sup> No original: “Las cifras actuales, aún no definitivas, a las que ha llegado la investigación histórica son las siguientes: unos 150.000 ejecutados por el franquismo entre 1936 y 1945; 125.000 durante la guerra y 25.000 durante los primeros años de la dictadura -debemos considerar que la represión fue especialmente dura durante los primeros años de la posguerra-; y unos 50.000 ejecutados víctimas de la represión republicana. En líneas generales, y realizando una estimación muy prudente, podemos dar por válida la cuantificación de unas 150.000 víctimas del “holocausto franquista”. [...]. Los ejecutados por el franquismo durante la guerra civil española representan una cuarta parte del total de víctimas de

Os números, independentemente de suas estimativas, foram a expressão física do medo o regime buscou – e conseguiu – imprimir de forma indelével na sociedade espanhola. De acordo com Arnabat Mata (2013):

O franquismo, tanto durante a guerra civil, como no pós-guerra, se propôs a eliminar “o inimigo”, a “extirpar” ou a “aniquilar” os elementos republicanos que podiam colocar em perigo a ditadura, e estender o medo entre aqueles aos que não chegava a repressão. Tão importante era eliminar fisicamente o inimigo, como também atemorizar e humilhar a população vencida que sobrevivia para que assumisse seu lugar no *Nuevo Estado*. O regime franquista criou uma densa rede repressiva que abarcou todos os campos possíveis: o econômico, o social, o cultural, o ideológico, o político e foi um instrumento de dominação, de humilhação e de consenso forçado<sup>393</sup> (p. 35).

Em quase quarenta anos de regime, o franquismo dispensou abundante repressão em todos os setores dissidentes – incluindo naqueles percebidos como dissidentes e, em alguns casos, até em seus próprios apoiadores – que ousassem desafiar a nova ordem social imposta. Isso, no entanto, não garantiu uma estabilidade tranquilizadora ao regime. A mais adequada constatação acerca do regime franquista e de sua capacidade repressiva como um de seus pilares fundacionais advém de Molinero e Ysàs (2008):

O franquismo nunca foi um regime político sólido e plenamente estável, ainda que dispusesse de um potente aparato coercitivo – que descansava em última instância na fidelidade inquebrantável das forças armadas – capaz de reprimir com notável eficácia aos seus opositores e, sobretudo, de dissuadir eventuais dissidentes e desafetos. No plano internacional, desde 1945, o regime franquista arrastou o estigma das condenações dos vendedores da Segunda Guerra Mundial e da ONU por suas origens e características, se bem que, como é sabido, em poucos anos, conseguiu a benevolência das potências ocidentais, e em especial dos Estados Unidos. Não obstante, nunca conseguiu a plena aceitação, e o rechaço que suscitava na opinião pública internacional, em particular quando devia mostrar sua cara mais repressiva para fazer frente à oposição interior, acabou convertendo-se em um obstáculo para sua estabilidade política<sup>394</sup> (p. 263).

---

la misma (475.000), y casi la mitad de las que murieron en el frente de batalla (unas 300.000)” (Arnabat Maia, 2013, p. 42-43) Tradução minha.

<sup>393</sup> No original: “El franquismo, tanto durante la guerra civil, como en la posguerra, se planteó eliminar “al enemigo”, de “extirpar” o de “aniquilar” los elementos republicanos que podían poner en peligro la dictadura, y extender el miedo entre aquellos a los que no llegaba la represión. Tan importante era eliminar físicamente al enemigo, como atemorizar y humillar a la población vencida que sobrevivía para que asumiera su lugar en el *Nuevo Estado*. El régimen franquista creó una tupida red represiva que abarcó todos los campos posibles: el económico, el social, el cultural, el ideológico, el político y fue un instrumento de dominación, de humillación y de consenso forzado” (Arnabat Mata, 2013, p. 35). Tradução minha.

<sup>394</sup> No original: “El franquismo no fue nunca un régimen político sólido y plenamente estable, aunque dispusiera de un potente aparato coercitivo – que descansaba en última instancia en la fidelidad inquebrantable de las fuerzas armadas – capaz de reprimir con notable eficacia a sus opositores y, sobre todo, de dissuadir a eventuales disidentes y desafectos. En el plano internacional, desde 1945 el

Enquanto o medo semeado ao longo das décadas e a destruição da solidariedade social dificultaram a coesão de movimentos de contestação, gerando uma autocensura e uma desconfiança paralisadoras na sociedade, o franquismo nunca se privou de utilizar, complementarmente, sua face mais violenta para solucionar ‘problemas’ que o medo não conseguia evitar o surgimento. A repressão, converteu-se, portanto em uma faca de dois gumes: ao mesmo tempo que ‘resolia’ o problema a nível interno, a nível externo criava maior condenação e rechaço, comprometendo suas tentativas de estabilidade e relegando-o à mera sobrevivência a nível político-diplomático.

---

régimen franquista arrastró el estigma de las condenas de los vencedores de la Segunda Guerra Mundial y de la ONU por sus orígenes y características, si bien, como es sabido, en pocos años, consiguió la benevolencia de las potencias occidentales, y en especial de Estados Unidos. No obstante, nunca logró la plena aceptación, y el rechazo que suscitaba en la opinión pública internacional, en particular cuando debía mostrar su cara más represiva para hacer frente a la contestación interior, acabó convirtiéndose en un obstáculo para su estabilidad política” (Molinero; Ysàs, 2008, p. 263). Tradução minha.

## 8. Considerações finais

Este trabalho buscou, por meio da análise conjuntural comparada dos regimes encabeçados por António de Oliveira Salazar, em Portugal, e Francisco Franco, na Espanha, entender como esses regimes tiveram durações tão longas, bastante discrepantes com os regimes análogos experimentados na Europa durante o século XX.

Essas duas ditaduras possuíram diversas características em comum: foram ditaduras militarizadas, não militares; não apresentaram a totalidade das características necessárias para serem categorizadas como parte dos fascismos clássicos, embora tenham tomado inspiração em alguns momentos e tenham tido momentos de maior aproximação e de maior distanciamento; foram apoiadas por amplos setores da Igreja Católica, das Forças Armadas e das elites financeiras; tinham por essência o tradicionalismo, o catolicismo, o anticomunismo, o autoritarismo, o antiliberalismo, a concentração de poderes na chefatura do Estado, a abundante repressão à dissidência e o fato que apenas com suas mortes houve a criação de uma conjuntura visivelmente viável para a redemocratização.

A investigação abrangeu quase a totalidade daquele século, concedendo especial ênfase aos períodos de ascensão de Salazar (1928-1932/3) e de Franco (1936-1939) e seus regimes subsequentes, o Estado Novo português (1933-1974) e o *Nuevo Estado* (1939-1975). Ademais, foram brevemente escrutinados os períodos transicionais, onde ocorreram os desmontes – totais ou parciais, mas ambos apresentando legados nas democracias que os sucederam – das ditaduras da Península Ibérica.

Defende-se, desde já, a escolha de pesquisa de analisar um período tão longo – mais de três quartos do próprio século – pela seguinte razão: qualquer análise que prescinda de uma detalhada investigação do período, incluindo seus antecedentes, sua fase de ascensão, sua manutenção, seu fim e seus processos transicionais, possui grandes chances de incorrer em conclusões superficiais. Uma análise mais sintética, embora mais palatável à leitura, traria consideráveis riscos de apresentar insuficiências insanáveis no corpo de conhecimentos necessários para a compreensão dos objetos de pesquisa.

Em sequência à exposição introdutória, o segundo capítulo tratou de explicar a história da relação entre o medo e a política e sua inseparabilidade. Após a

exposição histórica, datando da Grécia Antiga até a modernidade, passou-se a trabalhar uma definição prática e útil para o ferramental analítico da Ciência Política. A motivação dessa parte, para além do uso neste trabalho, foi que, a despeito das referências sobre políticas do medo estarem bastante presentes em diversos campos científicos, sua conceituação aparece de forma incompleta ou inadequada, quando não como um ‘conceito dado’ que carece de maior aprofundamento. Com vistas a preencher essa lacuna, foram analisados os elementos para entender as políticas do medo, propondo-se, ao fim, um conceito operacionalizável, uma estrutura clara e apontamentos metodológicos suficientes para efetuar sua testagem frente aos objetos empíricos. Essa proposta, inédita, é a tentativa de contribuição do autor, para além dos casos estudados, à Ciência Política como um todo.

No terceiro capítulo foi apresentada uma análise da conjuntura portuguesa, entre os anos de 1900 e 1933, apontando os antecedentes imediatos do Estado Novo de Salazar: a monarquia e sua queda, a instauração da Primeira República Portuguesa e o golpe que a extinguiu e os governos militares da Ditadura Militar (1926-1928) e da Ditadura Nacional (1928-1933). A ascensão de Salazar ao cargo de Presidente do Conselho de Ministros, em 1932, e a promulgação da Constituição que inaugurou o Estado Novo (1933) representam o pináculo dessa trajetória. Igualmente, foram estudados os papéis da Igreja Católica e das Forças Armadas nesse contexto.

No quarto capítulo foi apresentada uma análise da conjuntura espanhola, entre os anos de 1900 e 1939, apontando os antecedentes imediatos do *Nuevo Estado de Franco*: a monarquia espanholam e sua queda, a instauração da Segunda República Espanhola – em seus três biênios –, a tentativa fracassada de golpe de em 18 de julho de 1936 e a subsequente Guerra Civil Espanhola (1936-1939), da qual Franco saiu vitorioso e impôs sua ditadura. Tal como no caso português, foram estudados os papéis da Igreja Católica e das Forças Armadas nesse contexto.

No quinto capítulo foi analisado o contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e seus efeitos nas ditaduras ibéricas. Foram apresentadas as conjunturas ibérica e europeia, demonstrados os cenários que levaram à neutralidade – ainda que, a rigor, esse conceito não tenha sido tão aplicável – peninsular e a flutuação na consolidação ideológica dos regimes e seus processos de ‘desfascização’ após a derrota do Eixo. Ademais, foram analisadas as mudanças do pós-guerra, nas quais Portugal, incialmente pouco afetado, entrou em um

processo progressivo de isolamento por conta de sua política comercial e a Espanha, inicialmente severamente isolada, iniciou seus passos rumo à reintegração diplomática durante a Guerra Fria.

No sexto capítulo foram estudadas as longas agoniias das ditaduras, período em que – para além do (re)aparecimento de diversas formas de contestação social e política – o fim da vida natural de seus longevos dirigentes se produziu. Relativamente ao caso português, foram relatadas as circunstâncias acerca do afastamento e morte de Salazar, entre 1968 e 1970, a continuidade do Estado Novo sob o comando de Marcello Caetano e a derrubada do regime com a Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974. No cenário espanhol, foram relatadas as circunstâncias acerca da doença e da morte de Franco, em 1975, e as disputas em torno do continuísmo ou do rompimento com o regime. Em ambos os casos, apresentaram-se, brevemente, os processos transicionais para as democracias hoje existentes.

No sétimo e derradeiro capítulo, e foco da presente investigação, efetuou-se uma análise da viabilidade de explicar os objetos empíricos por meio da teoria proposta. Para tanto, foram analisados, de acordo com os postulados teóricos (Figura 1): na dimensão discursiva, os discursos de Salazar e Franco, buscando as formas de identificação e delimitação do inimigo, do medo a combater e das formas de combate; no âmbito preventivo-preparatório da dimensão operativa, as produções legislativas que sustentam as medidas propostas na dimensão discursiva e a criação e/ou reforma das agências responsáveis pela repressão e; no âmbito repressivo da dimensão operativa, a efetiva repressão aos inimigos (aqueles que são identificados como as causas do medo) e a supressão de direitos individuais e coletivos.

O problema de pesquisa que animou esta investigação, consistente de duas perguntas correlatas, foi: Por qual razão as ditaduras na Península Ibérica conseguiram sobreviver à derrota dos fascismos na Segunda Guerra Mundial? O que explica sua longevidade? A resposta<sup>395</sup>, obtida no curso da pesquisa, determinou que as explicações para a continuidade com a derrocada do Eixo e a posterior longevidade abrangem:

---

<sup>395</sup> Para além das respostas aqui propostas há, também, uma linha de pesquisa na Ciência Política cujos argumentos sustentam que a articulação entre as práticas repressivas e a manipulação de instituições públicas para controlar a oposição e prevenir desafios ao regime vigente possibilita a sobrevivência desse próprio regime. Para aprofundamento, v. Gandhi e Przeworski (2007), Magaloni (2008), Schedler (2009) e Svolik (2012).

- 1) A desmobilização das oposições por meio de diversas formas de repressão, a nível individual e coletivo. Compete salientar que, muito embora tenha ficado patente que as ditaduras encabeçadas por Salazar e Franco tiveram o medo em seu DNA, a repressão servia como ponta mais visível de uma máquina de desmobilizar dissidências, devendo também ser consideradas as organizações de inculcação cultural e de enquadramento social;
- 2) A prioridade dada pelas outras potências europeias às suas próprias reconstruções, ou, no caso dos EUA, de busca da hegemonia geopolítica, afastando-as de buscar a eliminação de regimes análogos aos derrotados;
- 3) A geração de uma cultura do medo entranhada na sociedade, dividida por desconfianças entre o povo e o governo e entre o próprio povo, o que dificultava – ainda que não impedisse por completo – a formação da coesão social necessária para a geração de um movimento de contestação unificado em propósitos e em ações;
- 4) Os massivos apoios em setores-chave da sociedade, como a Igreja Católica, as Forças Armadas e as elites financeiras, industriais e agrárias, permitiram às ditaduras ibéricas mobilizar seus acessos aos núcleos de poder que detinham influência social, seja pela religião, pelas armas ou pelos empregos;
- 5) A capacidade de adaptação política aos cenários em mudança, em muito permitida pela centralização do poder nos Chefes de Governo – Salazar e Franco –, não necessitando dos processos políticos comuns às democracias liberais;
- 6) A asserção do anticomunismo – em conjunto com o catolicismo – como símbolos de identidade nacional no pós-guerra, servindo aos propósitos da Guerra Fria e tornando a Península Ibérica um território estrategicamente aproveitável às potências ocidentais, facilitando sua integração diplomática e estratégico-militar;

Especificamente quanto à instrumentalização das políticas do medo, demonstrou-se que o medo, tão logo entranhado na sociedade por meio da adoção de legislação e instituições voltadas à repressão das dissidências, efetuou um papel fundamental – ainda que não único – em desmobilizar as estratégias de oposição, rompendo laços de solidariedade social necessários para a mobilização e aumentando os custos e os riscos da ação contestatória. Em conjunto com as demais práticas e estratégias – obtenção de apoios em setores que detinham poder bélico,

social e econômico; sequestro de setores potencialmente opositores, como os sindicatos, e absorção na estrutura do Estado; mudanças de imagem pública externa; a própria conjuntura internacional; manipulação das instituições – essenciais para permitir suas continuidades, o controle social interno exercido por meio do medo integrou um corpo geral de medidas utilizadas para garantir a sobrevivência de dois regimes que, ao fim da Segunda Guerra Mundial, permaneceram como deslocados em meio a uma Europa que caminhava rumo à democracia liberal. O medo, portanto, ainda que não atuando como fator explicativo único, teve papel fundamental em garantir, em âmbito interno, a menor contestação possível enquanto os regimes buscavam garantir externamente sua sobrevivência, servindo como uma barreira frente a eventuais oposições internas que pudessem demonstrar as fraquezas que, durante meados da década de 1970, levariam à desintegração das ditaduras ibéricas.

A modulação da aplicação da repressão – uma das facetas das políticas do medo e âmbito da teoria proposta – fez da exploração do medo uma ferramenta de aplicabilidade controlada conforme as necessidades de cada momento, variando em intensidade conforme fosse mais ou menos necessário recordar as sociedades do permanente risco que corriam caso apresentassem dissidências intoleráveis segundo os padrões dos regimes. Essa plasticidade aplicativa possuiu relação direta com as atividades legislativas e de criações de agências repressivas, demonstrando grande utilidade no controle das oposições conforme estas atuavam.

Consoante aos objetivos de pesquisa, verifica-se que foram atingidos o objetivo geral – identificar como e quais políticas do medo foram instrumentalizadas por António Salazar e Francisco Franco em seus processos de ascensão política e manutenção do poder – e os objetivos específicos a) definir, com maior precisão teórica, o conceito de políticas do medo; b) analisar as conjunturas históricas, políticas, econômicas e sociais de Portugal e Espanha entre os anos de 1900 e 1975 que contribuíram para o surgimento e continuidade das ditaduras ibéricas e; c) descrever as formas de utilização das políticas do medo nos períodos temporais analisados.

Esses objetivos foram cumpridos da seguinte forma: o objetivo geral foi comprovado ao decorrer do trabalho e, mais especificamente no sétimo capítulo, por meio da demonstração das modalidades de criação dos inimigos a combater, de identificação dos medos, das propostas de solução, da instrumentalização desses

medos na criação do ordenamento jurídico e da institucionalidade necessária para a repressão. O primeiro objetivo específico foi viabilizado no segundo capítulo, com a criação de uma base teórica rígida para permitir a análise. O segundo objetivo teórico foi viabilizado nos capítulos três, quatro, cinco e seis, com um estudo conjuntural aprofundado que permitiu entender as medidas tomadas por Salazar e Franco em prol da manutenção do poder após o desfecho da Segunda Guerra Mundial. O terceiro objetivo teórico, por sua vez, foi cumprido com a devida descrição das formas de utilização das políticas do medo entre os anos de 1932 e 1975.

As hipóteses propostas foram divididas em primária – a hábil instrumentalização das políticas do medo permitiu não apenas a ascensão política, como também a manutenção do poder por parte de António Salazar e Francisco Franco – e secundária – é possível explicar a longevidade dos regimes ibéricos por meio de suas próprias capacidades de renovação institucional e adaptação às mudanças conjunturais ocorridas durante seus períodos –, restando ambas devidamente verificadas no curso da investigação. A despeito das políticas do medo terem possuído comprovada eficácia na ascensão política e na manutenção do poder por parte de Salazar e Franco, não fosse a miríade de fatores listados anteriormente, dificilmente haveria uma sustentação das ditaduras apenas pelo medo e pela repressão. Prova disso é que, no período próximo ao fim de ambas, a repressão não conseguiu conter os movimentos de contestação social. Rejeita-se, portanto, uma explicação monocausal dos fenômenos analisados, ainda que tenha ficado patente a preponderância da aplicação das políticas do medo.

Conclui-se, portanto, que os regimes de Salazar e de Franco cumpriram com todos os quesitos necessários para se qualificarem como utilizadores das políticas do medo. A delimitação dos inimigos, das causas dos problemas que causavam e de como deveria ser feito o combate foi efetuada em um primeiro momento. Subsequentemente, foi assegurada a geração de uma base para a repressão por meio de inserção de diplomas legais no ordenamento jurídico e criação ou reforma de agências para aplicar as novas leis. Essas medidas culminaram na deflagração de uma repressão de longo alcance. A permanente utilização do medo nos discursos e a repressão quase onipresente, por fim, geraram sua retroalimentação, permitindo a manutenção do ciclo.

A despeito das conclusões deste trabalho, o campo de pesquisa acerca das ditaduras de Salazar e de Franco, e, principalmente, acerca das políticas do medo,

ainda possui vastas lacunas, demonstrando que ainda há um considerável espaço para novas contribuições sobre as temáticas. O fato de que grande parte das fontes para ambos os casos advir de historiadores e sociólogos, não de cientistas políticos, impõe uma camada extra de responsabilidade na pesquisa e um convite à apropriação do tema.

Futuras investigações podem – e devem – ser efetuadas pelos pesquisadores da área para ampliar a compreensão de todos os fenômenos aqui tratados. A necessidade premente aqui demonstrada é de que não apenas é necessário estudar como as ditaduras iniciaram e terminaram, mas, principalmente, de entender como elas se mantiveram no poder.

## 9. Referências

ADOLPHS, Ralph. The biology of fear. **Current Biology**, Pasadena, n. 23, p. 79-93, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cub.2012.11.055>. Acesso em: 28 jan. 2023.

AGUIAR-CONRARIA, Luís; BAÇÃO, Pedro; CORREIA, Isabel Horta; FERREIRA, José Alberto; REIS, Ricardo; TAVARES, José; VALÉRIO, Nuno; VAREJÃO, José. **Crises na economia portuguesa:** de 1910 a 2022. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2023.

AIZPURU MURUA, Mikel. La com Iglesia Católica: los sacerdotes asesinados por el franquismo. In: AA.VV./Crónica Popular. **Los crímenes del franquismo**. Madrid: Crónica Popular, 2014, p. 86-91.

ALCÁNTARA PÉREZ, Pablo. **La Secreta de Franco:** la Brigada Político-Social durante la dictadura. Barcelona: Editorial Espasa, 2022.

ALMADA, João de. **Grandes personagens de todos os tempos:** Salazar. São Paulo: Editora Três, 1974.

ALMEIDA, João Miguel. **Da Monarquia à República:** cartas portuguesas de Romolo Murri. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2010.

ALTHeIDE, David L. Notes towards a Politics of Fear. **Journal for crime, conflict and media**, v. 1, n. 1, p. 37-54, 2003. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.1070.2158&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 28 jan. 2023.

ALTHeIDE, David L.; MERKOVITY, Norbert. Politics of fear and attention-based politics promote Donald Trump and other right-wing autocrats. **Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad**, n. 40, a. 14, p. 83-96, 2022. Disponível em: <http://relaces.com.ar/index.php/relaces/article/view/559/481>. Acesso em: 28 jan.

2023.

ALTHEIDE, David L.; MICHALOWSKI, R. Sam. Fear in the news: a discourse of control. **The Sociological Quarterly**, v. 40, n. 3, p. 475-503, 1999. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4121338>. Acesso em: 28 jan. 2023.

ÁLVAREZ-COQUE, Arturo García. **Los militares de Estado Mayor en la Guerra Civil española (1936-1939)**. 457f. Tese (Doutorado em História Contemporânea). Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2018. Disponível em: <https://eprints.ucm.es/id/eprint/48189/1/T40068.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2023.

ALVES, Luís Alberto Marques. **Contributos para o estudo do ensino industrial em Portugal (1851–1910)**. 370fl. Tese (Doutorado em Letras). Porto: Universidade do Porto, 1998. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/10899>. Acesso em: 28 mar. 2023.

ALVES, Maria Helena Moreira. **State and opposition in military Brazil**. Latin American monographs, n. 63. Austin: University of Texas Press, 1985.

AMADO, Leopoldo. Guiné-Bissau: 30 anos de independência. **Africana Studia**, n. 8, p. 109-135, 2005. Disponível em: [http://aleph.letras.up.pt/index.php/1\\_Africana\\_2/article/view/7175](http://aleph.letras.up.pt/index.php/1_Africana_2/article/view/7175). Acesso em: 16 abr. 2025.

AMPUDIA DE HARO, Fernando. Uma aproximação ao revisionismo em Espanha: o fenómeno Pío Moa. **Ler História**, n. 58, p. 203-224, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.1247>. Acesso em 29 mai. 2025.

ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner. **Obra poética**. Grandes escritores portugueses. Rio de Janeiro: Tinta-da-China, 2018.

ARENDT, Hannah. **The origins of totalitarianism**. New York: Harcourt, Brace & Company, 1973.

ARNABAT MATA, Ramón. La represión: el ADN del franquismo español. **Cuadernos de Historia**, n. 39, p. 33-59, 2013. Disponível em: <https://uchile.cl/dam/jcr:38d21e14-e0f3-4faf-a2b3-3371f11687af/cuadernos-de-historia-n-39.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2025.

AUGUSTO, Claudio de Farias. **Portugal, 1974-1976**: entre o passado e o futuro. 302f. Tese (Doutorado em Ciência Política). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-10012023-105343/pt-br.php>. Acesso em: 12 mai. 2002.

AZEVEDO, André Nunes de. As idéias de decadência e regeneração no ideário político de Antero de Quental. **Intellèctus**, v. 4, n. 1, p. 1-21, 2005. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/27588>. Acesso em: 28 mar. 2023.

BACHOUD, Andrée. **Franco**. Trad. Miguel Albuquerque. São Paulo: Babel, 2011.

BADIE, Bertrand; HERMET, Guy. **Política comparada**. 1. ed. Trad. Mercedes Córdoba. Fondo de Cultura Económica: México D.F., 1993.

BANDEIRA, Antonio Rangel. The Portuguese Armed Forces Movement: historical antecedents, professional demandes, and class conflict. **Politics & Society**, v. 6., n. 1, p. 1-56, 1976. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/003232927600600101>. Acesso em: 9 mai. 2025.

BARATA, Carolina Faustino. **A ação da Censura drante o Estado Novo**: o caso do Jornal do Fundão. 138 fl. Dissertação (Mestrado em Jornalismo). Covilhã: Universidade de Beira Interior, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.6/11808>. Acesso em: 22 mai. 2025.

BARBERIA, Lorena G. **Desenho de pesquisa em política comparada**. Brasília: Fundação Escola Nacional de Administração Pública, 2019.

BARROS, Miguel Sérgio da Costa Ferreira de Monteiro de. **O ultimato de 1890 e o**

**nacionalismo português de fim de século.** 106 fl. Dissertação (Mestrado em História, Defesa e Relações Internacionais). Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa, 2011. Disponível em: [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/4298/1/master\\_miguel\\_ferreira\\_barros.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/4298/1/master_miguel_ferreira_barros.pdf). Acesso em: 28 mar. 2023.

BAUMAN, Zygmunt. **Liquid fear**. Cambridge: Polity Press, 2006.

BECK, Ulrich. **La sociedad del riesgo**: hacia com nueva modernidad. Barcelona: Paidós, 1998.

BECKER, Howard S. **Outsiders**: studies in the sociology of deviance. New York: Free Press, 1966.

BEN-AMI, Shlomo. **The origins of the Second Republic in Spain**. Oxford: Oxford University Press, 1978.

BENGOECHEA, Soledad (Coord.). **Barcelona i la Setmana Tràgica, 1909**. Arrels i conseqüècies. Barcelona: Grafos, 2012.

BERGÉS, Quintín Casals. El Cantonismo (1873): Notas para com estudio comparado. **APORTES**, n. 110, a. 37, p. 59-110, 2022. Disponível em: <https://revistaaportes.com/index.php/aportes/article/download/728/383>. Acesso em: 31 mar. 2023.

BRANCO, Judikael Castelo; ROCHA, Lara França da. Medo, terror e inação segundo Hannah Arendt. **Kinesis**, v. VIII, n. 19, p. 39-53, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1984-8900.2016.v8.n19.04.p39>. Acesso em: 28 jan. 2023.

BUADES, Josep M. **A Guerra Civil Espanhola**: O palco que serviu de ensaio para a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Contexto, 2018.

CAETANO, Marcello. **Minhas memórias de Salazar**. Rio de Janeiro: Record, 1977.

CALDEIRA, Arlindo Manuel. O partido de Salazar: antecedentes, organização e funções da União Nacional (1926-34). **Análise Social**, v. XXII, n. 94, p. 943-977, 1986. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223553909H4gHN7tg9Hb28GI2.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

CÂMARA, João de Sousa. **Salazar e o saneamento financeiro**. Coimbra: Almedina, 2019.

CANN, John P. **Counterinsurgency in Africa**: The Portuguese way of war, 1961-1974. Havertown: Helion & Company, 2012.

CARDINA, Miguel. Política, punição e silenciamento: as oposições de inspiração maoista em Portugal diante da repressão (1964-1974). **História Revista**, v. 16, n. 2, p. 207-226, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/hr.v16i2.18148>. Acesso em: 22 mai. 2025.

CARDINA, Miguel. Repressive dynamics and political subjectivities: the case of Peniche Prison. **Journal of Portuguese History (e-JPH)**, v. 13, n. 1, p. 106-124, 2015. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10316/43505>. Acesso em: 22 mai. 2025.

CARDOSO, Débora. A “neutralidade colaborante” e a propaganda em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial. **Revista de Histórica da Sociedade e da Cultura**, v. 17, p. 355-370, 2017. Disponível em: [https://doi.org/10.14195/1645-2259\\_17\\_16](https://doi.org/10.14195/1645-2259_17_16). Acesso em: 30 jan. 2025.

CARDOSO, José Luís. Ecos da Grande Depressão em Portugal: relatos, diagnósticos e soluções. **Análise Social**, n. 203, XLVII, p. 370–400, 2012. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1341933298W9eCC7mw8Sp95GF9.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2023.

CARRILLO, Marc. La legislació repressiva de la dictadura franquista en el període 1939-1959. In: PAGÈS I BLANCH, Pelai (Dir.). **Franquisme i repressió**: la repressió franquista als països catalans (1939-1975). Valencia: Universitat de València, 2004,

p. 75-101.

CARMONA, Álvaro Soto. Militares con la política de la España franquista. In: PUELL DE LA VILLA, Fernando; ALDA MEJÍAS, Sonia. **Los ejércitos del franquismo (1939-1975)**. Madrid: Doppel, S.L., 2010, p. 365-384.

CARVALHO, Bruna Filipa Oliveira. **O papel da Igreja Católica na legimitação do salazarismo**. 94 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Braga: Universidade do Minho, 2024.

CARVALHO, Luís Pedro Melo de. **O movimento dos capitães, o MFA e o 25 de abril**: do marcelismo à queda do Estado Novo. 112f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política – Cidadania e Governação). Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2009.

CASANOVA, Julián. **La iglesia de Franco**. Barcelona: Editorial Crítica, 2005.

CASANOVA, Julián. La dictadura que salió de la guerra. In: CASANOVA, Julián (Org.). **40 años con Franco**. Barcelona: Editorial Crítica, 2015, p. 53-78.

CASTIELLA, Pablo J. **Las Leyes Fundamentales del franquismo**. 2018. Disponível em:

[https://www.academia.edu/36322720/Leyes\\_fundamentales\\_del\\_franquismo\\_Recopilación\\_.Acesso em 28 mai. 2025.](https://www.academia.edu/36322720/Leyes_fundamentales_del_franquismo_Recopilación_.Acesso em 28 mai. 2025.)

CASTELLS, Manuel. **Ruptura**: a crise da democracia liberal. 1. Ed. Trad. Joana Angélica d'Avila Melo. Rio de Janeiro, Zahar, 2018.

CASTILHO, José Manuel Tavares. O Marcelismo e a construção europeia. In: COSTA PINTO, António; Teixeira, Nuno Severiano (Orgs.). Portugal e a unificação europeia. **Revista Penélope**: fazer e desfazer a história, n. 18, 1998, p. 77-123.

CAVICHIOLI, Bruno Gazalle. **A ascensão política de António de Oliveira Salazar (1928–1933)**: A instrumentalização do medo na gênese do Estado Novo em Portugal.

115f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2021a.

CAVICHIOLI, Bruno Gazalle; “Eu ou o caos”: a ascensão de Salazar através do medo em Portugal. *In: GALLO, Carlos Artur (Org.). Nas trincheiras da memória: lutas pelo passado, políticas de memória e justiça de transição no sul da Europa e na América do Sul*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021b, p. 325-344.

CAVICHIOLI, Bruno Gazalle. Towards a theory of the politics of fear: mapping a developing field. **Conference Proceedings of the 27<sup>th</sup> World Congress of Political Science**, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://www.ipso.org/resources/conference-proceedings>. Acesso em: 12 mai. 2025.

CAVICHIOLI, Bruno Gazalle. Monumentos funerários como lugares de disputa nas políticas de memória da Espanha (2007-2023). **Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer**, v. 9, n. 17, p. 1-22, 2024. Disponível em: <https://seer.unirio.br/revistam/article/view/12918>. Acesso em: 8 mai. 2025.

CAVICHIOLI, Bruno Gazalle; GALLO, Carlos Artur. Entre Deus e o Estado: Salazar, Franco e a Igreja Católica nas ditaduras ibéricas do século XX. **Revista Memória em Rede**, v. 14, n. 27, p. 309-334, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/22000/14514>. Acesso em: 9 mar. 2023.

CAVICHIOLI, Bruno Gazalle; OLIVEIRA, Pedro Henrique Silva de. “Orgulhosamente Sós”: a política colonialista do Estado Novo (1933-1974) e o isolamento pós-Segunda Guerra Mundial. **Anais do 13º Encontro da ABCP. Eleições e Legitimidade Democrática**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, p. 1-21, 2022. Disponível em: <https://www.abcp2022.eventos.dype.com.br/simposio/anais>. Acesso em: 15 abr. 2025.

CAVICHIOLI, Bruno Gazalle; OLIVEIRA, Pedro Henrique Silva de. O catolicismo ibérico no banco dos réus? O papel da Igreja Católica nas ditaduras ibéricas do século XX e sua (não) responsabilização pós-transicional. *In: GALLO, Carlos Artur;*

CAVICHIOLI, Bruno Gazalle; SOUZA, Laura Feijó de; SILVEIRA, Rafael Alexandre. (Orgs.). **Políticas de memória, democracia e sociedade:** Contribuições para uma reflexão crítica do passado e do presente. Porto Alegre: Casaletras, 2023, p. 103-115.

CAVICHIOLI, Bruno Gazalle; SILVEIRA, Rafael Alexandre. Herdeiros de Salazar? O projeto político do Chega e seus possíveis elementos de aproximação e de afastamento do ideário salazarista (2019-2022). **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 33, n. 00, p. 1-25, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.14244/tp.v33i00.1057>. Acesso em 12 mai. 2025.

CEDRINI, Mario A.; NOVARESE, Marco. The challenge of fear to Economics. **POLIS Working Papers**, n. 235, p. 1–13, 2016. Disponível em: <http://polis.unipmn.it/pubbl/RePEc/uca/ucapdv/polis0235.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2023.

CHRISTIE, Nils. **Com sensata cantidad de delito**. Trad. Cecilia Espeleta y Juan Iosa. Buenos Aires: Editores del Puerto, 2008.

CLARK, Robert P. **The Basque Insurgents:** ETA, 1952-1980. Madison: The University of Wisconsin Press, 1984.

CLEMENTE, Josep Carles. **Breve historia de las Guerras Carlistas**. Madrid: Ediciones Nowtilus, 2011.

COCHICHO, Joaquim A. Calado. A contabilidade e a imoralidade no Estado Novo (anos 30 e 40). **Pecvnia**, n. 13, p. 83–96, 2011. Disponível em: [https://pdfs.semanticscholar.org/08d5/d8d300c8eb8957315444ab17212c4e227cdb.pdf?\\_ga=2.228754325.800946142.1585130242-1927380768.1585130242](https://pdfs.semanticscholar.org/08d5/d8d300c8eb8957315444ab17212c4e227cdb.pdf?_ga=2.228754325.800946142.1585130242-1927380768.1585130242). Acesso em: 18 mar. 2023.

COHEN, Stanley. **Folk devils and moral panics:** the creation of the mods and rockers. 3. Ed. New York: Routledge, 2002.

CORNELLI, Roberto. La politica della paura tra insicurezza urbana e terrorismo

globale. **Criminalia**: Annuario di scienze penali, p. 1-44, 2018. Disponível em: <https://discrimen.it/wp-content/uploads/Cornelli-La-politica-della-paura.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2023.

COSTA PINTO, António. O corporativismo nas ditaduras da época do Fascismo. **Varia Historia**, v. 30, n. 52, p. 17–49, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v30n52/02.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2023.

COSTA PINTO, António. Corporativismo, ditaduras e representação política autoritária. In: COSTA PINTO, António; MARTINHO, Francisco Palomares (Orgs.). **A onda corporativa**: corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016a, p. 27-40.

COSTA PINTO, António. **Os camisas-azuis**: Rolão Preto e o fascismo em Portugal. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016b.

COSTA PINTO, António. Corporativismo e ditaduras: o salazarismo e o franquismo. In: MURARI, Luciana; MAIA, Tatyana de Amaral; RUGGIERO, Antonio de (Orgs.). **Do Estado à Nação**: política e cultura nos regimes ditoriais dos anos 1930. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018, p. 191-220.

COX, Michael. From the Truman Doctrine to the Second Superpower I: the rise and fall of the Cold War. **Journal of Peace Research**, v. 27, n. 1, p. 25-41, 1990. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/423773>. Acesso em: 4 fev. 2025.

CRAWFORD, Neta C. Institutionalizing passion in world politics: fear and empathy. **International Theory**, v. 6, n. 03, p. 535–557, 2014. Disponível em: [http://journals.cambridge.org/abstract\\_S1752971914000256](http://journals.cambridge.org/abstract_S1752971914000256). Acesso em: 28 jan. 2023.

CRUZ, Manuel Braga da. A Revolução Nacional de 1926: da Ditadura Militar à Formação do Estado Novo. **Revoltas e Revoluções, Revista de História das Ideias**, n. 7, p. 347-371, 1985. Disponível em: [https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/45079/1/A\\_revolucao\\_nacional\\_de\\_1926.pdf](https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/45079/1/A_revolucao_nacional_de_1926.pdf). Acesso

em: 15 mar. 2023.

CUNHA, Fernando Whitaker. A evolução constitucional portuguesa e suas relações com a brasileira. **Revista de Informação Legislativa**, a. 24, n. 96, p. 113-120, 1987. Brasília: Senado Federal, 1987. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181797/000433551.pdf?sequence=1>. Acesso em: 29 mar. 2023.

DE LA TORRE GÓMEZ, Hipólito. **Do “perigo espanhol” à amizade peninsular. Portugal-Espanha 1919-1930**. Lisboa: Editorial Estampa,

DE MARCO, Valéria. Um pacto de siêncio: a Transição Espanhola. In: COGGIOLA, Osvaldo. **Espanha e Portugal**: o fim das ditaduras. São Paulo: Xamã, 1996, p. 11-119.

DELUMEAU, Jean. **El miedo en occidente**. Madrid: Taurus, 2002.

DESIMONI, Luís María. **Los derechos humanos y la guerra contra el terror**. 1. Ed. Buenos Aires: Ábaco de Rodolfo Depalma, 2009.

DIÁRIO DE LISBOA. **O essencial**. In: Diário de Lisboa, n. 1587, a. 6, 8 jun. 1926. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05743.007.01951#!1>. Acesso em: 20 mar. 2023.

DOMÍNGUEZ ARRIBAS, Javier. El mito del complot antipatriótico y la Asociación Masónica Internacional (España, 1921-1975). **REHMLAC+**, v. 12, n. 1-2, p. 133-159, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.sa.cr/pdf/rehmlac/v12n1-2/2215-6097-rehmlac-12-1-2-139.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2025.

DRYZEK, John S.; HONIG, Bonnie; PHILLIPS, Anne. Introduction. In: DRYZEK, John S.; HONIG, Bonnie; PHILLIPS, Anne (Eds.). **The Oxford handbook of political theory**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

EIROA SAN FRANCISCO, Matilde. Palabra de Franco: lenguaje político e ideología

com los textos doctrinales. *In:* NAVAJAS ZUBELDIA, Carlos; ITURRIAGA BARCO, Diego (Orgs.). **Coletánea:** Actas del III Congreso Internacional de Historia de Nuestro Tiempo. Logroño: Universidad de La Rioja, 2012, p. 71-88. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4051664>. Acesso em: 28 jan. 2023.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Vol. 2: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993.

ELIE, Jérôme B.; HANHIMÄKI, Jussi. UNHCR and decolonization in Africa: expansion and emancipation, 1950s to 1970s. **Archiv für Sozialgeschichte:** Dekolonisation, Prozesse und Verflechtungen 1945–1990, v. 48, p. 53-73, 2008. Disponível em: <https://www.fes.de/index.php?eID=dumpFile&t=f&f=46877&token=1b8723b756856c2c9c92754486eb8bc20ff8d934>. Acesso em: 16 abr. 2025.

ENROTH, Henrik. Fear as a Political Factor. **International Political Sociology**, n. 11, p. 55–72, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ips/olw033>. Acesso em: 28 jan. 2023.

ESPAÑA. **Decreto núm. 79, de 31 de agosto de 1936.** Boletín Oficial del Estado, n. 15, 4 set. 1936, p. 3-4. Disponível em: <https://www.boe.es/gazeta/dias/1936/09/04/pdfs/BJD-1936-15.pdf>. Acesso em 28 mai. 2025.

ESPAÑA. **Ley de 9 de febrero de 1939 de Responsabilidades Políticas.** Boletín Oficial del Estado, n. 44, 13 fev. 1939a, p. 824-847. Disponível em: <https://www.boe.es/datos/pdfs/BOE//1939/044/A00824-00847.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2025.

ESPAÑA. **Ley de 8 de septiembre de 1939 creando las “Colonias Penales Militarizadas”.** Boletín Oficial del Estado, n. 206, 17 set. 1939b, p. 5160-5162. Disponível em: <https://www.boe.es/gazeta/dias/1939/09/17/pdfs/BOE-1939-260.pdf>. Acesso em 28 mai. 2025.

ESPAÑA. **Ley de 1 de marzo de 1940 sobre la represión de la masonería y del**

**comunismo.** Boletín Oficial del Estado, n. 62, 2 mar. 1940, p. 1537-1539. Disponível em: <https://www.boe.es/datos/pdfs/BOE//1940/062/A01537-01539.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2025.

**ESPAÑA. Ley de 8 de marzo de 1941 por la que se reorganizan los servicios de Policía.** Boletín Oficial de Estado, n. 98, 8 abr. 1941, p. 2340-2344. Disponível em: <https://www.boe.es/gazeta/dias/1941/04/08/pdfs/BOE-1941-98.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2025.

**ESPAÑA. Decreto-Ley (Retificado) de 18 de abril de 1947 sobre represión de los delitos de bandidaje y terrorismo.** Boletín Oficial del Estado, n. 126, 6 mai. 1947, p. 2686-2687. Disponível em: <https://www.boe.es/datos/pdfs/BOE//1947/126/A02686-02687.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2025.

**ESPAÑA. Concordato entre la España y la Santa Sede.** Boletín Oficial del Estado, n. 292, 19 out. 1953, p. 6230-6234. Disponível em: <https://www.boe.es/datos/pdfs/BOE//1953/292/A06230-06234.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2023.

**ESPAÑA. Ley de 15 de julio de 1954 por la que se modifican los artículos 2.º y 6.º de la Ley de Vagos y Maleantes, de 4 de agosto de 1933.** Boletín Oficial del Estado, n. 198, 17 jul. 1954, p. 1862. Disponível em: <https://www.boe.es/datos/pdfs/BOE//1954/198/A04862-04862.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2025.

**ESPAÑA. Ley 45/1959, de 30 de julio, de Orden Público.** Boletín Oficial del Estado, n. 182, 31 jul. 1959, p. 10356-10370. Disponível em: <https://www.boe.es/gazeta/dias/1959/07/31/pdfs/BOE-1959-182.pdf>. Acesso em 28 mai. 2025.

**ESPAÑA. Ley 154/1963, de 2 de diciembre, sobre creación del Juzgado y Tribunales de Orden Público.** Boletín Oficial del Estado, n. 291, 5 dez. 1963, p. 16985-16987. Disponível em: <https://www.boe.es/boe/dias/1963/12/05/pdfs/A16985-16987.pdf>. Acesso em 28 mai. 2025.

ESPAÑA. **Ley Orgánica del Estado, núm. 1/1967, de 10 de enero.** Boletín Oficial del Estado, n. 1, 10 jan. 1967, p. 466-477. Disponível em: <https://www.boe.es/boe/dias/1967/01/11/pdfs/A00466-00477.pdf>. Acesso em: 7 mai. 2025.

ESPAÑA. **Decreto-Ley 10/1975, de 26 de agosto, sobre prevención del terrorismo.** Boletín Oficial del Estado, n. 205, 27 ago. 1975, p. 18117-18120. Disponível em: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1975-18072>. Acesso em: 8 mai. 2025.

ESPAÑA. **Ley 1/1977, de 4 de enero, para la Reforma Política.** Boletín Oficial del Estado, n. 4, 5 jan. 1977a, p. 170-171. Disponível em: [https://www.boe.es/diario\\_boe/txt.php?id=BOE-A-1977-165](https://www.boe.es/diario_boe/txt.php?id=BOE-A-1977-165). Acesso em: 13 mai. 2025.

ESPAÑA. **Ley 46/1977, de 15 de octubre, de Amnistía.** Boletín Oficial del Estado, n. 248, 17 out. 1977b, s.d. Disponível em: <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-1977-24937>. Acesso em: 13 mai. 2025.

FARINHA, Luís. O regime republicano e a Constituição de 1911. Entre a “Ditadura do Legislativo” e a “governação em ditadura”: um equilíbrio difícil. **História Constitucional**, n. 13, p. 597-609, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.17811/hc.v0i13>. Acesso em: 29 mar. 2023.

FARINHA, Luís. A Noite Sangrenta: crime e castigo. Um desfecho possível para o triénio trágico português do pós-guerra. In: FERREIRA, Ana Sofia; MADEIRA, João; CASANELLAS, Pau (Coords.). **Violência política no século XX**: um balanço. Lisboa: Instituto de História Contemporânea/Universidade Nova de Lisboa, 2017, p. 252-261.

FERNANDES, Filipe S. **À minha maneira**: como Salazar resolveu o grande escândalo financeiro do Estado Novo. Lisboa: Matéria-Prima, 2013.

FERNANDES, João Paulo Santos de Castro. **A política externa portuguesa e a**

**neutralidade peninsular na II Guerra Mundial (1939-1942).** 509 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais). Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa, 2016.

FERNÁNDEZ SOLDEVILLA, Gaizka. A sangre fría. El asesinato de José Antonio Pardines (y sus antecedentes). In: FERNÁNDEZ SOLDEVILLA, Gaizka; DOMÍNGUEZ IRIBARREN, Florencio. **Pardines**. Cuando ETA empezó a matar. Madrid: Editorial Tecnos, 2020, p. 65-115.

FERRARI, Marco. **A incrível história de António Salazar, o ditador que morreu duas vezes**. Trad. Vasco Gato. São Paulo: Todavia, 2023.

FERREIRA, Aurora da Fonseca. Tarrafal – memória comum de luta pela liberdade, justiça e democracia. **História Oral**, v. 15, n. 2, p. 51-70, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.51880/ho.v15i2.258>. Acesso em: 22 mai. 2025.

FERREIRA, José Medeiros. Forças Armadas e o regime autoritário. **Nação e Defesa**, n. 84, p. 107-122, 2000. Disponível em: [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1431/1/NeD094\\_JoseMedeirosFerreira.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1431/1/NeD094_JoseMedeirosFerreira.pdf). Acesso em: 8 abr. 2023.

FERREIRA, Flávia Mendes. **O medo no horizonte teórico da ciência política:** algumas reflexões sobre os tempos modernos e contemporâneos. 121 fl. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010.

FERRO, António. **Oliveira Salazar**: el hombre y su obra. Editoriales Reunidas: Buenos Aires, 1942.

FIGUEIREDO, António de. **Portugal**: 50 anos de ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

FIGUEIREDO, Octávio. O período do isolacionismo (1926–1960). **Diálogo Social**, n. 1, p. 23-56, 2002. Disponível em: <https://www.fep.up.pt/docentes/cpimenta/textos/pdf/EstrategiaNacional.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2023.

FONSECA, Ana Mónica. A Constituição de 1976: a visão de Bona. **Relações Internacionais**, v. 49, p. 11-26, 2016. Disponível em: [https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista\\_ri/pdf/ri49/R149\\_02AMFonseca.pdf](https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri49/R149_02AMFonseca.pdf). Acesso em: 12 mai. 2025.

FRAGA, Luís Alves de. A Carbonária, uma força civil, e os militares: uma reflexão histórica. **Separata das Actas XIX Colóquio de História Militar**. 100 Anos de Regime Republicano: Políticas, Rupturas e Continuidades, p. 1-33, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/654>. Acesso em: 9 mar. 2023.

FRANCESCONI, Armando. El lenguaje del franquismo y del fascismo italiano. **Nómadas**. Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas, v. 22, n. 2, p. 81-97, 2009. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/NOMA/article/view/NOMA0909240081A>. Acesso em 27 mai. 2025.

FRANCO, António de Sousa. Ensaio sobre as transformações estruturais das finanças públicas portuguesas: 1900-1980. **Análise Social**, v. XVIII, n. 72/74, p. 1105-1138, 1982. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223460781Q0nWS0fw8Hz57BV4.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2023.

FRANCO, Francisco. **Masonería**. Madrid: Valera, 1952.

FRANCO, Francisco. **Diario de una bandera**. Madrid: Doncel, 1976.

FRANCO, Francisco. **Palabra de Franco I**: discursos y entrevistas. Madrid: s.d., 2020.

FREEDEN, Michael. Ideology and political theory. **Journal of Political Ideologies**, v. 11, n. 1, p. 3-22, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13569310500395834>. Acesso em: 28 jan. 2023.

FREITAS DO AMARAL, Diogo. **O Antigo Regime e a Revolução**: memórias políticas

(1941-1975). Lisboa: Bertrand/Nomen, 1995.

FUNDACIÓN NACIONAL FRANCISCO FRANCO. **Manifiesto de Francisco Franco el 18 de Julio de 1936**. Disponível em: <https://fnff.es/historia/87666425/manifiesto-de-francisco-franco-el-1-de-julio-de-16.html>. Acesso em: 26 mar. 2023.

FUREDÍ, Frank. **Culture of Fear**: risk-taking and the morality of low expectation. London: Cassell, 1997.

GALLAGHER, Tom. **Salazar**. The dictator who refused to die. Lonfon: Hurst & Company, 2020.

GALLO, Carlos Artur. A justiça das transições: uma proposta de análise para Portugal, Espanha, Argentina e Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 38, p. 1-31, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2022.38.253850>. Acesso em: 18 mai. 2025.

GAMA, Manuel. Da censura à autocensura no Estado Novo. **Atas do IX Colóquio de Outono**. Censura e inter/dito – censorship and inter/diction. Braga: Universidade do Minho, p. 225-232, 2008. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/28548>. Acesso em: 23 mai. 2025.

GANDHI, Jennifer; PRZEWORSKI, Adam. Authoritarian institutions and the survival of autocrats. **Comparative Political Studies**, v. 40, n. 11, p. 1279-1301, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0010414007305817>. Acesso em: 25 set. 2025.

GARCIA, René. Neurobiology of fear and specific phobias. **Learning & Memory**, v. 24, p. 462-471, 2017. Disponível em <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5580526/>. Acesso em: 28 jan. 2023.

GARDNER, Dan. **Risk**: the science and politics of fear. London: Virgin Books, 2008.

GARLAND, David. **The culture of control**: crime and social order in contemporary society. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.

GERLACH, Christian. Introduction: Anti-Communist Persecutions in the Twentieth Century. In: GERLACH, Christian; SIX, Clemens (Eds.). **The Palgrave Handbook of Anti-Communist Persecutions**. London: Palgrave Macmillan, 2020, p. 1-27.

GIDDENS, Anthony. Risk and responsibility. **The Modern Law Review**, v. 62, n. 1, p. 1-10, 1999. Disponível em: [https://courses.washington.edu/sales09/Handouts/Giddens\\_Risk\\_Responsibility.pdf](https://courses.washington.edu/sales09/Handouts/Giddens_Risk_Responsibility.pdf). Acesso em: 28 jan. 2023.

GIMÉNEZ MARTÍNEZ, Miguel Ángel. El ejército de Franco: com gigante com pies de barro. **Passagens**, v. 6, n. 3, p. 439-479, 2014. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/revistapassagens/artigos/v6n3a22014.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

GIRAL, Francisco. SANTIDRIAN, Pedro. **La República en el exilio**. Madrid: Ediciones 99, 1977.

GLASSNER, Barry. **The culture of fear: why Americans are afraid of the wrong things**. New York: Basic Books, 1999.

GÓMEZ BRAVO, Gutmaro. Claves del modelo penitenciario franquista (1936-1948). **Revista de Estudios Extremeños**, v. 67, n. 2, p. 815-836, 2011. Disponível em: <https://produccioncientifica.ucm.es/documentos/5d399a05299952068445bede>. Acesso em: 30 mai. 2025.

GÓMEZ BRAVO, Gutmaro. **Geografía humana de la represión franquista: del golpe a la guerra de ocupación (1936-1941)**. Madrid: Cátedra, 2017.

GONÇALVES, Maria Neves Leal. A greve académica de 1907. Suas repercuções políticas e educacionais. **Revista Lusófona de Educação**, n. 9, p. 61-84, 2007. Disponível em: [http://recil.grupolusofona.pt/jspui/bitstream/10437/1465/1/04\\_greve\\_academica.pdf](http://recil.grupolusofona.pt/jspui/bitstream/10437/1465/1/04_greve_academica.pdf). Acesso em: 28 mar. 2023.

GONZÁLEZ-DORIA, Fernando. **¿Franquismo sin Franco...?**. Madrid: Editorial Cunillera, 1974.

GONZÁLEZ MARTÍNEZ, Carmen. La Dictadura de Primo de Rivera: Com propuesta de análisis. **Anales de Historia Contemporánea**, v. 16, p. 337-408, 2000. Disponível em:

<https://digitum.um.es/digitum/bitstream/10201/12065/1/La%20Dictadura%20de%20Primo%20de%20Rivera.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2023.

GONZÁLEZ PRIETO, Luis Aurelio. El debate sobre la Constitución en el primer franquismo (1939-45). **Revista de Estudios Políticos**, n. 155, p. 207-235, 2012. Disponível em: <https://www.cepc.gob.es/sites/default/files/2021-12/7luisaureliogonzalezprietorep155.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2025.

GRAHAM, Helen. **The Spanish Civil War: a very short introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HELD, David. **Political theory and the modern state: essays on state, power and democracy**. Cambridge: Polity Press, 2000.

HERDEIRO, Vitor Manuel Malta Madail. **A Guerra-Fria combatida a partir da charneca ribatejana: o caso da RARET 1951-1963**. 117 fl. Dissertação (Mestrado em História Moderna e Contemporânea). Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa, 2019. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/19138?mode=full>. Acesso em: 10 abr. 2025.

HERMET, Guy. **La guerre d'Espagne**. Paris: Éditions du Seuil, 1989.

HOBBES, Thomas. **Leviathan: or the matter, form and power of a commonwealth, ecclesiastical and civil**. 4. Ed. London: Routledge, 1894.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914–1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUDDY, Leonie. Fear and how it works: science and the social sciences. **Social Research**, v. 71, p. 801-805, 2004. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/i40043742>. Acesso em: 28 jan. 2023.

HUMAN RIGHTS WATCH. **In the name of security**: counterterrorism laws worldwide since September 11. Disponível em: [https://www.hrw.org/sites/default/files/reports/global0612ForUpload\\_1.pdf](https://www.hrw.org/sites/default/files/reports/global0612ForUpload_1.pdf). Acesso em: 28 jan. 2023.

HUNTINGTON, Samuel P. **The third wave**: democratization in the late twentieth century. Norman: University of Oklahoma Press, 1993.

JACKSON, Richard. **Writing the war on terrorism**: language, politics and counter-terrorism. Manchester: Manchester University Press, 2005.

JESUS, José Manuel Duarte de. **Dança sobre o vulcão**: Portugal e o III Reich. O Ministro von Hoyningen-Huene entre Hitler e Salazar. Lisboa: Edições 70, 2017.

JOSEPHSON, Kimberly. Stolen Babies in Spain: Human Rights Abuses and Post-transitional Justice. 70fl. Monografia/Senior Honors Thesis (Pós-Graduação em Humanidades e Ciências Sociais). Pittsburgh: Carnegie Mellon University, 2013. Disponível em: <http://shelf1.library.cmu.edu/HSS/2013/a1491880.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2023.

KAPUST, Daniel. On the ancient uses of political fear and its modern implications. **Journal of the History of Ideas**, v. 69, n. 3, p. 353-373, 2008. Disponível em: [http://www.jstor.org/stable/40208029](https://www.jstor.org/stable/40208029). Acesso em: 28 fev. 2023.

KAY, Hugh. **Salazar and Modern Portugal**. London: Eyre & Spottiswoode, 1970.

KESSLER, Gabriel. **El sentimiento de inseguridad**: sociología del temor al delito. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica:** teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2011.

KREBSBACH, Mason. The effects of the Bolshevik Revolution of 1917: A case study. **The Saber and Scroll Journal**, v. 8, n. 3, p. 81-97, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.18278/sshj.8.3.6>. Acesso em: 5 abr. 2023.

LEE, Stephen J. **The European dictatorships (1918-1945)**. London and New York: Routledge, 1992.

LEITÃO, Alfredo Moreno. **Lutar é preciso:** exílios, resistências e tensões. Portugueses antissalazaristas em São Paulo (1945-1974). 235fl. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2019.

LEIVAS, Cláudio Roberto Cogo. A paixão política do medo na concepção de Hobbes. **Dissertatio**, v. 33, p. 341-353, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/dissertatio/article/view/8729>. Acesso em: 25 set. 2025.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo, etapa superior do capitalismo**. Campinas: Navegando, 2011.

LEÓN, Ángeles Egido. La dictadura de Primo de Rivera. In: FARRÉ, Juan Avilés; LEÓN, Ángeles Egido; LÓPEZ, Abdón Mateos. **Historia contemporánea de España desde 1923:** dictadura y democracia. Madrid: Editorial Universitaria Ramón Areces, 2011, p. 11-26.

LLARCH, Joan. **Campos de concentración en la España de Franco**. Barcelona: Producciones Editoriales, 1978.

LOCKE, John. **Second treatise of government**. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 1980.

LOPES, Moisés Alexandre Antunes. **Refugiados espanhóis em Portugal (1936-38):**

O caso de Elvas. 145fl. Dissertação (Mestrado em História Moderna e Contemporânea). Lisboa: Universidade de Lisboa, 2017.

LOSADA, Juan Carlos. Bases ideológicas del Ejército franquista. In: PUELL DE LA VILLA, Fernando; ALDA MEJÍAS, Sonia. **Los ejércitos del franquismo (1939-1975)**. Madrid: Doppel, S.L., 2010, p. 407-430.

LUPIA, Arthur; MENNING, Jesse O. When can politicians scare citizens into supporting bad policies? A theory of incentives with fear-based content. **Hendriks Symposium – Department of Political Science**, n. 2, p. 1-42, 2006. Disponível em: <https://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1001&context=politicalsciencehendricks>. Acesso em: 4 mar. 2023.

MACEDO, Paulo Sérgio Fonseca Santos Pinto. **A estratégia de argumentação de António de Oliveira Salazar. Análise de discursos políticos entre 1928 e 1932**. 150 fl. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2019.

MACHIAVELLI, Niccolò. **The prince**. Trad. W. K. Marriott. University Park: The Pennsylvania University Press, 2001.

MACKENZIE, Leslie. The Political Ideas of the Opus Dei in Spain. **Government and Opposition**, v. 8, n. 1, p. 72-92, 1973. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.1973.tb00859.x>. Acesso em 27 jun. 2025.

MADUREIRA, Arnaldo. **Antecedentes imediatos do salazarismo**. Publicações Dom Quixote: Lisboa, 1997.

MADUREIRA, Arnaldo. **A formação histórica do salazarismo (1928–1933)**. Lisboa: Livros Horizonte, 2000.

MAGALONI, Beatriz. Credible power-sharing and the longevity of authoritarian rule. **Comparative Political Studies**, v. 41, n. 4/5, p. 715-741, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/0010414007313124>. Acesso em: 25 set. 2025.

MANIĆ, Emilija; STEPIĆ, Milomir. Geopolitical and geoeconomical causes of the First World War. **Serbian Political Thought**, n. 1, v. 11, a. VII, p. 5-26, 2015. Disponível em: [https://www.ips.ac.rs/wp-content/uploads/2018/03/Emilija-Manic-Milomir-Stepic\\_SPT\\_1\\_2015.pdf](https://www.ips.ac.rs/wp-content/uploads/2018/03/Emilija-Manic-Milomir-Stepic_SPT_1_2015.pdf). Acesso em: 5 abr. 2023.

MANN, Michael. **Fascistas**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MANSANO, Sonia Regina Vargas; NALLI, Marcos. Fear as a biopolitical device. **Revista Psicologia: teoria e prática**, v. 20, n. 1, p. 85-97, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5935/1980-6906/psicologia.v20n1p85-97>. Acesso em: 28 jan. 2023.

MANUEL, Alexandre; CARAPINHA; Rogério; NEVES, Dias. **PIDE: a história da repressão**. Oeiras: Jornal do Fundão, 1974.

MAO, Zedong. **Quotations from Chairman Mao Tse-Tung**. Beijing: PLA General Political Department, 1966.

MARCATO, Elisa. **La argumentación en el discurso político franquista**: estrategias persuasivas aplicadas a los discursos de Francisco Franco. 130 fl. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Filologia Hispânica). Salamanca: Universidade de Salamanca, 2020.

MARQUES, Helder Miguel. O movimento sindical durante o Estado Novo: estado actual da investigação. **HISTÓRIA**, v. 8, série III, p. 299-316, 2007. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3359.pdf>. Acesso em 21 mai. 2025.

MARQUINA BARRIO, Antonio. La etapa de Ramón Serrano Suñer com el Ministerio de Asuntos Exteriores: España se convierte com um país del Eje y pierde la neutralidad. **UNISCI Discussion Papers**, n. 36, p. 99-121, 2014a. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=76732512010>. Acesso em: 29 jan. 2025.

MARQUINA BARRIO, Antonio. La diplomacia franco-británica ante la guerra. **UNISCI**

**Discussion Papers**, n. 36, p. 93-98, 2014b. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=76732512010>. Acesso em: 29 jan. 2025.

MARTÍN PUERTA, Antonio. La Asociación Católica Nacional de Propagandistas durante la fase central del régimen de Franco. **Hispania Sacra**, v. 67, n. 135, p. 303-338, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.3989/hs.2015.009>. Acesso em: 3 fev. 2025.

MARTÍNEZ LILLO, Pedro. La diplomacia española y el Plan Marshall en el marco de las recaiones hispano-francesas (junio 1947-abril 1948). **Cuadernos de Historia Contemporánea**, n. 18, p. 155-174, 1996. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/CHCO/article/view/CHCO9696110155A/7052>. Acesso em: 28 abr. 2025.

MARTÍNEZ RODA, Federico. The end of the “Spanish Danger” as a prerequisite for Iberian Alignment during the Cold War. **Annales Universitatis Mariæ Curie-Sklodowska**, v. XXVIII, n. 2, p. 7-25, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.17951/k.2021.28.2.7-25>. Acesso em: 29 jan. 2025.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomares. **O Estado Novo português**: história, historiografia e memória. São Paulo: Intermeios, 2019.

MATOS, Helena. **Salazar**: A Construção do Mito (1928–1933). Lisboa: Temas e Debates, 2010.

MEDEIROS, Fernando. **A sociedade e a economia portuguesa nas origens do salazarismo**. Lisboa: A Regra do Jogo, 1978.

MEDINA, João. **Salazar, Hitler e Franco**. Lisboa: Livros Horizonte, 2000.

MELLO, Arnon de. **Portugal e as colônias da África**. Brasília: Senado Federal, 1974.

MENESES, Filipe Ribeiro de. **Salazar**: Biografia Definitiva. Lisboa: Leya, 2011.

MOÏSE, Dominique. **A geopolítica das emoções**: como as culturas do Ocidente, do Oriente e da Ásia estão remodelando o mundo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

MOLINER PRADA, Antonio. Clericalismo y anticlericalismo com la España contemporánea. **História: Questões & Debates**, n. 55, p. 59-82, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/viewFile/26528/17688>. Acesso em: 8 abr. 2023.

MOLINERO, Carme; YSÀS, Pere. La dictadura de Franco, 1939-1975. In: MARÍN, José María; MOLINERO, Carme; YSÀS, Pere. **Historia política, 1939-2000**. Historia de España XVIII. Colección Fundamentos, nº. 194. Serie Historia de España. Madrid: Istmo, 2001a, p. 17-244.

MOLINERO, Carme; YSÀS, Pere. La transición democrática, 1975-1982. In: MARÍN, José María; MOLINERO, Carme; YSÀS, Pere. **Historia política, 1939-2000**. Historia de España XVIII. Colección Fundamentos, nº. 194. Serie Historia de España. Madrid: Istmo, 2001b, p. 247-318.

MOLINERO, Carme; YSÀS, Pere. **El règim franquista**: feixisme, modernització i consens. 2ª. ed. Vic: Eumo Editorial, 2003.

MOLINERO, Carme; YSÀS, Pere. **La anatomía del franquismo**. De la supervivencia a la agonía, 1945-1977. Barcelona: Crítica, 2008.

MOLINERO, Carme; YSÀS, Pere. **La cuestión catalana**: Cataluña en la transición española. Barcelona: Crítica, 2014.

MOLINERO, Carme; YSÀS, Pere. **La Transición**: historia y relatos. Madrid: Siglo XXI, 2018.

MONTESQUIEU, Charles de. **The spirit of the laws**. Cambridge Texts in the History of Political Thought (Eds. Anne M. Cohler, Basia Carolyn Miller, Harold Samuel Stone). Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

MORADIELLOS, Enrique. **Franco**: Anatomy of a dictator. London/New York: I.B.

Tauris & Co., 2018.

MORAIS, Joana Rebelo. **Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista: em busca da verdade?**. 52f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Lisboa: ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 2016.

MORALES RUIZ, Juan José. El contubernio: Franco y las Naciones Unidas. **Anuario del Centro de la Universidad Nacional de Educación a Distancia en Calatayud**, n. 25, p. 47-80, 2019. Disponível em: <https://www.unedcalatayud.es/content/files/2023/11/El-contubernio---Franco-y-las-Naciones-Unidas.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2025.

MORCILLO ROSILLO, Matilde. Violación de la neutralidad de España durante la Segunda Guerra Mundial. **Estudios Humanísticos**. Historia, n. 12, p. 289-307, 2013. Disponível em: <https://revpubli.unileon.es/index.php/EEHHistoria/article/view/969/843>. Acesso em: 29 jan. 2025.

MOSCA, João. Salazar e a política económica do Estado Novo. In: **Lusíada**, v. 2, n. 4, p. 339-364, 2007. Disponível em: <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/lh/article/view/1517>. Acesso em: 18 mar. 2023.

MOTA, Guilhermina. A Batalha de La Lys e a sua história. In: FREITAS, Judite Gonçalves de; CARDOSO, João Casqueira; REIS, Pedro (Eds.). **A Primeira Guerra Mundial. Na Batalha de La Lys**. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2019, p. 111-121.

MOTA, Joana Martins. Mourning Salazar: the ideologic oriented grief in the Portuguese newspapers during the dictatorship. **Observatorio**, v. 14, n. 3, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.15847/obsOBS14320201566>. Acesso em: 7 fev. 2025.

MUÑOZ BOLAÑOS, Roberto. La institución militar com la posguerra (1939-1945). In: PUELL DE LA VILLA, Fernando; ALDA MEJÍAS, Sonia. **Los ejércitos del franquismo**

(1939-1975). Madrid: Doppel, S.L., 2010, p. 15-54.

MUÑOZ BOLAÑOS, Roberto. Are we so different? Military intervention in Spain, the United Kingdom and the United States. **Araucaria: Revista Iberoamericana de Filosofía, Política, Humanidades y Relaciones Internacionales**, a. 23, v. 47, p. 431-456, 2021a. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.12795/araucaria.2021.i47.19>. Acesso em: 31 mar. 2023.

MUÑOZ BOLAÑOS, Roberto. **El 23-F y los otros golpes de Estado de la Transición**. Barcelona: Planeta, 2021b.

NACOS, Brigitte L.; BLOCH-ELKON Yaeli; SHAPIRO, Robert Y. Post-9/11 terrorism threats, news coverage, and public perceptions in the United States. **International Journal of Conflict and Violence**, v. 1, n. 2, p. 105-126, 2007. Disponível em: <https://www.ijcv.org/index.php/ijcv/article/view/2748/2509>. Acesso em: 28 jan. 2023.

NORONHA, Ricardo. Anatomia de um golpe de Estado fracassado: 11 de março de 1975. **Ler História**, n. 29, p. 71-87, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.2487>. Acesso em: 12 mai. 2025.

NÚÑEZ DE PRADO, Sara. El papel de la Iglesia con la configuración del franquismo. **La Albolafia: Revista de Humanidades y Cultura**, Madrid, v.1, n.1, p. 97-114, 2014.

NÚÑEZ SEIXAS, Xosé M. **The Spanish Blue Division on the Eastern Front, 1941-1945: War, Occupation, Memory**. Trad. Andrea Blanch, Daniel Blanch, Craig Patterson. Toronto: University of Toronto Press, 2022.

OLIVEIRA, Adriano. Análise de conjuntura: conceitos e aplicações. **Em Debate**, v. 6, n. 1, p. 24-35, 2014. Disponível em: [https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/6100/2014\\_oliveira\\_analise\\_conjuntura\\_conceitos.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/6100/2014_oliveira_analise_conjuntura_conceitos.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 27 mar. 2023.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em administração**. Catalão: Universidade Federal de Goiás, 2011.

ONU. **Resolution 39(I)**. Relations of Members of the United Nations with Spain/Relations entre les Membres des Nations Unies et l'Espagne, dez./1946, p. 63-64. Disponível em: [https://docs.un.org/en/A/RES/39\(I\)](https://docs.un.org/en/A/RES/39(I)). Acesso em: 28 abr. 2025.

ONU. **Resolution 386(V)**. Relations of States Members and specialized agencies with Spain, nov./1950, p. 16-17. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/209546?ln=en&v=pdf>. Acesso em: 29 abr. 2025.

PAÇO, António Simões do. Um certo doutor de Coimbra. In: PAÇO, António Simões do (Coord.). **1926–1932**: A ascensão de Salazar. Lisboa: PDA, 2008, p. 29-43.

PAGÈS I BLANCH, Pelai. El franquisme, un règim repressiu. In: PAGÈS I BLANCH, Pelai (Dir.). **Franquisme i repressió**: la repressió franquista als països catalans (1939-1975). Valencia: Universitat de València, 2004, p. 15-32.

PAGÈS I BLANCH, Pelai. **Les lleis repressives del franquisme (1936-1975)**. Valencia: Tres i Quatre, 2009.

PAIVA, Maurício. **Portugal**: a revolução e a descolonização. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

PANDO BALLESTEROS, María de la Paz. La denuncia de la corrupción en el franquismo. “El caso MATESA” en la revista “Cuadernos para el Diálogo”. **Caderno de Relações Internacionais**, v. 10, n. 18, p. 51-79, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22293/2179-1376.v10i18.1032>. Acesso em: 5 mai. 2025.

PANICHI, Alessio. **"The Greatest Master There Is"**: Forms and Functions of Fear in Niccolò Machiavelli's Work. 159 fl. Tese (Doutorado em Linguagens Modernas e Literatura). Baltimore: Johns Hopkins University, 2023.

PAULO, Heloísa Helena de Jesus. **Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil**: o SPN/SNI e o DIP. Coimbra: Minerva, 1994.

PAXTON, Robert O. **The Anatomy of Fascism**. New York: Alfred A. Knopf, 2004.

PAYNE, Stanley G. **A histoty of Spain and Portugal**. V. 1. Madison: The University of Wisconsin Press, 1973.

PAYNE, Stanley G. **Franco and Hitler**: Spain, Germany, and World War II. New Haven/London: Yale University Press, 2008.

PAYNE, Stanley G.; PALACIOS, Jesús. **Franco**: a personal and political biography. Madison: University of Wisconsin Press, 2014.

PELAZ LOPEZ, José-Vidal; DÍEZ MIGUEL, Darío. El Gobierno de Leopoldo Calvo-Sotelo o el eslabón perdido de la Transición. **Ayer**, v. 109, n. 3, p. 325-348, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.55509/ayer/109-2018-12>. Acesso em: 14 mai. 2025.

PIMENTEL, Irene Flunser. **A história da PIDE**. Lisboa: Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2007.

PIMENTEL, Irene Flunser. Cerejeira e Salazar: o trono e o altar. In: PAÇO, António Simões do (Coord.). **1926–1932**: A ascensão de Salazar. Lisboa: PDA, 2008, p. 82-94.

PIMENTEL, Irene Flunser. **Informadores da PIDE – uma tragédia portuguesa**. 1. ed. Lisboa: Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2022.

PINHEIRO, Francisco. O “lápis azul” no sport português – política, desporto e media. **FuLiA/UFMG**, v. 4, n. 3, p. 97-114, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17851/2526-4494.4.3.97-114>. Acesso em 23 mai. 2025.

PINTO, Alexandra Guedes. O discurso da ditadura: ditadura, ordem e desordem em António de Oliveira Salazar. **Forma Breve**, v. 0, n. 11, p. 313-341, 2014. Disponivel em: <https://doi.org/10.34624/fb.v0i11.5419>. Acesso em 21 mai. 2025.

PINTO, Dora Maria Gomes. **Ensaio sobre a evolução política do Estado Novo.** 129 fl. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais). Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2010.

PIRES, Ana Paula. As letras de uma revolução: a implantação da República em Portugal a 5 de outubro de 1910. **Estudos Históricos**, v. 30, n. 61, p. 331-354, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/Z6ZkSnwwH6zc9Q8B3pDsbRC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2023.

PORUGAL. **Acta da assemblea geral de apuramento dos resultados do Plebiscito Nacional de 19 de março de 1933, sobre a Constituição Política da República Portuguesa.** Diário do Governo, série I, n. 83, 11 abr. 1933a, p. 649-656. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdfgratis/1933/04/08300.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

PORUGAL. **Constituição Política da República Portuguesa, de 11 de abril de 1933.** 1933b. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/parlamento/documents/crp-1933.pdf>. Acesso em 21 mai. 2025.

PORUGAL. **Decreto-Lei n.º 22.992, de 29 de agosto de 1933.** Diário do Governo, série I, n. 195, 29 ago. 1933c, p. 1583-1585. Disponível em: <https://files.dre.pt/1s/1933/08/19500/15831585.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2025.

PORUGAL. **Decreto-Lei n.º 23.203, de 6 de novembro de 1933.** Diário do Governo, série I, n. 253, 6 nov. 1933d, p. 1835-1839. Disponível em: <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1933/11/25300/18351839.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2025.

PORUGAL. **Decreto-Lei n.º 22.468, de 11 de abril de 1933. Diário do Governo,** série I, n. 83, 11 abr. 1933e, p. 653-654. Disponível em: <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1933/04/08300/06530654.pdf>. Acesso em 22 mai. 2025.

**PORUGAL. Decreto-Lei n.º 22.469, de 11 de abril de 1933.** Diário do Governo, série I, n. 83, 11 abr. 1933f, p. 654. Disponível em: <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1933/04/08300/06540654.pdf>. Acesso em 22 mai. 2025.

**PORUGAL. Decreto-Lei n.º 23.054, de 25 de setembro de 1933.** Diário do Governo, série I, n. 218, 25 set. 1933g. Disponível em: <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1933/09/21800/16751676.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2025.

**PORUGAL. Lei n.º 1.901, de 21 de maio de 1935.** Diário do Governo, série I, n. 115, 21 mai. 1935, p. 699-700. Disponível em: <https://files.dre.pt/1s/1935/05/11500/06990700.pdf>. Acesso em 22 mai. 2025.

**PORUGAL. Decreto-Lei n.º 26.539, de 23 de abril de 1936.** Diário do Governo, série I, n. 94, 23 abr. 1936, p. 445-447. Disponível em: <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1936/04/09400/04450447.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2025.

**PORUGAL. Decreto-Lei n.º 35.046, de 22 de outubro de 1945.** Diário do Governo, série I, n. 234, 22 out. 1945, p. 857-859. Disponível em: <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1945/10/23400/08570859.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2025.

**PORUGAL. Decreto-Lei n.º 49.401, de 24 de novembro de 1969.** Diário do Governo, série I, n. 275, 24 nov. 1969, p. 1664-1666. Disponível em: <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1969/11/27500/16641666.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2025.

**PORUGAL. Lei n.º 1, de 25 de abril de 1974.** Diário do Governo, série I, n. 97, 25 abr. 1974, p. 581-582. Disponível em: <https://files.dre.pt/gratuitos/1s/1974/04/09701.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2025.

**PORUGAL. UNIVERSIDADE DE COIMBRA. António de Oliveira Salazar. s.d.**

Disponível em: <https://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=213142>. Acesso em: 13 mar. 2023.

**PORUGAL. A conspiração e o programa do MFA.** Comemorações oficiais dos 50 anos do 25 de abril. 2024. Disponível em: <https://50anos25abril.pt/historia/mfa-e-o-25-de-abril/a-conspiracao-e-o-programa-do-mfa/>. Acesso em: 12 mai. 2025.

PRESTON, Paul. Franco and Hitler: the myth of Hendaye, 1940. **Contemporary European History**, v. 1, n. 1, p. 1-16, 1992. Disponível em: [http://journals.cambridge.org/abstract\\_S0960777300005038](http://journals.cambridge.org/abstract_S0960777300005038). Acesso em: 29 jan. 2025.

PRESTON, Paul. **The Politics of Revenge**: fascism and the military in twentieth-century Spain. Routledge: London/New York, 2005.

PRESTON, Paul. **The Spanish Civil War**: reaction, revolution and revenge. London, Harper Collins, 2006.

PRESTON, Paul. **El holocausto español**. Trad. Catalina Martínez Muñoz & Eugenia Vázquez Nacarino. Barcelona: Penguin Random House, 2011.

PRESTON, Paul. **Franco**: a biography. London: Harper Collins, 2012a.

PRESTON, Paul. **The destruction of Guernica**. London: Harper Collins, 2012b.

PRESTON, Paul. **Franco**. Caudillo de España. Barcelona: Penguin Random House, 2015a.

PRESTON, Paul. Franco: mitos, mentiras y manipulaciones. In: CASANOVA, Julián (Org.). **40 años con Franco**. Barcelona: Editorial Crítica, 2015b, p. 9-34.

PRESTON, Paul. **Architects of Terror**: paranoia, conspiracy and anti-semitism in Franco's Spain. London: William Collins, 2023.

PYSZCZYNSKI, Tom. What are we so afraid of? A Terror Management Theory perspective on the Politics of Fear. **Social Research**, v. 71, n. 4, p. 827-848, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/sor.2004.0012>. Acesso em: 28 jan. 2023.

QUADRUPPANI, Serge. **La politica della paura**. 1. Ed. Trad. Maruzza Loria. Milano: Lantana, 2011.

RAIMUNDO, Filipa. **Ditadura e democracia**: legados da memória. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2018.

RAIMUNDO, Filipa; MORAIS, Joana Rebelo. Justiça de transição em Portugal: a sequência e o timing do ajuste de contas com o passado. In: GALLO, Carlos Artur (Org.). **No rastro das transições**: perspectivas sobre memória, verdade e justiça no Cone Sul e no Sul da Europa. Pelotas: Editora UFPel, 2019, p. 45-65.

REBELO, José. **Formas de legimitação do poder no salazarismo**. Lisboa: Livros e Leituras, 1998.

REZENDE, Flávio da Cunha. Razões emergentes para a validade dos estudos de caso na ciência política comparada. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, p. 297-337, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n6/n6a12.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2023.

REZOLA, Maria Inácia. The Franco-Salazar Meetings: Foreign policy and Iberian relations during the Dictatorships (1942-1963). **Journal of Portuguese History (e-JPH)**, v. 6, n. 2, p. 58-68, 2008. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-64322008000200004&lng=pt&nrm=isso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-64322008000200004&lng=pt&nrm=isso). Acesso em: 28 jan. 2023.

REZOLA, Maria Inácia. A Igreja Católica nas origens do salazarismo. **Locus**: Revista de História, v. 18, n. 1, p. 69-88, 2012.

REZOLA, Maria Inácia. Do romantismo revolucionário à política real: a revolução portuguesa de 1974-1975. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; PAREDES, Marçal de

Menezes (Orgs.). **Depois dos cravos**: liberdades e independências. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017, p. 11-42.

RIBEIRO, Carla Patrícia Silva. **SNI e SEIT (1944–1974)**: a história de uma instituição do Estado Novo. 109f. Relatório Final (Pós-Doutorado em História Contemporânea). Porto: Universidade do Porto, 2020.

RIBEIRO, J. J. Teixeira. O abandono do equilíbrio do orçamento ordinário. **Boletim de Ciências Económicas**: Suplemento ao Boletim da Faculdade de Direito, v. XIX, p. 49-62, 1976. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/25913>. Acesso em: 18 mar. 2023.

RICHARDS, Michael. **A Time of Silence**: Civil War and the culture of repression in Franco's Spain, 1936-1945. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

RIQUER, Borja de. La crisis de la dictadura. In: CASANOVA, Julián. **40 años con Franco**. Barcelona: Editorial Crítica, 2015, p. 59-77.

ROBIN, Corey. **Fear**: the history of a political idea. New York: Oxford University Press, 2006.

ROBINSON, Richard A. H. **Los orígenes de la España de Franco**: derecha, república y revolución 1931-1936. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1974.

RODRIGO, Javier. **Cautivos**: campos de concentración en la España franquista, 1936-1947. Barcelona: Crítica, 2005.

RODRIGO, Javier. **Hasta la raíz**: violencia durante la Guerra Civil y la dictadura franquista. Madrid: Alianza Editorial, 2008.

RODRIGO, Javier. Exploitation, fascist violence and social cleansing: a study of Franco's concentration camps from a comparative perspective. **European Review of History/Revue Européenne d'Histoire**, v. 18, n. 4, p. 553-573, 2012. Disponível em:

<https://doi.org/10.1080/13507486.2012.697871>. Acesso em 29 mai. 2025.

RODRIGUES, Luís Nuno. Militares e política: a abrilada de 1961 e a resistência do salazarismo. **Ler História**, n. 65, p. 39-56, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/15007>. Acesso em: 8 abr. 2023.

RODRÍGUEZ ALZUETA, Esteban. **Temor y control**: la gestión de la inseguridad como forma de gobierno. Buenos Aires: Futuro Anterior Ediciones, 2014.

ROLLO, Maria Fernanda Fernandes Garcia. **Portugal e a reconstrução econômica do pós-guerra**. O Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50. 874 f. Tese (Doutorado em História). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2004.

ROMERO, Federico. Cold War anti-communism and the impact of communism on the West. In: NAIMARK, Norman; PONS, Silvio; QUINN-JUDGE, Sophie (Eds.). **The Socialist Camp and World Power 1941-1960s**. The Cambridge History of Communism, v. II. Cambridge: Cambridge University Press, 2017, p. 291-314.

ROS AGUDO, Manuel. **La guerra secreta de Franco (1939-1945)**. Barcelona: Crítica, 2002.

ROSAS, Fernando. **Salazar e o poder**: a arte de saber durar. São Paulo: Tinta-d'China Brasil, 2025.

RUEDO IBÉRICO. **El pequeño libro pardo del general**. Paris: Imprimerie Cary, 1972.

RUIZ, Julius. A spanish genocide? Reflections on the Francoist repression after the Spanish Civil War. **Contemporary European History**, v. 14, n. 2, p. 171-191, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0960777305002304>. Acesso em 30 mai. 2025.

SÁ, Victor de; PEREIRA, Gaspar Martins. Do Porto ao Báltico, 1780: achegas para a história das relações entre Portugal e a Rússia. **Revista da Faculdade de Letras da**

**Universidade do Porto**, n. 7, p. 219-254, 1990. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2217.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2025.

SALAZAR, António de Oliveira. **Discursos (1928–1934)**. Coimbra: Coimbra Editora, 1935.

SALAZAR, António de Oliveira. **Discursos e notas políticas: 1928 a 1966**. Coimbra: Coimbra Editora, 2016.

SALDANHA, Ana. O fim da Monarquia Constitucional portuguesa e o advento da República (5 de outubro de 1910): simbologias e imaginários em transformação. **Revista Labirinto**, a. 15, v. 23, p. 115-156, 2015. Disponível em: <https://www.periodicos.unir.br%2Findex.php%2FLABIRINTO%2Farticle%2Fview%2F1489&usg=AovVaw0vQ8iQwiU2I6AHY5FYzdyN>. Acesso em: 28 mar. 2023.

SAMARA, Maria Alice; TAVARES, Rui. **O regicídio**. Lisboa: Tinta-da-China, 2008.

SÁNCHEZ-BIOSCA, Vicente. Las culturas del tardofranquismo. **Ayer**, v. 68, n. 4, p. 89-110, 2007. Disponível em: [https://www.revistasmarcialpons.es/revistaayer/article/view/sanchez-biosca-las-culturas-del\\_tardofranquismo/2242](https://www.revistasmarcialpons.es/revistaayer/article/view/sanchez-biosca-las-culturas-del_tardofranquismo/2242). Acesso em: 6 mai. 2025.

SÁNCHEZ ILLÁN, Juan Carlos; LUMBRERAS MARTÍNEZ, Daniel. Francisco Franco, articulista de incógnito (1945-1960). **Historia y Comunicación Social**, v. 21, n. 1, p. 39-74, 2016. Disponível em: [https://doi.org/10.5209/rev\\_HICS.2016.v21.n1.52684](https://doi.org/10.5209/rev_HICS.2016.v21.n1.52684). Acesso em 26 mai. 2025.

SÁNCHEZ RECIO, Glicerio. El tardofranquismo (1969-1975): el crepúsculo del dictador y el declive de la dictadura. **Hispania Nova: Revista electrónica de Historia Contemporánea**, n. 1, p. 329-348, 2015. Disponível em: <https://e-revistas.uc3m.es/index.php/HISPNOV/article/view/2877/1583>. Acesso em: 2 mai. 2025.

SANMARTÍN PARDO, José Jesús. La retórica del poder em Franco (1939-1945):

discurso político y afirmación autoritaria. In: NAVAJAS ZUBELDIA, Carlos; ITURRIAGA BARCO, Diego (Orgs.). **Coletánea**: Actas del III Congreso Internacional de Historia de Nuestro Tempo. Logroño: Universidad de La Rioja, 2012, p. 251-256. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4052225>. Acesso em: 28 jan. 2023.

SANTOS, Aurora Almada e. Os debates da Organização das Nações Unidas sobre a questão colonial portuguesa e o desenvolvimento da ideia de autodeterminação (1961-1975). **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 35, p. 13-32, 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cea/2505>. Acesso em: 24 abr. 2025.

SANTOS, Paula Borges. Na gênese da Constituição Política de 1933: o ideário corporativo e a estrutura econômico-social do autoritarismo português. **Estudos Históricos**, v. 31, n. 64, p. 173-196, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942018000200004>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SARDICA, José Miguel. **A dupla face do franquismo na crise da monarquia portuguesa**. Lisboa: Edições Cosmos, 1994.

SARDICA, José Miguel. O poder visível: D. Carlos, a imprensa e a opinião pública no final da monarquia constitucional. **Análise Social**, v. 47, n. 203, p. 344-368, 2012. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/analisesocial/article/view/23439/17438>. Acesso em: 28 mar. 2023.

SARDICA, José Miguel. O crepúsculo do republicanismo militar conservador: José Vicente de Freitas perante a Constituição de 1933. **Ler História**, n. 75, p. 17-40, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.5385>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SCHEDLER, Andreas. The new institutionalism in the study of authoritarian regimes. **Totalitarianism and Democracy**, v. 6, n. 2, p. 323-340, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.13109/tode.2009.6.2.323>. Acesso em: 25 set. 2025.

SCHIAVON, Carmen Gessilda Burgert. O término da Primera República Portuguesa e as raízes do 28 de maio: o Estado Novo à vista. **Historiæ**, v. 2, n. 3, p. 229-241,

2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2620>. Acesso em: 16 mai. 2025.

SCHREKER, Ellen. McCarthyism: political repression and the fear of communism. **Social Research**, Fear: its political uses and abuses, v. 71, n. 4, p. 1041-1086, 2004. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40971992>. Acesso em: 28 jan. 2023.

s.d. O Tarrafal visto por um antigo prisioneiro. In: PAZ E TERRA. **43 anos de fascismo em Portugal**, a. 4, n. 10, 1969, p. 139-164. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

SEATON, Elizabeth. The commodification of fear. **TOPIA: Canadian journal of cultural studies**, v. 5, p. 1-19, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.3138/topia.5.1>. Acesso em: 28 jan. 2023.

SEIDMAN, Michael. **Republic of egos**: a social history of the Spanish Civil War. Madison: The University of Wisconsin Press, 2002.

SEQUEIRA, Carla; LAGE, Otília. Da Monarquia do Norte à reinstauração da República em Portugal: actores e estratégias políticas. Representações nas “Memórias” de Raul Brandão. In: FIGUERO BENÍTEZ, Juan C.; MANCINAS CHÁVEZ, Rosalba (Coords.). **El poder de la comunicación**: actores, estrategias y alternativas. 1. ed. Madrid: Dykinson, 2022, p. 541-560.

SEREM, Ruben. Portugal e a Guerra Civil de Espanha (1936-1939): Uma introdução. **Revista Esboços**, v. 21, n. 32, p. 204-223, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7976.2014v21n32p204>. Acesso em: 26 mar. 2023.

SESMA, Nicolás. **Ni com, ni grande, ni libre**. La dictadura franquista. Barcelona: Crítica, 2024.

SILVA, A. E. Duarte. O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974). **Análise Social**, v. 30, n. 130, p. 5-50, 1995. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41011078>. Acesso em: 24 abr. 2025.

SILVA, Cristiane Nascimento da. **As relações entre o governo português e os muçulmanos de Moçambique (1930-1970)**. 101fl. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=17128@1>. Acesso em: 18 mar. 2023.

SILVA, Joaquim Ramos. A regulação da economia no salazarismo. In: A Europa das Ditaduras – Regulação, Economia, Direito, 21-23 out./1999, Berlim. **Comunicação em evento**. Berlim: Academia das Ciências de Berlim e Brandenburg, 1999, p. 1-35. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/4159>. Acesso em: 18 mar. 2023.

SILVA, Pedro Miguel Fernandes. Da dívida de guerra ao empréstimo externo: perspectivas dos movimentos políticos e da opinião pública. **Revista Portuguesa de História**, n. 45, p. 53-68, 2014. Disponível em: [https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/35356/1/RPH45\\_artigo5.pdf](https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/35356/1/RPH45_artigo5.pdf). Acesso em: 18 mar. 2023.

SIMPSON, Duncan. **A Igreja Católica e o Estado Novo salazarista**. Lisboa: Edições 70, 2014.

SIMPSON, Duncan. The PIDE between memory and history: revolutionary tradition, historiography, and the missing dimension in the relation between society and Salazar's political police. **Journal of Portuguese History (e-JPH)**, v. 18, n. 1, p. 17-38, 2020. Disponível em: <https://scielo.pt/pdf/ejph/v18n1/1645-6432-ejph-18-01-17.pdf>. Acesso em 22 mai. 2025.

SOUSA, Augusto de. Salazar e a ditadura militar. In: PAÇO, António Simões do (Coord.). **1926-1932: A ascensão de Salazar**. Lisboa: PDA, 2008, p. 54-61.

SOUZA, Herbert José de. **Como se faz análise de conjuntura**. 34. Ed. 4. Reimp. Petrópolis: Vozes, 2019.

SPÍNOLA, António de. **Portugal e o futuro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974.

STIMSON, James A. **Tides of consent**: how public opinion shapes American politics. Cambridge: University of Cambridge Press, 2004.

STOPPINO, Mario. Autoritarismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 13. Ed., v. 1. Brasília: Universidade de Brasília, 2007, p. 94-104.

STRAEHLE, Edgar. Franco y la revolución. Una aproximación histórica a la retórica del franquismo. **Historia Crítica**, n. 91, p. 111-139, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.7440/histcrot91.2024.05>. Acesso em: 27 mai. 2025.

SVOLIK, Milan W. **The politics of authoritarian rule**. Cambridge Studies in Comparative Politics. New York: Cambridge University Press, 2012.

TEIXEIRA, João Vitor de Armas. Anticomunismo e ensino de história: origens e atualidade. **Aedos**, v. 15, n. 34, p. 246-265, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/128281/89739>. Acesso em: 25 set. 2025.

TELO, António José. A obra financeira de Salazar: a «ditadura financeira» como caminho para a unidade política, 1928-1932. **Análise Social**, v. XXIX, n. 128, p. 779–800, 1994. Disponível em: <https://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377734G3mJR3zd6Ys20EZ2.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2023.

THOMAS, Hugh. **A Guerra Civil Espanhola**. v. 1. Trad. James Amado e Hélio Pólvora. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964a.

THOMAS, Hugh. **A Guerra Civil Espanhola**. v. 2. Trad. Hélio Pólvora. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964b.

TIRIBA, Lia. Saberes do trabalho associado e autogestionado: o projeto político-pedagógico do Jornal Combate. In: TIRIBA, Lia.; FARIA, Maurício; NOVAES, Henrique

(Orgs.). **Cenários da autogestão em Portugal:** o processo revolucionário em curso (1974-1975). Uberlândia: Navegando, 2018, p. 213-257.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Democracy in America.** Trad. George Lawrence. Perennial Classics. New York: Harper Perennial Modern Classics/Harper Collins, 2000.

TORGAL, Luís Reis. “O fascismo nunca existiu”: reflexões sobre as representações de Salazar. In: TORGAL, Luís Reis; Paulo, Heloísa (Coord.). **Estados autoritários e totalitários e suas representações.** Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008, p. 17-29.

TRUGEDA GÓMEZ, Eduardo. **La sucesión de Franco y la figura de Juan Carlos I em la Transición a la democracia (1947-1981).** 50f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Santander: Universidad de Cantabria, 2023.

TUR-PRATS, Ana. VALENCIA CAICEDO, Felipe. Trust unravelled: the long shadow of the spanish civil war. In: **CERP Discussion Papers.** London: Center for Economic Policy Research, p. 1-73, 2020. Disponível em: [https://economics.harvard.edu/files/economics/files/extended\\_abstract.pdf](https://economics.harvard.edu/files/economics/files/extended_abstract.pdf). Acesso em: 28 jan. 2023.

TUSELL, Javier. **Spain:** from dictatorship to democracy, 1939 to the present. Trad. Rosemary Clark. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.

UMBRAL, Francisco. **Madri 1940:** memórias de um jovem fascista. São Paulo: Carambaia, 2024.

VALENCIA UY, Alma. **En palabras de Franco:** análisis de los *Mensajes de Año Nuevo* (teoría y práctica de un análisis cuantitativo). 581f. Tese (Doutorado em Espanhol: Linguística, Literatura e Comunicação). Valladolid: Universidad de Valladolid, 2025.

VARELA, Raquel. **A Revolução dos Cravos em Oeiras.** Lisboa: Parsifal, 2019a.

VARELA, Raquel. **A people's history of the Portuguese Revolution.** Trad. Sean Purdy. London: Pluto Press, 2019b.

VILANOVA, Francesc. **1939:** una crónica del año más terrible de nuestra historia. Barcelona: Península, 2007.

VIÑAS, Ángel (Coord.). Sin respeto por la historia: uma biografia de Franco manipuladora. **Hispania Nova:** Revista electrónica de Historia Contemporánea, n. 1 (Extraord.), p. 1-352, 2015. Disponível em: <https://e-revistas.uc3m.es/index.php/HISPN0V/article/view/2879/1604>. Acesso em: 26 mai. 2025.

VIÑAS, Ángel; ULL LAITA, Miguel; YUSTA VIÑAS, Cecilio. **El primer asesinato de Franco:** la muerte del general Balmes y el inicio de la sublevación. Barcelona: Crítica, 2017.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. Independência, marginalização e reafirmação da África (1957-2007). In: MACEDO, José Rivair (Org.). **Desvendando a história da África.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008, p. 123-138.

WAGNER, Markus; MORISI, Davide. Anxiety, fear and political decision making. In: **The Oxford Research Encyclopedia of Politics**, p. 1-24, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228637.013.915>. Acesso em: 5 mar. 2023.

WHEELER, Douglas L. A Primeira República Portuguesa e a história. **Análise Social**, v. 14, n. 56, p. 865-872, 1978. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223989532S4yRL1eb3Cn44CL5.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2023.

WODAK, Ruth. **The politics of fear:** what right-wing populist discourses mean. London: Sage Publications Ltd., 2015.

YOUNG, Lauren E. The psychology of State repression: Fear and dissident decisions

in Zimbabwe. **American Political Science Review**, v. 113, n. 1, p. 140-155, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S000305541800076X>. Acesso em: 5 mar. 2023.

YSÀS, Pere. **Disidencia y subversión**: la lucha del régimen franquista por su supervivencia, 1960-1975. Barcelona: Crítica, 2004.

YSÀS, Pere. La Transición española. Luces y sombras. **Ayer**, v. 79, n. 3, p. 31-57, 2010. Disponível em: <https://www.revistasmarcialpons.es/revistaayer/article/view/ysas-la-transicion-espanola-luces-y-sombras>. Acesso em: 13 mai. 2025.

YRDAKUL, Kevser Hülya. How do the main negative emotions affect people's political decision process? Fear, anxiety and anger. **Akademik Incelemeler Dergisi/Journal of Academic Inquiries**, v. 16, n. 1, p. 247-261, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.17550/akademikincelemeler.708916>. Acesso em: 5 mar. 2023.

ZAVALA, José María. **Franco com franqueza**: Anecdotal privado del personaje más público. Barcelona: Plaza & Janés, 2016.

**10. Anexos**

**Anexo 1: Lista de nomes citados no caso português<sup>396</sup>**

**ÁGUEDO DE OLIVEIRA**, Artur (Torre de Moncorvo, 1894 – Setúbal, 1978): Jurista e político português. Exerceu o cargo de Subsecretário de Estado das Finanças entre 1931 e 1935. Exerceu o cargo de Ministro das Finanças entre 1950 e 1955.

**BARREIROS**, António (Viseu, 1874 – Viseu, 1954): Religioso português. Cônego, fundador do Colégio Via-Sacra, de Viseu, onde Salazar lecionou antes de frequentar a Universidade de Coimbra.

**BRAGA**, Teófilo (Ponta Delgada, 1843 – Lisboa, 1924): Jurista, professor universitário e político português. Exerceu o cargo de Presidente do Governo Provisório de Portugal entre 1910 e 1911. Exerceu o cargo de Presidente da República no ano de 1915.

**BRAGANÇA**, Luís Filipe (Lisboa, 1887 – Lisboa, 1908): Príncipe-Herdeiro do Reino de Portugal. Assassínado juntamente com seu pai, Rei D. Carlos, em Lisboa.

**CAETANO**, Marcello (Lisboa, 1906 – Rio de Janeiro, 1980): Jurista, professor universitário e político português. Exerceu diversos cargos ministeriais durante sua trajetória, com especial ênfase para o Ministério das Colônias entre os anos de 1944 e 1947. Assumiu a Presidência do Conselho de Ministros (Primeiro-Ministro) entre os anos de 1968 e 1974. Após a queda do Estado Novo, exilou-se no Brasil e viveu no país até o fim da vida.

**CÂMARA**, Filomeno (Ponta Delgada, 1873 – Lisboa, 1934): Militar e político português. Exerceu os cargos de Governador-Geral do Timor (Timor Português, hoje Timor Leste) entre os anos de 1911 e 1913 e o de Governador-Geral de Angola entre os anos de 1918 e 1919. Fez parte dos militares que instauraram a Ditadura Militar em 1926.

---

<sup>396</sup> Nomes organizados em ordem alfabética e conforme a forma mais frequente de menção.

**CARLOS I**, Rei (Lisboa, 1863 – Lisboa, 1908): Rei de Portugal. Assassino juntamente com seu filho, D. Luís Filipe, em Lisboa.

**CARMONA**, Óscar (Lisboa, 1869 – Lisboa, 1951): Militar e político português. Nome destacado no golpe que deu origem à Ditadura Militar em 1926. Exerceu os cargos de Presidente do Conselho de Ministros entre os anos de 1926 e 1928 e de Presidente da República entre os anos de 1928 e 1951.

**CARNEIRO PACHECO**, António (Santo Tirso, 1887 – Cascais, 1957): Jurista, professor universitário e político português. Foi investigado administrativamente, juntamente a Salazar, por supostas simpatias monárquicas enquanto professor da Universidade de Coimbra. Exerceu o cargo de Ministro da Educação Nacional entre os anos de 1936 e 1940. Fundador da Mocidade Portuguesa e da Mocidade Feminina. Exerceu o cargo de Embaixador entre os anos de 1940 e 1953), chefiando as negociações da Concordata de 1940 entre a Santa Sé e Portugal.

**CASTELHANO**, Mário (Lisboa, 1896 – Tarrafal, 1940): Sindicalista português. Exerceu o cargo de Secretário-Geral da Confederação Geral do Trabalho. Condenado a dezesseis anos de degredo, em 1934, foi enviado para a Fortaleza de São João Baptista, em Angra do Heroísmo, e, posteriormente, para a Colônia Penal do Tarrafal, onde morreu.

**CEREJEIRA**, Manuel Gonçalves (Vila Nova de Famalicão, 1888 – Lisboa, 1977): Teólogo e cardeal português. Patriarca de Lisboa entre os anos de 1929 e 1972. Considerado o amigo e colaborador mais próximo de Salazar.

**COELHO**, Manuel Maria (Chaves, 1857 – Lisboa, 1943): Militar e político português. Exerceu os cargos de Governador-Geral de Angola, entre os anos de 1911 e 1912, e de Presidente do Conselho de Ministros, durante o ano de 1921. Alguns autores relatam que seu período no comando do governo pode ser qualificado como ditatorial.

**CORDEIRO RAMOS**, Gustavo (Évora, 1888 – Lisboa, 1974): Filólogo, professor universitário e político português. Exerceu o cargo de Ministro da Instrução Pública, de forma intermitente, entre os anos de 1928 e 1933.

**FERRO**, António Joaquim Tavares (Lisboa, 1895 – Lisboa, 1956): Jornalista, diplomata e político português. Exerceu os cargos de Diretor do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), Diretor do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI) e membro do corpo diplomático português na Suíça. Durante sua atuação como jornalista, entrevistou Benito Mussolini, Miguel Primo de Rivera e Salazar, tendo destaque na chefia de propaganda e na política cultural do Estado Novo.

**FEZAS VITAL**, Domingos (Caminha, 1888 – Lisboa, 1953): Jurista e professor universitário português. Foi investigado administrativamente, juntamente a Salazar, por supostas simpatias monárquicas enquanto professor da Universidade de Coimbra. Exerceu os cargos de Presidente da Junta Nacional de Educação entre os anos de 1940 e 1946 e de Presidente da Câmara Corporativa entre 1944 e 1946.

**FIGUEIREDO**, Mário de (Viseu, 1890 – Lisboa, 1969): Professor universitário e político português. Exerceu os cargos de Ministro da Justiça e dos Cultos entre os anos de 1928 e 1929 e de Ministro da Educação Nacional entre os anos de 1940 e 1944.

**FRANCO**, Francisco (Ferrol, 1892 – Madrid, 1975): Militar e político espanhol. General de Exército, integrou o grupo de militares responsáveis pela tentativa de golpe de Estado que ocasionou a Guerra Civil Espanhola. Exerceu, em ditadura, os cargos de Presidente do Governo da Espanha entre 1938 e 1973 e de *Caudillo* da Espanha entre os anos de 1936 e 1975.

**FRANCO**, João (Alcaide, 1855 – Lisboa, 1929): Juiz e político português. Exerceu o cargo de Presidente do Conselho de Ministros entre os anos de 1906 e 1908. Durante seu período como Presidente do Conselho, parte do qual é denominado de *Ditadura de João Franco*, ocorreu o regicídio.

**FRANCO**, Nicolás (Ferrol, 1891 – Madrid, 1977): Militar, diplomata e político espanhol. Irmão de Francisco Franco. Exerceu o cargo de Embaixador da Espanha em Portugal entre os anos de 1938 e 1957/8.

**FRANCO FRAZÃO**, José Penalva (Lisboa, 1889 – Lisboa, 1963): Economista e político português. Exerceu os cargos de Ministro do Comércio, Indústria e Agricultura entre os anos de 1932 e 1933 e de Presidente da Junta Nacional do Vinho entre os anos de 1937 e 1953.

**FREITAS**, José Vicente de (Lombo da Estrela, 1869 – Lisboa, 1952): Militar e político português. Exerceu o cargo de Presidente do Ministério (Primeiro-Ministro) entre os anos de 1928 e 1929.

**GARCIA RAMIRES**, Sebastião (s.d.-s.d.): Político português. Exerceu o cargo de Ministro do Comércio, Indústria e Agricultura, de forma intermitente, entre os anos de 1932 e 1936.

**GOMES DA COSTA**, Manuel (Lisboa, 1863 – Lisboa, 1929): Militar e político português. Comandou tropas portuguesas durante a Primeira Guerra Mundial. Encebeçou, em Braga, os militares revoltosos que deram início à Ditadura Militar em 1926. Exerceu os cargos de Presidente do Ministério (Primeiro-Ministro) e de Presidente da República, ambos durante o ano de 1926.

**GONÇALVES**, Bento António (Fiães do Rio, 1902 – Tarrafal, 1942): Comunista e operário português. Exerceu o cargo de Secretário Geral do Partido Comunista Português. Dentre os vários desterrados aos quais foi submetido pelo governo em ditadura, foi enviado ao Tarrafal. Mesmo durante o desterro, continuou sua atividade política e foi fundador da Organização Comunista Prisional do Tarrafal. Morreu na prisão, aos 40 anos, por falta de assistência médica.

**GUIMARÃES**, Aníbal de Mesquita (Porto, 1882 – Lisboa, 1952): Militar e político português. Exerceu o cargo de Ministro da Marinha, no governo de Salazar, entre os anos de 1932 e 1936. Exerceu o mesmo cargo, anteriormente, entre os anos de 1928 e 1929.

**HITLER**, Adolf (Braunau am Inn, 1889 – Berlim, 1945): Militar e político austríaco/alemão. Exerceu, em ditadura, os cargos de Chanceler da Alemanha entre os anos de 1933 e 1945 e de *Führer* da Alemanha entre os anos de 1934 e 1945.

**IVENS FERRAZ**, Artur (Lisboa, 1870 – Lisboa, 1933): Militar e político português. Exerceu os cargos de Ministro do Comércio, Ministro das Comunicações, Ministro das Colônias e Ministro das Finanças entre os anos de 1927 e 1929. Exerceu o cargo de Presidente do Ministério (Primeiro-Ministro) entre os anos de 1929 e 1930.

**LEÃO XIII**, Papa (Carpineto Romano, 1810 – Roma, 1903): Religioso italiano. 256º Papa da Igreja Católica. Foi autor da Encíclica Papal *Rerum Novarum*, documento que se tornou o baluarte fundamental da Doutrina Social da Igreja.

**MAGALHÃES COLAÇO**, João Maria Tello de (s.d., 1883 – s.d., 1931): Professor universitário português. Foi investigado administrativamente, juntamente a Salazar, por supostas simpatias monárquicas enquanto professor da Universidade de Coimbra.

**MANUEL II**, Rei (Lisboa, 1889 – Londres, 1932): Rei de Portugal. Último monarca português, ascendeu ao trono após o assassinato de seu pai e de seu irmão. Foi deposto em 1910, no curso da revolução que deu origem à Primeira República Portuguesa. Exilou-se na Inglaterra, de onde seguiu envolvido na vida política portuguesa até sua morte.

**MENDES CABEÇADAS**, José (Loulé, 1883 – Lisboa, 1965): Militar e político português. Encebeçou, em Lisboa, os militares revoltosos que deram início à Ditadura Militar em 1926. Exerceu os cargos de Presidente da Junta de Salvação Pública, Presidente do Ministério (Primeiro-Ministro) e Presidente da República, todos durante o ano de 1926.

**MONIZ**, Júlio Botelho (Lisboa, 1900 – Lisboa, 1970): Militar e político português. Exerceu o cargo de Ministro da Defesa Nacional entre os anos de 1958 e 1961. Encabeçou uma tentativa de golpe contra o Estado Novo conhecida como *Golpe Botelho Moniz ou Abrilada de 1961*.

**MUSSOLINI**, Benito (Predappio, 1883 – Giulino di Mezzegra, 1945): Militar e político italiano. Exerceu, em ditadura, os cargos de Primeiro-Ministro da Itália entre os anos de 1922 e 1943, Primeiro-Marechal do Império entre os anos de 1938 e 1943 e *Duce*

da República Social Italiana entre os anos de 1943 e 1945.

**OCHOA**, Armando da Gama (Bragança, 1877 – Vichy, 1941): Militar e político português. Integrou a Junta de Salvação Pública com Mendes Cabeçadas e Gomes da Costa. Exerceu diversos cargos de Ministro durante o ano de 1926. Exerceu o Cargo de Ministro Plenipotenciário (Embaixador) de Portugal em Paris (posteriormente em Vichy) entre os anos de 1926 e 1941.

**OLIVEIRA**, António de (s.d., 1839 – s.d., 1932): Agricultor português. Pai de António de Oliveira Salazar.

**OLIVEIRA**, Domingos (Lisboa, 1873 – Lisboa, 1957): Militar e político português. Exerceu o cargo de Presidente do Ministério (Primeiro-Ministro) entre os anos de 1930 e 1932.

**PACHECO**, Duarte José (Loulé, 1900 – Setúbal, 1943): Engenheiro, professor universitário e político português. Exerceu os cargos de Ministro da Instrução Pública durante o ano de 1928 e de Ministro das Obras Públicas e Comunicações entre os anos de 1932 e 1936 e, posteriormente, entre os anos de 1938 e 1943.

**PAIS**, Sidónio (Caminha, 1872 – Lisboa, 1918): Militar e político português. Exerceu os cargos de Presidente da Junta Revolucionária durante o ano de 1917, Presidente do Ministério (Primeiro-Ministro) entre os anos de 1917 e 1918 e de Presidente da República durante o ano de 1918. Sua presidência é considerada como um período ditatorial em meio à Primeira República Portuguesa. Foi assassinado em 1918 por um militante republicano durante o período de instabilidade política.

**PERESTRELLO CORTE-REAL**, António Xavier (s.d.-s.d.): Magistrado português. Abastado proprietário de terras, foi patrão do pai de Salazar. Foi, também, padrinho de batismo de Salazar, sendo representado naquele ato por Francisco Alves da Silva.

**PIMENTA DE CASTRO**, Joaquim (Monção, 1846 – Lisboa, 1918): Militar e político português. Exerceu os cargos de Ministro da Guerra durante o ano de 1911 e de Presidente do Ministério (Primeiro-Ministro) durante o ano de 1915.

**PIO XI**, Papa (Desio, 1857 – Vaticano, 1939): Religioso italiano. 259º Papa da Igreja Católica. Foi autor da Encíclica Papal *Quadragesimo Anno*, também considerada uma das bases da Doutrina Social da Igreja Católica.

**REIS**, Albino dos (Oliveira de Azaméis, 1888 – Loureiro, 1983): Magistrado e político português. Exerceu o cargo de Ministro do Interior entre os anos de 1932 e 1933.

**RODRIGUES**, Manuel (Abrantes, 1889 – Lisboa, 1946): Professor universitário e político português. Exerceu o cargo de Ministro da Justiça entre os anos de 1932 e 1940.

**ROLÃO PRETO**, Francisco de Barcellos (Gavião, 1893 – Lisboa, 1977): Político e autor português. Fundador do Integralismo Lusitano (IL) e do Movimento Nacional-Sindicalista.

**SALAZAR**, António de Oliveira (Vimieiro, 1889 – Lisboa, 1970): Professor universitário e político português. Exerceu o cargo de Ministro das Finanças durante o ano de 1926 e, posteriormente, entre os anos de 1928 e 1932. Exerceu, em ditadura, o cargo de Presidente do Conselho de Ministros (Primeiro-Ministro) entre os anos de 1932 e 1968.

**SALAZAR**, Maria do Resgate (s.d., 1845 – s.d., 1926): Portuguesa. Devota católica e mãe de António de Oliveira Salazar.

**SILVA**, Alves da (N/A): Pseudônimo de António de Oliveira Salazar, utilizado para assinar artigos escritos no jornal *O Imparcial*. Baseado no nome do representante do padrinho de Salazar no ato de seu batismo.

**SINEL DE CORDES**, João José Ludovice (Oeiras, 1867 – Lisboa, 1930): Militar e político português. Exerceu o cargo de Ministro das Finanças, de forma intermitente, entre os anos de 1926 e 1928. Foi alvo de críticas de Salazar pela atuação nas negociações para obtenção de um empréstimo frente à Sociedade das Nações.

**SOUSA**, Daniel Rodrigues de (Funchal, 1867 – Lisboa, 1958): Político português. Exerceu o cargo de Ministro da Guerra entre os anos de 1932 e 1933.

**SOUSA MENDES**, César (Cabanas de Viriato, 1885 – s.d., 1955): Político português. Exerceu o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros entre os anos de 1932 e 1933.

**SPÍNOLA**, António de (Estremoz, 1910 – Lisboa, 1996): Militar e político português. Exerceu os cargos de Governador da Guiné Portuguesa, entre 1968 e 1973, Presidente da Junta de Salvação Nacional e Presidente da República Portuguesa. Chefiou um intento fracassado de golpe em 11 de março de 1975, resultando em seu exílio e início do período conhecido como ‘Verão Quente’ de 1975.

**STTAU MONTEIRO**, Armindo (Vila Velha de Ródão, 1896 – Lisboa, 1955): Jornalista e político português. Exerceu o cargo de Ministro das Colônias, de forma intermitente, entre os anos de 1931 e 1935.

**TOMÁS**, Américo de Deus Rodrigues (Lisboa, 1894 – Cascais, 1987): Político e militar português. Décimo terceiro Presidente da República, último do Estado Novo, exerceu o cargo entre os anos de 1958 e 1974, sendo demitido das funções, expulso da Marinha e exilado no Arquipélago da Madeira e no Brasil nos anos imediatamente posteriores à Revolução dos Cravos.

## Anexo 2: Lista de nomes citados no caso espanhol<sup>397</sup>

**AFONSO XIII**, Rei (Madrid, 1886 – Roma, 1941): Rei da Espanha. Apoiou a ditadura de Primo de Rivera durante seu reinado. Após derrota dos monarquistas nas eleições de 1931, renunciou à chefia de Estado (sem, todavia, abdicar ao trono) e exilou-se em diversas cidades europeias.

**ALCALÁ-ZAMORRA**, Niceto (Priego de Córdoba, 1877 – Buenos Aires, 1949): Jurista e político espanhol. Exerceu os cargos de Presidente do Governo Provisório durante o ano de 1931 e de Presidente da República entre os anos de 1931 e 1936.

**ALONSO VEGA**, Camilo (Ferrol, 1889 – Madrid, 1971): Militar e político espanhol. Amigo de infância de Francisco Franco, participou da tentativa de golpe de Estado que originou a Guerra Civil Espanhola. Exerceu os cargos de Procurador das Cortes entre os anos de 1943 e 1969, Ministro de Governo entre os anos de 1957 e 1969 e de Diretor-Geral da Guarda Civil entre os anos de 1943 e 1955.

**ANDRADE**, Jaime de (N/A): Pseudônimo utilizado por Francisco Franco para assinar alguns escritos posteriores à Guerra Civil Espanhola. O sobrenome Andrade foi baseado no sobrenome de sua mãe.

**AÑOVEROS ATAÚN**, Antonio (Pamplona, 1909 – Bilbao, 1987): Clérigo espanhol. Exerceu os cargos Bispo de Cádiz e Ceuta e de Bilbao. A leitura de sua homília, em 24 de fevereiro de 1974, em que defendia a identidade do povo basco, criou um confronto grave com o regime franquista. O governo procedeu à prisão domiciliar e ameaça de expulsão do sacerdote do território espanhol, o que ocasionou uma ameaça de excomunhão contra os envolvidos que apenas cessou quando o governo desistiu de suas pretensões.

**ARIAS NAVARRO**, Carlos (Madrid, 1908 – Madrid, 1989): Jurista e político espanhol. Exerceu os cargos de Governador Civil de León, Tenerife e Navarra, Ministro de

---

<sup>397</sup> Nomes organizados em ordem alfabética e conforme a forma mais frequente de menção, não necessariamente considerando a ordem hispânica de sobrenomes.

Governação e Presidente do Governo, entre os anos de 1973 e 1976, durante a ditadura e a Transição Espanhola.

**AREILZA**, José María de (Portugalete, 1909 – Madrid, 1998): Diplomata e político espanhol. Exerceu os cargos de Embaixador na Argentina, nos Estados Unidos e na França, além do cargo Ministro de Assuntos Exteriores durante o primeiro governo do Rei Juan Carlos I, participando dos processos da Transição Espanhola.

**AZAÑA**, Manuel (Alcalá de Henares, 1880 – Montauban, 1940): Jornalista, escritor e político espanhol. Exerceu o cargo de Presidente do Conselho de Ministros (Primeiro-Ministro) entre os anos de 1931 e 1933 e, posteriormente, durante o ano de 1936. Exerceu o cargo de Presidente da República entre os anos de 1936 e 1939.

**AZNAR Y CABANAS**, Juan Bautista (Cádiz, 1860 – Madrid, 1933): Militar e político espanhol. Exerceu o cargo de Presidente do Conselho de Ministros (Primeiro-Ministro) durante o ano de 1931, sendo o último Presidente do Conselho da monarquia de Afonso XIII.

**BAHAMONDE**, María del Pilar (Ferrol, 1865 – Madrid, 1934): Mãe de Francisco Franco. Mulher de origem aristocrática e de família militar. Católica devota, dedicou-se aos serviços do lar.

**BALMES ALONSO**, Amado (Zaragoza, 1877 – Las Palmas de Gran Canaria, 1936): Militar espanhol. Sua morte, cuja causa varia em versões sobre ter sido um acidente ou uma conspiração, foi a circunstância utilizada por Franco deixar seu posto e comparecer ao funeral. A partir dali, viajou até o Marrocos para iniciar a tentativa de golpe que originou a Guerra Civil Espanhola.

**BERENGUER**, Dámaso (San Juan de los Remedios, 1873 – Madrid, 1953): Militar e político espanhol. Exerceu o cargo de Ministro da Guerra entre os anos de 1918 e 1919 e, posteriormente, entre os anos de 1930 e 1931. Exerceu o cargo de Presidente do Conselho de Ministros (Primeiro-Ministro) entre os anos de 1930 e 1931.

**BOLÍN BIDWELL**, Luis Antonio (Málaga, 1894 – Málaga, 1969): Advogado e político

espanhol. Atuou como emissário pessoal de Franco durante as tratativas de apoio frente a Mussolini na véspera da Guerra Civil Espanhola. Exerceu o cargo de Procurador das Cortes entre os anos de 1943 e 1953.

**BOOR**, Jakim (N/A): Também grafado *Hakim Boor*, foi um pseudônimo utilizado por Francisco Franco para assinar alguns de seus escritos. Outros pseudônimos utilizados, para esses fins, foram *Hispanicus* e *Macaulay*.

**CABANELAS**, Miguel (Cartagena, 1872 – Málaga, 1938): Militar espanhol. Presidiu a Junta de Defesa Nacional, órgão criado pelos militares revoltosos cuja tentativa de golpe militar originou a Guerra Civil Espanhola.

**CALVO-SOTELO**, Leopoldo (Madrid, 1926 – Pozuelo de Alarcón, 2008): Engenheiro e político espanhol. Sobrinho de José Calvo Sotelo. Exerceu diversos cargos no governo espanhol durante o período final da ditadura franquista e durante a Transição Espanhola, entre eles a Presidência do Governo entre os anos de 1981 e 1982.

**CALVO SOTELO**, José (Tuy, 1893 – Madrid, 1936): Advogado e político espanhol. Durante a ditadura de Primo de Rivera exerceu o cargo de Ministro da Fazenda entre os anos de 1925 e 1930. Seu assassinato, em 1936, é reputado como o motivo para que Francisco Franco decidisse unir-se ao movimento militar sublevado.

**CARRERO BLANCO**, Luis (Santoña, 1904 – Madrid, 1973): Político e militar espanhol. Atuou sob mando de Franco, em diferentes cargos, entre os anos de 1941 e 1970. Considerado como um possível sucessor de Franco, foi morto em um atentado à do ETA em 1973 (Operação Ogro), quando ocupava a posição de Presidente do Governo.

**EL-KRIM**, Abd (Axdir, 1882 – Cairo, 1963): Militar e político marroquino. Exerceu o cargo de presidente da República do Rif entre os anos de 1921 e 1926. Como líder militar, combateu as tropas coloniais espanholas e francesas.

**ENRIQUE I TARANCÓN**, Vicente (Borriana, 1907 – Valência, 1994): Cardeal espanhol. Criado arcebispo de Madrid em 1971, foi reconhecido por seus conflitos

com o regime franquista e importante participante durante o período da Transição Espanhola.

**FANJUL**, Joaquín (Vitoria, 1880 – Madrid, 1936): Militar, advogado e político espanhol. Exerceu os cargos de Deputado das Cortes, de forma intermitente, entre os anos de 1919 e 1923 e de Subsecretário de Guerra durante o ano de 1935. Foi um dos líderes da sublevação militar em Madrid no início da Guerra Civil Espanhola, sendo capturado e condenado à morte no ano de 1936.

**FERNÁNDEZ MIRANDA**, Torcuato (Gijón, 1915 – Londres, 1980): Jurista e político espanhol. Exerceu os cargos de Ministro Secretário-Geral do *Movimiento*, Vice-Presidente de Governo, Presidente de Governo e Presidente das Cortes Espanholas.

**FRAGA IRIBARNE**, Manuel (Villalba, 1922 – Madrid, 2012): Diplomata, professor universitário e político espanhol. Exerceu os cargos de Ministro do Turismo, Vice-Presidente Segundo do Governo e Presidente da Junta da Galícia. Teve papel relevante durante o franquismo e a Transição Espanhola.

**FRANCO**, Carmen (Oviedo, 1926 – Madrid, 2017): Aristocrata espanhola. Filha de Francisco Franco e María del Carmen Polo. Diretora da *Fundación Nacional Francisco Franco*.

**FRANCO**, Francisco (Ferrol, 1892 – Madrid, 1975): Militar e político espanhol. General de Exército, integrou o grupo de militares responsáveis pela tentativa de golpe de Estado que ocasionou a Guerra Civil Espanhola. Exerceu, em ditadura, os cargos de Presidente do Governo da Espanha entre 1938 e 1973 e de *Caudillo* da Espanha entre os anos de 1936 e 1975.

**FRANCO**, Francisco (Ferrol, 1890 – Madrid, 1975): Militar espanhol. Nascido Francisco Franco Salgado-Araújo e conhecido por *Pacón*, foi primo e amigo de infância de Francisco Franco. Participou da tentativa de golpe de Estado que originou a Guerra Civil Espanhola. Exerceu o cargo de Chefe Militar de Franco entre os anos de 1954 e 1956.

**FRANCO**, Nicolás (Ferrol, 1855 – Madrid, 1942): Militar espanhol. Nascido Nicolás Franco Salgado-Araújo. Pai de Francisco Franco. Casado com María del Pilar Bahamonde. Sua relação com Francisco Franco foi difícil e, mesmo após a ascensão do franquismo, criticava publicamente o regime capitaneado pelo filho.

**FRANCO**, Nicolás (Ferrol, 1891 – Madrid, 1977): Militar, diplomata e político espanhol. Irmão mais velho de Francisco Franco. Nascido Nicolás Franco Bahamonde. Exerceu os cargos de Embaixador da Espanha em Portugal entre os anos de 1938 e 1958 e de Secretário-Geral do Chefe de Estado entre 1936 e 1938.

**FRANCO**, Ramón (Ferrol, 1896 – Mar Mediterrâneo, 1938): Militar, aviador e político espanhol. Irmão mais novo de Francisco Franco. Conhecido por ter sido parte da equipe que efetuou a primeira travessia aérea do Atlântico Sul, desde Palos de la Frontera (Espanha) até Buenos Aires (Argentina). Participou de ações pró-republicanas e foi nomeado Diretor-Geral da Aeronáutica Militar pelo governo da Segunda República Espanhola. Teve diversos embates com Francisco Franco, embora tenham se mantido relativamente próximos durante suas vidas. Morreu, em 1938, em um acidente durante uma missão de bombardeio no contexto da Guerra Civil Espanhola.

**FRANCO**, María de la Paz (Ferrol, 1899 – Ferrol, 1903): Espanhola. Irmã mais nova de Francisco Franco. Faleceu aos quatro anos de idade.

**FRANCO**, María del Pilar (Ferrol, 1895 – Madrid, 1989): Espanhola. Irmã mais nova de Francisco Franco. Possuía uma relação de amizade com Isabel Perón, militando por sua liberdade quando da instauração da Ditadura Cívico-Militar argentina.

**GARRIGUES DÍAZ-CAÑABATE**, Antonio (Madrid, 1904 – Madrid, 2004): Advogado, diplomata e político espanhol. Exerceu os cargos de Embaixador nos Estados Unidos e no Vaticano, além de Ministro de Justiça durante o período da Transição Espanhola.

**GIL-ROBLES**, José María (Salamanca, 1898 – Madrid, 1980): Advogado, professor universitário e político espanhol. Exerceu os cargos de Deputado das Cortes entre 1931 e 1939 e de Ministro da Guerra durante o ano de 1935.

**GODED**, Manuel (San Juan, 1882 – Barcelona, 1936): Militar espanhol. Exerceu os cargos de Chefe de Estado-Maior Central do Exército entre os anos de 1931 e 1932 e de Diretor-Geral da Aeronáutica entre os anos de 1934 e 1936. Participou da tentativa fracassada de golpe de Estado de 10 de agosto de 1932, conhecida por *Sanjurjada*. Responsável pelo comando da rebelião militar na cidade de Barcelona, tentativa de golpe que originou a Guerra Civil Espanhola, foi capturado e condenado à morte em 1936.

**GOMÁ**, Isidro (La Riba, 1869 – Toledo, 1940): Escritor e clérigo espanhol. Exerceu o cargo de Primado da Espanha entre os anos de 1933 e 1940. Apoiador da ditadura de Franco, articulou para o reconhecimento do regime pela Santa Sé, além de dar à causa nacionalista a designação de *cruzada*. Em seus últimos anos afastou-se do governo de Franco por discordâncias.

**GONZÁLEZ**, Felipe (Sevilha, 1942 – atualmente): Advogado e político espanhol. Exerceu os cargos de Deputado nas *Cortes Generales*, Secretário-Geral do PSOE e Presidente de Governo da Espanha. Terceiro Presidente de Governo após a morte de Franco, seu período inaugurou a fase de consolidação da democracia liberal espanhola.

**GRIMAU**, Julián (Madrid, 1911 – Madrid, 1963): Comunista espanhol. Diretor do PCE durante a ditadura franquista, foi alvo de perseguição pelo regime. Preso, julgado por crimes relativos à Guerra Civil Espanhola e condenado, em 1963, foi fuzilado. Sua morte gerou uma série de protestos internacionais contra o regime.

**HIDALGO**, Diego (Los Santos de Maimona, 1886 – Madrid, 1961): Advogado, notário e político espanhol. Exerceu o cargo de Ministro da Guerra durante o ano de 1934.

**HITLER**, Adolf (Braunau am Inn, 1889 – Berlim, 1945): Militar e político austríaco/alemão. Exerceu, em ditadura, os cargos de Chanceler da Alemanha entre os anos de 1933 e 1945 e de Führer da Alemanha entre os anos de 1934 e 1945.

**IBÁÑEZ MARTÍN**, José (Valbona, 1896 – Madrid, 1969): Professor, político e

diplomata espanhol. Exerceu os cargos de Ministro da Educação e Presidente do *Consejo Superior de Investigaciones Científicas*.

**JUAN CARLOS I**, Rei (Roma, 1939 – Atualmente): Nascido Juan Carlos Alfonso Víctor María de Borbón y Borbón de las Dos Sicilias, foi Rei da Espanha entre 22 de novembro de 1975 e 18 de junho de 2014. Declarado, em 1969, sucessor de Franco (no marco da Lei de Sucessão na Chefatura do Estado, de 1947), foi coroado dois dias após a morte do antigo ditador e reinou até sua abdicação. Sua escolha, decidida por Franco, aconteceu em desfavor de seu pai, Juan de Borbón y Battenberg, sucessor legítimo do Rei Afonso XIII. Como Rei, participou do processo de transição da Espanha para a democracia.

**JUAN DE BORBÓN Y BATTEMBERG**, Conde de Barcelona (Real Sitio de San Ildefonso, 1913 – Pamplona, 1993): Aristocrata espanhol. Exerceu o cargo de Chefe da Casa Real Espanhola, entre 1941 e 1977. Foi pretendente à Coroa da Espanha, sendo preterido em favor de seu filho, Juan Carlos I, para suceder a Franco a título de Rei em 1975. Dois anos após a proclamação real de Juan Carlos I, renunciou aos seus direitos dinásticos.

**LEQUERICA**, José Félix de (Bilbao, 1890 – Guecho, 1963): Político e diplomata espanhol. Exerceu os cargos de Ministro de Assuntos Exteriores, Procurador das Cortes e Embaixador da Espanha para as Nações Unidas.

**LARGO CABALLERO**, Francisco (Madrid, 1869 – Paris, 1946): Sindicalista e político espanhol. Exerceu o cargo de Ministro do Trabalho e Previdência Social entre os anos de 1931 e 1933. Exerceu os cargos de Ministro da Guerra e de Presidente do Conselho de Ministros (Primeiro-Ministro) entre os anos de 1936 e 1937.

**LERROUX**, Alejandro (La Rambla, 1864 – Madrid, 1949): Jornalista e político espanhol. Exerceu os cargos de Ministro de Estado durante o ano de 1935 e de Presidente do Conselho de Ministros (Primeiro-Ministro), de forma intermitente, entre os anos de 1933 e 1935.

**LÓPEZ RODÓ**, Laureano (Barcelona, 1920 – Madrid, 2000): Jurista, professor

catedrático e político espanhol. Exerceu os cargos de Secretário-Geral Técnico da Presidência do Governo, Ministro sem pasta (como elevação do cargo de Comissário do Plano de Desenvolvimento) e Ministro de Assuntos Exteriores. Membro do Opus Dei.

**MANZANAS**, Melitón (San Sebastián, 1909 – Irún, 1968): Chefe da Brigada de Investigação Social da Polícia de San Sebastián. Acusado por práticas de tortura durante o exercício de seu cargo, foi uma das primeiras vítimas de um atentado do ETA. Recebeu postumamente a Real Ordem de Reconhecimento Civil às Vítimas do Terrorismo, causando indignação e rechaço por parte de diversas organizações da sociedade civil e partidos políticos.

**MARCH**, Juan (Santa Margarita, 1880 – Madrid, 1962): Contrabandista, empresário e banqueiro espanhol. Exerceu, de forma intermitente, o cargo de Deputado das Cortes entre os anos de 1923 e 1936. Financiou a tentativa de golpe de Estado de 1936 que originou a Guerra Civil Espanhola. Faleceu, em 1962, como consequência dos ferimentos sofridos em um acidente automobilístico.

**MARTÍN ARTAJO**, Antonio (Madrid, 1905 – Madrid, 1979): Político e propagandista católico espanhol. Membro da *Asociación Católica Nacional de Propagandistas*. Exerceu o cargo de Ministro de Assuntos Exteriores entre os anos de 1945 e 1957.

**MARTÍN VILLA**, Rodolfo (Santa María del Páramo, 1934 – atualmente): Empresário e político espanhol. Exerceu diversos cargos durante a ditadura espanhola, a Transição Espanhola e a democracia, entre eles Chefe do Sindicato Espanhol Universitário (SEU), Ministro de Relações Sindicais, Ministro do Interior, Ministro de Administração Territorial, Vice-Presidente do Governo e Deputado das Cortes Gerais por León e Madrid.

**MARTÍNEZ CAMPOS**, Arsenio (Segovia, 1831 – Zarauz, 1900): Militar e político espanhol. Exerceu os cargos de Governador-Geral de Cuba entre os anos de 1878 e 1879 e, posteriormente, entre os anos de 1895-1896. Responsável pelo *pronunciamento* que finalizou a Primeira República Espanhola e proporcionou a restauração da monarquia borbônica.

**MILLÁN-ASTRAY**, José (La Coruña, 1879 – Madrid, 1954): Militar e político espanhol. Fundador da Legião Espanhola, foi amigo pessoal e superior militar de Francisco Franco durante a guerra colonial no Marrocos. Exerceu os cargos de Procurador das Cortes entre os anos de 1943 e 1954 e de diretor-geral do *Cuerpo de Caballeros Mutilados de la Guerra por la Patria*. São de sua autoria dois lemas de uso frequente no cenário franquista: “*¡Viva la muerte!*” e “*¡A mí la Legión!*”.

**MOLA**, Emilio (Placetas, 1887 – Alcocero de Mola, 1937): Militar espanhol. Considerado o “diretor” da tentativa de golpe de Estado de 1936 que deu origem à Guerra Civil Espanhola. Comandante das tropas rebeldes de Navarra. Faleceu, em 1937, em um acidente aéreo na cidade de Alcocero, que foi renomeada em sua honra para Alcocero de Mola.

**MUSSOLINI**, Benito (Predappio, 1883 – Giulino di Mezzegra, 1945): Militar e político italiano. Exerceu, em ditadura, os cargos de Primeiro-Ministro da Itália entre os anos de 1922 e 1943, Primeiro-Marechal do Império entre os anos de 1938 e 1943 e Duce da República Social Italiana entre os anos de 1943 e 1945.

**NAVARRO RUBIO**, Mariano (Burbáguena, 1913 – Madrid, 2001): Militar, economista e político espanhol. Exerceu os cargos de Ministro da Fazenda, entre os anos de 1957 e 1965, e de Governador do Banco da Espanha. Membro do Opus Dei, foi um dos principais desenvolvedores do Plano Nacional de Estabilização Econômica.

**NEGRÍN**, Juan (Las Palmas de Gran Canaria, 1892 – Paris, 1956): Médico e político espanhol. Exerceu os cargos de Ministro da Fazenda entre os anos de 1936 e 1938 e de Ministro de Defesa Nacional entre os anos de 1938 e 1939. Exerceu o cargo de Presidente do Conselho de Ministros (Primeiro-Ministro) entre os anos de 1937 e 1939.

**ORGAZ YOLDI**, Luis (Vitoria, 1881 – Madrid, 1946): Militar espanhol. Participou da tentativa de golpe de Estado de 1936 que originou a Guerra Civil Espanhola. Exerceu os cargos de Capitão-Geral da Catalunha entre os anos de 1939 e 1941 e de Chefe do Alto Estado Maior entre os anos de 1945 e 1946. Exerceu o cargo de Procurador

das Cortes entre os anos de 1943 e 1946.

**PLA Y DENIEL**, Enrique (Barcelona, 1876 – Toledo, 1968): Clérigo espanhol. Apoiador de Franco durante a Guerra Civil Espanhola, cedendo o Palácio Episcopal de Salamanca para uso do então comandante do bando nacionalista, e durante a subsequente ditadura franquista. Exerceu os cargos de Arcebispo Primado da Espanha e Cardeal Presbítero de *San Pietro en Montorio*. Conhecido por ter fundamentado religiosamente a ‘cruzada’ de Franco, nomenclatura utilizada durante a Guerra Civil e a ditadura.

**POLO**, María del Carmen (Oviedo, 1900 – Madrid, 1988): Aristocrata espanhola. Primeira-dama da Espanha. Esposa de Francisco Franco. Mãe de Carmen Franco.

**PRIMO DE RIVERA**, José Antonio (Madrid, 1903 – Alicante, 1936): Advogado e político espanhol. Fundador da Falange Espanhola e Chefe Nacional da *Falange Española de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista* entre os anos de 1934 e 1936. Filho do ditador Miguel Primo de Rivera. Exerceu o cargo de Deputado nas Cortes entre os anos de 1933 e 1936. Foi executado, em 1936, por condenações por conspiração e rebelião militar contra o Governo da Segunda República.

**PRIMO DE RIVERA**, Miguel (Jerez de la Frontera, 1870 – Paris, 1930): Militar e político. Pai do falangista José Antonio Primo de Rivera. Durante o período monárquico, governou, em ditadura, a Espanha entre os anos de 1923 e 1931.

**PUIG I ANTICH**, Salvador (Barcelona, 1948 – Barcelona, 1974): Anarquista e antifascista espanhol. Militante de várias organizações de libertação da classe trabalhadora, foi condenado pelo homicídio de um policial e sentenciado à pena de morte por garrote vil. Sua execução tornou-se um dos símbolos do antifranquismo nos anos finais do regime. A sentença condenatória foi cassada, como ato de reparação pelo governo espanhol, em 16 de outubro de 2024.

**QUEIPO DE LLANO**, Gonzalo (Tordesilhas, 1875 – Sevilha, 1951): Militar espanhol. Participou da tentativa de golpe de Estado de 1936 que originou a Guerra Civil Espanhola. Comandante das tropas rebeldes da Andaluzia.

**RIBBENTROP**, Ulrich Friedrich-Wilhelm Joachim von (Wesel, 1893 – Nuremberg, 1946): Político e diplomata alemão que atuou, entre 1938 e 1945, como Ministro dos Assuntos Exteriores da Alemanha Nazista. Chefiou parte das negociações para entrada da Espanha franquista na Segunda Guerra Mundial ao lado do Eixo. Juntamente com Ramón Serrano Suñer, foi responsável pela organização de um encontro entre Francisco Franco e Adolf Hitler na cidade francesa de Hendaia em 23 de outubro de 1940.

**SALAZAR**, António de Oliveira (Vimieiro, 1889 – Lisboa, 1970): Professor universitário e político português. Exerceu o cargo de Ministro das Finanças durante o ano de 1926 e, posteriormente, entre os anos de 1928 e 1932. Exerceu, em ditadura, o cargo de Presidente do Conselho de Ministros (Primeiro-Ministro) entre os anos de 1932 e 1968.

**SANJURJO**, José (Pamplona, 1872 – Cascais, 1936): Militar espanhol. Protagonizou uma fracassada tentativa de golpe de Estado em 1932 conhecida como *Sanjurjada*. Participou da conspiração preparatória da tentativa de golpe de Estado de 1936 que originou a Guerra Civil Espanhola. Exilado em Portugal, recebeu o comando do bando sublevado no início da rebelião. Faleceu, em 1936, em um acidente aéreo enquanto se dirigia de Estoril, Portugal, para Burgos, Espanha, para assumir seu posto.

**SAMPER**, Ricardo (Valência, 1881 – Genebra, 1938): Advogado e político espanhol. Exerceu, dentre outros cargos ministeriais, os cargos de Presidente do Conselho de Ministros (Primeiro-Ministro) durante o ano de 1934 e de Deputado das Cortes entre os anos de 1931 e 1936.

**SERRANO SUÑER**, Ramón (Cartagena, 1901 – Madrid, 2003): Advogado e político espanhol. Conhecido pela alcunha de *Cuñadísimo*, foi cunhado da esposa de Francisco Franco, María del Carmen Polo. Exerceu os cargos de Deputado das Cortes entre os anos de 1933 e 1939, Presidente da Junta Política da *FET de las JONS* entre os anos de 1939 e 1942, Ministro de Governo entre os anos de 1938 e 1940, Ministro de Assuntos Exteriores entre os anos de 1940 e 1942 e Procurador das Cortes entre os anos de 1943 e 1967. Amigo pessoal de José Primo de Rivera, fundador da

Falange Espanhola, era conhecido por seu apreço ideológico ao nazifascismo, facilitando e participando encontros de Franco com Hitler e Mussolini. Foi um dos principais ideólogos do regime franquista, além de um entusiasta de um plano nunca concretizado de ocupação de Portugal pela Espanha.

**SOLÍS RUIZ**, José (Cabra, 1913 – Madrid, 1990): Advogado e político espanhol. Falangista, exerceu os cargos de membro do Corpo Jurídico Militar, Governador Civil das províncias de Guipúzcoa e Pontevedra, Delegado Nacional dos Sindicatos e Ministro-Secretário-Geral do *Movimiento* e Ministro do Trabalho.

**SUÁREZ GONZÁLEZ**, Adolfo (Cebreros, 1932 – Madrid, 2014): Advogado e político espanhol. Exerceu os cargos de Governador Civil de Segóvia, Procurador nas Cortes Espanholas, Ministro Secretário-Geral do *Movimiento* e, mais destacadamente, de Presidente do Governo entre 1976 e 1981, sob o Rei Juan Carlos I, possuindo importante papel durante a Transição Espanhola.

**TEJERO**, Antonio (Alhaurín el Grande, 1932 – atualmente): Militar espanhol. Exerceu o cargo de Tenente-Coronel da Guarda Civil. Liderou a tentativa fracassada de golpe de Estado de 23 de fevereiro de 1981, sendo preso e expulso do corpo militar como consequência.

**ULLASTRES CALVO**, Alberto (Madrid, 1914 – Madrid, 2001): Economista, professor catedrático e político espanhol. Exerceu os cargos de Ministro do Comércio, entre os anos de 1957 e 1965, e Embaixador da Espanha perante as Comunidades Europeias, entre os anos de 1964 e 1976. Membro do Opus Dei.

**VALENZUELA**, Rafael de (Zaragoza, 1881 – Tafersit, 1923): Militar espanhol. Segundo comandante da Legião Espanhola durante a Guerra do Rif, nomeado após o afastamento de Millán-Astray. Faleceu, em 1923, em combate no Marrocos.